

MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE GÊNERO, DIVERSIDADES E VIOLÊNCIA

ORGANIZADORAS

Janaina Xavier Nascimento
Zulmira Newlands Borges
Claudia Samuel Kessler
Virginia Vecchioli
Fernanda Sena Fernandes





MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE GÊNERO, DIVERSIDADES E VIOLÊNCIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

ORGANIZADORAS

Janaina Xavier Nascimento
Zulmira Newlands Borges
Claudia Samuel Kessler
Virginia Vecchioli
Fernanda Sena Fernandes

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Thainá Zeilmann Machado

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Eduardo Prates Macedo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Múltiplos olhares sobre gênero, violências e diversidades [livro eletrônico] / organizadoras
Janaina Xavier Nascimento...[et al.]. -- Santa Maria : Eduardo Macedo, 2022.

PDF

Vários autores.

Outras organizadoras: Janaina Xavier Nascimento, Zulmira Newlands Borges,
Claudia Samuel Kessler, Virginia Vecchioli, Fernanda Sena Fernandes.

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-59522-2

1. Direitos humanos 2. Diversidade 3. Igualdade de gênero e raça
4. Multiculturalismo 5. Violência - Aspectos sociais 6. Sexismo 7. Desigualdade social
I. Nascimento, Janaina Xavier. II. Borges, Zulmira Newlands III. Kessler, Claudia Samuel.
IV. Vecchioli, Virginia. V. Fernandes, Fernanda Sena.

22-140375

CDD-305.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Diversidades em focos : Sociologia 305.3

Inajara Pires de Souza
Bibliotecária - CRB PR-001652/O



ORGANIZADORAS

Janaina Xavier Nascimento
Zulmira Newlands Borges
Claudia Samuel Kessler
Virginia Vecchioli
Fernanda Sena Fernandes

Santa Maria – RS
2022

SUMÁRIO
SUMÁRIO
SUMÁRIO
SUMÁRIO
SUMÁRIO
SUMÁRIO
SUMÁRIO
SUMÁRIO
SUMÁRIO
SUMÁRIO
SUMÁRIO

11

Múltiplos olhares sobre gênero, violências e diversidades

VIOLÊNCIAS

28

A violência que extrapola o físico: marcas psicológicas da violência de gênero em mulheres do Rio Grande do Sul, Brasil

Laura Camargo de Moraes, Claudia Samuel Kessler e Isabel Angélica Scoto Alves

48

Roda de Conversa sobre o Enfrentamento à Violência contra a Mulher em Flecheira - CE

Denise Copetti Pivetta

57

Para além da reparação financeira das indenizações: o reconhecimento e a denúncia das violências contra ex-presas políticas, Rio Grande do Sul (1964-1979)

Paula Ribeiro Ciochetto

85

“Seja homem”: narrativas sobre o uso de violências na aprendizagem das masculinidades

Bruna Loureiro Denkin e Fernando de Figueiredo Balieiro

102 Masculinidade em jogo: as relações de gênero presentes em *League of Legends*

Kethlyn Martinez-Gomes

GÊNERO, ESPAÇO PÚBLICO E DISSIDÊNCIAS

118 Reconhecimento e reificação na obra *O Conto da Aia*

Letícia Machado Spinelli

148 A Lei Maria Da Penha e seu lugar no tecido social

Iris Fátima Alves Campos e Virginia Vecchioli

170 Caminhos que se cruzam: interseções entre os Estudos Surdos e os Estudos de Gênero e Sexualidade

Karine Danielle da Costa Lira, Renato Victor Lira Brito e Nadine Matias Bovet

197 Da solidão à solidariedade na experiência compartilhada da maternidade em uma rede social

Marília Fernandes Rehermann Freitas

228 Relato de experiência: apresentação do projeto “Basta: não irão nos calar” da CONTRAF-CUT

Carilo Marzari Machado

235 Diagnóstico sobre questões de gênero e diversidade entre as empregadas da EMATER-RS/ASCAR: uma iniciativa do GT Gênero e Diversidade da ASAE (Associação dos Servidores da ASCAR/EMATER) pela equidade nas relações interpessoais de trabalho

Luize Silva de Mello

251 Desaprendendo limites: uma experiência feminista na ilha de Cotijuba/PA

Fernanda Jaime Andrade

264 No chão da escola: a educação no sistema de ensino público e privado no Estado do Rio Grande do Sul em tempos de pandemia

Mari Cleise Sandalowski e Caroline Zollim Franco

283 O impacto da pandemia de covid-19 na divisão sexual do trabalho e na precarização do trabalho feminino

Fernanda Sena Fernandes e Bruna Luisa Vogt Siebeneichler e Thais Rodrigues Cortez

SAÚDE

306 Uma análise antropológica do filme “E a vida continua”: uma contribuição para o ensino das ciências sociais na área da saúde

Zulmira Newlands Borges

326

Gênero e Políticas de Saúde: o câncer do colo do útero e suas especificidades no estado de Pernambuco

Renato Victor Lira Brito, Denise Cristina de Oliveira Melo, Nadine Matias Bovet e Karine Danielle da Costa Lira

352

Abordagem interseccional em uma enfermagem feminina de saúde mental: reflexões iniciais sobre o processo de (des)construção de olhares e práticas

Magda da Silva Figueiroa e Jorge Lyra

MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE GÊNERO, VIOLÊNCIAS E DIVERSIDADES

A presente coletânea resulta de um projeto de extensão promovido entre setembro e novembro de 2021 por pesquisadoras que compõem o Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Gênero e Saúde (GEPACS) e o Laboratório de Investigação Sociológica (LABIS), ambos vinculados ao Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Os textos que integram este livro foram produzidos por participantes do “Curso de capacitação para o combate a violências relacionadas a gênero, raça/etnia e sexualidade” e resultaram do diálogo promovido ao longo dos encontros entre pesquisadoras da UFSM e participantes do curso que aceitaram o convite para a escrita de capítulos de livro. Os capítulos deste livro apresentam desde a descrição microscópica de experiências profissionais até análises mais amplas de cunho mais acadêmico, tendo todos como comum denominador as questões referentes a identidades sexuais e de gênero.

A relevância do livro que apresentamos é compreendida a partir de uma conjuntura social de extremo conservadorismo político e cultural, marcada pelo aumento da violência étnico-racial e de gênero. Neste contexto, tivemos como propósito central contribuir para o combate contra as violências doméstica, sexual e psicológica perpetradas contra mulheres e o cerceamento de seus direitos, em especial da população negra e das pessoas LGBTQIA+. Produzimos o projeto

de extensão convencidas da importância de somar as nossas áreas de conhecimento em um esforço coletivo, que permitisse refletir sobre as dificuldades que se apresentam hoje no Brasil para a defesa dos direitos, imaginando alternativas de ação e olhando com esperança para os desafios do futuro.

Com este livro nos propomos contribuir para a compreensão da importância e do valor do respeito aos direitos humanos, especialmente entre aqueles que têm responsabilidades profissionais nas áreas de educação, saúde e segurança, que foram o escopo original do curso. Para isso, discutimos os diversos e complexos caminhos através dos quais os movimentos contra a violência conseguiram fazer reconhecer as suas demandas pelo Estado. A partir dos desafios envolvidos na tradução das demandas em políticas de Estado, identificamos a fortaleza da ação coletiva para a conquista de direitos.

No que tange à estrutura e funcionamento do curso que resultou nesta coletânea, em virtude das condições impostas pela pandemia covid-19, sua realização deu-se de forma remota, pelas plataformas Moodle e Google Meet, tendo sido ministrados quatro módulos de 40h, totalizando 160 horas/aula. As temáticas gerais de cada módulo consistiram em: 1 - Gênero e feminismos (conceitos, teorias e movimentos sociais), com a coordenação das professoras Janaína Xavier do Nascimento e Letícia Spinelli; 2 - A expressão de sexualidades e identidades dissidentes: conhecimentos para profissionais da área da Educação, da Saúde e da Segurança Pública, coordenado por Zulmira Newlands Borges e Cláudia Kessler; 3 - Desigualdades, defesa de direitos e acesso à Justiça para negras, indígenas, lésbicas e pessoas trans, com coordenação de Mari Cleise Sandalowski e Gabriela Schneider; 4 - Estado, violências e políticas de reconheci-

to, coordenado por Virginia Vecchioli e Iris Alves Campos. A coordenação geral esteve sob a responsabilidade da professora Janaína Nascimento.

Ao longo dos encontros realizados em cada módulo, buscamos colaborar para a instrumentalização teórico-prática de participantes frente aos desafios da violência e da discriminação, favorecendo uma cultura de promoção dos Direitos Humanos. No que tange à metodologia, estimulamos a articulação entre saberes teóricos e práticos, trazendo à discussão as experiências concretas que perpassam o cotidiano da prática profissional. O módulo quatro, por exemplo, ofereceu uma compreensão dos conceitos de Estado, movimentos sociais, vítimas, testemunhas, políticas de reparação e de reconhecimento, assim como serviu como pontapé para refletir sobre a prática cotidiana dos movimentos sociais por relação às políticas de Estado contra a violência. Foram abordados os movimentos de mães de vítimas de violência policial, as redes locais, nacionais e transnacionais de enfrentamento à violência contra as mulheres, as campanhas que buscam mobilizar as mulheres a agir contra a violência doméstica, as políticas reparatórias às vítimas (surgidas no ano de 2003) e os processos de construção de causas coletivas no espaço público. Os textos reunidos neste livro foram nutridos pelos debates desenvolvidos no curso.

Inicialmente, o projeto teve como público alvo os profissionais da área de educação, saúde e segurança da cidade de Santa Maria e região. Contudo, o alcance geográfico do trabalho foi muito maior. Se por um lado a pandemia da covid-19 nos afastou da presencialidade, por outro nos proporcionou encontros antes inesperados, facilitando a participação de pessoas das mais diversas regiões do país, as quais por ve-

zes não possuem acesso a capacitações que sejam próximas de suas cidades. Assim foi possível contar com participantes da região Sul (Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina), Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo), Centro-Oeste (Distrito Federal e Mato Grosso do Sul), Norte (Pará, Amapá e Rondônia) e Nordeste (Alagoas, Ceará, Bahia, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte). No que tange às áreas de atuação profissional, observou-se maior concentração de participantes da área de educação (31%), seguido da área de saúde (13%) e, por último, da área de segurança (4%). Outras áreas se sobressaíram, quais sejam: assistência social (12%), área jurídica (8%), estudantes de graduação, mestrandos e doutorandos (21%) e outros (11%). O perfil de participantes, no que refere a suas áreas de atuação e localização geográfica quanto à riqueza da experiência da extensão que resultou nos textos que aqui apresentamos, demonstram que conseguimos cumprir com os propósitos didático-pedagógicos, educacionais, institucionais e políticos.

Os frutos das reflexões e pesquisas realizadas pelas docentes e discentes são apresentados nos textos que compõem a presente coletânea, a qual encontra-se dividida em três eixos principais. O primeiro eixo se relaciona às Violências, o segundo trata de Gênero, Espaço Público e Dissidências e o último eixo trata das questões referentes à Saúde.

O apartado violências se compõe de cinco contribuições. Três textos colocam seu foco na violência contra as mulheres, dois deles discutem as violências e as políticas de Estado no momento atual e um terceiro volta seu foco para o passado, mostrando as violências contra as mulheres durante a ditadura cívico-militar. Os últimos dois textos são voltados para a construção das masculinidades e o lugar da violência contra as mulheres nessa construção.

O texto Intitulado: “A violência que extrapola o físico: marcas psicológicas da violência de gênero em mulheres no Rio Grande do Sul, Brasil” escrito por Laura Camargo, Cláudia Kessler e Isabel Scoto aborda as violências sofridas por mulheres cisgênero no Rio Grande do Sul. A partir de uma pesquisa quali-quantitativa, as autoras explicitam que a violência psicológica afeta mulheres cis brasileiras, assim como a violência sexual e a moral. O capítulo está dividido em quatro partes, abordando gênero e violência e os instrumentos jurídicos de combate à violência contra mulheres. O texto apresenta um questionário sobre violência de gênero, os aspectos psicológicos da violência doméstica e finaliza com reflexões iniciais sobre as violências sofridas por mulheres negras.

O breve texto de Denise Piveta nos leva ao Nordeste, mais especificamente às rodas de conversa que acontecem na praia de Flecheiras, no município de Trairi (Ceará), como parte de uma série bem ampla de políticas de Estado de enfrentamento à violência contra a mulher, promovidas pela prefeitura e pelo estado. A partir do seu relato, temos conhecimento da baixa participação das mulheres quando uma unidade móvel de esclarecimento em torno à violência

de gênero foi colocada na frente da unidade de saúde onde era realizada a vacinação contra covid-19. Sendo o Ceará um estado com altos índices de violência contra a mulher - simbolizada na trajetória da própria Maria da Penha - a autora se questiona a respeito dos motivos da pouca presença das mulheres que, como disse uma das funcionárias, só participam se é oferecido um “chamarisco”.

Se a violência do período autoritário tem sido amplamente tematizada na literatura através de numerosos livros testemunhais, ensaios e trabalhos acadêmicos, a violência especificamente orientada ao corpo feminino tem recebido - comparativamente - menor destaque e atenção. O capítulo de Paula Ribeiro Ciochetto “As violências contra as mulheres ex-presas políticas e os processos administrativos de indenização, Lei 11042/97” traz uma contribuição fundamental sobre como a repressão atuou também através da violência física e sexual contra as mulheres. Os testemunhos reunidos neste capítulo permitem evidenciar essa violência, assim como mostrar a resistência das mulheres nesse contexto limite.

O capítulo intitulado: “Seja homem: narrativas sobre o uso de violências na aprendizagem das masculinidades” de Bruna Denkin e Fernando Balieiro apresenta a análise sobre os comentários relacionados à construção de masculinidades em uma postagem do perfil @machodarelação, no Instagram. Os autores identificam como as masculinidades são aprendidas, principalmente a partir de tecnologias de normalização cultural. A partir do conceito de heteroterrorismo, de Berenice Bento, os autores identificam violências dirigidas a sujeitos que extrapolam as normas de gênero.

Encerrando este primeiro bloco, o capítulo “Masculinidades em jogo: Um estudo de caso sobre as masculinidades presentes em League of Legends” de Kethlyn Martinez-Gomes trabalha sobre a construção das masculinidades e, em especial, das masculinidades tóxicas presentes no ambiente dos *games*, como League of Legends. A autora apresenta relatos de mulheres que vivenciaram situações de assédio, violência verbal e outras formas de violência simbólica a partir da interação com os jogadores homens no espaço dos jogos digitais. A principal contribuição do texto é mostrar que a partir da participação no jogo a violência se constitui como um dispositivo disponível para esses homens. Essas expressões de violência são utilizadas dentro dos jogos como uma forma de manter o espaço *boyhood* intocável.

Bloco II - Gênero, espaço público e dissidências

Este bloco é composto por nove contribuições. Alguns estudos produzidos durante a pandemia refletem as condições impostas pelo isolamento que estimulou a produção de análises de cunho mais bibliográfico, documental ou literário. Estes são os casos de dois dos capítulos de Letícia Spinelli sobre o conto da Aia e o das autoras Fernanda Sena e Bruna Siebeneichler e Thais Cortez sobre o impacto da pandemia de covid-19 na precarização do trabalho feminino. O tema do trabalho está contemplado não apenas no capítulo de Sena, mas em mais três capítulos, o de Mari Cleise e Caroline Zolim que buscam analisar o impacto da covid-19 nas dinâmicas escolares, como no capítulo de Luize Silva sobre a equidade de gênero no trabalho de empregadas da EMATER. No con-

texto do trabalho, apresenta-se o capítulo de Carilo Mazari, que analisa o efeito em homens e mulheres de uma proposta de política sindical de combate à violência contra mulheres. Quanto aos quatro capítulos que finalizam esta seção, todos trazem experiências de pesquisas empíricas, como: o de Fernanda Jaime Andrade sobre o movimento de mulheres em Belém; o de Karine Lima sobre a interseccionalidade de surdez, gênero e sexualidade; o de Marília Freitas sobre o lado obscuro e pouco discutido da maternidade; e o de Ires Alves Campos sobre as redes de proteção da mulher a partir da lei Maria da Penha.

No capítulo “Reconhecimento e reificação na obra *O Conto da Aia*”, Letícia Spinelli analisa a obra de Margaret Atwood, a partir da teoria do reconhecimento de Axel Honneth. O texto proporciona uma reflexão acerca das vivências das Aias na República de Gilead, utilizando as noções de reconhecimento e reificação como categorias de análise e buscando analisar as questões de gênero, identidade, corpo, classe, liberdade e relações intersubjetivas.

No capítulo “A Lei Maria da Penha e seu lugar no tecido social”, Iris Alves Campos mostra através de registros etnográficos a rede de proteção à mulher construída em um município do Rio Grande do Sul. O texto permite perceber os limites entre as figuras aceitas pela lei, as realidades muito complexas das vítimas da violência e as categorias oficiais que são utilizadas para reconhecê-las. Com base nos registros de campo, a autora apresenta os itinerários de uma denúncia, desde a delegacia de polícia, onde é feito o Boletim de Ocorrência (B.O.), até chegar ao Fórum. Em todo o processo, é possível identificar a agência das mulheres que apelam aos dispositivos estatais para resolver seus conflitos, evi-

denciando as economias morais envolvidas no processo. A autora mostra como a Lei Maria Penha é uma tecnologia de governança que tem penetrado na vida íntima, modificando subjetividades e alterando a relação do cidadão com o Estado.

O capítulo intitulado: “Caminhos que se cruzam: interseções entre os estudos surdos e os estudos de gênero e sexualidade”, de Karina Lira, Renato Brito e Nadine Bovet, busca uma interseção entre os estudos surdos e os estudos de gênero e sexualidade. Com um olhar contra hegemônico, os autores e autoras buscam desconstruir as visões higienistas ou patologizantes que permeiam o olhar sobre as pessoas que pertencem a grupos minoritários: não ouvintes ou não heterossexuais. Uma das hipóteses do capítulo é a da existência de convergências culturais e teóricas nas produções sobre estes dois grupos, os quais sofrem com violências e discriminações.

O capítulo de Marília Freitas intitulado: “Da solidão à solidariedade na experiência compartilhada da maternidade em uma rede social”, toma por objeto um grupo de rede social digital cujo objetivo era compartilhar as experiências da maternidade. A autora analisa as relações estabelecidas e as emoções relacionadas a gestação/parto/puerpério e maternidade que são socialmente estigmatizadas ou silenciadas. O trabalho de campo foi realizado principalmente no ciberespaço, por meio de uma etnografia virtual, com material analisado sob o prisma antropológico. Concluiu-se que, embora o nascimento seja um evento universal, as formas de nascer e o simbolismo em torno desse evento e da maternidade em si são construções sociais e históricas, com valores e práticas variáveis no tempo e no espaço. Enquanto algumas expressões e comportamentos associados a ela são valorizados e legitimados, outros são invisibilizados, apagados ou negligenciados.

O texto “Relato de experiência: apresentação do projeto “Basta: não irão nos calar” da CONTRAF-CUT”, apresentado por Carilo Mazzari Machado, descreve uma experiência vivenciada pelo autor no marco de um evento sindical orientado à formulação de uma política que permitisse treinar e capacitar equipes dentro das bases sindicais, para desenvolver um trabalho de acolhimento e direcionamento para os canais estatais das mulheres objeto de violência de gênero. O texto se questiona a respeito da percepção que os 80 referentes sindicais que participavam da reunião têm sobre o tema, pois permaneceram o tempo todo em silêncio, sendo a política formulada, discutida e definida apenas pelas poucas mulheres que compõem o espaço sindical. O capítulo mostra a recepção silenciosa dos representantes sindicais à apresentação de um projeto de atendimento jurídico especializado para mulheres em situação de violência doméstica. O caso suscita uma reflexão sobre ações e resistências explícitas ou silenciadas, mas também evoca esperança em homens que apoiem o feminismo e que se contraponham à posição de algozes, assumindo o compromisso de aliados na luta pela justiça e equidade de gênero.

No capítulo de Luíze Silva intitulado: “Diagnóstico sobre questões de gênero e diversidade entre as empregadas da EMATER-RS/ASCAR: uma iniciativa do GT Gênero e Diversidade da ASAE (Associação dos Servidores da ASCAR/EMATER) pela equidade nas relações interpessoais de trabalho”, é apresentado o resultado de uma pesquisa quali-quantitativa realizada com 43% das funcionárias da EMATER-RS/ASCAR. Além de apresentar um perfil socioeconômico do grupo, o capítulo trata sobre a importância de uma cultura empresarial que encoraje a busca por equidade de gênero. A partir da

análise de dados coletados, a pesquisa apresenta o desconforto causado pela interrupção, apropriação e apagamento dos discursos de mulheres em espaços profissionais e apresenta também dados sobre assédio moral e sexual.

O capítulo “Desaprendendo limites: uma experiência feminista na ilha de Cotijuba/PA” compreende um relato de experiência, no qual Fernanda Jaime Andrade descreve seu encontro com o grupo de mulheres do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB, um grupo cujas ações envolviam oficinas voltadas para o bem-estar e saúde física, bem como para o desenvolvimento econômico da comunidade. Nesse encontro, a autora buscou apresentar conceitos acadêmicos feministas, embora tenha percebido que sua proposta “não foi bem entendida”. A autora apresenta as reflexões resultantes desse desencontro, questionando aspectos da formação acadêmica feminista que ainda segue um padrão eurocêntrico, distante das vivências das mulheres da Amazônia.

Mari Cleise Sandalowski e Caroline Zolim no capítulo “No chão da escola: a educação no sistema de ensino público e privado no Estado do Rio Grande do Sul em tempos de pandemia” analisam como decisões de órgãos governamentais impactaram sobre as dinâmicas escolares na educação básica do Estado do Rio Grande do Sul no período da pandemia, no que diz respeito à transposição didático-pedagógica dos conteúdos ministrados. Para tanto, recorrem tanto a dados primários quanto secundários resultantes de métodos quantitativos e qualitativos, além de análise documental. O trabalho foi enriquecido pela realização de entrevistas com profissionais da educação que atuam no sistema de ensino público e privado em diferentes regiões do Estado.

Por fim, no capítulo “O impacto da pandemia de covid-19 na divisão sexual do trabalho e na precarização do trabalho feminino”, as autoras Fernanda Sena, Bruna Siebeneichler e Thais Cortez abordam uma questão que envolve um tema atualíssimo e outro, clássico, nos estudos feministas e de gênero. Baseando-se no método bibliográfico, análise documental, análise de dados secundários, bem como na obra de importantes teóricas como Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez e Silvia Federici, analisam o aumento do trabalho doméstico das mulheres e seu impacto na inserção destas no mercado de trabalho.

Bloco III - Saúde

Nesta última seção constam três capítulos sobre a interface de saúde e gênero. No primeiro capítulo, a partir da análise de um filme são abordados o estigma e os preconceitos que atingiram a população LGBTQIA+ (em especial os gays) no início da pandemia da AIDS no mundo. Utilizando referenciais da Antropologia da Saúde, demonstra que embora tenha sido lançado há muitos anos, o filme retrata uma atitude ainda atual de medo e pânico moral que surgem em situações de pandemias e tendem a estigmatizar grupos já marginalizados. Os outros dois capítulos tratam de questões de saúde e gênero feminino. O capítulo sobre “Gênero e políticas de saúde, aborda o câncer de útero em Pernambuco”, realiza uma análise documental e o último capítulo faz uma discussão sobre uma abordagem interseccional em uma enfermagem feminina de saúde mental, apontando a importância de um olhar que singularize os sujeitos a partir de seus lugares de classe, raça, gênero, geração, dentre outros recortes sociais.

Zulmira Borges no capítulo intitulado: “Uma análise antropológica do filme - E a vida continua: uma contribuição para o ensino das ciências sociais na área da saúde”, descreve algumas das potencialidades do uso didático do cinema em sala de aula. Após quase 30 anos do lançamento deste filme baseado em fatos reais, compreende-se como aconteceu o princípio da epidemia da AIDS nos Estados Unidos, em 1981, quando era chamada de “câncer gay”. A autora ressalta que uma doença é algo que envolve não apenas um vírus, mas também um contexto social, interesses políticos, econômicos, dentre outros que influenciam na maneira como os sujeitos serão tratados. Como material didático, defende ainda que os filmes aproximam os alunos da realidade social que irão enfrentar e proporcionam uma melhor compreensão dos conteúdos estudados. Acima de tudo, ressalta a importância da abordagem das Ciências Sociais para a área da saúde. Por fim, argumenta que o uso do filme como parte do material didático promove um deslocamento do olhar para além da visão essencialista e biomédica, promovendo um saber interessado e consciente das potencialidades do diálogo entre Ciências Sociais e saúde.

O capítulo de Renato Victor Lira Brito, Denise Cristina O. Melo, Nadine M. Bovet e Karine Danielle da Costa Lira, intitulado “Gênero e políticas de saúde: o câncer do colo do útero e suas especificidades no estado de Pernambuco” descreve as especificidades do Estado de Pernambuco em relação ao debate de gênero e políticas de saúde. Enfatiza-se, principalmente, a questão do câncer do colo do útero na região e discute-se como a realidade local se assemelha e se distancia da expectativa teórica e dos dados levantados por trabalhos

anteriores. A metodologia utilizada foi a análise documental e de conteúdo, de forma que o estudo enquadra-se nas análises qualitativas e é orientado pelo aprofundamento do conhecimento sobre o fenômeno. O capítulo traz informações importantes para pensar os riscos que as mulheres pernambucanas podem estar correndo em relação à atual política pública do estado de Pernambuco.

O capítulo intitulado “Abordagem interseccional em uma enfermaria feminina de saúde mental: reflexões iniciais sobre o processo de (des)construção de olhares e práticas” de Magda Figueroa apresenta reflexões sobre o processo de (des)construção de olhares e práticas profissionais no cuidado em saúde mental, a partir da sua experiência como psicóloga na equipe de articulação da enfermaria feminina Adail Santos, no Hospital Psiquiátrico Ulisses Pernambucano, a partir de uma abordagem interseccional. O Hospital Psiquiátrico é público, de gestão estadual, acolhe casos graves de sofrimento em saúde mental e em situação de urgência. Por ser a única emergência em saúde mental do estado de Pernambuco, atende pessoas de várias regiões do Estado, compondo a Rede de Atenção Psicossocial - RAPS estadual. No ensaio, a autora se propõe a dividir inquietações sobre a ideia de um sujeito universal e genérico no campo da saúde mental e como se torna necessário revisar essa perspectiva e passar a considerar o sujeito da saúde mental a partir de uma abordagem engendradora, interseccional que olha para as diferenças e desigualdades. O SUS, apesar de ter a universalidade como princípio, tem como seu principal foco as populações mais vulneráveis, pela equidade, que em realidade, tem cor, gênero, sexualidades e classe social predominantes. Entretanto, a autora pondera que é necessário reconhecer

que estas pessoas são alvo, mas também são sujeitos de sua história. É também necessário um olhar voltado para a subjetividade, que se estrutura também por meio de relações de violência e de exclusões.

Por fim, queremos agradecer muito especialmente o apoio institucional recebido da UFSM por meio de recursos executados através dos editais ODH e FIEEX, sem os quais a implementação desse curso e a realização deste livro estariam entregues à incerteza e a resultados mais limitados. Viva à ciência e à educação gratuita e de qualidade!

Santa Maria, outubro de 2022.

Cláudia Samuel Kessler
Janaína Xavier do Nascimento
Virgínia Vecchioli
Zulmira Newlands Borges
Fernanda Sena Fernandes

VIOLENCIAS VIOLENCIAS VIOLENCIAS
VIOLENCIAS VIOLENCIAS VIOLENCIAS
VIOLENCIAS VIOLENCIAS VIOLENCIAS
VIOLENCIAS VIOLENCIAS VIOLENCIAS
VIOLENCIAS VIOLENCIAS VIOLENCIAS
VIOLENCIAS VIOLENCIAS VIOLENCIAS
VIOLENCIAS VIOLENCIAS VIOLENCIAS
VIOLENCIAS VIOLENCIAS VIOLENCIAS
VIOLENCIAS VIOLENCIAS VIOLENCIAS

A VIOLÊNCIA QUE EXTRAPOLA O FÍSICO

Marcas psicológicas da violência de gênero em mulheres do Rio Grande do Sul, Brasil

Laura Camargo de Moraes¹
Claudia Samuel Kessler²
Isabel Angélica Scoto Alves³

O presente capítulo é resultado de um estudo com natureza quali-quantitativa que teve por objetivo identificar e analisar a prevalência de violência realizada contra mulheres cis brasileiras em relacionamentos interpessoais, familiares e/ou amorosos no Rio Grande do Sul. O capítulo está dividido em quatro partes, iniciando com questões referentes a gênero e violência, depois abordando sobre os instrumentos jurídicos de combate à violência contra mulheres, seguido de uma apresentação de um questionário sobre violência de gênero, os aspectos psicológicos da violência doméstica e, por fim, uma breve abordagem sobre as violências sofridas por mulheres negras.

¹ Acadêmica de Psicologia da Universidade Franciscana (UFN) em Santa Maria, RS.

² Doutora em Antropologia Social (UFRGS). Mestra em Ciências Sociais (UFSM). Bacharela em Ciências Sociais e em Comunicação Social - habilitação Jornalismo (UFSM)

³ Especialista em Estudos de Gênero (UFSM). Bacharel em Direito (FADIS-MA).

Para entender as violências sofridas pelas mulheres, buscamos entender sobre gênero. Conforme Saffioti (2015, p. 47), o gênero é uma “gramática sexual” que regula as relações entre homens e mulheres, bem como entre homens entre si e mulheres entre si. Mais especificamente, ao pensar sobre a violência contra mulheres, pode-se pensar tanto nas questões históricas, como nos estereótipos referentes aos papéis de gênero atribuídos a homens e a mulheres. De acordo com Cristoffanini e Hernández (2021), deve-se entender que há fatores estruturais que perpetuam as relações históricas de dominação, bem como influenciam na violência perpetrada contra as mulheres. Extrapolando a argumentação biológica, sabe-se por exemplo que a socialização de homens e mulheres é diferente, havendo constantemente uma desvalorização de elementos relacionados ao feminino, geralmente associados à delicadeza e à passividade; enquanto há uma valorização do que é ligado ao universo do masculino, ligado à força e ao poder.

De acordo com Rodrigues, Demori e Wolff (2021), a violência de gênero e a doméstica são problemas de saúde pública e são afetadas pela monogamia, pois é uma estrutura que legitima violências, colocando a mulher em um papel subordinado e conferindo aos homens uma posição privilegiada, principalmente os homens brancos. “Na ordem patriarcal de gênero, o branco encontra sua segunda vantagem. Caso seja rico, encontra sua terceira vantagem, o que mostra que o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual” (SAFFIOTI, 2015. p. 33).

Segundo Rodrigues, Demori e Wolff (2021), a estrutura gerada pela monogamia reforça a heterossexualidade e a cis-generidade compulsória, resultando no reforço de papéis de gênero específicos para homens e mulheres. Neste sentido, a partir do século XIX, com o surgimento do modelo de família nuclear hétero-cis-normativa, a mulher apareceu como submissa às decisões do homem provedor, marcando uma diferenciação não apenas econômica, mas também social e política. A monogamia, dessa forma, teria influência não apenas na hierarquização, mas também no controle dos sujeitos. Sem ater-se apenas à estrutura de organização das relações sociais e afetivo-sexuais-amorosas estabelecidas, deve-se entender que gênero é um marcador social que acaba por definir principalmente as experiências vividas por sujeitos que são identificados ou que se autoidentificam como mulheres.

No livro “Gênero Patriarcado Violência”, escrito pela socióloga Heleieth Saffiotti e publicado em 2004, foram apresentados os dados de uma pesquisa realizada entre 1988 e 1992, a qual identificava que entre 97 e 99% das agressões sexuais eram realizadas por homens e que 90% das vítimas eram mulheres. Saffiotti (2015) identificou também que 71% dos agressores eram pais biológicos, ou seja, a violência era perpetrada por pessoas conhecidas e geralmente no ambiente doméstico. A análise da autora sobre a violência é fundamental para extrapolar a noção de algo meramente físico: “Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral. Observa-se que apenas a psíquica e a moral situam-se fora do palpável” (SAFFIOTTI, 2015, p. 18).

A violência contra as mulheres mantém números elevados em todo o território nacional. Em 2020, por exemplo, foram realizadas 230.160 denúncias de violência doméstica e um total de 694.131 ligações às Polícias Militares, bem como foram registrados 3.913 homicídios de mulheres e 1.350 feminicídios (BUENO, LIMA, 2021). Os feminicídios possuem características próprias de um crime de ódio praticado por uma pessoa próxima, sendo em sua maioria realizados no espaço doméstico e com o uso de armas brancas (como facas, tesouras, canivetes, etc). A violência contra a mulher nem sempre é visível, ocultada pelas dinâmicas familiares, pelo medo, pela vergonha ou pela coação.

A importância dos instrumentos jurídicos para o combate das violências contra mulheres

De acordo com Barreto (2010), o Brasil não poderia negar sua inserção no plano internacional de proteção à mulher, portanto tendo que se comprometer a promover juridicamente a igualdade de direitos entre homens e mulheres ou inserir normas que promovessem a proteção das mulheres, tal como o escrito na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) ou na Convenção da Organização das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher - CEDAW (1979).

Embora os anos 1990 tenham sido importantes para a construção de instrumentos internacionais voltados à promoção da dignidade, da saúde reprodutiva e da diminuição da desigualdade de gênero, foi nos anos 2000 que a legislação brasileira finalmente buscou o enfrentamento da violência contra a mulher. A trajetória de violências sofridas pela farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes resultou

em uma normativa para o combate da violência doméstica. Após ter ficado paraplégica e ter sofrido uma tentativa de homicídio, Maria da Penha lutou, com o apoio de organizações de defesa dos Direitos Humanos, para conseguir condenar seu agressor e mudar a legislação nacional (CUNHA, 2007).

Aspectos sociais e jurídicos durante muito tempo interromperam o acesso das mulheres a determinados ambientes, impedindo que elas pudessem ter o livre exercício das profissões ou o pátrio poder sobre os filhos. As distinções arbitrárias e absurdas entre homens e mulheres foram mais plenamente removidas pela Constituição Federal de 1988, a qual tratou de maneira igualitária os cidadãos e cidadãs, sendo assim retirados de ordenamento alguns dispositivos que tratavam de maneira discriminatória as mulheres.

Devido a pressões sociais, tais como as produzidas por movimentos sociais, como o movimento feminista, o Estado brasileiro precisou assumir a responsabilidade de criar mecanismos para represar a violência, o que pode ser visto no artigo 226, parágrafo oitavo da Constituição Federal, o qual explicita que “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”(BRASIL,1988, s.p.). A existência deste mecanismo, de maneira isolada, não se apresentava suficiente para coibir a violência doméstica. Portanto, conforme Desirée Evangelista (2016), a Conferência Mundial de Direitos Humanos em Viena (1993) foi importante no sentido de identificar que os direitos das mulheres devem ser caracterizados como direitos humanos. A violência contra as mulheres e meninas foi considerada de grande violação de direitos e incompatíveis com a dignidade humana. A Assembleia Geral da ONU, em 1993, definiu a violência como qualquer ato

de violência apoiado no gênero e que poderia produzir danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais na mulher, incluindo as ameaças públicas ou privadas de cerceamento da liberdade (CASIQUE, FUREGATO, 2006).

Internacionalmente, a “Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher”, que foi realizada em 1995 em Pequim, consagrou três inovações na luta pela promoção dos direitos da mulher: o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade. Em território nacional, é importante destacar os efeitos da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ou “Convenção de Belém do Pará”, de 1994.

Devido à condenação do Estado brasileiro pela Corte Interamericana de Direitos Humanos por omissão e negligência, houve um compromisso em reformular suas leis e políticas em relação à violência doméstica. Nos anos 2000 entraram em vigor leis específicas, tais como a Lei nº 11.340 de 2006 (Lei Maria da Penha) e a Lei nº 13.340 de 2015 (Lei do Feminicídio).

A Lei Maria da Penha entende como “violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006, s.p.). De acordo com Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Batista Pinto (2007), esse dispositivo legal inova quando amplia a noção de violência e abarca também outras orientações que não sejam apenas a heterossexual. Esta lei estabelece a eliminação das penas alternativas para os/as agressores(as), tal como o pagamento de cestas básicas ou multas, e considera as diferentes orientações sexuais (ou seja, também se aplica para casais formados por duas mulheres) e as diferentes identidades sexuais (de pessoas trans ou cisgênero).

Mesmo com tantas conquistas no que se refere ao combate da violência contra a mulher, a Lei nº 11.340 (BRASIL, 2006) não foi suficiente para combater o aumento de homicídios e feminicídios cometidos contra mulheres. Embora obtivessem medidas protetivas contra seus agressores, as violências continuam sendo perpetradas e por isso foi necessária a aprovação da Lei nº 13.340 de 2015 (Lei do Feminicídio), que qualifica o feminicídio como crime hediondo. Essa legislação pune com mais rigor os crimes realizados com o menosprezo ou discriminação em relação à mulher. Ainda, o crime baseado em gênero passou a ter mais visibilidade nas estatísticas do Brasil, país que ocupa a quinta colocação no ranking mundial de feminicídios (SUDRÉ, COCCOLO, 2016).

Questionário com questões sobre violência de gênero

A partir de uma amostra aleatória proveniente da rede de contato das pesquisadoras, foi realizado um amplo convite de participação a esta pesquisa por redes sociais. Por meio de um formulário online, constituído por sete questões abertas e oito fechadas, disponibilizado entre os dias 30 de dezembro de 2021 e 7 de janeiro de 2022, foram coletados os dados e explicitados os critérios éticos que nortearam este capítulo, dentre eles a possibilidade de anonimato⁴ e o uso dos dados exclusivamente para fins acadêmicos. Os questionários foram respondidos voluntariamente pelas participantes, no formato online. Inicialmente, o questionário estava destina-

⁴Os nomes apresentados no texto são aqueles que as entrevistadas optaram em visibilizar (elas poderiam escrever seus nomes reais ou pseudônimos e isso ficava à escolha de cada uma). Dentre os dados pessoais coletados estão: Idade, orientação sexual, raça/etnia. Dados relativos a escolaridade, renda, estado civil, entre outros, não foram perguntados, visando tornar a pesquisa mais sintética.

do também a mulheres trans, porém nenhuma respondeu ao questionário, o que pode dizer sobre as redes de contato estabelecidas, sobre o interesse, o acesso à internet ou até mesmo sobre o tempo disponível deste grupo para responder às perguntas realizadas.

A amostra desta pesquisa foi constituída por 31 participantes, com idades entre 20 e 56 anos. Desse total, 51,7% (n=16) se identificam como heterossexuais, 35,5% (n=11) se identificam como bissexuais e 12,9% (n=4) como lésbicas. Dessas, 83,9% se auto identificam como brancas, 9,7% pretas e 6,4% pardas. A totalidade dos questionários analisados é referente às respondentes do Rio Grande do Sul (n=31), sendo 25 destas mulheres de Santa Maria - RS. Visando manter um recorte de pesquisa mais coerente, foram excluídas três respostas de mulheres que não eram do Rio Grande do Sul, mas sim de outras unidades federativas como Bahia, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Como observado no questionário online, a tipologia de violência com maior prevalência foi a psicológica (61,76%), seguida da sexual (45,5%) e da moral (45,5%). Essa última violência é evidenciada pelo prejuízo à competência emocional da mulher através da intimidação, manipulação, humilhação, isolamento, rejeição, agressão verbal e exploração, causando danos à saúde psicológica, à autodeterminação e ao desenvolvimento pessoal. Nas respostas oriundas do questionário, os sentimentos de insegurança, medo, desconfiança e invalidação foram comuns em muitas das participantes, sendo que em grande parte foi uma violência praticada por familiares e/ou parceiros(as) amorosos(as). É importante ressaltar que

a violência psicológica, diferente da violência física em toda sua enormidade, se mantém num canto escuro do armário, para onde poucos querem olhar (FONSECA, LUCAS, 2006).

De acordo com Rodrigues, Demori e Wolff (2021, p. 142), “Os principais agressores descritos tem sido os maridos, ex-maridos, namorados, ex-namorados, mas também pais, irmãos e outras pessoas homens cis hétero”. Em relação ao questionário respondido por mulheres do Rio Grande do Sul, foram relatadas agressões por (ex)namorado, tio, pai, irmão, avô, vizinho; porém mulheres também exerceram violências, tais como mãe, irmã, avó e (ex)namorada. Dentre as respondentes, 64% delas sofreram agressão em público e 71% em ambiente doméstico. Das agressões públicas, 38% dos agressores eram homens cisgêneros e 6,5% mulheres cisgêneros. Dentre as mulheres que sofreram agressão, 6,5% postaram em redes sociais sobre a violência sofrida, 51% falaram para amigos e conhecidos, 22% falaram para familiares, 16% nunca comentaram com ninguém e apenas 3% fizeram boletim de ocorrência. Percebe-se portanto, que grande parte dessas violências não incorporam os registros oficiais, o que indicaria uma significativa subnotificação de casos.

Além disso, dentre as 31 respostas, apenas 29% (n=9) afirmaram não ter sofrido nenhuma violência. Nota-se, porém, a diferença do perfil entre essas mulheres, pois todas as mulheres que selecionaram essa opção eram brancas, evidenciando a diferença nas estatísticas da violência sofrida por mulheres brancas quando comparada, por exemplo, à sofrida por mulheres negras, levando em consideração que todas respondentes autoidentificadas como negras afirmaram ter sofrido algum tipo de violência. Ademais, entre as mulheres que afirmaram não ter sofrido nenhuma violência,

67% são heterossexuais (n=6), 22% são bissexuais (n=2) e 11% são lésbicas (n=1). Dessa forma, entende-se que mulheres brancas, cisgênero, heterossexuais foram a maioria das que afirmaram não ter sofrido violências.

Com o intuito de ampliar o entendimento sobre as violências sofridas, o questionário contou com duas questões que proporcionaram às respondentes um espaço para falar sobre as violências sofridas por elas, sendo uma das questões “Como você entende essas violências para a construção das suas relações atualmente?” e a outra um espaço para que contribuíssem com um relato das experiências vivenciadas.

Antes de mais nada, é necessário entender a violência doméstica como uma das piores formas de violação dos direitos das mulheres, uma vez que aflige os seus direitos de usufruir da liberdade fundamental, afetando a sua dignidade e seu psicológico, principalmente sua autoestima, autoconfiança e relações sociais (PEREIRA et al., 2021). Portanto, a violência contra a figura feminina apresenta-se como uma grave expressão das relações sociais patriarcais, hétero e cisnormativas, com sequelas muitas vezes irreparáveis e que atravessam diversos âmbitos dos processos simbólicos e da linguagem das mulheres vitimadas.

Aspectos psicológicos envolvidos na violência doméstica contra mulheres

A fim de investigar e articular os aspectos psicológicos advindos da violência doméstica contra mulheres, faz-se necessário debruçar-se na identificação dos padrões sociais que condicionam essas mulheres ao sofrimento. Logo, é preciso compreender as subjetividades que são tecidas nas inte-

rações sociais, para que se possa problematizar as questões de gênero que são reforçadas na sociedade. Sendo assim, é indispensável que, pelo olhar da Psicologia e das Ciências Humanas, sejam concebidos os aspectos de composição estrutural das sociedades e relações de disposição social, política, cultural e econômica, construindo padrões de subjetividade que são cruciais para compreender a violência contra a mulher (SANTOS, MARTINS, 2020).

Ainda mais, a compreensão de que os papéis estereotipados de gênero, veiculados pela cultura através da família e da comunidade, produzem solo fértil para a violência (NARVAZ, KOLLER, 2006) é essencial para que se possa entender como esses abusos banalizados e naturalizados pela cultura sexista produzem afetos no nível da linguagem e do simbólico, caracterizando efeitos psicológicos na vivência das mulheres vítimas de violência. Segundo Tereza Bruel e Carolina Mombach (2015) a violência contra a mulher produz sofrimento psíquico, algo que foi analisado a partir de uma das perguntas abertas presentes no formulário online que embasou este capítulo, no qual foi questionado às participantes a maneira como elas entendiam as consequências da violência em suas relações.

Deve-se salientar a existência de um processo transgeracional de “coisificação” da mulher, fomentada em uma hierarquização estabelecida pelo sistema familiar patriarcal. Dessa forma, a identidade das mulheres vítimas de violência é, muitas vezes, fruto desse padrão familiar de subordinação, de maneira que “questionar essa realidade parece ir contra uma estrutura de pensamento de conteúdo religioso, moral, econômico, psicológico e social” (FONSECA, LUCAS, 2006, p. 6). Por consequência, ao ter essa identidade marcada pela violên-

cia, mulheres vitimadas sofrem de consequências psicológicas como insegurança, baixa autoestima e medo de se relacionarem novamente.

Alice, 26 anos, cisgênero, bissexual e preta, afirmou que as violências afetam as suas relações, pois “são reflexos da estrutura social que vivemos. Capitalista, heteronormativa, cisgênera e branca. Infelizmente, ainda muito naturalizadas e, por vezes, difíceis de identificar ou então, por uma série de fatores, difícil de sair de determinadas situações. Entretanto, sempre me posicionei e não deixei que ocorressem novamente”. Porém, os reflexos de uma socialização baseada na reprodução social das desigualdades de gênero — bem como as de raça, classe e orientação sexual —, têm como consequência a produção e reprodução social da subalternidade feminina, a qual colabora para a vulnerabilidade de mulheres frente à violência doméstica e os efeitos psicológicos que dela se manifestam (PIOSIADLO, FONSECA, GESSNER, 2014).

Priscila, 21 anos, cisgênero e lésbica, sente que as violências causadas por familiares e pela ex-namorada acarretaram “traumas e insegurança, porém muita força”. Já Marcia, 56 anos, cisgênero e branca, apresenta sentimentos como “falta de confiança, insegurança e dificuldade em me relacionar novamente”. Thalyta, 33 anos e heterossexual, ou Lauren, 21 anos e lésbica, expõem o medo de se relacionarem ou até mesmo de receberem toques físicos e afeto, apresentando efeitos psicológicos consequentes das violências sofridas por elas. Ao analisar esses relatos, vê-se os efeitos psicológicos da violência afetando as mulheres vitimadas em níveis que ultrapassam a elas mesmas, chegando no outro e em suas relações. O impacto dessa realidade afeta a percepção de algumas mulheres sobre si mesmas, produzindo sentimentos

de insegurança, falta de confiança e medo, os quais estavam presentes nas respostas do formulário. Suas interações com o meio social se apresentavam fragilizadas em decorrência dos efeitos psicológicos (FONSECA; LUCAS, 2006).

Mizuno, Fraid e Cassab (2010) salientam que as mulheres vitimadas podem vir a conviver com o isolamento social e o silêncio, impostos principalmente por mecanismos psicológicos de defesa diante da violência, podendo até mesmo vir a desenvolver quadros de depressão ao se tornarem mais retraídas, fechadas e pessimistas. A exemplo disso, Alexandra, 22 anos, preta e bissexual, que sente que a violência “impactou minha forma de ser/agir com as pessoas a minha volta, principalmente em outros relacionamentos amorosos, fazendo eu me sentir insegura, com medo de expor as minhas vontades, medo de reprovação a todo tempo pelas pessoas em volta, principalmente em situações sociais”.

Em resumo, a violência contra a figura feminina é um processo histórico-cultural de construção de papéis de gênero, sendo uma questão global interligada a uma questão de saúde pública, em que o processo de punição ainda é falho e inconstante, mesmo após a aprovação da Lei nº 11.340/2006 e da Lei 13.104/2015. Dessa maneira, o cuidado com as consequências psicológicas descritas nas respostas do formulário e em tantas outras mulheres vitimadas permanece sofrendo com uma defasagem, principalmente quando se leva em consideração que 71% das violências vivenciadas pelas respondentes aconteceram no ambiente doméstico.



Os danos psicológicos somam-se aos danos físicos, deixando o indivíduo aniquilado, perdendo a autoestima, a identidade, causando depressão, medo, estresse dentre outros transtornos. A desestabilização psicológica de vítimas de violência doméstica é um dos principais fatores para que a mulher deixe de viver saudavelmente. De forma que o trauma é o principal resultado da agressão, afetando-a cognitivamente, emocionalmente. Gerando assim, possíveis transtornos psicológicos (PEREIRA et al., 2021, p. 9-10).



Para as mulheres, em diversos momentos, a pior violência acaba por não ser somente a violência física, mas a tortura psicológica e a convivência com o medo, onde as palavras aniquilam a autoestima da vítima, deixando cicatrizes difíceis de serem apagadas (MIZUNO, FRAID, CASSAB, 2010). Esse sentimento é explicitado por Amanda, 20 anos, branca e heterossexual, a qual salienta que as violências geradas pelo ex-namorado “fizeram com que eu me sentisse mal comigo mesma, insuficiente e incapaz de me relacionar com outra pessoa”. Além de Amanda, adiciona-se o relato de uma mulher de 28 anos, branca e heterossexual, que preferiu manter-se anônima, a qual afirma que devido as violências dos pais, ela sentiu “impacto na autoestima, autoconfiança e na relação com os outros durante a adolescência e início da vida adulta, de forma que eu não me sentia a vontade para compartilhar assuntos pessoais com a família ou para ter relações afetivas, e não compartilhava dúvidas e inseguranças, o que me tornava mais insegura e confusa com as situações da vida”. Os impactos gerados na vida dessas mulheres demons-

tram que há diversas violências que as mulheres podem sofrer e que impactam em suas autopercepções e nos seus relacionamentos posteriores com outros sujeitos.

Diferenças entre as violências sofridas por mulheres negras

Ressalta-se a diferença entre as mulheres vitimadas no que tange à raça/etnia, pois a violência contra a mulher negra traz a necessidade de refletir não apenas sobre a violência de gênero, mas também sobre o racismo. Como identificado por Alves (2021), apesar da população feminina autodeclarada negra (1,1 milhão) ser menor do que a autodeclarada branca (4,7 milhões) no Rio Grande do Sul, foram as mulheres negras as principais vítimas de homicídios no Estado em 2019. Porém, apesar de serem a população majoritariamente violentada, as mulheres negras sofrem com a invisibilidade social oriunda do racismo.

Ao observarmos as informações do formulário, todas as mulheres respondentes que se autodeclararam negras afirmaram ter sofrido algum tipo de violência, como já pontuado anteriormente. Por serem atravessadas pela violência de gênero e pelo racismo, a desumanização das mulheres negras perpassa um processo onde constantemente lhes é negada a condição de pessoas (CARRIJO; MARTINS, 2020).

De acordo com o Atlas da Violência de 2021, é notável que nos últimos onze anos, embora tenha havido uma redução da violência letal, não se percebe redução da desigualdade racial, pois “em 2009, a taxa de mortalidade de mulheres negras era 48,5% superior à de mulheres não negras, e onze anos depois a taxa de mortalidade de mulheres negras

é 65,8% superior à de não negras” (IPEA; FBPS, 2021, p. 38). É preciso compreender, então, que o racismo serve como eixo articulador das desigualdades que impactam as relações de gênero, pois tanto raça quanto gênero são categorias construídas historicamente e são utilizadas como justificativas para as assimetrias sociais, que explicitam a maior vulnerabilidade das mulheres pretas em diversas esferas sociais (CARNEIRO, 2003).

Como colocado por Nay, 21 anos, preta e bissexual, “de todas as violências que eu já sofri na vida, pontuando também as violências estruturais, muitas me causaram o sentimento de culpa por muito tempo. Atualmente, vejo que essas atitudes dizem sobre quem as pratica. E assim consigo agora identificar e neutralizar qualquer atitude equivocada sobre mim, impondo meus limites e/ou me afastando”. E também Leslly, 22 anos, bissexual, parda, afirma que após sofrer violência psicológica, sexual, patrimonial e moral do ex-namorado, apresenta “medo de confiar, pisar em ovos para dizer o que eu quero, não consigo conversar com amigas antigas”. Leslly relata que houve “afastamento das pessoas do meu convívio, uma luta para manter negócios e hobbies por ciúme dos outros, xingamentos horríveis por não fazer as coisas como ele queria, noites em claro com discussões em que nunca era ouvida, sensação de apagamento total de quem eu sou”.

A partir disso, é preciso construir uma conscientização do ideal de ego branco patriarcal veiculado pela cultura. As mulheres negras e suas vivências devem ser ouvidas e valorizadas. Os relatos das mulheres não brancas, presentes no formulário, trazem o que Vanucchi (2017) coloca como essencial para o longo caminho a ser percorrido frente às desigualdades contra as mulheres, utilizando a palavra como ferramenta cultural.

Considerações finais

Conforme podemos perceber pelos relatos das mulheres cisgênero do Rio Grande do Sul que responderam ao questionário, o medo e a insegurança podem perdurar por muito tempo e impactar psicologicamente. Ao não divulgar essas violências publicamente e sequer comunicar às autoridades, essas mulheres sofrem sozinhas ou contam apenas com o auxílio de amigos e parentes próximos. Suas vozes são silenciadas e não contam com o suporte de profissionais da área da saúde, assistência social ou jurídica preparados para auxiliá-las.

As mulheres negras, vitimadas pela violência doméstica e atravessadas pelo racismo, necessitam de espaços psicoterapêuticos de acolhimento para contarem as suas histórias e assim poderem elaborar sobre a violência simbólica, que é fruto das identificações inconscientes e da opressão da dominação social de uma ideologia branca (CARRIJO; MARTINS, 2020). “Dessa forma, o desenvolvimento de políticas públicas para o enfrentamento das altas taxas de violência, portanto, não pode prescindir de um olhar sobre o racismo e a discriminação e como estes fatores afetam desigualmente as mulheres” (IPEA; FBPS, 2021, p. 40), de maneira que se possa ampliar as reflexões sobre os aspectos psicológicos da violência contra mulheres negras.

Entender os mecanismos de controle das mulheres (sejam eles referentes a gênero ou raça/etnia) e os desvelar publicamente é importante na medida em que explicita violências da ordem do simbólico. Ainda há muito a ser conquistado em relação a uma maior efetivação de políticas públicas que visem diminuir as desigualdades sociais na luta pelos direitos das mulheres e uma maior visibilidade ao combate à

violência contra as mulheres. Ao serem violentadas, elas são restringidas de seus direitos de cidadania, tal como a saúde e segurança. Lutar por direitos humanos é lutar também pelos direitos das mulheres e para que as violências e discriminações sejam suprimidas, nas suas mais diferentes formas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Isabel Angélica Scoto. **Violência doméstica e feminicídio contra as mulheres negras: E a invisibilidade dessas mulheres**. 2021. 49fl. Monografia (Curso de Especialização em Estudos de Gênero) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

BARRETO, Ana Cristina Teixeira. Carta de 1988 é um marco contra discriminação. **Revista Consultório Jurídico**. 5 nov. 2010. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2010-nov-05/constituicao-1988-marco-discriminacao-familia-contemporanea>. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 14 jan.. 2022.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

BRUEL, Tereza Cristina; MOMBACH, Carolina. Violência de gênero e saúde mental das mulheres: uma experiência no sul do Brasil. In: NEGRÃO, Telia, VARGAS, Regina, RODRIGUES, Leina Peres (orgs). **Saúde mental e gênero: novas abordagens para uma linha de cuidado - a experiência de Canoas (RS)**. Porto Alegre: Coletivo Feminino Plural, 2015.

BUENO, Samira; LIMA, Renato S. (org.). Violência doméstica e sexual. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, ano 15, p. 89-117, 2021.

CARNEIRO, S. **Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números**. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/e--BOOK--MULHERES-NEGRAS-e-VIOL%C3%8ANCIA-DOM%C3%89STICA-de-codifancando-os-n%C3%BAmoros-isbn.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CARRIJO, Christiane; MARTINS, Paloma Afonso. A violência doméstica e racismo contra mulheres negras. **Rev. Estudos Feministas**, v. 28, n. 2, p. 1-24, 2020.

CASIQUE, Leticia Casique; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. Violência contra mulheres: Reflexões teóricas. **Rev. Latino-am Enfermagem**, v. 14, n. 6, nov./dez., p. 1-8, 2006.

CRISTOFFANINI, Macarena T.; HERNANDEZ, Paola C. Violencia de género: prevalencia, imaginarios sexistas, y mitos en la juventud universitaria. **Apuntes**, v. 48, n. 88, p. 35-55, 2021.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. Violência Doméstica – Lei Maria da Penha (Lei 11340/2006) Comentada artigo por artigo. São Paulo: **Revista dos Tribunais**. 2007.

EVANGELISTA, Desirée. Direitos humanos das mulheres na esfera internacional. **Revista Jus Navigandi**, p. 1-10, 9 nov. 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/53646/direitos-humanos-das-mulheres-na-esfera-internacional>. Acesso em: 14 jan. 2022.

FONSECA, Paula Martinez da; LUCAS, Taiane Nascimento Souza. **Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas**. 2006. 25fl. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Psicologia) - Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Bahia, 2006.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FBSP - FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Atlas da violência 2021**. Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlas-violencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MIZUNO, Camila; FRAID, Jaqueline Aparecida; CASSAB, Latif Antonia. Violência contra a mulher: Por que elas simplesmente não vão embora? In: **I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, Londrina, 2010. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, Londrina: UEL, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/3.CamilaMizuno.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 37, n. 1, p. 7-13, jan./abr. 2006.

PEREIRA, Josenira Catique; TEIXEIRA, Felipe Sherwin Silva; NETO, Carlos Justino Ferreira; DIEFENBACH, Mayara da Silva. Consequências psicológicas da violência doméstica: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 4, n. 4, p. 14736-14752, jul./ago. 2021.

PIOSADLO, Laura Christina Macedo; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da; GESSNER, Rafaela. Subalternidade de Gênero: refletindo sobre a vulnerabilidade para violência doméstica contra a mulher. **Escola de Enfermagem Anna Nery**, v. 18, n. 4, p. 728-733, 2014.

RODRIGUES, Ale Mujica; DEMORI, Carolina Carbonell; WOLFF, Caroline. Da monogamia ao feminicídio: algumas reflexões. **Gênero e Diversidade**, v. 7, n. 3, p. 137-147, 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Claudiana Maria; MARTINS, Daniela Maria Barreto. Olhares da Psicologia acerca das violências contra as mulheres: incursões sobre a perspectiva de gênero. **Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 9, n. 1, p. 103-115, 6 jan. 2020.

SUDRÉ, Lu; COCOLO, Ana Cristina. Brasil é o 5º país que mais mata mulheres. **Entreteses - Revista Unifesp**. Novembro 2016. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/publicacoes/entreteses/item/2589-brasil-e-o-5-pais-que-mais-mata-mulheres>. Acesso em: 21 jan 2022.

VANUCCHI, Maria Beatriz Costa Carvalho. A violência nossa de cada dia: o racismo à brasileira. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da; ABUD, Cristiane Curi (Orgs.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 59-70.

RODA DE CONVERSA SOBRE O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM FLECHEIRA – CE

Denise Copetti Pivetta⁵

A violência se faz presente em toda a história da humanidade, mudando seu entendimento de acordo com a época e a cultura de cada sociedade. Assim como a violência de gênero, o que não era considerado violência em décadas passadas, hoje se caracteriza como violência. Em pleno século XXI, mesmo com políticas públicas de enfrentamento contra a violência doméstica e familiar sofrida por mulheres, no Brasil os índices são altos. Existe uma diferenciação desses índices conforme o estado do país. De acordo com “Diário do Nordeste”, em manchete publicada no dia oito de março de 2021: “Ceará é o 7º estado do país com mais denúncias de violência contra as mulheres”. Na praia de Flecheiras, a qual faz parte de um município desse estado, no dia 27 de outubro de 2021, participei de uma Roda de Conversa com as mulheres sobre o tema “Enfrentamento à violência contra a mulher”; instigada pelas reflexões, indagações e inquietações proporcionadas no decorrer do Curso de Capacitação.

A praia de Flecheiras, localizada no litoral oeste do Ceará, é um distrito do município de Trairi, a 130 quilômetros da capital do estado, Fortaleza, e a 12 quilômetros da sede do município. Em 2013 a população de Flecheiras contabiliza-

⁵Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria.

va cerca de 4.000 habitantes⁶. A atividade econômica ocorre através da pesca, turismo⁷, artesanato, comércio e algas marinhas. As mulheres, antes da expansão imobiliária local, eram responsáveis pela “catação de algas, mariscagem e a pesca em águas rasas, próximas à praia” (INSTITUTO TERRAMAR, 2013, p.80), bem como o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos. A expansão imobiliária modificou esse quadro de trabalho, pois a mão-de-obra de muitas dessas mulheres foi e é absorvida pelas pousadas e/ou hotéis, restaurantes e casas de veraneio, como faxineiras, passadeiras, cozinheiras, ainda também mantendo o cuidado da casa e dos filhos.

Encontro-me morando no Ceará desde maio de 2021 — morei aqui durante um mês e meio, retornando em outubro até o presente momento. Anteriormente, morava em Santa Maria – RS onde obtive a graduação em Ciências Sociais Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no início deste ano. Durante a minha formação acadêmica, a temática de violências relacionadas a gênero, raça/etnia e sexualidade não fizeram parte do meu escopo de interesse e estudo. Assim sendo, estou em adaptação, conhecimento e inserção na cultura local, que é totalmente diferente da qual estava inserida. Apesar de ser um povo acolhedor, a aceitação

⁶Os dados encontrados sobre a população de Flecheiras não são precisos, no material do Instituto Terramar (2013) contava com 4000 habitantes e para Rocha (2017) a população é de 2000 habitantes. O site da prefeitura do município de Trairi não informa. Como há bastante turismo, muitas casas de veraneio, principalmente daqueles que moram em Fortaleza, assim como moradores de fora do estado que trabalham nas eólicas, podem ter sido contabilizados juntamente com os moradores locais. Segundo o site da prefeitura de Trairi a população estimada do município é de 56291 habitantes em 2021.

⁷São várias pousadas, condomínios fechados e hotéis; bem como moradores locais que alugam por final de semana e feriados suas casas e/ou partes das mesmas.

na comunidade vai sendo construída aos poucos — ainda estou “explorando o campo” empírico, participando de algumas atividades coletivas como a anteriormente referida e, através de contato com agentes da comunidade do Trairi, pretendendo agendar uma conversa com a responsável pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho. Participo também do “Projeto Praia Viva Ruan”⁸ em Flecheiras, o qual tem um ano de existência e consiste em toda quarta-feira às 16h, em média de 40 a 60 crianças e adolescentes recolherem o lixo da praia, sendo acompanhados pela idealizadora do projeto e alguns adultos. Posterior ao recolhimento do lixo, por volta das 18h30, é servido lanche para o grupo participante.

A Roda de Conversa com a temática “Enfrentamento À Violência Contra a Mulher”, ocorrida no dia 27 de outubro/2021, conforme divulgação do mesmo nas redes sociais⁹, era para ter sido realizada na Praça de Flecheiras¹⁰. O evento fez parte da programação do Outubro Rosa, uma parceria entre a Prefeitura de Trairi – CE e a Secretaria Executiva de Políticas da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS) do governo do estado do Ceará. Estava presente a Unidade Móvel de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Campo, da Floresta e das Águas, ou Ônibus Lilás, que conta com psicóloga, assistente social e,

⁸ Projeto Paria Viva Ruan, disponível em: < <https://www.instagram.com/projetopraiavivaruauan/>>, acesso em: 17 de dez. 2021.

⁹ Instagram Prefeitura Municipal de Trairi, disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CVdrtcaJFKu/>>, acesso em: 17 de dez. 2021.

¹⁰ Conforme a divulgação do evento, o local para sua realização seria a Praça de Flecheiras e o mesmo foi montado lá, bem como a presença da unidade móvel no local. Porém, devido a vacinação contra a covid, que estava ocorrendo no posto de saúde de Flecheiras, o evento foi deslocado para lá.

às vezes, advogada — estando o quadro técnico completo no evento. Contava também com a presença de dois integrantes no enfrentamento à LGBTfobia¹¹, sendo um deles uma assistente social; a equipe que acompanha o Ônibus Lilás pelo estado, já que não possuem veículo próprio.

O evento estava marcado para iniciar às 8 horas. Cheguei ao local às 07 horas e 50 minutos e se encontrava presente a equipe da unidade móvel e uma psicóloga e assistente social do município. A psicóloga Gabriela, integrante da unidade móvel, veio falar comigo e me apresentei como cientista social, relatando que gostaria de participar do evento como observadora, sendo prontamente acolhida. Gabriela relata que os recursos da unidade móvel vieram do Governo Federal na gestão de Dilma Rousseff, fazendo parte do programa “Rede de Enfrentamento À Violência Contra as Mulheres” em parceria com o governo do estado. Ela percorre todo o estado do Ceará, tendo como foco “as mulheres do campo, das florestas e das águas”.

A psicóloga, que também é gaúcha, disse que no estado RS não há unidades móveis, pois não é do interesse do(s) governante(s) desse estado instituir essa política pública e que a não implementação dessas faz parte do “jogo de inte-

¹¹ O governo do Ceará, desde 2010, conta com uma Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Informações retiradas do folder “CEARÁ DE TODXS” do governo do estado do Ceará, distribuída no dia do evento já citado. A assistente social presente, que faz parte dessa coordenadoria, explicitou ao público presente que é transexual, esclarecendo que a maneira de se vestir, as falas e trejeitos “exagerados” da população LGBT são uma forma de chamar atenção pra si e, assim, poder receber o reconhecimento, acolhimento e aceitação das pessoas. E se alguma das mulheres presentes tivesse alguém de seus familiares que engloba essa população, que acolha, já que são seres humanos e têm os mesmos direitos que a população em geral.

resses políticos”. Tanto a psicóloga do Ônibus Lilás como a assistente social do município relatam que esses eventos de enfrentamento à violência contra as mulheres contam a participação das mesmas se eles proporcionarem um “chamarisco”, como ofertar corte de cabelo, manicure, maquiagem e lanche — no evento supracitado foi ofertado lanche e água.

O local do evento foi deslocado com toda a sua estrutura e equipe para a Unidade Básica de Saúde (UBS) de Flecheiras, localizada no Barreiro, bairro considerado de classe baixa pela população local. No mesmo dia e horário, estava ocorrendo nessa unidade a vacinação contra a covid-19 e transcorrido quase uma hora para o início da roda de conversa na praça não apareceu nenhuma mulher moradora local para participar. O Ônibus Lilás ficou em frente a unidade de saúde, foi colocado um toldo e embaixo dele foram colocadas cadeiras posicionadas em semicírculo. A fila para a vacinação comportava em média cinquenta pessoas, incluindo mulheres, homens e crianças; foi combinado com as agentes dessa unidade que as fichas seriam chamadas também perto do ônibus para que as mulheres que participassem não perdessem seu lugar. Somente doze mulheres participaram.

A psicóloga integrante do ônibus iniciou questionando se elas tinham conhecimento da Lei Maria da Penha e se sabiam quais as formas de violência contra a mulher de acordo com a lei. As mulheres participantes desconheciam a violência patrimonial, mas as outras violências que constam na referida lei eram de seu conhecimento. Também foi colocado à disposição das mesmas o atendimento individual, caso desejassem. O trabalho proporcionado pela unidade móvel é de esclarecimentos, informações com relação à violência contra a mulher, os locais e de que forma elas podem buscar auxílio,

seus direitos, sendo uma forma preventiva e educativa. Após a explanação, foi distribuído lanche aos participantes e uma cartilha/folder com o título “Mulheres Por Mais Liberdade. Por Mais Respeito. Por mais Igualdade”, da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS) do governo estadual. O panfleto aborda a violência contra as mulheres, a Lei Maria da Penha e sua tipificação, as alterações da lei, a Lei do Minuto Seguinte, a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, bem como a Casa da Mulher Brasileira do Ceará e os telefones e endereços onde buscar ajuda e atendimento; e um saquinho contendo balão, apito e pirulito.

Sabe-se que a violência contra as mulheres ainda é naturalizada tanto no âmbito privado como no público no Brasil, que as mulheres são subjugadas em decorrência da cultura do patriarcado. Assim como há uma discrepância referente a gênero, raça e classe no que diz respeito aos direitos humanos, acesso à justiça. A minha experiência nesse evento me conduz a vários questionamentos. O que está por trás da baixa participação das mulheres no evento do dia 27? Por que a necessidade de usar um “chamarisco”? Será que elas usam esse chamarisco no âmbito doméstico como uma “desculpa” para participarem?

O estado do Ceará, como já mencionado, é o 7º estado brasileiro¹² com mais denúncias de violência contra mulheres. Em outra matéria do Diário do Nordeste, do dia 13 de outubro deste ano, consta o título “359 denúncias de violência contra a mulher foram registradas no Ceará por semana, em

¹² Diário do Nordeste, disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/ceara-e-7-estado-do-pais-com-mais-denuncias-de-violencia-contras-mulheres-1.3057284>>, acesso em: 19 de dez. 2021.

2021”¹³ — denúncias feitas com base na Lei Maria da Penha. Segundo relato de agente policial responsável pelo registro dos boletins de ocorrência (BOs) da delegacia, que fica na sede de Trairi, não há registros de furto em Flecheiras e muito poucos na sede do município. A maioria dos boletins de ocorrência são denúncias de violência doméstica. Em contrapartida, ao perguntar a uma professora municipal de Flecheiras com trinta anos de magistério, atuante na escola municipal daqui e nativa, se havia relatos de violência doméstica e/ou conhecimento no âmbito escolar, ela respondeu-me que “nunca ouviu falar em violência doméstica”.

Como primeira reflexão, percebo um paradoxo no estado do Ceará, visto que a Lei Maria da Penha foi criada após anos de luta por reconhecimento e justiça pelo caso ocorrido de violência doméstica de uma cearense. Também reflito a discordância abismal entre os relatos, de um lado do agente policial e de outro da professora, levando-me a pensar que a violência doméstica e familiar nessa localidade fica no âmbito privado; se por ventura vier para o âmbito público, a comunidade não comenta. Questiono também que ainda há muito “tabu” e “vergonha” com relação a violência doméstica e familiar nessa comunidade. Como essas mulheres conseguem permanecer caladas diante da violência sofrida? Será pela falta de informações e esclarecimentos com relação aos seus direitos?

¹³ Diário do Nordeste, disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/359-denuncias-de-violencia-contr-a-mulher-fo-ram-registradas-no-ceara-por-semana-em-2021-1.3147469>, acesso em: 19 de dez. 2021.

O Atlas da Violência 2021 (p. 37) descreve que a taxa de homicídios femininos entre 2018 e 2019 no Ceará reduziu 53,8%. Mesmo sem dados empíricos comprobatórios, penso que as políticas públicas de reparação/enfrentamento/combate/erradicação, assim como os movimentos sociais e as ONGs que lutam contra as violências sofridas pelas mulheres são de suma importância para a redução dos índices de violência e feminicídios, assim como a educação no âmbito escolar. Percebo que existe um longo caminho a ser continuado e trilhado na luta de combate à violência contra as mulheres, visto que não é possível desnaturalizar essa violência de décadas num curto espaço de tempo. Porém, acredito também que todos esses movimentos e políticas públicas balizam o caminhar direcionando a novas conquistas em busca de justiça, reconhecimento e reparação às mulheres.

REFERÊNCIAS

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/08/atlas-violencia-2021-v6.pdf>. Acesso em: 14 de dez. 2021.

INSTITUTO TERRAMAR. Sistematização do projeto algas cultivando sustentabilidade/ Elizabeth Ferreira (Org.); Sheila K. P. Nogueira (Coord.) – Fortaleza: Instituto Terramar, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIRI. Disponível em: < <https://www.trairi.ce.gov.br/omunicipio.php> >. Acesso em: 14 de dez. 2021.

ROCHA, Marcos Antônio de Castro. Arquitetura e resistência: centro socioambiental em Flecheiras - Ceará. 2017. 1 CD-ROM. Trabalho de conclusão de curso (Graduação - Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/156385>. Acesso em: 14 de dez. 2021.

PARA ALÉM DA REPARAÇÃO FINANCEIRA DAS INDENIZAÇÕES

O reconhecimento e a denúncia das violências contra ex-presas políticas, Rio Grande do Sul (1964-1979)

Paula Ribeiro Ciochetto¹⁴

Em 18 de novembro de 1997, foi sancionada a Lei Estadual nº 11.042, em que se “reconhece a responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul por danos físicos e psicológicos causados a pessoas detidas por motivos políticos e estabelece normas para que sejam indenizadas”.¹⁵ No Art. 1º, a Lei estabelece:

¹⁴ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM). Bolsista CAPES/DS.

¹⁵ Lei nº 11.042, de 18 de novembro de 1997. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-11042-1997-rio-grande-do-sul-reconhece-a-responsabilidade-do-estado-do-rio-grande-do-sul-por-danos-fisicos-e-psicologicos-causados-a-pessoas-detidas-por-motivos-politicos-e-estabelece-normas-para-que-sejam-indenizadas>>. Acesso em: 15 set. 2019.



O Estado do Rio Grande do Sul indenizará, nos termos desta Lei, as pessoas que, presas ou detidas, legal ou ilegalmente, por motivos políticos entre os dias 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, que tenham sofrido sevícias ou maus tratos, que acarretaram danos físicos ou psicológicos, quando se encontravam sob guarda e responsabilidade ou sob poder de coação de órgãos ou agentes públicos estaduais.¹⁶



Deste modo, considerando a delimitação temporal estabelecida na Lei, entre 1961 e 1979, tem-se uma parte do período que corresponde à vigência da ditadura civil-militar brasileira. Essa que foi instituída em 1964, através de um golpe que depôs o governo constitucional do Presidente João Goulart, e estendeu-se por 21 anos (1964-1985). Ao longo desse período, sucessivos ditadores ocuparam o poder, determinaram inúmeros Atos Institucionais (AI) e arbitrariedades. Por outro lado, homens e mulheres, resistiram e lutaram contra a ditadura, mobilizando-se em partidos ou organizações de esquerda que estavam na clandestinidade. A repressão atuou sobre esses grupos, sobre o corpo e o psicológico de seus integrantes, promovendo tortura, morte, desaparecimentos, exílio, censura, perseguição e espionagens aos opositores, considerados “inimigos internos” e/ou “subversivos”.

A Lei referida deu origem aos processos administrativos de indenização da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, que estão preservados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Nesse sentido, pretende-se iden-

¹⁶ Ibidem.

tificar, a partir de cinco processos requeridos por mulheres ex-presas políticas, aspectos de como a repressão agiu contra as mulheres, em seus corpos, através da violência física, sexual, sexual verbal e psicológica, assim como os efeitos dessas violências e da prisão em suas vidas, evidenciando a importância dos processos administrativos de indenização para trazer à tona os depoimentos dessas mulheres que resistiram à ditadura civil-militar brasileira.

A Lei nº 11.042/97 e os processos administrativos de indenização

Ao reconhecer a responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul pelas violações ocorridas, foram estabelecidas normas para que os requerentes fossem indenizados. Assim, criou-se uma Comissão Especial¹⁷ para receber e avaliar os pedidos. Os casos procedentes deveriam receber uma indenização pecuniária, que não poderia ultrapassar a quantia de 30 mil reais, nem ser inferior a 5 mil: “Devendo sua fixação levar em conta a extensão e gravidade das sequelas apresentadas pelo ex-presos ou ex-detido”.¹⁸ Os pedidos deveriam ser feitos “[...] pelas próprias pessoas a quem se refere o artigo 1º e, em caso de morte, por seus descendentes, ascendentes ou cônjuges [...]”.¹⁹

Considerando o período de 1961 a 1979, foram instaurados 1704 processos administrativos de indenização, produzidos pela Comissão Estadual de Indenização. Desses, entre

¹⁷ Ibidem. Sobre os membros da Comissão Especial, ver Art. 3º da Lei nº 11042/97.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Ibidem.

os anos de 1964 e 1979, 80 foram requeridos por mulheres. Os nomes e os dados de todos os requerentes constam no “Catálogo Resistência em Arquivo: Memórias e Histórias da Ditadura no Brasil”, organizado e publicado pelo APERS, em decorrência da criação da Comissão Estadual da Verdade, promulgada pelo Decreto Estadual nº 49.380/2012.²⁰

Nesses processos, ao serem provadas prisões e agressões, o Estado realizava o pagamento de uma indenização, sendo que como prova das violações e crimes cometidos foram juntados aos autos depoimentos, testemunhos, recortes de jornais e laudos médicos. Desse modo,



[...] estes processos administrativos de indenização trazem dados referentes a qualificação profissional do postulante, relato sobre datas, locais e duração da detenção ou prisão, depoimentos de tortura com os nomes dos torturadores, indicação de pessoas que presenciaram os fatos relatados, certidões expedidas por órgãos públicos, como folha corrida judicial, peças de inquérito policial-militar, de processo penal militar, prontuário policial, fotos, recortes de jornais, entre outros documentos (ALMEIDA, 2014, p. 07).



As indenizações, não devem ser consideradas apenas como o pagamento de um valor pecuniário, elas evidenciam um período em que o Estado, através de seus agentes, praticou inúmeras violações dos direitos humanos. Nesse sentido, Paula Lacerda aponta que “quando o ‘Estado’ paga uma inde-

²⁰ Decreto Nº 49.380, de 17 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2049.380.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

nização, isso significa em termos políticos o reconhecimento público da responsabilidade de suas instituições na violação de direitos, o que é ainda mais significativo em ‘casos’ nos quais durante anos negou-se a responsabilidade” (2020, p. 265). E isso se dá nos processos administrativos de indenização em questão, neles a dor e os sofrimentos são expostos, sendo consequências da perseguição, tortura e prisão, que levaram a prática de inúmeras formas de violências físicas e psicológicas, com impactos reais na vida das mulheres militantes ex-presas políticas.

Pensando a Lei dos Desaparecidos, Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, promulgada durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e na criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída em 2011, pela Lei nº 12.528, pela Presidenta Dilma Rousseff, Cynthia Sarti aponta:



A partir do reconhecimento da necessidade de uma política de memória e reparação, o sofrimento passa a ser visto como uma questão indissociável do reconhecimento público e oficial da violência que o gerou. Assim, as possibilidades de seu cuidado e de sua elaboração no plano subjetivo estão diretamente relacionadas ao lugar que os acontecimentos adquirem no plano político da esfera pública (2014, p. 79).



A partir dessas fontes, entende-se que as políticas de memória e as reivindicações por verdade e justiça contribuem para que aquilo que estava no subterrâneo, ou mesmo que sendo dito e sendo desvalorizado, seja ouvido e estruturado, conferindo historicidade para o relato e a construção de sentidos para o passado.

Ainda de acordo com Lacerda, ao serem reconhecidas as violações cometidas pelo Estado através de seus agentes, há uma dimensão simbólica, pois “ser beneficiário de uma indenização transforma identidades e ressignifica trajetórias. Assim, no que se refere às vítimas da repressão política, aqueles que eram chamados de ‘terroristas’ e considerados como ‘inimigos da pátria’ recebem a categoria de ‘perseguidos políticos’” (2020, p. 265). Pensamento corroborado por Enrique Serra Padrós, que afirma:



Há um feito reparador ao trazer à tona “falas” de homens e mulheres concretos, mediante a divulgação de documentos que narram situações e protagonismos diante da repressão estatal. A reparação se manifesta quando as vítimas são reconhecidas como tais, quando se divulgam as motivações que as levaram a agir e/ou optar de acordo com a sua consciência — e apesar de condições tão adversas. Se na sua origem a documentação em questão propiciou uma solicitação de reparação pecuniária, ela é, hoje, portadora de outros significados muito mais profundos, como na contribuição no reconhecimento de crimes cometidos por agentes estatais, ou na elucidação do desenho e funcionamento das estruturas repressivas. Estes documentos restituem a voz dos que foram acusados de “subversivos” e

“terroristas” — acusação que garantia maus-tratos ou, até, condenação à morte -, sem direito de defesa ou de denunciar o que estavam sofrendo. É o som da voz, do grito silenciado pelo arbítrio, pela história oficial, pelo esquecimento, pela indiferença de décadas (2014, p. 11).



As mulheres ex-presas políticas, ao reivindicarem a indenização, fizeram mais do que solicitar o valor pecuniário: elas quebraram os silêncios impostos pelo arbítrio, apontaram a resistência das mulheres à ditadura civil-militar brasileira e as diversas formas de repressão a que estiveram submetidas e resistiram.

As mulheres militantes e os estereótipos femininos

Durante a vigência da ditadura civil-militar brasileira, homens e mulheres se mobilizaram e lutaram pela redemocratização. Em relação às mulheres, entende-se que elas estavam diametralmente opostas ao ideal de feminilidade construído ao longo do tempo e perpetuado por religiões e manuais de comportamento. Essas mulheres ocuparam o espaço político e público, que era considerado historicamente como masculino.

Os mecanismos de poder pertenciam aos homens, no caso, militares e civis que ocupavam os setores do Governo, comandados pelos ditadores que se sucederam ao longo de 21 anos, e mesmo ao término da ditadura permaneceram no masculino. Assim, é preciso considerar que nas ditaduras, não somente na brasileira, mas as do Cone Sul, há, de acor-

do com o entendimento de Elizabeth Jelin, “especificidades de gênero”, pois “los impactos fueron diferentes en hombres y mujeres, hecho obvio y explicable por sus posiciones diferenciadas en el sistema de género, posiciones que implican experiencias vitales y relaciones sociales jerárquicas claramente distintas” (2002, p. 100).

A mulher militante rompia os estereótipos relacionados ao feminino e, assim, Ana Maria Colling considera:



A mulher militante política nos partidos de oposição à ditadura cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões estabelecidos para os dois sexos. A repressão caracterizava a mulher militante como a PUTA COMUNISTA. Ambas categorias desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade, que enclosura a mulher no mundo privado e doméstico (2004, p. 08).



O corpo das mulheres e os significados que ele representa foram atingidos com a repressão àquelas que lutaram contra a ditadura, desafiando o patriarcado. Desse modo, o corpo das mulheres era o alvo privilegiado das ações dos agentes do Estado que cometiam a tortura — era exposto, objetificado, havendo a tentativa de sua desqualificação devido às relações e hierarquias de gênero construídas social e culturalmente e aquilo que era esperado do comportamento feminino. Nesse sentido, Maria Amélia de Almeida Teles reflete:



Mulheres foram perseguidas, torturadas, assassinadas pela ditadura e tiveram seus corpos ocultados — vítimas do desaparecimento forçado. Mas a ditadura as identificava primordialmente com a maternidade, e seu lugar na família deveria ser de mãe e cuidadora, responsável pelo bem-estar de todos integrantes da casa. Não por acaso, controlar seus corpos, violar sua sexualidade por meio do estupro e outros crimes sexuais foi modus operandi usado contra elas, com o objetivo de desmoralizá-las, disseminar a desconfiança e reforçar a ideia de que as mulheres deveriam se submeter aos ditames patriarcais (2020, p. 368).



Desse modo, as mulheres militantes, consideradas desviantes do padrão de feminilidade, que correspondia a mulher esposa e mãe confinada no espaço do lar, sofreram inúmeras violências aplicadas em seus corpos, assim como violências verbais e ameaças. Para Colling, isso seria:



Docilizar o corpo da mulher para sujeitá-lo, fragilizá-lo, para que ela entendesse sua posição de inferioridade absoluta ao poder instituído, são os objetivos fundamentais da tortura. Era preciso que se entendesse que a militante política era uma mulher desviante, porque poder e política rimam com masculinidade, com virilidade, e não com feminilidade. O homem cometia o pecado ao se insurgir contra o regime militar, mas a mu-

lher cometia dois: o de lutar juntamente com os homens e o de ousar sair do espaço privado, a ela destinado historicamente, adentrando no espaço político e masculino (1997, p. 80).



As vidas das mulheres ex-presas políticas, a partir da experiência da resistência à ditadura, a prisão e tortura, ficaram marcadas em muitos aspectos, com os planos interrompidos ou adiados, assim como tiveram que lidar com inúmeros sofrimentos causados pela repressão. Assim, passa-se agora a observar o que algumas dessas mulheres relataram em seus depoimentos para a Comissão Especial de Indenização, do Estado do Rio Grande do Sul.

O reconhecimento e a denúncia das violências contra ex-presas políticas

Na manhã de 24 de agosto de 1964, Luísa,²¹ militante do MR-26, foi presa (sequestrada) pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) em sua residência e levada para o SESME (Instituto Central de Menores), onde permaneceu até 19 de novembro daquele ano.

No dia anterior à sua prisão, ao voltar do posto de saúde com sua filha de cinco anos, que estava doente, encontrou sua “casa cercada por forte contingente policial”.²² Devido ao estado de sua filha e à forte chuva que caía em Porto Alegre, não foi levada naquela noite, mas ao clarear do dia, ao

²¹ Por questões éticas os nomes citados não são os verdadeiros. As cinco ex-presas políticas foram indenizadas no valor máximo estipulado pela Lei 11.042/97. APERS. Estante 59C-1, caixa 004.049.

²² Ibidem, p. 17.

que relata: “Atendi os policiais pela janela, e queriam levar-me, segundo o inspetor que dirigia o grupo, para prestar um simples depoimento, sem maiores explicações e sem que eu soubesse do que se tratava”.²³ O cerco permaneceu até o momento em que foi levada.

Naquela noite, afirma que não dormiu e assim permaneceu por 40 horas. Ao longo do dia 24 de agosto, foi submetida a interrogatórios, iniciando-se as ameaças e ofensas, que ela classifica em sua fala como drásticas e pesadas.



Não foram poupados palavrões, e agressões verbais: puta, vagabunda, vadia e outros termos ofensivos introduziam cada pergunta ou frase dos interrogadores. Isto prosseguiu durante todo o dia, sem qualquer pausa, levando-me a um estado de extrema exaustão, ao que se somava a falta de alimento e de sono, além da preocupação com a saúde da minha filha.²⁴



Para Janaína Contreiras, que analisou alguns destes processos administrativos de indenização, além de outros conjuntos de fontes referentes ao Brasil e Argentina, esse seria um caso de violência sexual verbal, sendo que “há relatos de ameaças de violência sexual que foram verbalizados ou tipos de xingamentos e humilhações que atingiram a moral das sequestradas, por ser de cunho sexual” (2018, p. 145). Para a historiadora, algumas dessas violências sexuais verbais também podem ser entendidas como violência de gênero,

²³ Ibidem.

²⁴ Ibidem.

devido aos papéis social e culturalmente construídos acerca do comportamento feminino, que era transgredido pelas mulheres militantes (CONTREIRAS, 2018).

Em outros depoimentos também está presente o elemento da violência verbal/violência sexual verbal. Essa que muitas vezes precedia o estupro, ameaças ou outras práticas de tortura ao corpo feminino, como aponta Juliana,²⁵ detida no dia 10 de abril de 1970, também em sua casa, por agentes do DOPS, e levada para as dependências deste órgão:



Enquanto me torturavam, falavam obscenidades, perguntando se eu era virgem e que se fosse deixaria de ser naquele momento. Entre uma seção de tortura e outra, me levavam para um quarto onde tinha dois indivíduos deitados numa cama e ameaçavam sevir. É difícil repetir neste documento tantas obscenidades, tantas ameaças.²⁶



Juliana requereu a indenização por ter estado presa do DOPS de Porto Alegre entre 10 de abril a 05 de maio de 1979. Pertencia à mesma organização que Luísa, o MR-26. Seu depoimento corrobora com a presença da violência sexual verbal e aponta a ameaça de estupro.

Do mesmo modo, Amanda,²⁷ pertencente a VAR-Palmares, esteve presa entre abril de 1970 e maio de 1971, sendo diversas vezes torturada, algumas das vezes junto com seu então namorado, também militante político, e em outras na

²⁵ APERS. Estante 60A4, caixa 004.1097.

²⁶ Ibidem, p. 13.

²⁷ APERS. Estante 59C5, caixa 004.69.

presença de outro companheiro, amigo do casal. “Essas torturas eram acompanhadas de palavrões, xingamentos e coisas do gênero para humilhar e desmoralizar. Eu, por ser mulher, diziam ser todas ‘terroristas’, que éramos putas e coisas parecidas”.²⁸ Aponta que, em algumas vezes em que havia sido torturada com o namorado, a ameaçavam de estupro e tocavam em seu corpo. Amanda esteve presa no DOPS da capital, sendo posteriormente transferida para o Presídio Feminino Madre Pelletier. No período em que esteve no presídio, os agentes do DOPS a buscavam para sessões de tortura e interrogatórios.

Voltando ao relato de Luísa, há a efetivação da violência sexual contra a mulher presa política, pois na continuidade dos interrogatórios ela veio a desmaiar e a ser violentada, o que acarretou consequências traumáticas para sua vida. Quando desses fatos, ela estava nas dependências do DOPS, sendo posteriormente transferida para o SESME. Porém, era levada diariamente ao DOPS para interrogatórios.

Após permanecer 40h sem dormir, estando com fome e exausta,



[...] já tarde da noite desse dia 24, fui levada para uma sala às escuras e deixada só. [...]. Caí numa semi-consciência, até a entrada de dois indivíduos, aos gritos de que agora eu responderia a tudo o que eles queriam saber. Mas não fizeram nenhuma pergunta, foram logo esbofeteando-me, chamando-me de vagabunda e outras palavras de baixo calão, empurrando-me de um para o outro, até que me atiraram no chão e golpeei a cabeça. Não posso determinar o momento em

²⁸ Ibidem, p. 19.

que começaram a agredir-me sexualmente, pois perdi os sentidos, e só mais tarde, pelas evidentes marcas deixadas em meu corpo, pude constatar estupro com sevícias.²⁹

O relato segue:

Poucos dias depois, comecei a expelir pus pelos órgãos genitais, que estavam barbaramente feridos interna e externamente. Senti dores atrozesses nesses órgãos, nos seios muito machucados, na cabeça e em todo corpo. Meu estado foi-se agravando cada vez mais, pois o processo infeccioso, além de não estar sendo tratado, era agravado pela falta de condições mínimas de higiene, pois faltava água até 3 dias consecutivos e não tínhamos sequer papel higiênico ou mesmo jornal.³⁰

Como consequência da violência sexual sofrida, contraiu uma doença sexualmente transmissível, e após agravado estado de saúde foi encaminhada para um hospital, onde constataram que ela estava grávida de 5 semanas. Luísa não sabia se o filho seria dos torturadores ou de seu companheiro, com quem havia estado pouco tempo antes da prisão. Somente constatou que seu filho era de seu companheiro quando ele cresceu e apresentou semelhança física.

Ainda presa foi chantageada para que atuasse como informante junto ao movimento sindical, no qual ela teria forte atuação até o golpe de 1964:

²⁹ APERS. Estante 59C-1, caixa 004.049. p. 17.

³⁰ Ibidem.

Primeiro ofereceram-me um salário bastante alto e liberdade imediata, e com minha recusa voltaram as ameaças e agressões. Ameaçaram-me com 10 anos de prisão, descrevendo-me com os piores detalhes e requintes de crueldade, tudo que me aconteceria numa prisão de mulheres. É lógico que eu não poderia aceitar compromisso nenhum com meus torturadores.³¹

Ao se negar, deixaram-na em uma sala com a porta aberta, durante horas:

Quando se convenceram que eu não cederia, os “interrogatórios” subsequentes passaram a assumir nova rotina, evidentemente procurando minar minha resistência física e moral. Os policiais passavam constantemente por ali e todos, durante todo o dia, marcavam presença. Todo policial que passava se achava na obrigação de me bolinar, tocar-me das maneiras mais obscenas, empurrar-me, esbofetear-me, chamar-me de puta e os outros palavrões, e perguntar-me sobre o que chamavam “minhas putarias com os companheiros de prisão”, descrevendo pornografias em detalhes do que, segundo eles, eu fazia com os outros detidos. Diziam que me levavam ao DOPS para que eu descansasse um pouco de tanto trepar, pois havia mais de 40 prisioneiros. Devo dizer que nesse período eu era a única mulher presa no SESME, e que os companheiros presos sempre me trataram com o maior respeito.³²

³¹ Ibidem, p.18.

³² Ibidem.

Havia entre os agentes, um estereótipo que procurava desqualificar o comportamento sexual das militantes, que está presente no depoimento de Joaquina,³³ militante da VAR-Palmares, e posteriormente da VPR, que em 10 de abril de 1970 foi presa no DOPS, Porto Alegre, sendo um mês depois transferida para o Presídio Feminino Madre Pelletier, onde permaneceu até 08 de julho de 1970. Submetida a sessões de tortura para delatar seus companheiros, afirma que queriam que ela contasse onde um deles estava.



Um dos homens era chamado de Paulo Malhães, que diziam ser capitão do exército carioca, outro era um delegado do DOPS gaúcho, cujo nome não foi mencionado. O gaúcho era o mais agressivo, o que mais ameaçava e ofendia, e o outro era o que se fazia de bonzinho, dizendo que tinha muita pena de mim, que ele queria que aquilo tudo acabasse logo, que era só eu falar onde estava [...] e onde era o aparelho. Ao mesmo tempo era ele quem mais acionava a máquina de choques.³⁴



Assim, com o objetivo de cessar a tortura, e pensando que seu companheiro já estivesse partido para a clandestinidade, após contar inúmeras história para ganhar tempo, falou o que eles queriam ouvir.

³³ APERS. Estante 59C1, caixa 004.047.

³⁴ Ibidem, p. 07.



Depois disso as sessões de choque elétrico pararam, mas continuaram outras formas de impor sofrimento, medo e humilhação. Eu lembro que o coronel Átila me deixava horas seguidas de pé, imóvel, para me obrigar a escrever relatório, e lembro de Pedro Selling amassando os próprios dedos numa porta (sem querer) descontrolado de tanta fúria, quando descobriu alguma contradição na minha história. Lembro também de um general que vinha me interrogar e cujo único interesse era a “liberdade sexual” entre as pessoas da esquerda.³⁵



Se, por um lado, tem-se a tentativa da desqualificação do comportamento sexual entre as “pessoas de esquerda”, por outro vemos como os agentes do estado expunham o corpo das mulheres a partir do momento em que elas eram sequestradas e ficavam vulneráveis. A nudez é um elemento marcante no depoimento das mulheres. Joaquina aponta que foi levada para uma sala, “sem janelas, mandaram que eu tirasse a roupa me ameaçando e me humilhando, ficavam olhando, ridicularizando, depois passaram a dizer que eu não sabia o que me esperava”.³⁶

Em relação a nudez, Colling (1997) aponta que as mulheres submetidas a tortura, quando eram obrigadas a ficarem despidas, ficavam desestruturadas. Isso se dava também em função de padrões morais e de socialização, considerando hierarquias, papéis e relações de gênero construídas na sociedade, em que há um pudor em relação ao corpo feminino.

³⁵ Ibidem, p. 07-08.

³⁶ Ibidem, p. 06.



Parece que percebendo a intimidade da mulher, ou recolhendo saberes já colocados na sociedade, a repressão vai agir sobre esse corpo desnudo. Conhecendo esta relação da mulher com sua nudez, o torturador, sempre masculino, sabe que não é preciso tocá-la. Sons, e ruídos, manifestações da presença, frente a mulher desnuda e privada de visão, são suficientes para amedrontá-la e violentá-la (COLLING, 1997, p. 80).



A essa violência também esteve exposta Martina,³⁷ que pertencia ao PCdoB. Estando presa entre fevereiro e março de 1973, no DOPS de Porto Alegre, até outubro daquele ano em São Paulo. Relata: “Logo de chegada me mandaram tirar a roupa, e iniciaram os choques elétricos e ao mesmo tempo interrogavam para denunciar meus companheiros. Eu tinha 27 anos e era virgem ainda, nunca estive nesta situação antes, nua diante de homens”.³⁸

Contreiras destaca a relação entre a masturbação e a tortura, presente em depoimentos de mulheres ex-presas políticas, o que seria um “prazer sádico: sentir-se excitado vendo o sofrimento de outra pessoa” (2018, p. 158). Assim, o relato de Amanda, que também consta em suas análises, revela:



O que mais me chocava era que, alguns destes torturadores demonstravam claramente que sentiam prazer em torturar. Um deles, oficial do exército, carioca, conhecido pelo codinome Ma-

lhães (não sei qual o verdadeiro nome) chegou a ejacular nas sessões e ria. Ele também era mestre em apertar certos pontos do corpo que produziam uma cor muito forte e gabava-se disso. Ele dava aulas de tortura para os outros colegas.³⁹



Na passagem acima identifica-se a presença desse prazer sádico e então questiona-se como pessoas que cometiam esses atos de extrema violência contra as mulheres se sentiam aptos para julgarem o suposto comportamento sexual dos militantes de esquerda, especialmente entre as mulheres. Havia, dessa forma, uma dupla moral, que desconsiderava tais mulheres, e, assim, “constata-se a existência de um prazer sádico desses homens quando viam as detidas na condição de indefesas e humilhadas. Sentiam prazer em vê-las nuas e exibiam-se sexualmente masturbando-se e mostrando o pênis” (CONTREIRAS, 2018, p. 159).

Os relatos trazem passagens acerca das diversas formas de violência física, sexual e verbal sexual a que as mulheres ex-presas políticas foram submetidas pelos agentes do Estado, por estarem resistindo à ditadura civil-militar imposta com o golpe de 1964. Assim, ocupavam um lugar público e político, rompendo com padrões de feminilidade.

³⁷ APERS. Estante 59B, caixa 004.37.

³⁸ Ibidem, p. 16.

³⁹ APERS. Estante 59C5, caixa 004.69, p. 16.

O impacto da violência e os desfechos em suas vidas

As violências a que essas mulheres foram submetidas marcaram suas vidas e as modificaram profundamente. Marcaram o corpo feminino e suas memórias. Durante o período de prisão, o percurso da vida dessas mulheres foi interrompido e mudou profundamente em decorrência dos acontecimentos.

Após o nascimento do filho em maio de 1965, Luísa aponta que seu estado de saúde continuava frágil, ainda apresentando infecções. Além disso, estava com depressão profunda,



tinha sérias dúvidas sobre a saúde de uma criança cuja gestação fora tão traumática. Por uma questão de datas, permaneceu a dúvida sobre a paternidade de meu filho, pois eu tinha estado com meu companheiro 3 (três) dias antes de ser presa. Mas o trauma sofrido me dava a certeza de que minha gravidez era consequência do estupro de que fui vítima.⁴⁰



Essa ex-presa política foi posta em liberdade na metade do mês de novembro de 1964, o que se deu devido aos familiares de outros presos terem denunciado publicamente as torturas a que os presos e presas estavam submetidos. Luísa afirma que isso “levou a Auditoria de Guerra a ouvir nossos depoimentos. Nesta ocasião denunciei o que me tinham feito e o estado em que me achava. [...] Em todo o tempo de minha prisão fiquei incomunicável”.⁴¹ Em 1966, prestou depoimento

⁴⁰ APERS. Estante 59C-1, caixa 004.049, p. 18.

⁴¹ Ibidem.

para a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre tortura, em que declarou o que havia sofrido. Devido a isso, aponta que sua casa foi cercada pelo Exército, sua família vigiada e vizinhos pressionados a denunciá-la. Assim, precisou sair clandestinamente do país, e somente após seis meses seus filhos foram lhe encontrar no Chile, onde permaneceu até 1973. Sua condição de vida junto a dois filhos pequenos era precária, assim como condições de saúde:



Minha situação no exílio, até 1973, sempre foi de extrema pobreza, e evidentemente não sobrava dinheiro para tratamento médico. Cheguei a pesar 34kgs. Para sobreviver com duas crianças pequenas, além de trabalhar durante 18 horas por dia, era necessário esquecer o dia de ontem, dia após dia. Eu criava estórias maravilhosas, que mantinham meu cérebro ocupado quando fazia trabalho manual, para impedir-me relembrar. Vivi assim desde agosto de 64, e o esforço mental foi demasiado, como mais tarde pude constatar: cheguei a me dualizar, vivendo uma realidade parcial no que se tratava de meus filhos e meu trabalho, e cada pausa caindo em meu conto de fadas. Havia ocasiões em que não sabia qual um, qual outro mundo.⁴²



Luísa precisou deixar o Chile após setembro de 1973, quando ocorreu o golpe contra o governo do Presidente Salvador Allende. Assim, foi para o exílio em Cuba, onde “foi dado casa, trabalho de acordo com minha capacidade e assistência médica”. Em Cuba também passou pelos sofrimentos que suas lembranças traziam à tona:

⁴² APERS. Estante 59C-1, caixa 004.049, p. 19.



Para conseguir estabilidade emocional era preciso reunir os pedaços de minha vida e reestruturar os anos que faltavam. O esforço para recordar me levou a crises de amnésia temporária e tratamento psiquiátrico. Nunca pude recuperar as lembranças totalmente, não lembro os nomes de quem conheci e nem de muitos familiares, e atualmente continuo esquecendo coisas de rotina e tenho lapsos em que não sei onde me encontro ou como cheguei em determinado lugar. Também tenho crises de claustrofobia agônicas, que levam a ataques de asma. Nos últimos anos que passei em Cuba era hospitalizada até 4 vezes por ano, por períodos de claustrofobia, em razão dos acessos de asma claustrofóbica.⁴³



Com o final da ditadura civil-militar brasileira em 1985 e após a Constituição de 1988, Luísa voltou ao Brasil em 1989, tendo como objetivo melhorar seu país natal, porém para sobreviver, precisou esquecer o que havia vivido. O seu requerimento de indenização data do ano de 1998, passados mais de três décadas após os acontecimentos, no seu depoimento aponta o sofrimento que as lembranças causavam ao serem lembradas: “Agora, para escrever estas páginas e procurar a documentação necessária, necessitei assistência médica e estou sob ação de calmantes”.⁴⁴

Amanda, também se refere aos traumas do período em que esteve presa, entre abril de 1970 e março de 1971. E escrevendo seu depoimento também em 1998, para a Comissão Especial de Indenização, afirmou:

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Ibidem.



Falar ou escrever sobre o período de minha prisão é muito difícil e doloroso. Até há alguns anos, quando tocava neste assunto tinha taquicardia e suor frio nas mãos, hoje fico tensa e deprimida. Mesmo assim tentarei fazer um relato. As marcas que ficam no espírito e mente, só tem condições de avaliar aquele que vivenciou experiência semelhante.⁴⁵



Amanda relata o sofrimento infligido não somente a ela, mas também a outros presos. Recordando que durante a primeira tarde de sua prisão a interrogaram,



mas quando a noite chegou aquele lugar virou uma verdadeira “casa dos horreses”! Ouvia os gritos de dor de meus companheiros. Eram gritos horríveis, desesperados que me deixavam indignada e furiosa com tanta barbaridade e desumanidade. Lembro que disse mais do que uma vez para eles: Como vocês conseguem fazer isso com outro ser humano igual a vocês? Que direito vocês têm sobre a vida, a mente e os sentimentos dos outros? O que vocês pensam que são?⁴⁶



Na continuação de seu relato, afirma que eles nada diziam, apenas a olhavam com ironia, até que chegou sua vez. Ou seja, iniciaram a aplicação de tortura física e psicológica. Quando saiu da prisão retornou ao curso de Medicina Vete-

⁴⁵ APERS. Estante 59C5, caixa 004.69, p. 10.

⁴⁶ Ibidem, p. 13.

rinária, do qual era discente, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porém, foi impossibilitada de se inscrever no mestrado em Economia Rural naquela universidade, assim como de trabalhar no serviço público até a Anistia, que se deu em 1979.



Após ter sido posta em liberdade, fiquei quase dois anos com liberdade vigiada, sendo julgada em 1973. Em decorrência destas experiências saí da prisão outra pessoa. Nos primeiros meses, evitava andar nas ruas, limitava-se a ir até a faculdade e ao trabalho. Fiquei com mania de perseguição, achava que estavam me seguindo. Levei muitos anos para perder esta sensação.⁴⁷



Dando continuidade ao relato, aponta que adquiriu fobia ao escuro, a altura e eletricidade, por ter medo de choques. O trauma gerado pela tortura a acompanhou em seus momentos íntimos, como no parto dos dois primeiros filhos, pois as dores fizeram reviver as torturas e, assim, escolheu uma cesariana como via de nascimento em sua terceira gestação. Amanda, no momento em que requereu a indenização, ainda fazia terapia “com um médico psiquiatra para trabalhar as marcas que a vida me deixou. Teria muito mais a relatar, mas a dor é tamanha que supera a razão e me impede de fazê-lo”.⁴⁸ Juliana destaca que, em liberdade, acreditou que iria recomeçar a vida, mas foi despedida do emprego porque os patrões descobriram os motivos de sua prisão. “Quando fui

⁴⁷ Ibidem, p. 12.

⁴⁸ Ibidem, p. 13.

solta e quis recomeçar a minha vida normal, fui despedida do meu emprego porque meus patrões tomaram conhecimento dos motivos de minha prisão”.⁴⁹ Mesmo em liberdade, permaneceu sendo vigiada por agentes do DOPS. A dimensão do sofrimento também se faz presente em seu relato, sendo difícil para ela “[...] demonstrar a dimensão do terror e dos traumas que isto me causaram. Difícil também para mim relatar os tantos problemas morais, psíquicos e orgânicos que tais torturas me causaram; e que até hoje ainda persistem”.⁵⁰

Joaquina permaneceu por 15 ou 20 dias incomunicável no DOPS, sendo libertada. Ela foi “[...] obrigada a assinar uma declaração de que não havia sido submetida a maus tratamentos. Quando saí tentei retomar minha vida, voltar para a faculdade, mas não conseguia prestar atenção em nada”.⁵¹ Após um mês, foi novamente presa e encaminhada para o Presídio Feminino Madre Pelletier. Sobre ter ido novamente para o DOPS, afirma que não poderia precisar: “não tenho muita certeza porque fiz muito esforço para esquecer desses fatos, assim que não é muito fácil reviver essas memórias em detalhes”.⁵² Ficou no presídio até seu julgamento.

Com a prisão, sua carreira de cantora foi interrompida. Na época da prisão, ela fazia sucesso, se apresentando em diversos locais, tendo música em uma novela famosa na época. Além de ter sua carreira cortada, teve que interromper os estudos, devido aos traumas. Afirma que “Em Porto Alegre ficou muito difícil conseguir trabalho, muitos antigos amigos

⁴⁹ APERS. Estante 60A4, caixa 004.1097, p. 14.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ APERS. Estante 59C1, caixa 004.047, p. 08.

⁵² Ibidem.

se afastaram e meu advogado recomendava que eu não procurasse os companheiros presos, em nome da própria segurança deles”.⁵³ Desse modo, saiu de lá, foi para São Paulo e no início de 1973 para o Chile. Em setembro daquele ano, devido ao golpe contra Salvador Allende, foi para a Argentina, casada com seu então namorado e companheiro de militância. Voltaram para o Brasil em 1977, quando ela estava grávida, sendo seu marido preso no DOPS de Porto Alegre, e relata que quando ia visitá-lo era ameaçada por Pedro Selling.

As marcas da prisão, torturas e violências permaneceram:



Depois de onze anos de psicoterapia, ainda me sinto insegura quando tenho que entrar em alguma dependência policial. Apesar de ter muito orgulho de minhas posições políticas que considero coerentes com a situação de ditadura daquela época, raramente menciono minha militância a não ser para pessoas muito conhecidas.⁵⁴



Martina, após ser julgada e absolvida, voltou para Porto Alegre, formou-se em Direito, e casou-se com um companheiro de militância que havia conhecido no DOPS da capital do Rio Grande do Sul. Depondo também em 1998 para a comissão responsável pelos processos administrativos de indenização, afirmou: “Meus sentimentos de raiva e medo existem ainda. Indignação de ter passado por tudo isto sem necessidade... Seres humanos torturando outros seres humanos. Sinto uma mágoa, porque passei por isto?”.⁵⁵

⁵³ Ibidem, p. 09.

⁵⁴ APERS. Estante 59C1, caixa 004.047, p. 09-10.

⁵⁵ APERS. Estante 59B, caixa 004.37, 17.

Considerações finais

Os elementos contidos nos depoimentos de Luísa, Amanda, Joaquina, Martina e Juliana evidenciam o reconhecimento das estruturas e hierarquias de gênero contidas na sociedade. A ditadura, através de seus agentes, agia no corpo das mulheres presas políticas, exercendo diversas formas de violência, como física, verbal e verbal sexual, assim como psicológica. Os depoimentos de Luísa, Amanda, Martina e Juliana foram prestados no ano de 1998, enquanto que o de Joaquina em 2002 e nota-se em todos, mesmo passadas décadas após os acontecimentos, que estes marcaram suas trajetórias de forma concreta e subjetiva. Reivindicar a indenização pecuniária é mais do que um direito legal de reparação financeira, significa não silenciar sobre estas práticas, mostrar a resistência das mulheres e tornar público aquilo que de fato aconteceu e foi negado pelo próprio Estado. O corpo feminino foi alvo da repressão, quando as mulheres ocuparam espaços de poder e ação considerados como masculinos, assim desafiaram o patriarcado. As indenizações, além de significarem o reconhecimento do Estado pelos crimes cometidos, possibilitam através dos depoimentos contidos nos processos, que a memória contribua para a reconstrução do passado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Isabel Oliveira Perna. Prefácio. In: Rio Grande do Sul, Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Catálogo resistência em arquivo**: memórias e histórias da ditadura no Brasil. Porto Alegre: CORAG, 2014, p. 7-8.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

_____. As Mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. In: **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra: 2004.

CONTREIRAS, Janaína A. **Corpo de mulher, um campo de batalha**: Terrorismo de Estado e violência sexual nas ditaduras brasileira e argentina de Segurança Nacional. 247f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/188258>. Acesso: 20 out. 2021.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Memorias de la represión. España, Argentina: Siglo Veintiuno, 2002.

LACERDA, Paula. As indenizações como políticas de direitos humanos e de justiça social no Brasil contemporâneo. **Antropolítica**. Niterói, n. 48, 2020, p. 246-275. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42050>. Acesso em 17 dez. 2021.

PADRÓS, Enrique Serra. A reparação em perspectiva pedagógica: o APERS e o Catálogo Resistência em Arquivo. In: Rio Grande do Sul, Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Catálogo resistência em arquivo**: memórias e histórias da ditadura no Brasil. Porto Alegre: CORAG, 2014, p. 9-11.

SARTI, Cynthia. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, n. 42, 2014, p. 77-105. Disponível em: <https://www.scielo.br/ha/a/zZ9jKfcjVVPBCKqntMpBWpm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 16 dez. 2020.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Como as mulheres construíram e lutaram pelos direitos humanos desde a ditadura. In: BORGES, Carla; MERLINO, Tatiana (Orgs.). **Heroínas desta História**: mulheres em busca de justiça por familiares mortos pela ditadura. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Autêntica, 2020, p. 361-370.

“SEJA HOMEM”

Narrativas sobre o uso de violências na aprendizagem das masculinidades

Bruna Loureiro Denkin⁵⁶
Fernando de Figueiredo Balieiro⁵⁷

Introdução

Desde a infância, a cultura começa a formar nos sujeitos sua identidade de gênero, que é corporificada por diversos mecanismos normalizadores. Muito antes do nascimento, como relata a socióloga Berenice Bento (2011), ao identificar o sexo do bebê, são criadas uma série de expectativas sociais quanto ao gênero da criança, estabelecendo-se, a partir de então, o que ela poderá ou não fazer de acordo com sexo/gênero. Assim se dá a construção das masculinidades e feminilidades, os gêneros ditos inteligíveis na cultura heteronormativa, que são construídos de forma relacional, colocam-se/apresentam-se um em oposição ao outro.

⁵⁶ Especialista em Estudos de Gênero pela Universidade Federal de Santa Maria e integrante do Comitê de Igualdade de Gênero da mesma instituição.

⁵⁷ Doutor em Sociologia pela UFSCar. Professor do Departamento e do Programa de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Com o objetivo de compreender como se articulam as expectativas de gênero e as violências na aprendizagem das masculinidades, este estudo abordará a aprendizagem das masculinidades hegemônicas em um contexto heteronormativo. Será apresentada uma análise dos relatos de experiências em uma página voltada à discussão sobre masculinidades, buscando entender como se dá esse processo.

Estudos Queer: aproximações conceituais

O sociólogo Richard Miskolci (2012) informa que o *Queer* se constitui como uma política de gênero e campo de estudos acadêmicos contemporâneo e que questiona as normas impostas aos sujeitos, por meio de mecanismos sociais disciplinadores, evidenciando e denunciando as relações de poderes estabelecidas. O *Queer* tem por objetivo contestar e desconstruir esses mecanismos produtores de subjetividades. Inicialmente, o pensamento *Queer* surgiu como um movimento político nos EUA, que remonta aos movimentos sociais da década de 1960, tornando-se campo de interesse acadêmico a partir dos anos 1980, denominado de Estudos *Queer* (MISKOLCI, 2012).

Para a educadora Guacira Lopes Louro (2001), o termo *queer* pode ser traduzido como estranho, ridículo ou abjeto, sendo carregado de sentido pejorativo para se referir a homens e mulheres homossexuais. A expressão abjeto ou abjeção refere-se àquilo que causa repulsa, nojo, medo ou que é considerado impuro em determinada cultura, e, portanto, deve ser rebaixado socialmente, subalternizado, legitimando

a violência e exclusão social a que são submetidos. Mais precisamente, o uso corrente da terminologia *queer* relaciona-se à sexualidade (MISKOLCI, 2012).

Apesar da carga pejorativa, o termo foi assumido por movimentos políticos homossexuais que o ressignificaram, assumindo um lugar de oposição e contestação. Para a jornalista Cristeva Cabello (2019), *Queer* é uma reapropriação política do insulto dirigido às minorias sexuais. No campo acadêmico, *Queer* passa a significar um posicionamento contra a normalização, uma perspectiva de pensamento que contesta a heteronormatividade compulsória, a estabilidade dos gêneros, bem como a composição binária que divide as orientações sexuais entre heterossexual/homossexual (LOURO, 2001, p. 546).

Nessa perspectiva, gênero é entendido como uma construção sociocultural, que se dá por meio de normas e convenções sociais, podendo variar ao longo da história, bem como de sociedade para sociedade (MISKOLCI, 2012). O pensamento *Queer*, compreende gênero como algo performativo, não estático. Gênero é um ato cotidiano, passível de transformações e mudanças que são produzidas pelo discurso e antecede o sujeito, permeado por relações de poder (BENTO, 2008).

Para a filósofa Judith Butler (2003), gênero é uma construção discursiva, que se dá por meio de uma sofisticada tecnologia social heteronormativa; são as tecnologias de gênero colocadas em prática pelas instituições médicas, linguísticas, domésticas e escolares. Butler (2003) utiliza a expressão “gêneros inteligíveis” para se referir àqueles que se enquadram na norma, mantendo relações de coerência e de continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Aqueles que não se enquadram nesse modelo, tais como pessoas intersexo, gays, lésbicas etc. são considerados como gêneros não-

-inteligíveis, dissidentes e/ou desviantes. Essas tecnologias visam produzir constantemente corpos-sexuais, produzindo o masculino e o feminino (BENTO, 2011). A ideia de gêneros inteligíveis supõe uma noção de verdade do sexo, que fundamenta uma matriz cultural de gênero que funciona com a seguinte lógica: vagina-mulher-feminilidade versus pênis-homem-masculinidade (BENTO, 2011). Essa compreensão promove a heterossexualização do desejo que sustenta a estrutura social heteronormativa.

A heteronormatividade é um conceito central nos estudos *queer*, pois refere-se a um conjunto de prescrições normativas que fundamentam os processos sociais de regulação e de controle dos corpos, dos gêneros e das sexualidades, pressupondo que todas as pessoas sejam “naturalmente” heterossexuais. A heteronormatividade é imposta por meio das tecnologias discursivas de gênero e se expressa em expectativas e obrigações sociais, atribuições de diferentes papéis e comportamentos considerados “normais” de acordo com o gênero, tal como a imposição do desejo sexual pelo sexo oposto (MISKOLCI, 2012). É considerada uma ideologia social, na qual a única forma válida de expressão da sexualidade, afetividade e identidade é a heterossexualidade.

O objetivo da heteronormatividade é formar sujeitos heterossexuais e/ou que organizem suas vidas de acordo com modelos hegemônicos de masculinidades e feminilidades. É um conceito crítico que ajuda a entender como se produzem e se legitimam violências contra minorias sociais e gêneros dissidentes (CABELLO, 2019).

As tecnologias discursivas de gênero são mecanismos que tem por objetivo preparar os corpos para a vida referenciada na heterossexualidade. Dá-se início a uma pedagogia

do gênero hegemônico, que visa educar o corpo para desempenhar o gênero de acordo com a matriz cultural de gênero, configurando-se em um processo de normalização e corporificação. Essas tecnologias discursivas buscam enquadrar cada corpo a uma identidade, adequando cada corpo a um único gênero. Assim o gênero se torna o resultado de tecnologias sofisticadas que produzem corpos sexuados (BENTO, 2011).

O processo de naturalização das identidades, corporificação do gênero e imposição da heteronormatividade, muitas vezes se dá por meio de violências físicas ou simbólicas, que são carregadas de homofobia, misoginia e machismo. Desde pequenos, muitos meninos são expostos a humilhações, insultos, agressões que funcionam como tecnologias de gênero, impondo o comportamento considerado socialmente adequado. O sociólogo Daniel Welzer-Lang (2001, p. 461) afirma que a visão de mundo heteronormativa se mantém e é regulada pelas mais diversas violências, desde às violências domésticas aos estupros de guerra, passando pelas violências no trabalho. Assim, muitas pessoas aprendem sobre sexualidade associando a vergonha, humilhações, xingamentos, abusos, violência e medo, quer seja para quem está na posição de vítima ou de testemunha. Essas experiências vão se transformando em trauma e é assim que as normas se fazem valer (MISKOLCI, 2011).

Essas violências são expressões do heterossexismo que é coletivamente imposto pelos meios de socialização e que vai além de atos isolados de violência, formando um regime de terrorismo cultural. Terrorismo cultural é um termo que procura ressaltar como o heterossexismo opera socialmente, por meio do medo e da violência, que é a forma mais eficiente de imposição da heterossexualidade compulsória

(MISKOLCI, 2012). O heteroterrorismo está presente em cada enunciado que incentiva ou inibe determinado comportamento, e que pode apresentar-se também como insulto ou piada homofóbica (BENTO, 2011). A homofobia refere-se à discriminação contra as pessoas que expressam qualidades ou comportamentos considerados do outro gênero, sendo esse um comportamento constitutivo das masculinidades (WELZER-LANG, 2001).

O sociólogo Michael Kimmel (1998) afirma que o significado de masculinidades e feminilidades variam de cultura para cultura, em diferentes períodos históricos, entre mulheres e homens em uma mesma cultura e inclusive no decorrer da vida de um indivíduo. Dessa forma, as masculinidades não devem ser entendidas como uma essência universal, mas como uma prática que assume diferentes configurações, significados, comportamentos fluidos e em constante mudança.

Nesse estudo é abordado, mais especificamente, o conceito de masculinidades hegemônicas, utilizado pela socióloga Raewyn Connell (2013), que se refere a um conjunto de configurações práticas sobre o que significa ser um “homem de verdade” em determinada cultura e em um determinado momento histórico. Entre as formas de reprodução de masculinidades hegemônicas, verifica-se a demonstração de autocontrole do corpo como expressão de dominação, necessidade de provar a masculinidade para os outros e a desvalorização de outras formas de masculinidades consideradas subalternas (KIMMEL, 1998). Considerando os ideais hegemônicos das masculinidades, em uma sociedade heteronormativa, os meninos são, muitas vezes, educados para

desempenhar o papel de macho, que pressupõe sujeitar-se a agressões e violências das mais diversas, comportamento que também se articula com a homofobia.

Nesse sentido, é necessário tornar visíveis essas violências como algo que precisa ser discutido e questionado. Descrivê-las e analisá-las como objeto de crítica e reavaliação (MISKOLCI, 2012). Assim, os Estudos *Queer* se propõem a compreender e denunciar as forças sociais que impõem desde muito cedo modelos de comportamento, padrões de identidades e gramáticas morais aos sujeitos (MISKOLCI, 2011). Já os estudos sobre masculinidades contribuem para a compreensão da construção social das masculinidades nesse contexto de regulação da sexualidade e dos corpos. Ambos contribuem com importantes reflexões para a compreensão dos processos de normalização social de corpos e de sujeitos.

As mídias digitais como um campo de pesquisa

As mídias digitais e as plataformas de redes sociais estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas, possibilitando uma sociabilidade online, constituindo-se em um espaço de interação social, em que são produzidos sentidos e significados que repercutem e influenciam na vida dos usuários (VAN DIJK, 2016). Assim, entende-se as mídias sociais como transformadores das relações interpessoais que exercem influência na construção das subjetividades (MISKOLCI, 2011).

Nessa perspectiva, optou-se pela análise de uma página no Instagram caracterizada pelo tema da masculinidade. Para tanto, foi selecionada uma postagem publicada pelo per-

fil público “@omachodarelação” e os comentários dos usuários, abordando a questão do aprendizado da masculinidade a partir das experiências pessoais dos seguidores da página.

Materiais e Método

Para atingir os objetivos propostos, foi realizada uma breve pesquisa bibliográfica buscando por autores que são referências na temática abordada. Os dados utilizados foram retirados de artigos e livros, em sua maioria situados nos estudos *Queer* e estudos sobre masculinidades.

Metodologicamente realizou-se uma análise de conteúdo em ambientes digitais, por meio de observação empírica. Os dados foram coletados pela técnica da codificação aberta, que consiste em compreender a coleta, identificação, descrição e categorização dos dados em busca de similaridades, padrões e particularidades (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2011).

Os dados foram obtidos por meio de uma publicação e comentários na rede social Instagram, no perfil público @omachodarelação. Trata-se de uma escolha intencional e que considerou a adequação da publicação ao tema deste estudo, a fim de elucidar e possibilitar uma melhor compreensão sobre como operam os mecanismos e tecnologias discursivas na produção dos gêneros inteligíveis, nesse caso as masculinidades.

Até o momento final da coleta de dados, a postagem recebeu 345 comentários, sendo que 98 deles foram desconsiderados por serem marcações ou apenas *emojis*. Restaram 247 comentários, os quais compuseram o *corpus* desta pesquisa. A maioria dos relatos eram de pessoas na posição de testemunhas, mas houve relatos de vítimas e de alguns poucos de agressores evidenciando o seu processo reflexivo de

desconstrução e desnaturalização desses comportamentos. Entende-se, portanto, que as violências associadas à aprendizagem das masculinidades perpassam em algum nível a vida dessas pessoas, de acordo com a posição que ocupam na cena.

Análise de dados e discussões

A partir de uma publicação no Instagram, pôde-se refletir sobre as questões referentes às masculinidades. Segue texto da postagem:

“o que você já viu um adulto fazer com uma criança, só porque era menino, e que te deixou profundamente desconfortável ou com raiva?” - com o objetivo de “desnaturalizar práticas machistas” (INSTAGRAM @machodarelação, 26/04/2022).

Ressalta-se que os comentários apresentados nesta postagem se referem a lembranças, revisitação de memórias, que são uma forma particular de acesso à realidade e às experiências vividas. Com as mais variadas respostas, os principais assuntos relatados são apresentados a seguir, com a frequência e exemplo.

A proibição e repressão ao choro foi um dos comentários mais frequentes, com 38 repetições. Expressões como por exemplo “- Sem chorar, vc hominho, lembra? Hominho”; “- Bater no menino enquanto ele chorava e dizendo que era coisa de bichinha”. Estes comentários reforçam a ideia de que o menino precisa aprender a sofrer para ser um homem, aceitar o sofrimento sem demonstrar fraqueza, pois a construção da sua masculinidade se faz a partir de/no sofrimento (WELZER-LANG, 2001).

A proibição do uso de coisas consideradas de menina/mulher ou de coisas que não são consideradas de homens foi o segundo assunto mais frequente, com 27 repetições. Alguns dos comentários escritos foram: *“Uma mãe bateu no filho porque ele tinha enfeitado a roupa com umas flores. Disse que flor é coisa de menina”*; *“Proibir e bater no menino por ele gostar de brincar de boneca”*.

A utilização da cor rosa também foi bastante comentada, com 12 repetições e experiências pessoais tais como: *“Ouvir de um menino que ele estranho pq gostava da cor rosa”*; *“Um menino de 3 anos chorou desesperado porque a professora falou pra ele usar a motoquinha rosa e os pais dele disseram que usar coisas rosas faziam ‘o pipi cair’”*. Os brinquedos são ferramentas das tecnologias de gênero que produzem o masculino e o feminino, funcionando como “próteses identitárias” (BENTO, 2011, p.551). Para ser homem, é necessário não ser associado à mulher ou qualquer coisa do universo considerado feminino, de forma que o feminino se torna o polo de rejeição central (WELZER-LANG, 2001).

Relatos relacionados ao controle do corpo, movimentos e gestos corporais tiveram 18 repetições, como por exemplo: *“Vi meu pai me dizer que não era para deixar o pulso mole. Que eu era menino e tinha de ter firmeza e não desmunhecar”*. Evidencia-se a crença de que para ser homem é necessário incorporar gestos, movimentos, reações socialmente consideradas masculinas, bem como todo o capital de atitudes que contribuirão para se tornar um homem em que os pés, as mãos, os músculos se formam, se modelam, se tornam rígidos por uma espécie de jogo sadomasoquista com a dor (WELZER-LANG, 2001).

Expressões que ressaltam a (hetero)sexualidade, tais como namorador, pegador, garanhão, apareceram em 15 repetições, tais como: *“- Prenda suas cabras pq meu bode está solto”*; *“- Cadê as menininhas. Homem tem q ter várias”*. Percebe-se, portanto, o incentivo à virilidade, à sexualização precoce, preferencialmente relacionadas à heterossexualidade. Percebe-se também os comentários que retratam as mulheres como objeto de desejo, com 11 repetições: *“Avô mostrando foto de mulher pelada pro neto de 4/5 anos pq ‘ele tem que ver pra gostar’ e quanto a criança super desconfortável não queria ver”*; *“Insistir em mostrar pornografia pra uma criança de 7 anos dizendo que é assim que se educa um homem”*.

É possível identificar o processo de heterossexualização do desejo (BUTLER, 2003) nos relatos de exposição a conteúdo sexual e pornográfico, cujo objeto de desejo é o sexo oposto^a. A expressão *“ele tem que ver pra gostar”* retrata bem essa questão. Corroborando com esse pensamento, apareceram assuntos relacionados ao comportamento apropriado dos meninos diante de meninas/mulheres e outros meninos/homens: *“Ver irmão falar para meu sobrinho de 3 anos ao chegar em qualquer lugar: ‘vai lá, dá um beijo nas mulheres e aperta a mão dos homens”*; *“Me envergonhar na frente de garotas, perguntando pq eu não namorava com elas”*.

Outra questão que se apresentou relevante foi o incentivo à exposição dos genitais do menino ou adultos que tocam nos genitais do menino para ver se “é homem mesmo”, ou se “é grande”, com 17 repetições: *“Ensinar a criança a pôr o pênis pra fora quando falam ‘cadê o pintão?’”*; *“Uma tia, tradicionalmente, tem a ‘brincadeira’ de meter a mão nos órgãos dos meus primos (de forma desprevenida) pra saber quem tem mais tamanho...”*; *“Meus amigos falaram que ã achavam que era as-*

sédio pq eles eram homens heteros e tinha q gostar, q ngm os entenderia, mas se sentiram invadidos....”. Entre as formas de reprodução de masculinidades hegemônicas verifica-se a demonstração de autocontrole do corpo como expressão de dominação, assim como a necessidade de provar a masculinidade para os outros e a desvalorização de outras formas de masculinidades consideradas subalternas (KIMMEL, 1998).

Pode-se também listar os comentários que apresentavam incentivo à agressividade: *“Dentro de um ônibus um pai visivelmente alcoolizado incentivando seus dois filhos a brigarem falando ‘homem resolve as coisas na porrada’”*. Entre os conteúdos analisados, considera-se que todos os comportamentos funcionam também, em algum nível, como um incentivo à agressividade. No entanto, esse é um relato de um comportamento de incentivo explícito à agressão física entre crianças, para provarem sua força e masculinidade.

Houve relatos em que foi possível identificar práticas de abuso sexual: *“Levar o menino (criança) pra comer a cabra para perder o cabaço...”; “Colocar a mangueira de encher pneu no ânus da criança e acionar o mecanismo”*. Conforme se pode perceber pelos relatos, o abuso sexual contra meninos é uma prática muito mais recorrente do que se sabe, mas por receberem uma educação abusiva e repressiva os meninos tendem a esconder ou achar que é normal o que vivenciam.

A idade ou faixa etária de quem realizou os comentários nem sempre foi possível de identificar nos comentários, mas verificou-se que as experiências compreendem desde bebês com meses de vida até adultos. Os relatos demonstram que os agentes da violência na sua maioria são os próprios pais e mães, seguidos por familiares como tios, tias, avós e pessoas próximas como professores/as.

É possível verificar que muitos relatos se referiam à questão da virilidade, estímulo e exposição a conteúdo sexual, agressividade, falocentrismo, repressão a expressão de sentimentos e afetividades, rejeição ao feminino, proibição do uso de objetos ou da cor rosa que não eram considerados coisas de homem ou eram considerados coisas de menina/mulher (do universo feminino). Os comportamentos, todos com caráter repressivo, estão em algum nível relacionados ao machismo, homofobia, misoginia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. Expressam-se pela violência física e verbal e pelo assédio moral e sexual.

Os comportamentos apresentados nos relatos eram manifestados também por meio de piada, humilhação, injúria e xingamento. Essas atitudes funcionam como expressões do heteroterrorismo (BENTO, 2011), pois a cada repressão, insulto ou piada homofóbica, há reiterações das expressões “menino não chora”, “isso é coisa de bicha” e a subjetividade da criança vai sendo minada. Essas experiências vão se transformando em trauma e é assim que as normas se fazem valer (MISKOLCI, 2012). Essas violências também podem ser resumidas no termo homofobia, entendido como violência dirigida a homossexuais, mas que atinge todas as pessoas em graus diferentes (MISKOLCI, 2011, p. 33).

Miskolci (2012) afirma que o xingamento é a primeira experiência com relação à sexualidade dos sujeitos, seja na posição de rejeitado ou de quem adota essas normas e as reproduz por meio da injúria. Para Miskolci (2011), é necessário questionar o processo que gera esse xingamento.

Muitos homens são iniciados no mundo masculino por meio de abuso sexual e abusos cotidianos que incluem brigas, ofensas, ameaças, gozação, estigmatização de qualquer

coisa que se afaste do modelo masculino hegemônico, que é heteronormativo (WELZER-LANG, 2001). Verifica-se, portanto, que a educação dos meninos é, muitas vezes, marcada por um processo de múltiplas violências e rejeição daquilo que é considerado diverso. Nessa perspectiva, entende-se por comportamento abusivo a violência física ou simbólica utilizada para manter as práticas consideradas desviantes às margens do que é considerado normal (BENTO, 2011). Considerando a naturalização dessas práticas no processo de socialização e construção das identidades, muitas vezes é difícil definir ou identificar um comportamento abusivo, em especial quando não envolve violência física, em que o abuso se dá no nível simbólico, subjetivo ou psicológico.

Em uma situação de violência, geralmente há a vítima, o agressor e a testemunha. Muitas vezes, quem assiste a cena não consegue agir e tende a ver na violência um alerta para aceitar a norma, caso não queira se tornar a próxima vítima (MISKOLCI, 2012, p. 34). Assim, verifica-se que a produção das identidades de gênero é marcada por muitas violências, sendo a homofobia, misoginia, machismo e sexismo práticas e valores que atravessam e organizam as relações sociais, distribuindo poder e regulando comportamentos (BENTO, 2011, p. 556).

De forma geral, infere-se que os conteúdos que mais se repetiram nos relatos podem estar retratando comportamentos ainda muito presentes na educação de meninos e/ou comportamentos que muitas pessoas já identificam como abusivos, que estão mais evidentes para essas pessoas atualmente em seu processo de desconstrução das práticas machistas e heteronormativas. Dessa maneira, é importante se

questionar quais são as outras violências de gênero cotidianas pelas quais as crianças ainda são submetidas e que ainda não são identificadas como tal, pois ainda são naturalizadas.

Assim, a heteronormatividade diz respeito a um conjunto de comportamentos, normas e práticas sociais que pressupõe a sexualidade heterossexual como norma, impondo esse comportamento a todos os corpos por meio das tecnologias de gênero. Para tanto, uma análise não heteronormativa se faz necessária, possibilitando a discussão e o questionamento dos nossos pressupostos sobre ser homem e o masculino. Essa análise permite questionar o que esconde o discurso atual (MISKOLCI, 2012).

Considerações finais

Neste estudo, o enfoque apresentado foi sobre a aprendizagem das masculinidades na educação dos meninos. Para tanto foi realizada uma análise de conteúdo, cujos dados foram obtidos por meio de uma publicação e respectivos comentários na rede social Instagram, no perfil público *@omachodarelação*, que aborda o tema das masculinidades. Ao ler os comentários, identificou-se que os assuntos relatados representam aquilo que as pessoas identificam como abusivo, sendo esse um comportamento muitas vezes difícil de identificar e nomear. Infere-se que é possível que tenham presenciado outros comportamentos também abusivos, mas não o tenham percebido como tal, devido à sua naturalização. Assim, questiona-se quais outros comportamentos abusivos são vivenciados por crianças e adolescentes para incorporar a heteronormatividade e que ainda não são reconhecidos

como tal. É importante pensar como práticas heteronormativas hegemônicas e suas tecnologias de normalização cultural do sexo e gênero — a que são submetidos compulsoriamente os meninos — refletem nos seus comportamentos quando adultos e na imagem de si mesmos, o que pode levar a reprodução de comportamentos autodestrutivos, violentos consigo e com os outros, dificuldade de expressar emoções e lidar com elas, etc.

Considerando as limitações que envolvem esse breve estudo, apresentou-se uma breve exposição sobre os Estudos *Queer* e uma compreensão sobre como operam os mecanismos e tecnologias discursivas na produção dos gêneros inteligíveis, nesse caso as masculinidades. Pode-se também refletir sobre o processo de desconstrução e desnaturalização do comportamento de homens. Acredita-se que com observação atenta, questionamento e reflexão constante será possível identificar aquilo que ainda nos é naturalizado e promover mudanças para uma educação não violenta e uma vida mais saudável.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice Alves de Melo. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Revista **Estudos Feministas**, v.19; p. 548-559, maio-agosto 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABELLO, Cristeva. **Teorías Queer**: Crítica a la comprensión binaria del género, transfeminismos en Sudamérica y apropiación de la ofensa por las diversidades de género”, material del curso “Introducción a las teorías feministas, impartido en UAbierta, Universidad de Chile, 2019.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, abr. 2013 .

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, v. 1, 2011.

KIMMEL, Michael. A Produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n.9, p. 103-117, out. 1998.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer - uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, v. 9, p. 541-553, 2001.

MISKOLCI, R. Novas Conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Cronos - Revista do Programa de Pós-Graduação da UFRN**, Natal, v. 12, n. 2, 2011, pp.9-22.

MISKOLCI, R. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica; UFOP, 2012.

INSTAGRAM. O macho da relação. Hora de desnaturalizar práticas machistas. Instagram. 26/04/2020. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B_c5Zvdly3a/. acesso em: abril, 2020.

VAN DIJCK, José. **La Cultura de la Conectividad**: una historia crítica de las redes sociales. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2016.

WELZER-LANG, DANIEL. A construção do sexo masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

MASCULINIDADE EM JOGO

As relações de gênero presentes em *League of Legends*

Kethlyn Martinez-Gomes⁵⁸

Introdução

O mercado de *games* possui foco no público masculino de forma quase exclusiva desde os seus primórdios, enquanto os jogos direcionados às garotas permaneciam alheios e reforçavam práticas estereotipadas de gênero, tais como: jogos de vestir, cozinhar e cuidar da casa. Esse cenário vem mudando lentamente conforme a inserção de mulheres desenvolvendo jogos na indústria dos *games*. Contudo, por mais que os jogos *online* muitas vezes sejam projetados como locais de socialização e diversidade⁵⁹, o público feminino nesses ambientes ainda é reduzido (FALCÃO et al., 2021). Além disso, os jogadores homens apresentam resistência às mulheres, que acessam cada vez mais a cultura *gamer*.

⁵⁸ Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria, integrante do Núcleo de Estudos em Emoções e Realidades Digitais (NEERD/UFSM), pós-graduanda em Especialização em Estudos de Gênero na Universidade Federal de Santa Maria.

⁵⁹ Valores da desenvolvedora de jogos Riot Games. Disponível em: <https://www.riotgames.com/pt-br/diversity-and-inclusion>. Acesso em: 29 de março 2022

Apesar dos ambientes virtuais dos jogos digitais serem — teoricamente — inclusivos para ambos os públicos (feminino e masculino), os relatos que compõem o trabalho de conclusão de curso da autora demonstraram o oposto. O presente capítulo surge a partir da pesquisa de TCC citada anteriormente, que investigou acerca das vivências das jogadoras de *League of Legends*. Ao todo foram entrevistadas 13 mulheres de 18 a 30 anos das regiões Norte, Nordeste, Sudeste e, em principal, Sul do Brasil. Assim, baseado nas observações dentro da plataforma do jogo e das conversas com as jogadoras, ficou nítida a existência de episódios hostis contra mulheres e outras minorias sociais nas plataformas de *League of Legends*. Logo, percebeu-se a necessidade de discutir sobre o comportamento tóxico dos jogadores homens presente no jogo digital de multijogadores *League of Legends*.

O mundo dos jogos — plataformas, fóruns e comunidades *online* — constitui uma nova forma de sociabilidade, fruto da sociedade em rede (CASTELLS, 1999). Desse modo, este capítulo visa apresentar os conceitos de masculinidade e discutir os comportamentos dos jogadores do sexo masculino dentro da plataforma de *League of Legends*, a partir de bibliografias acerca das masculinidades presente nos ambiente dos jogos digitais.

Game Studies: o estudo dos jogos digitais

No final da década de 1990, Espen Aarseth fundou a revista *Game Studies*, com o objetivo de divulgar estudos acerca dos jogos digitais, distanciando-se dos conceitos clássicos do estudo de jogos. O foco das pesquisas sobre *game studies* na academia foi compreender a jogabilidade, estrutura e o

mundo do jogo (Aarseth, 2003). Dentro das ciências humanas, os jogos digitais já foram tema de estudos de diferentes disciplinas, com foco em estudar a narrativa e a estética do jogo. Os cientistas sociais, por outro lado, estudam os jogadores, a ação de jogar ou ambos (WILLIAMS; SMITH, 2007). Conforme os jogos digitais para computador ganharam proporção, a partir da conexão global através da internet, os elementos socioculturais dos *videogames* começam a ser valorizados como experiências sociais, sendo o ambiente *online* um novo modo das pessoas se relacionarem e interajam ludicamente (SALEN e ZIMMERMAN, 2012).

O jogo digital *League of Legends* – ou LoL, como é popularmente conhecido – é um jogo *online* gratuito no modelo *Multiplayer Online Battle Arena* (MOBA). A versão inicial do jogo para computador foi desenvolvida em 2009 pela empresa estadunidense *Riot Games*. Desde 2012, o *League of Legends* possui uma versão nacional com servidores hospedados em território brasileiro. Desenvolvido no formato de multijogadores, o LoL é um jogo de tática e estratégia competitiva em tempo real, no qual os combates são travados em um campo de batalha entre dois times de cinco jogadores cada. Ambas equipes possuem a finalidade de destruir um cristal na base adversária e para isso os jogadores irão se dividir nas três rotas disponíveis no mapa do jogo. Assim, o jogador irá escolher uma das funções dentro do time (*Top*, *Mid*, *Jungle*, *ADC* ou *Suporte*⁶⁰) e selecionar um campeão⁶¹ dis-

⁶⁰ Cada uma das cinco posições possui tarefas diferentes e necessitam de personagens específicos para cumpri-las. A posição *Top* e *Mid* ficam, respectivamente, nas rotas superior e intermediária. O *Jungle* atua nas selvas (*jungle*) do mapa. Enquanto o *ADC* (*Attack Damage Carry*) causa dano no adversário na rota inferior, tendo ajuda do *Suporte*.

⁶¹ Campeão, ou *Champion*, é o nome dado ao avatar dos personagens disponíveis na plataforma de LoL.

ponível para a mesma. Para atingir os objetivos propostos no jogo, necessita-se de socialização, cooperação e competitividade entre os grupos. Portanto, a equipe vencedora é aquela que consegue derrubar a estrutura mais importante do jogo, que fica localizada na base inimiga.

O *League of Legends* é um jogo em constante ascensão: em 2021, de acordo com a informação divulgada pela *Riot Games*⁶² em seu *Twitter* oficial, o jogo chegou a marca de mais de 180 milhões de jogadores mensais. Contudo, é necessário ressaltar que a *Riot Games* não costuma divulgar muitos dados sobre seus jogadores, inclusive, em momento algum do cadastro são solicitadas informações sobre o gênero ou o sexo do usuário, sendo que a única forma de obter essa informação seria perguntando diretamente ao jogador, ou, em alguns casos, deduzindo-se o gênero do jogador a partir do *nickname*⁶³ escolhido por ele.

Na indústria de eSports, o LoL marca presença e vem recebendo atenção também no meio acadêmico (DONALDSON, 2015, p. 3). O tema sobre jogos é extensamente trabalhado dentro das ciências humanas, contudo, estudá-lo a partir das relações sociais estabelecidas dentro e fora das plataformas *online* tornou-se uma tarefa desafiadora. Adicionalmente, percebeu-se que as abordagens etnográficas se tornaram uma metodologia adequada para estudar jogos digitais. Conforme apresentado por Boellstorff (2008), é

⁶² RIOT GAMES BRASIL. “Runeterra continua crescendo. Agradecemos à comunidade por nos ajudar a alcançar novos patamares!”, *Twitter Web App*, 01 nov. 2021. *Twitter*: @RiotGamesBrasil. Disponível em: <<https://twitter.com/RiotGamesBrasil/status/1455173027990212610?s=20>> Acesso em: 29 de março 2022

⁶³ *Nickname* é o nome usado dentro do ambiente do jogo, podendo ser inventado por cada jogador(a). Ele faz parte da identidade do jogador dentro da plataforma, visto que é a forma como irão se referir a ele.

possível realizar etnografias apenas no formato *online*, visto que o mundo digital possui a sua própria autonomia e, com a pandemia da covid-19 e a migração do ambiente acadêmico para o meio digital, isso se tornou mais nítido.

As masculinidades em jogo: estudando conceitos

A vivência enquanto jogadora do gênero feminino exerceu influência na escolha do tema de trabalho. Para realizar a discussão acerca das temáticas de gênero que rondam esta pesquisa, serão utilizadas as teorias de Connell (2003, 2013, 2015) e Burrill (2008), além de outros pesquisadores que irão compor o referencial teórico sobre as masculinidades presentes nos jogos digitais.

Iniciando pela pesquisadora Raewyn Connell, em seu livro “A Questão do Gênero”, lançado em conjunto com Rebecca Pearse, as autoras conceituam gênero como “a estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais” (CONNELL & PEARSE, 2015, p. 48). Para Connell, a masculinidade, assim como o gênero, é produto das relações sociais. As concepções ocidentais atuais de masculinidade são resultantes de um contexto social capitalista (Connell, 2013), sendo perpassadas por distintas formas, locais e temporalidades, as masculinidades se transformam e são traduzidas em diversos formatos (Connell & Messerschmidt, 2013). Desse modo, Connell (2013) organiza os modos de produção das masculinidades e as distribui em uma pirâmide de poder.

Assim, o topo da pirâmide é ocupado pela masculinidade hegemônica, que é “a forma mais honrada de ser um

homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens” (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013). Abaixo dela, estão outros modelos, os quais são posicionados em relação a masculinidade hegemônica, e se dividem entre as masculinidades cúmplices, as subordinadas e as marginalizadas (CONNELL, 2003). Desse modo, as masculinidades cúmplices simbolizam os homens que, apesar de não se enquadrarem nas práticas da masculinidade hegemônica, ainda se beneficiam dos privilégios patriarcais. A imposição da subordinação de homens homossexuais por homens heterossexuais representa a masculinidade subordinada. Por fim, a masculinidade marginalizada está relacionada à exclusão dos homens da sociedade devido a sua classe social, raça ou etnia. A masculinidade hegemônica se distingue das outras masculinidades a partir das relações entre si e o meio social.



A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).



Portanto, o entendimento da autora é, a partir de uma hierarquia, mostrar que determinados grupos de homens se sobrepõem uns aos outros. Assim, na masculinidade hege-

mônica estão presentes práticas que possibilitam a soberania sobre as mulheres; além da manutenção dos vínculos de subordinação, cumplicidade ou de marginalização em relação às outras masculinidades. O conceito proposto por Connell (2013), define a masculinidade hegemônica como sendo uma configuração de prática, onde essa tem posição privilegiada servindo como referência às demais. Desse modo, é necessário compreender que a produção da masculinidade é plural, ocorrendo de diferentes maneiras em conjunto com outras categorias, como classe, geração, etnia e orientação sexual, que transitam nas relações de poder estabelecidas. As relações de poder envolvidas na atribuição da construção subjetiva da masculinidade se inicia na infância.

O autor do livro “*Die Tryin’: Videogames, Masculinity, Culture*”, Derek Burrill (2008), apresenta o conceito de *boyhood*, um momento de companheirismo entre homens, onde os valores tidos como masculinos na cultura ocidental são celebrados como elemento de união. No *boyhood* existe uma facilidade de acesso às tecnologias e também um contexto privilegiado, favorecendo um padrão masculino formado por homens cisgêneros, em sua maioria brancos e heterossexuais. A cultura do jogo digital acaba por constituir-se dentro de estruturas de significado que encontram reflexo na socialização masculina a partir do acesso às mídias como quadrinhos. Logo, *boyhood* é “uma natureza regressiva da masculinidade capitalista e de primeiro mundo, onde pressões externas forçam o homem de volta para um tipo de infância masculina sempre acessível” (BURRILL, 2008).

Nesse sentido, os jogos digitais seriam ideias para essa manifestação nos ambientes virtuais. Eles servem como modelo de regressão, permitem a fantasia como uma válvula de

escape, pois é possível “morrer tentando” (BURRILL, 2008) vencer o jogo, ou seja, tentando provar sua masculinidade. O conceito de *boyhood* se torna um valoroso instrumento simbólico para a masculinidade ocidental, visto que a comunidade também é desapegada das questões sociais, estando desconectada da luta de classes, de responsabilidades familiares e políticas. Assim, quando as mulheres entram neste território masculino, tornam-se uma ameaça ao ideal comunitário de *boyhood* e passam a ter contato com conteúdos tóxicos e misóginos — isso é fruto da constituição da masculinidade heterossexual hegemônica, a qual tem como pilar a submissão feminina. Portanto, é preciso investigar acerca das identidades *gamers* masculinas com relação à sua toxicidade. Em seu texto, Chandler (2019) convoca uma percepção das identidades masculinas a partir dos conceitos discutidos previamente. O pesquisador afirma que esse tipo de masculinidade se assemelha a masculinidade hegemônica. Para Chandler (2019) a masculinidade tóxica está fortemente conectada ao ambiente *gamer*, sendo dada como predominante, pela correspondência com comportamentos agressivos.

Masculinidade tóxica e o mundo *gamer*

De acordo com Espen Aarseth (2003), ao estudar jogos digitais, o “ir a campo” passa pela demanda de experimentar o jogo na posição de usuário jogador. Com isso, ocorreu a inserção da pesquisadora na plataforma do jogo com a finalidade de vivenciar a experiência enquanto jogadora de jogos *online*, visto que os jogos digitais estão estimulando experiências coletivas com múltiplos jogadores (SALEN e ZIMMERMAN, 2012). Para compor a pesquisa de TCC da autora, além do cam-

po no ambiente virtual de LoL, foi feito um estudo exploratório a partir da sua rede de contatos, utilizando um formulário *online* com perguntas sobre as experiências das jogadoras de LoL dentro da plataforma de jogo. Posteriormente, uma entrevista semiestruturada foi delineada para ocorrer nos formatos *online* e presencial, com as mulheres que se disponibilizaram para essa etapa. Apesar do foco da pesquisa ser a vivência de mulheres dentro do jogo digital, emergiram relatos relacionados ao comportamento masculino dos jogadores. Logo, surgiu a necessidade de discutir acerca do estudo das masculinidades e sua relação com os *games*.

De acordo com Johnson (2018), a cultura dos videogames promove uma masculinidade militarizada, por meio de variados jogos e narrativas centradas em cenários de guerra. Assim, a masculinidade hegemônica apresentada e discutida anteriormente por outros autores tem sua nomenclatura atualizada no termo masculinidade tóxica (Chandler, 2019). A análise dos dados sugere que as manifestações de masculinidades tóxicas em LoL refletem a socialização masculina, que ocorre de maneira hostil. O ambiente *gamer* tenta evocar a vivência de um momento passado, baseado na violência corporal, contudo essa nostalgia é infundada. Tal hostilidade emerge como comportamento esperado dos homens a partir da composição de um modelo hegemônico de masculinidade. Logo, a masculinidade tóxica (CHANDLER, 2019) no ambiente *gamer* tem correspondência com comportamentos hostis e violentos.

Apesar do ambiente *gamer* ter a forte presença da natureza regressiva da masculinidade (BURRILL, 2008), algumas empresas desenvolvedoras de jogos como a própria *Riot Games*, responsável por desenvolver o LoL, tem nos seus

valores o ideal respeito à diversidade⁶⁴. Contudo, por mais que os jogos *online* sejam projetados como locais de socialização, lazer e inclusão, esse ambiente não é igualmente frequentado pelo público feminino e masculino, mulheres ainda são um grupo reduzido (FALCÃO *et al*, 2021). Entretanto, os dados da Pesquisa Game Brasil (PGB, 2021) apontam que 51,5% do total de jogadores é composto por mulheres e estas fazem parte dos *casual gamers*⁶⁵, que costumam utilizar *smartphones* e *tablets* e jogar até 1 hora por dia. Em contraponto, os *hardcore gamers*, aqueles que jogam de 1 a 3 horas por dia e utilizam computador, são em sua maioria homens. Ainda que sejam maioria do público consumidor de jogos digitais no Brasil, as mulheres não se consideram *gamers*. Isso ocorre, pois a identidade *gamer* é construída com base nos *hardcore gamers*, em sua maioria homens brancos, cisgênero, heterossexuais e de classe média (FALCÃO *et al*, 2021).

Diante da expressiva representatividade do público feminino, as questões de gênero mostraram-se evidentes no mundo *gamer*. Percebe-se, nos jogos *online*, um processo de socialização que não valoriza e, muitas vezes, sequer incorpora as experiências e perspectivas femininas (MEDRADO & MENDES, 2020). Pode-se compreender os obstáculos enfrentados pelas jogadoras a partir dos relatos das participantes da pesquisa, onde surge a exposição de casos de violência verbal, feitos por áudio, e também agressões vin-

⁶⁴ Valores da desenvolvedora de jogos Riot Games: <https://www.riotgames.com/pt-br/diversity-and-inclusion>.

⁶⁵ Também descritos pelo termo em português jogadores casuais pela PGB (2021).

das pelo *chat*⁶⁶ escrito. Caso as jogadoras assumissem ser do gênero feminino, a importunação se desenvolvia através de piadas com estereótipos de gênero — como a famosa frase: “deveria estar pilotando um fogão”. Em alguns casos, xingamentos pejorativos e ameaças também marcaram presença na interação feminina nas plataformas de jogo. Quando o *nickname* era neutro ou masculino, os ataques eram de caráter homofóbico e por vezes racista ou xenofóbico. De acordo com Chandler (2019), os traços masculinos socialmente regressivos nutrem a dominação, a desvalorização da mulher, a homofobia, o racismo e a violência.

Além disso, foram relatadas situações de assédio, como cantadas e expressões de conotação sexual. Mesmo as situações que eram consideradas “leves” pelas jogadoras, igualmente incomodavam. A pesquisadora Saffioti (2015), apresenta o termo “ferida de alma” para explicar o sentimento após uma violência de gênero, seja física, emocional ou psicológica. Em um dos relatos, a participante comenta sobre os estereótipos impostos à mulher jogadora dentro do LoL. Um exemplo é quando uma jogadora mulher opta por jogar em posição diferente da considerada “feminina”, ou seja, a posição de Suporte. Além de ser uma posição considerada simples de jogar, é comum vermos a imagem feminina ligada às posições de cuidado no âmbito social. Assim, como afirma Louro (2008), o processo de formação da feminilidade e da masculinidade é socialmente construído mediado por práticas explícitas e implícitas.

A construção subjetiva da masculinidade se inicia na

⁶⁶O *chat* dentro da plataforma de *League of Legends* permite o contato entre os jogadores do mesmo time e também com seus oponentes. Não é possível escrever palavras explícitas no *chat*, contudo é possível driblar a plataforma substituindo as letras por números.

infância e se dá através das relações de poder (CONNELL, 2013). O processo de subjetivação da masculinidade tóxica está envolvida com a representação da violência enquanto dispositivo disponível a esses jogadores para formação de suas identidades. Nos relatos, as participantes da pesquisa, em sua maioria, admitem terem passado ou presenciado alguma situação desagradável em relação aos jogadores masculinos. Logo, é possível compreender que as expressões de masculinidade tóxica contra mulheres e outras minorias são utilizadas dentro dos jogos como uma forma de manter o espaço *boyhood* intocável.

Considerações Finais

Neste capítulo, buscou-se compreender o conceito de masculinidades, em especial a masculinidade tóxica presente no ambiente dos *games*. Iniciando com uma revisão dos *games studies*, e então seguindo para a apresentação dos estudos relativos à masculinidade. A partir da contextualização das teorias, compreendemos que as masculinidades se constroem de diversas maneiras — sendo que a masculinidade hegemônica seria a forma mais honrada de ser homem. Nela estão presentes práticas que possibilitam a soberania sobre as mulheres; além da manutenção dos vínculos de subordinação, cumplicidade ou de marginalização em relação às outras masculinidades. Contudo, dentro das plataformas de jogos, encontra-se uma representação do modelo hegemônico, que passa a ser chamada de masculinidade tóxica por Chandler (2019). Esse tipo de masculinidade é, inclusive, predominante nos espaços dos jogos digitais. A cultura dos videogames promove uma masculinidade militarizada, por

meio de variados jogos e narrativas centradas em cenários de guerra. Como colocado por Burrill (2008), no *boyhood* existe um contexto privilegiado, favorecendo um padrão masculino formado por homens cisgêneros, em sua maioria brancos e heterossexuais. Logo, a própria estrutura do mercado dos videogames acaba por inviabilizar o acesso do público feminino nos jogos digitais. Apesar de serem teoricamente inclusivas, os dados da pesquisa que embasou este artigo apontaram para a existência de episódios hostis contra mulheres e outras minorias sociais nas plataformas de LoL. Diante disso, notou-se que as situações desagradáveis advinham de atitudes tóxicas vindas por parte dos jogadores homens, como assédios, violência verbal, entre outros acontecimentos.

REFERÊNCIAS

- AARSETH, Espen. O Jogo da Investigação: abordagens metodológicas à análise de jogos. **Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura**, Lisboa, n. 4, 2003, p. 9-23.
- BOELLSTORFF, T. **Coming of Age in Second Life**. Princeton: Princeton university Press, 2008.
- BURRILL, Derek. (2008). **Die tryin'**: Videogames, masculinity, culture. Peter Lang Inc.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede – a era da informação**: economia, sociedade e cultura. v. I. Trad. Roneide Venâncio Majer e Jussara Simões. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHANDLER, Adriana. (2019). Gamers speak: Analyzing masculine speech in gaming culture. **CLA Journal**, 7(1), 11-34. Disponível em: <<https://uca.edu/cahss/files/2020/07/Chandler-CLA-2019.pdf>>
- CONNELL, Raewyn. **Masculinidades**. México: UNAM-PUEG, 2003, p.119
- CONNEL, Raewyn e Messerschmidt, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2013, v. 21, n. 1, pp. 241-282. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>>.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Moschkovich, Marília. São Paulo: nVersos, 2015.
- DONALDSON, Scott. (2015) Mechanics and Metagame: Exploring Binary Expertise in League of Legends. **In Games and Culture**, onlinefirst.
- FALCÃO et al. **Conservadorismo e masculinidade tóxica na cultura gamer: Uma aproximação a Magic: The Gathering**. V.15 - Nº 2 mai./ago. 2021. São Paulo - Brasil, p. 251-277.
- JOHNSON, Robin. (2018). Technomascularity and its influence in video game production. In N. Taylor & G. Voorhees (Eds.), **Masculinities in play** (pp. 249-262). Palgrave Macmillan.
- LOURO, Guacira L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. In.: **ProPosições**, Campinas, v. 19, nº 9, maio/ago. 2008.
- MEDRADO, Andrea M., & MENDES, Adler. M. (2020). O SILÊNCIO NÃO É A MELHOR ARMA: MISOGINIA E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO GAME LEAGUE OF LEGENDS. **Animus. Revista Interamericana De Comunicação Midiática**, 19(39). <https://doi.org/10.5902/2175497740329>.
- PESQUISA GAME BRASIL, **Pesquisa Game Brasil**, 2021. Disponível em <https://www.pesquisagamebrasil.com.br>.
- RIOT GAMES, Quem somos. **Riot Games Website**. Disponível em: <https://www.riotgames.com/pt-br/quem-somos>.
- RIOT GAMES BRASIL. Riot Games Brasil, Twitter Web App, 01 nov. 2021. Twitter: @RiotGamesBrasil. Disponível em: <<https://twitter.com/RiotGamesBrasil/status/1455173027990212610?s=20>> Acesso em: 29 de março 2022.
- SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. 2. ed. São Paulo: **Expressão Popular**: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SALEN, Kate; ZIMMERMAN, Eric. Regras do Jogo: Fundamentos do Design de Jogos. V.1. São Paulo: **Blucher**, 2012.
- WILLIAMS, J. P.; SMITH, J. H. **Introduction**: From Moral Panics to Mature Games Research in Action. In: WILLIAMS, J. Patric; SMITH, Jonas Heide (ed.). *The Players' Realm: studies on the culture of video games and gaming*. Jefferson: McFarland & Company, Inc., 2007.

GÊNERO, ESPAÇO PÚBLICO E DISSIDÊNCIAS

GÊNERO, ESPAÇO PÚBLICO E DISSIDÊNCIAS

GÊNERO, ESPAÇO PÚBLICO E DISSIDÊNCIAS

GÊNERO, ESPAÇO PÚBLICO E DISSIDÊNCIAS

GÊNERO, ESPAÇO PÚBLICO E DISSIDÊNCIAS

GÊNERO, ESPAÇO PÚBLICO E DISSIDÊNCIAS

GÊNERO, ESPAÇO PÚBLICO E DISSIDÊNCIAS

GÊNERO, ESPAÇO PÚBLICO E DISSIDÊNCIAS

GÊNERO, ESPAÇO PÚBLICO E DISSIDÊNCIAS

RECONHECIMENTO E REIFICAÇÃO NA OBRA O CONTO DA AIA

Letícia Machado Spinelli⁶⁷

Introdução

A narrativa distópica *O conto da Aia* (1985), de Margaret Atwood, encerra uma gama de temáticas e intersecções, as quais podem engendrar reflexões das mais variadas. A temática de gênero, estridente e cáustica, salta aos olhos, e com ela várias possibilidades de reflexão. O que pretende-se aqui é abordar especialmente a narrativa do ponto de vista da vivência das Aias, tomando noções de reconhecimento e reificação, tais como definidas por Axel Honneth, como categorias de análise.

Considerando a proposta do capítulo, a escrita se organiza em dois momentos. No primeiro deles são apresentadas noções gerais e fundamentais relativas à teoria do reconhecimento de Axel Honneth. É preciso prevenir, contudo, que a teoria do reconhecimento terá uma exposição bastante econômica, quer em amplitude, quer em profundidade. Quer dizer, o capítulo não se detém às suas minúcias, bem como as problematizações, interpretações e críticas que foram engendradas a partir de sua recepção. Interessa apenas uma abordagem reconstrutiva, no sentido de explicitar a teoria

⁶⁷ Doutora em Filosofia (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Professora da Universidade Franciscana (UFN).

do reconhecimento enquanto categoria de análise na nossa exposição. Num segundo momento, será apresentada uma espécie de sinopse do enredo da obra *O conto da Aia*, com ênfase ao papel e atuação das Aias na República de Gilead. Essa exposição já vem cotejada com as reflexões inerentes à teoria do reconhecimento, a fim de conceder certo dinamismo frente ao objetivo de refletir como as noções de reconhecimento e reificação estão presentes na narrativa de Atwood.

Reconhecimento, etapas do reconhecimento e reconhecimento denegado

O que se denomina de teoria do reconhecimento é reflexo de uma mudança de perspectiva ocorrida no final do século XX, cuja característica é que as reivindicações de cunho econômico foram se decompondo no interior de reivindicações identitárias. Claro está que as chamadas reivindicações identitárias ou por reconhecimento de grupos não hegemônicos já existiam, contudo a mudança de perspectiva está em que essas demandas passaram a atuar com maior protagonismo junto à análise dos conflitos sociais. Duas justificativas são apontadas por Honneth no que tange a essa mudança de perspectivas: por um lado, certo ceticismo frente à política expresso na descrença dos indivíduos frente à realização das demandas por igualdade econômica; por outro, e Honneth é partidário dessa tese, a questão do reconhecimento é fruto de um aumento da sensibilidade moral dos indivíduos. Tal sensibilidade foi projetada a partir da cada vez maior organização de grupos historicamente injustiçados (Cf., Honneth, 2007a, p.80). A articulação dos mais variados

grupos sociais, assim como uma maior disponibilidade para o diálogo acerca de temas atinentes à diferença e às políticas identitárias alavancou o discurso acerca do reconhecimento.

Embora a chamada teoria do reconhecimento, bem como o fenômeno social que permitiu o seu florescimento, seja atual, o germe da noção de reconhecimento [*Anerkennung*] é encontrado no chamado Jovem Hegel ou Hegel de Jena, no século XVIII⁶⁸. Nesse contexto, é defendido um primado do reconhecimento em vista de que o sujeito se constitui mediante as relações de interação que tece. A relação da teoria do reconhecimento de Honneth face ao legado hegeliano obedece a duas perspectivas: de continuidade e de inovação. A partir da tese embrionária de Hegel, Honneth, por um lado, defende que existe uma dependência da formação identitária e da autorrealização individual dos sujeitos face às relações intersubjetivas (e aqui tem-se a continuidade); por outro lado, e aqui Honneth inova na abordagem acerca do reconhecimento, o autor — em sua obra seminal *Luta por Reconhecimento*⁶⁹ (2003) — agregou uma moldura argumentativa própria, trazendo a tese de que as expectativas de reconhecimento não realizadas podem se converter em luta por reconhecimento e formação de movimentos sociais enquanto articulação de

⁶⁸ “Nenhum dos pensadores clássicos, com a importante exceção de Hegel que, nesse contexto, é o solitário introdutor, colocou o princípio do reconhecimento no centro da sua ética” (HONNETH, 2007, p.81).

⁶⁹ Conforme Saavedra (2008, p.27) “em *Luta por Reconhecimento*, Honneth apresenta, pela primeira vez, a sua teoria de forma sistemática. Neste livro, o autor desenvolve o que se pode chamar de conceito negativo do reconhecimento. *Negativo* significa aqui que Honneth não pretende, em primeira mão, definir o que significa reconhecimento, mas que ele pretende, a partir de uma análise das experiências de desrespeito, comprovar de forma dialética a necessidade das relações de reconhecimento”.

busca por direitos. Considerando esse segundo ponto, genuinamente honnethiano, o reconhecimento se alça como móbil para mudanças e alterações na sociedade.

Honneth, a partir de Hegel, defende que as relações intersubjetivas são fundamentais para a formação da identidade dos sujeitos, em que se destaca a importância da dialogicidade na formação identitária. O que Honneth, enfim, pretende trazer a partir de Hegel é que é difícil para um indivíduo construir uma ideia positiva acerca de si mesmo quando está desprovido de um aparato relacional que o motive e forneça elementos nesse sentido. Para além de Hegel (e se servindo de Mead e Winnicot), Honneth constrói um aparato discursivo e conceitual, a partir do qual pretende edificar a tese de que a experiência do reconhecimento denegado se constitui em alavanca para reações na forma de lutas sociais⁷⁰.

Dentro desse aparato conceitual, é imprescindível destacar as etapas do reconhecimento: inspirado nas esferas de reprodução social de Hegel — a saber, família, sociedade e Estado —, Honneth fala da esfera do amor, do direito e da estima social. “Amor, direito e estima social, enquanto esferas do reconhecimento, pedem, por um lado, pelo abandono da tese do humano como pleno e autossuficiente e, por outro, pelo pressuposto da disponibilidade dos indivíduos em prol de uma esfera comunitária de autorrealização” (SPINELLI, 2016, pp.85-86). A esfera do amor está vinculada aos primeiros cuidados na vida familiar, assim como as relações afeti-

⁷⁰ “como a experiência de desrespeito está ancorada nas vivências afetivas dos sujeitos humanos, de modo que possa se dar, no plano motivacional, o impulso para a resistência social e para o conflito, mais precisamente para um luta por reconhecimento?” (HONNETH, 2003, p.214).

vas desenvolvidas ao longo da vida⁷¹. Essa esfera tem como correspondente a autorrelação prática da autoconfiança⁷². A esfera do direito se refere ao universo dos direitos, no qual o indivíduo se percebe como um parceiro de interação em que seus interesses e contribuições são tidos como valorosos. A autorrelação prática oriunda dessa esfera é o autorrespeito: o sujeito contrai a “consciência de poder se respeitar a si próprio, porque ele merece o respeito de todos os outros” (HONNETH, 2003, p. 195). A etapa da estima social, por fim, aparece nos seguintes termos: “todo o sujeito recebe a chance, sem graduações coletivas, de experienciar a si mesmo, em suas próprias realizações e capacidades, como valioso para a sociedade” (HONNETH, 2003, p. 211). A estima social desenvolve a autorrelação da autoestima, uma vez que o sujeito biograficamente considerado vê suas particularidades sendo valorizadas no seio social.

⁷¹ “por relações amorosas devem ser entendidas aqui todas as relações primárias, na medida em que consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, segundo o padrão de relações eróticas entre dois parceiros, de amizades e de relações pais/filho” (HONNETH, 2003, p.159).

⁷² Interessante destacar aqui a crítica de Iris Marion Young (2007) no que tange à caracterização da esfera do amor: conforme a autora, Honneth detém, no interior de suas teses, um forte resquício patriarcal e conservador a partir da manutenção a da tese da complementaridade de gênero presente em Rousseau e Hegel. Young (2007, p. 193) acusa Honneth de não superar as deficiências argumentativas de Rousseau e Hegel a respeito da família e do amor conjugal: “não oferece uma concepção de reciprocidade no amor sexual para substituir a ideologia de complementaridade da concepção burguesa moderna do amor conjugal”.



Enquanto a esfera afetiva é bastante restrita, tanto na sua formação embrionária quanto no seu desdobrar na vida dos indivíduos, os domínios do direito e da estima social são mais amplos, pois abrangem a participação dos indivíduos na comunidade social. Embora pertençam a esferas relacionais mais amplas, direito e estima social trazem, no entanto, distintos parâmetros para o reconhecimento: o direito se norteia em vista da perspectiva do ser humano e, bem por isso, se expressa pela igualdade; a estima social, se pauta pela valorização do indivíduo singularmente ou biograficamente considerado, de maneira que se direciona segundo o padrão da diferença. A igualdade caracteriza o direito, em vista de que se defende a sua aplicação a todos os membros da sociedade sem privilégios ou exceções. A estima social se traduz pela noção de “diferença” ou “particularidade”, porque não tem como objeto o indivíduo enquanto ser humano e cidadão, mas o indivíduo particular dotado de habilidades próprias e sujeito único ao qual se deve um apreço concedido em vista de seus próprios feitos (SPINELLI, 2016, p. 97).



Para cada etapa do reconhecimento, Honneth apresenta seu equivalente na forma de reconhecimento denegado. Ou seja, quando as etapas do reconhecimento não são bem cumpridas e ajustadas e, portanto, as autorrealizações delas oriundas não se concretizam, temos o reconhecimento denegado. O reconhecimento denegado é concebido em referência às etapas do reconhecimento: ao amor contra-põem-se os maus tratos, ao direito, a privação de direitos, e à estima social, a degradação.

Quanto à questão dos maus tratos, é preciso deixar claro que essa violação não é puramente física, mas implica fatores complexos, uma vez que vem associada ao sentimento de sujeição à vontade alheia. Conforme Ricoeur (2006, p.205), “o que aqui é traído são expectativas mais complexas que as relativas à simples integridade física”. O reconhecimento denegado na forma de maus tratos físicos e psíquicos está diretamente relacionado à violação da autoconfiança, uma vez que o sujeito perde a confiança natural frente à voluntariedade e liberdade no que tange ao seu próprio corpo.

A forma de reconhecimento denegado correspondente ao direito caracteriza a privação dos direitos no âmbito jurídico. Nesse contexto, o autorrespeito é violado uma vez que, por um lado, o sujeito é retirado do domínio da igualdade no que tange aos seus direitos e pretensões e também no que se refere à sua atuação enquanto protagonista da deliberação pública. Por fim, o reconhecimento denegado vinculado à estima social está associado à degradação de formas de vida. Aqui os modos de viver e conceber os valores de determinados grupos são marginalizados, tomados como inferiores e nocivos e, portanto, engendrando exclusão e preconceito, de maneira que os indivíduos não se percebem como valorizados e estimados na sociedade em que vivem⁷³.

⁷³ “É a pessoa, enquanto formalização de um modo de vida ou características particulares, que está no foco da violência. Há de se observar ainda que não se trata, necessariamente, de uma violência explícita e vigorosa, tampouco sofrida fisicamente, mas de uma violência advinda de padrões sociais e estruturas de comportamento tão fortemente arraigados a ponto de serem tidos como naturalizados. Esse tipo de violência que aparece sutilmente e, portanto, não carrega, à primeira impressão, o rótulo de agressão, muitas vezes não é identificada, o que corrobora o seu fortalecimento e proliferação. Embora invisíveis, essas violências são fomentadoras de conflitos em vista dos quais a busca por reconhecimento se impõe” (SPINELLI, 2018, p.390).

A noção de reificação [no alemão *Verdinglichung*] guarda sua etimologia, em língua portuguesa vinculada ao latim *res*: coisa em que se destaca um processo de objetificação ou coisificação. Reificação geralmente vem associada à instrumentalização de pessoas. Esse conceito, que encontra seu berço junto a Marx, também foi abordado por Lukács, sendo, por assim dizer, eclipsado nas abordagens desses dois autores. Honneth (2008 a, 2008b) propõe uma reatualização do conceito de reificação a partir de seu sentido literal. Compreender a reconstrução honnethiana acerca do conceito de reificação, em que se destaca que Honneth intenta uma reatualização do mesmo, passa e pede por um desprendimento frente ao que comumente entendemos e associamos a esse termo.

O entendimento da noção de reificação compreende a questão do primado do reconhecimento (HONNETH 2008 b, p.36, DALBOSCO 2011, SPINELLI, 2016). Aqui a distinção entre os termos *Anerkennen*, que remete a reconhecer, admitir, conceder, ratificar, aprovar, e *Erkennen*, conhecer, é fundamental⁷⁴. “*Erkennen* se caracteriza por uma estrutura bivalente (A identifica B), enquanto que *Anerkennen* porta uma estrutura trivalente (A reconhece B enquanto X)” (SPINELLI, 2016, p.104). Com o primado do reconhecimento, Honneth

⁷⁴ “por ‘conhecimento’ de uma pessoa, temos a intenção de expressar a sua identificação como um indivíduo – identificação que pode ser gradualmente melhorada - por ‘reconhecimento’ queremos dizer um ato expressivo que esse conhecimento é transmitido com o sentido positivo de uma afirmação” (HONNETH, 2004, p.141). “Alors que par « connaissance » d’une personne, nous entendons exprimer son identification en tant qu’individu – identification qui peut être graduellement améliorée –, par « reconnaissance », nous entendons un acte expressif par le quel cette connaissance est conférée avec les enspositif d’une affirmation.”

pretende defender a tese de que existe uma prioridade categórica do reconhecimento, de maneira que as relações de reconhecimento precedem a cognição. Servindo-se da teoria de vários autores, como Mead, Piaget e Davidson, entre outros, Honneth (2008 b, p.46) argumenta que “uma criança pequena primeiro identifica suas figuras de apego e deve tê-las reconhecido emocionalmente antes que possa chegar ao conhecimento da realidade objetiva”⁷⁵.

O primado do reconhecimento frente à dimensão cognitiva carrega um importante elemento para a compreensão que Honneth pretende impingir frente à reificação, uma vez que essa última só é possível quando essa lógica não é obedecida. Honneth (2008a, p.71) observa que “na relação do ser humano com seu mundo, o reconhecer (*Anerkennen*) sempre antecede o conhecer (*Erkennen*), de tal modo que por ‘reificação’ devemos entender uma violação contra essa ordem de precedência”. A ordem de precedência frustrada é justamente aquela do primado do reconhecimento: na reificação, o conhecimento precede o reconhecimento.

É importante fazer notar que o primado do reconhecimento aqui expresso não se encerra nas etapas do reconhecimento, mas diz respeito a um nível mais profundo e primário, o qual serve como condição de possibilidade da expressão do reconhecimento dentro da estrutura trivalente de concessão de valor. Essa questão fica mais clara quando Honneth (2008 a, pp.79-80) apresenta as ressalvas que devem ser acolhidas na sua empreitada acerca da reatualização do conceito de reificação:

⁷⁵ “a small child first of all identifies with her figures of attachment and must have emotionally recognized them before she can arrive at knowledge of objective reality”.



Sob ‘reificação’ [diz ele] eu não gostaria de ver entendido, tal como acontece em geral hoje no emprego do conceito, apenas uma postura ou ação através da qual outras pessoas são “instrumentalizadas”; essa instrumentalização significa tomar outras pessoas como meio para fins puramente individuais, egocêntricos, sem precisarmos abstrair de suas características humanas; ao contrário, geralmente serão inclusive as habilidades especificamente humanas destas pessoas que utilizamos para, com sua ajuda, realizar nossos propósitos. Diferente da ‘instrumentalização’, a reificação pressupõe que nós nem percebemos mais nas outras pessoas as suas características que as tornam propriamente exemplares do gênero humano: tratar alguém como uma “coisa” significa justamente tomá-la(o) como ‘algo’, despidido de quaisquer características ou habilidades humanas (HONNETH, 2008 a, pp.79-80).



O entendimento da noção de reificação em Honneth passa por dois pontos. Primeiro, a reificação não se restringe apenas a ações em que pessoas são instrumentalizadas como meios para fins egocêntricos. Honneth observa que, nessa acepção, as características humanas das pessoas instrumentalizadas permanecem intactas. Aliás, são essas características que agenciam a utilidade, e, portanto, a instrumentalização desses indivíduos ou grupos. A partir dessa constatação, impõe-se o segundo ponto: Honneth pretende agenciar um conceito de reificação que, mais profundo do que instrumentalização, constitui em uma abordagem em que o sujeito reificado é destituído de características humanas, sendo, por assim dizer, “des-humanizado”. Nessa sua abordagem, o que se desvela é um nível mais profundo que

denota que casos de reificação, obedecendo a essa definição, são bastante limitados. Um exemplo seria a escravidão, caso em que um ser que não tem características de objeto é tomado como objeto.

Na sua abordagem acerca da noção de reificação e buscando conceder-lhe um caráter mais profundo, Honneth fala da noção de reconhecimento elementar: “o reconhecimento deve ser entendido como um gênero que compreende várias formas de atitudes práticas cuja *intenção primária consiste em um ato especial de afirmação* de uma outra pessoa ou grupo” (HONNETH, 2007 a, p.330, grifo meu). Essa forma mais primitiva e basilar para as etapas do reconhecimento consiste basicamente em reconhecer o outro como efetivamente um semelhante. Esse reconhecimento elementar implica no reconhecimento do outro como participante do mesmo domínio que eu, isto é, como um semelhante dotado de humanidade (eis o primado do reconhecimento).



Sem a experiência de que o outro indivíduo seja um próximo/semelhante, nós não estaríamos em condições de dotá-lo com valores morais que controlam ou restringem o nosso agir; portanto, primeiramente precisa ser consumado esse reconhecimento elementar, precisamos tomar parte (*Anteilnehmen*) do outro existencialmente, antes de podermos aprender a orientarmos por normas do reconhecimento que nos intimam a determinadas formas de consideração ou de benevolência (HONNETH, 2008 a, p.73).



tem-se em mente a situação socialmente improvável de que um sujeito não simplesmente fere normas válidas de reconhecimento, mas atenta contra a própria condição que as antecede ao não reconhecer nem tratar o outro sequer como “próximo” (*Mitmenschen*). Na reificação é anulado aquele reconhecimento elementar que geralmente faz com que nós experimentemos cada pessoa existencialmente como o outro de nós mesmos; queiramos ou não, nós concedemos a ele pré-pedicativamente uma autorrelação que partilha com a nossa própria a característica de estar voltada emocionalmente para a realização dos objetivos pessoais (HONNETH, 2008 a, p.75).



Dessa percepção básica depende toda sorte de sentimentos e afecções — amor ou ódio, consideração ou frieza —, uma vez que essas formas de afecção dependem do reconhecimento elementar do outro. Ter o reconhecimento elementar significa, portanto, considerar o outro como participante do círculo existencial ao qual pertencemos. Isso é condição mínima, quer para o reconhecimento e suas etapas, quer para a possibilidade do próprio reconhecimento denegado. Daí por que, enfim, reificação é algo mais forte e contundente do que o reconhecimento denegado, uma vez que sua possibilidade depende da ausência desse reconhecimento elementar — ou seja, a reificação só é possível dentro de uma condição em que não se reconhece o outro como um semelhante, quer dizer, como participante da humanidade. Isso o retira da própria alçada do reconhecimento:

Quando não há esse reconhecimento elementar, ocorre, portanto, que o outro é reduzido à categoria de objeto e, assim, tem-se a reificação. Honneth cita como exemplo de reificação os atos de guerra⁷⁶ (tal como aparecem na sua representação em filmes ou romances) em que a noção de destruição do inimigo ou adversário é de tal modo automatizada, incluindo mulheres e crianças, que lhes é retirada a característica de humanidade: “no final, todos os membros dos grupos que presuntivamente são atribuídos ao inimigo são considerados apenas como objetos inanimados, coisificados, face aos quais a morte ou a violação são justificadas sem dificuldade” (HONNETH, 2008 a, p.77).

Reificação seria, portanto, um deslocamento da posição prioritária do reconhecimento do qual emerge, igualmente, o deslocamento do outro enquanto um parceiro de interação pertencente ao círculo da humanidade. Quando se edifica uma percepção na qual o outro não faz parte existencialmente do senso de humanidade, tem-se não só a licenciabilidade, mas a autorização da barbárie em seu nível máximo.

Gilead: reconhecimento e reificação na obra *O Conto da Aia*

Numa sociedade ruída pela crise ambiental e econômica, pelo baixo índice de natalidade e pelo consumismo, Gilead (nome fictício destinado à parte dos Estados Unidos que foi tomada pelo golpe teocrático) emergiu como sendo a salvação

⁷⁶ Interessante pontuar que Honneth justificou o seu interesse por tratar do conceito de reificação devido “a dificuldade de uma explicação para o genocídio ‘industrializado’” (HONNETH, 2008 a, p. 78)

não só de um país, mas da humanidade⁷⁷. Tal salvação se deu mediante a instauração de um novo modelo de costumes, o qual se centra na importância da procriação e na tomada de papéis de gênero inspirada, sobretudo, pelo Antigo Testamento.

O universo distópico de *O conto da Aia* é ambientado e movido pelos sentimentos mais vis, abusivos e segregacionistas, sem espaço para pensar em direitos humanos ou qualquer outro valor que seja distinto do regime fundamentalista instaurado. No novo regime, as Aias (mulheres férteis destinadas à procriação, que são deslocadas de casa em casa à medida que “cumprem” a função de engravidar, gerar, parir e amamentar filhos que não são considerados seus) recebem como alcunha a pertença ao Comandante a que servem durante o período que ficam em sua casa na tentativa de engravidar. Indo para uma outra residência, uma nova alcunha lhe é concedida em vista do Comandante que estão servindo – Ofglen, Ofwarren.

A narrativa de *O conto da Aia* é feita pela protagonista Offred (literalmente “de Fred”): “Atwood nos dá um relato dissidente de uma criada que foi relegada às margens do poder político. Essa estratégia narrativa inverte as relações estruturais entre os mundos público e privado da distopia, permitindo a Atwood reivindicar um espaço feminino de emoções pessoais e identidade individual, que é destacado pela sua narrativa

⁷⁷ “Foi depois da catástrofe, quando mataram a tiros o presidente e metralharam o Congresso, e o exército declarou um estado de emergência. Na época, atribuíram a culpa aos fanáticos islâmicos. [...] O governo inteiro massacrado daquela maneira. Como conseguiram entrar, como isso aconteceu? Foi então que suspenderam a Constituição” (ATWOOD, 2017, p 208).

em primeira pessoa”⁷⁸ (HOWELLS, 2006, p. 164). Offred, assim como de seu nome, foi desprovida de todos os laços materiais, civis, afetivos, pessoais e identitários que fizeram parte da sua vida no período que antecedeu a República de Gilead. A segunda etapa do reconhecimento, a saber, a do direito, não é contemplada em Gilead: as Aias não têm direito algum⁷⁹, todos foram retirados - civis, políticos e sociais, seu direito de ir e vir, seus empregos, direito de ler (cuja penalidade é a amputação de um dedo) e, inclusive, o direito de se comunicar. As Aias não têm direito sequer a si mesmas (seu corpo e suas vontades) e de ser a si mesmas (demarcar sua identidade).

As Aias são Aias não só pela sua fertilidade, mas em vista da vida que levavam antes da República de Gilead: mulheres divorciadas, que já fizeram aborto, que foram amantes ou fizeram algo tido como grave frente aos costumes conservadores de Gilead. Assim como as Aias (identificadas por suas roupas vermelhas, alusão à menstruação) existem outros grupos, as Esposas dos Comandantes (identificadas pela cor azul – alusão à pureza da Virgem Maria, podendo ser férteis ou inférteis e isso atesta a necessidade ou não de

⁷⁸ “Atwood gives us a dissident account by a Handmaid who has been relegated to the margins of political power. This narrative strategy reverses the structural relations between public and private worlds of the dystopia, allowing Atwood to reclaim a feminine space of personal emotions and individual identity, which is highlighted by her first-person narrative”.

⁷⁹ Alguns desses momentos de perda de direitos civis são rememorados por Offred: “Estamos sendo demitidas?, perguntei. Eu me levantei. Mas por quê? Não demitidas, disse ele. Dispensadas. Não podem trabalhar mais aqui, é a lei”. (...) “Eles congelaram as contas, disse ela. A minha também. A da cooperativa também. Qualquer conta com F ao invés de M. Tudo o que precisaram fazer foi apertar alguns botões. Estamos deserdadas. Confiscaram tudo. [...] Mulheres não podem mais possuir bens, disse ela. é uma nova lei Mas por quê?, perguntei. Por que fizeram isso? [...] Não querem que a gente vá para lugar nenhum, pode apostar nisso. (ATWOOD, 2017, respectivamente p.211 e pp.213-214)

uma Aia⁸⁰), as Marthas (mulheres inférteis ou que não podiam mais ter filhos destinadas a serem domésticas nas casas dos ricos, identificadas pela cor verde) e as econoesposas (mulheres de trabalhadores pobres, férteis ou inférteis, mas por não ter levado uma vida de pecado era permitido se casar, eram identificadas pelas roupas listradas)⁸¹. Mulheres não férteis consideradas pecadoras eram destinadas às chamadas Colônias: lugar de lixo tóxico e acúmulo radioativo no qual as pessoas trabalham – sem nenhuma proteção – até morrer⁸² (ATWOOD, 2017, pp.294-295). Esse foi o destino, por exemplo, da mãe de Offred, militante feminista pró aborto, assim como dos chamados traidores de gênero (homens homossexuais ou mulheres lésbicas inférteis – as férteis eram transformadas em Aias). Os homens também eram divididos por classe: Comandantes, Guardiões, Olhos ou Econopessoas (nem todos tinham direito a uma esposa). Essa divisão por castas, a “obrigação do esquecimento do passado” e a prescrição de uma nova identidade tornam Gilead um lugar em que o reconhecimento não encontra um ambiente fértil.

⁸⁰ Em teoria, homens não podiam ser inférteis: “Um homem estéril não existe, não oficialmente. Existem apenas mulheres que são fecundas e mulheres que são estéreis, essa é a lei” (ATWOOD, 2017, p. 75).

⁸¹ A respeito das econoesposas, Atwood escreve: “Essas mulheres não estão divididas segundo funções a desempenhar. Elas têm que fazer tudo; se puderem” (ATWOOD, 2017, p. 35).

⁸² “Janine terá permissão para amamentar o bebê, durante alguns meses, elas acreditam em leite materno. Depois será transferida, para ver se consegue fazer de novo, com alguma outra pessoa que precise de ajuda. Mas nunca será mandada para as Colônias, nunca será declarada uma Não mulher. Essa é sua recompensa” (ATWOOD, 2006, p. 113).



A imposição de uma identidade é uma forma de falso reconhecimento mesmo se a identidade imposta seja aprovada pelo grupo impotente. Mesmo a imposição positiva e acurada envolve uma falha de respeito devido à impotência dos agentes como auto-determinantes, capazes de forjar suas próprias identidades e afiliações e suas relações com eles, precisamente porque se trata de uma imposição⁸³ (LADEN, 2007, p.277).



Há de se destacar, e aqui tocando especialmente à figura das Aias, que essas novas identidades são forjadas de modo a parecerem lisonjeiras. No Centro Vermelho, local de “treinamento e educação das Aias”, as Tias (mulheres de religiosidade fervorosa que guardam algum poder, embora limitado, uma vez que são tutoras das Aias) procuram sempre enfatizar o quanto as Aias são abençoadas e importantes em sua função de colocar novos seres no mundo. A despeito disso, as Tias são equipadas de agulhões elétricos (semelhantes aos utilizados para tocar gado) como forma de contenção de rebeldia ou mera admoestação. A par desse, existem outros tantos castigos, mais demorados ou permanentes, como privação de água e alimentos ou até amputação de partes do corpo. Os castigos eram cuidadosamente selecionados de modo a não impossibilitar a gravidez: “Lembrem-se, dizia Tia Lydia, para nossos objetivos seus pés e suas mãos não são essenciais” (ATWOOD, 2017, p.112).

⁸³ “the imposition of an identity is a form of misrecognition even if the identity imposed would be endorsed by the powerless group. Even such positive and accurate imposition involves a failure of respect owed to the powerless as self-determining agents capable of forging their own identities and affiliations and their relations to them precisely because it is an imposition”.

As Tias dirigem grandes preleções às Aias, cujo conteúdo se baseia no rechaço aos costumes da sociedade predecessora à República de Gilead, buscando não só justificar o golpe como também apontar que Gilead se constitui em uma sociedade mais adequada às mulheres⁸⁴. As Aias, apesar de terem sido sequestradas e mantidas, a bem dizer, em cárcere privado, também estão sujeitas a um envolvente discurso. Toda a narrativa se organiza no sentido de convencer as Aias da sua importância e do seu privilégio: “Estar onde estou não é uma prisão e sim um privilégio, como dizia Tia Lydia”; “homenagens nos são concedidas. Espera-se que eles demonstrem respeito, devido à natureza de nosso serviço”; “O futuro está na mão de vocês”; “Não posso evitar agora a pequena tatuagem em meu tornozelo. Quatro números e um olho, um passaporte ao contrário. Supõe-se que isso garanta que eu nunca possa vir a desaparecer, por fim, em outra paisagem. Sou importante demais, escassa demais, para isso. Sou uma riqueza nacional”; “Vocês estão recebendo o que há de melhor, dizia Tia Lydia. Temos uma guerra em curso, as coisas são racionadas. Vocês são garotas mimadas...”; “Pensem a si próprias como pérolas” (ATWOOD, 2017, respectivamente p.16, p.31, p.59, p.80, p.109, p.138).

Embora exista um discurso de “respeito” destinado às Aias, em vista de sua importante função na manutenção da sociedade, isso não corresponde ao reconhecimento por Honneth delineado na esfera da estima social. Tal ocorre em vista de que nessa esfera está previsto o reconhecimento da biogra-

⁸⁴ “A maneira deplorável e exibida com que as mulheres costumavam se comportar. Passando óleo no corpo como se fossem carne assada num espeto e de costas e ombros nus, na rua, em público, e as pernas, sem nem sequer meias finas a cobri-las, não é de admirar que aquelas coisas costumassem acontecer” (ATWOOD, 2017, p. 69).

fia dos sujeitos na sua cooperação na sociedade. São valorizadas narrativas de vida e modos de ser que são tomados como socialmente relevantes e enriquecedores. Isso não encontra ressonância na atuação das Aias em Gilead, uma vez que sua biografia é apagada, não existe distinção público e privado na sua atuação, tampouco elas são consideradas sujeitos.

Essa narrativa melíflua (endereçada às Aias) que usa da lisonja como ferramenta de manutenção da opressão é identificada por Honneth como reconhecimento ideológico. Trata-se, a bem da verdade, de um pseudo reconhecimento, uma vez que, enleada retoricamente, a narrativa tem o objetivo de dominação. “Longe de fazer uma contribuição duradoura para as condições de autonomia dos membros da nossa sociedade, o reconhecimento social aparece apenas para servir para a criação de atitudes que estão de acordo com o sistema dominante”⁸⁵ (HONNETH, 2007 b, p.323). O característico do reconhecimento ideológico é justamente manter os indivíduos sujeitos a situações de dominação, buscando a sua aquiescência. A anuência é obtida mediante um discurso socialmente difundido e afirmado de que aquela situação é louvável e privilegiada. O reconhecimento ideológico não usa propriamente do recurso à repressão clara, mas vem enleado por fatores simbólicos que buscam, por assim dizer, maquiagem a situação de dominação e, simultaneamente, manter o consentimento dos sujeitos dominados. Assim, não há nada na “louvação” às Aias que denote reconhecimento real, mas se trata de um instrumento (a mais) de dominação.

⁸⁵ “Far from making a lasting contribution to the conditions of autonomy of the members of our society, social recognition appears merely to serve the creation of attitudes that conform to the dominant system”



Ter uma atitude de reconhecimento perante alguém é relacionar-se com esse indivíduo como com uma pessoa, ou ter uma ‘atitude personalizante’ com ele. (...) Vamos pensar em atitudes de reconhecimento como respondendo à personalidade de alguém em termos de reconhecimento de reivindicações. Pensando desse modo, nós realmente reconhecemos alguém como uma pessoa quando reconhecemos reivindicações de sua personalidade, ou, dito de maneira um pouco diferente, se reconhecermos alegações que sua personalidade nos apresenta⁸⁶(IKÄHEIMO; LAITINEN, 2007, p.40, p.52).



Na obra *O conto da Aia*, as reivindicações pessoais das Aias não constituem pontos de debate, uma vez que seus medos ou anseios, enquanto sujeitos, não são dotados de relevância. Melhor, não existe o próprio reconhecimento das Aias enquanto sujeitos, indivíduos, de modo que a elas é negado aquele reconhecimento primário que as inclui na consideração de humanos. Não são as Aias enquanto pessoas que são admitidas em Gilead, mas seus corpos, ou, de modo mais preciso, a sua capacidade de gerar. Aqui a questão da reificação aparece de modo muito claro: as Aias não são importantes pela sua capacidade (humana e social) de serem mães, por exemplo, mas por gerarem crianças cujos pais se-

⁸⁶ “having a recognitive attitude towards someone is relating to her as to a person, or having a ‘personalizing attitude’ towards her”. (...) Let us think of recognitive attitudes as responding to someone’s personhood in terms of acknowledging claims. Thought of in this way, we really recognize someone as a person only if we acknowledge claims of her personhood, or, to put it slightly differently, if we acknowledge claims that her personhood presents us with”.

rão outras pessoas. Honneth (2008 a, pp.79-80) afirma que a reificação se caracteriza por um tratamento que retira das pessoas características ou habilidades humanas, de modo a não as perceber como exemplares do gênero humano. As Aias são relegadas ao status de coisas.

Em diversas passagens, Offred, a partir do olhar de Gilead, se define como algo ou como um animal e não como alguém, um humano: “Elas estão falando de mim como se eu não pudesse ouvir. Para elas eu sou uma tarefa doméstica, uma dentre muitas”; “Espero. Eu me componho. Aquilo a que chamo de mim mesma é uma coisa que agora tenho que compor, como se compõe um discurso. O que tenho que apresentar é uma coisa feita, não algo nascido”; “Espero, lavada, escovada, alimentada, como um porco premiado”; “*Pertences da casa, é isso o que somos*”; “Somos receptáculos importantes”; “Somos úteros de duas pernas, apenas isso: receptáculos sagrados, cálices ambulantes”(ATWOOD, 2017, respectivamente p.61, p.82, p.85, p.99, p.118,p.165). Com essas passagens é possível perceber que até Offred – que guarda certa sanidade e visão crítica frente à sociedade que se edificou – internaliza, em alguns momentos, a inferioridade social que foi estruturada em torno das Aias. Aqui a questão do aporte intersubjetivo do reconhecimento se aflora: numa sociedade em que se constrói uma narrativa degradante acerca de certos tipos sociais, até esses sujeitos tendem a incorporar a injustiça que lhes é imposta.

Nas Aias, não é louvado (sequer é permitido, aliás) o sentimento de afeto para com a prole ou a capacidade de cuidado, mas unicamente o dote físico, biológico de gerar. Essa é sua função e seu propósito nessa sociedade ruída pela queda demográfica e pelo índice de natalidade. Betty Friedan (1971,

40) apresenta a noção de mística feminina como a vinculação entre a construção social da mulher e a biologia, que inclui, entre outros componentes comportamentais, a capacidade de gerar: “a mística feminina [escreve Friedan] afirma que o valor mais alto e o compromisso único da mulher é a realização de sua feminilidade”. Ao que acrescenta: “A anatomia é o destino da mulher, dizem os teóricos da feminilidade. A personalidade feminina é determinada por sua condição biológica” (FRIEDAN, 1971, p.70). A situação das Aias em Gilead vai muito além, transcende em demasiado, o que Betty Friedan denomina de mística feminina, uma vez que sua condição é de um instrumento de procriação, não de maternidade. É um parecer oficial e socialmente estruturado na cultura de Gilead: as Aias são destinadas à cópula, à geração e ao parto, não à maternidade (isso cabe às esposas). A chamada *cerimônia* é especialmente concebida para “garantir” que os filhos não pertencem às Aias:



Meus braços são levantados; ela [a esposa] segura as minhas mãos, cada uma das minhas numa da dela. Isso deveria significar que somos uma mesma carne, um mesmo ser. O que realmente significa é que ela está no controle do processo e também do produto. Os anéis de sua mão esquerda se enterram em meus dedos. Pode ser ou não vingança. Minha saia vermelha é puxada para cima até minha cintura, mas não acima disso. Abaixo dela o comandante está fodendo. O que ele está fodendo é a parte inferior do meu corpo (ATWOOD, 2017, pp.114-115 – o entre-colchetes foi acrescentado).



Ocorridas uma vez ao mês, durante o que se supõe ser o período de maior ovulação, as cerimônias são precedidas pelo encontro dos patrões com todos os criados da casa e da leitura da Bíblia⁸⁷. A passagem faz alusão a história de Raquel e Bilha em Gênesis, 30:1-3



Vendo, pois, Raquel que não dava filhos a Jacob, teve Raquel inveja de sua irmã e disse a Jacob: Dá-me filhos ou senão eu morro. Então se acendeu a ira de Jacob contra Raquel e disse: Estou eu no lugar de Deus, que te impediu o fruto do teu ventre? E ela lhe disse: Eis aqui a minha serva Bilha; Entre nela para que tenha filhos sobre os meus joelhos, e eu, assim receba filhos por ela⁸⁸



A cerimônia não mais se constitui do que um ato de violação, mas aparece ornada de tanta religiosidade e simbolismo de maneira a parecer legítima e virtuosa. É interessante, aqui trazer a seguinte reflexão de Offred acerca da cerimônia:



Não digo fazendo amor porque não é o que ele está fazendo. Copular também seria inadequado porque teria como pressuposto duas pessoas e apenas uma está envolvida. Tampouco estupro

⁸⁷ Offred, em seus momentos de reflexão, não é muito respeitosa quanto à passagem bíblica: “Frutificai e multiplicai-vos, enchei abundantemente a terra. Então vem aquele negócio velho e bolorento da Raquel e da Lea que nos martelaram na cabeça no Centro” (ATWOOD, 2017, p. 109).

⁸⁸ Tradução retirada do próprio livro, *O conto da Aia* (ATWOOD, 2017).

descreve o ato: nada está acontecendo aqui que eu não tenha concordado formalmente em fazer. Não havia muita escolha, mas havia alguma e foi isso o que escolhi (ATWOOD, 2017, p.115).



Offred não reconhece a cerimônia como um estupro uma vez que “escolheu” estar ali. Dentre as poucas alternativas (ir para as colônias ou morrer), ela “escolheu” ser Aia. O sentido de voluntariedade aqui é bastante fraco e abre várias possibilidades de reflexão. Uma delas pode ser extraída do artigo “Mulheres Negras: moldando a teoria feminista” (2015), de Bell Hooks. No texto, Hooks (2015, pp.197-198) faz uma crítica a semelhante modelo de reflexão tomando a noção de opressão: Hooks argumenta que muitas mulheres não visualizam a opressão quer porque mulheres tem escolhas ou, ainda, muitas não resistem de modo organizado contra o sexismo, pois ele não implica falta de opções; o que conduz à equação de que a ausência de restrições extremas leva muitas mulheres a não se julgar oprimidas⁸⁹. Offred, em *O conto da Aia*, não rotula a cerimônia como estupro, uma vez

⁸⁹ Aqui está a passagem completa de Hooks: “Ser oprimida significa ausência de opções. É o principal ponto de contato entre o oprimido(a) e o opressor(a). Muitas mulheres nesta sociedade têm escolhas (por mais inadequadas que possam ser); portanto, exploração e discriminação são palavras que descrevem com mais precisão a sorte coletiva das mulheres nos Estados Unidos. Muitas delas não participam da resistência organizada contra o sexismo precisamente porque o sexismo não tem significado de absoluta falta de opções. Elas podem saber que são discriminadas em função de sexo, mas não equiparam isso a opressão. No capitalismo, o patriarcado é estruturado de forma que o sexismo restrinja o comportamento das mulheres em algumas esferas, mesmo que, em outras, haja liberdade em relação a limitações. A ausência de restrições extremas leva muitas mulheres a ignorar as áreas em que são exploradas ou discriminadas e pode até levá-las a imaginar que as mulheres não são oprimidas” (HOOKS, 2015, pp.197-198).

que teve outras escolhas. Trata-se, sem dúvida, de uma visão bastante míope sobre liberdade e voluntariedade e toca, sobretudo, o quanto o governo de Gilead era eficiente em criar uma atmosfera de legitimação de suas atrocidades.

A questão da corporeidade é fundamental para entender a reificação das Aias na República de Gilead. O corpo atua dentro do paradoxo da servidão e do “livramento”: “Ironicamente, a única esperança real de Offred centra-se em seu próprio corpo, cuja feminilidade foi reinscrita pelo discurso biológico de Gilead e suas práticas sexuais opressoras do Antigo Testamento”⁹⁰ (HOWELLS, 2006, p. 167). O corpo fértil é o que mantém as Aias presas e também o que as mantém vivas ou longe das chamadas Colônias. Todo o possível cuidado que as Aias recebem não se dão em vista delas próprias, mas do potencial reprodutivo de seu corpo⁹¹. Isso acaba reescrevendo a relação que tecem frente ao seu corpo: “Evito olhar para baixo, para o meu corpo, não tanto porque seja vergonhoso ou impudico, mas porque não quero vê-lo. Não quero olhar para alguma coisa que me determine tão completamente” (ATWOOD, 2017,p.78). A par dessa determinação vem associada o uso instrumental do corpo das Aias de maneira que, não só aquilo que as determina é algo imposto que além de limitá-las, as reifica, como também o corpo, ele mesmo, não

⁹⁰ “Ironically, Offred’s only real hope centers on her own body, whose femaleness has been resinscribed by Gilead’s biological discourse and its oppressively Old Testament sexual practices”.

⁹¹ Inevitável lembrar aqui do diálogo entre Sócrates e Trasímaco no livro I da República no qual Sócrates observa que os pastores não cuidam bem das ovelhas em vista do bem das próprias ovelhas: “Por imaginares que os pastores ou os vaqueiros se preocupam com o bem das ovelhas ou dos bois, e deles cuidam ou os engordam com o objetivo diferente do bem de seus senhores e deles próprios”(PLATÃO, 1988, 343b).

é visto como uma propriedade sua, uma vez que está submetido às determinações de uso e desejo de outros — no caso, o corpo das Aias é propriedade do Estado.

O uso e a manipulação do corpo das Aias para propósitos reprodutivos se choca diretamente com a percepção do corpo como um domínio de posse do indivíduo. Goffmann (2010) define o corpo como um dos territórios centrais de si. Os territórios expressam domínios nos quais os sujeitos reivindicam a posse, o controle, o uso e a disposição⁹². Jean Cohen (2012, p.95), por sua vez, afirma “somos todos individualidades corporificadas (...) nossos corpos, nossa interpretação simbólica de nossos corpos e nosso sentimento de controle sobre nossos corpos são centrais para nosso mais básico sentido de individualidade, para nossa identidade e nossa dignidade pessoal. A primeira etapa do reconhecimento, a saber, a esfera do amor, guarda seu equivalente na forma de reconhecimento denegado, os maus tratos e violações físicas. Isso atinge diretamente a autoconfiança dos indivíduos frente a seus desejos e poderes perante seu próprio corpo”⁹³.

⁹² “Certamente o invólucro do corpo pode funcionar como o menor de todos os espaços possíveis, a mínima configuração nesse sentido, mas também pode funcionar como uma preservação de seu próprio direito, a espécie mais pura de territorialidade egocêntrica” (GOFFMAN, 2010, p. 38). “Certainly the body’s sheath can function as the least of all possible spaces, the minimal configuration in that regard; but it can also function as a preserve in its own right, the purest kind of egocentric territoriality”.

⁹³ “Há forte evidência clínica de que vários tipos de trauma – aqueles resultantes de estupro ou tortura, por exemplo – fazem com que indivíduos vejam seus próprios sentimentos com desconfiança, e não confiem em seus próprios desejos. A relevância disso para a autonomia é clara: aqueles que perderam essa confiança básica, perderam a base para conduzir suas vidas de acordo com suas convicções mais básicas, já que não mais confiam que seus desejos sejam autenticamente seus”(ANDERSON; HONNETH, 2011, p. 93).

Considerações finais

A literatura constitui em um excelente recurso para o entendimento e reflexão de questões teóricas. A obra *O Conto da Aia*, além de uma leitura instigante e provocativa, constitui em um campo bastante fértil para análises políticas, sociais e filosóficas e se mostrou um bom domínio de exploração para a compreensão da teoria do reconhecimento. O sistema de castas, as vivências das Aias e a questão identitária, a qual permeia toda a obra em diferentes níveis, revelam uma narrativa de uma profundidade reflexiva ímpar. Trata-se de um texto altamente provocante que desvela vários segmentos reflexivos, os quais, sem dúvidas, vão muito além dessas poucas páginas.

Dentro do propósito aqui traçado, observa-se que a obra é altamente expressiva para as considerações acerca do reconhecimento e oferece um panorama muito auspicioso especialmente para a teoria do reconhecimento de Axel Honneth. As descrições, quer da lógica política e social de Gilead, quer das impressões identitárias da protagonista Offred, atendem de modo muito satisfatório às reflexões sobre reconhecimento e reificação.

Todos os componentes de “des-personalização” inerentes à narrativa de Atwood não obstruem, contudo, certa reação por parte das Aias e aqui pode-se vislumbrar outro ponto da teoria de Honneth, aquele da capacidade reativa. Na obra de Atwood (2007, p.240), a protagonista Offred é apresentada, ainda que de modo bastante velado e furtivo, ao Mayday: espécie de grupo que opera na clandestinidade no sentido de driblar a opressão característica de Gilead, obtendo informações, obstruindo negociações e até transportan-

do pessoas para fora dos limites do Estado. Honneth guarda como tese embrionária da sua reflexão acerca do reconhecimento da capacidade reativa na forma de organização frente às experiências de reconhecimento denegado sofridas. À medida que os agentes privados de reconhecimento se mobilizam numa luta por reconhecimento, o reconhecimento denegado pode se converter em transformador da sociedade. “Honneth, em todo o seu discurso, pretende chamar atenção para o potencial transformador dos sentimentos reativos extraídos da experiência do reconhecimento denegado, o qual atende à lógica moral por trás dos conflitos sociais” (SPINELLI, 2018, p.380).

Assim como Honneth supõe a ascensão dos grupos privados de reconhecimento na forma de luta por reconhecimento, isto é, prevê uma capacidade reativa daqueles que são oprimidos, Atwood, em sua narrativa, deixa entrever que, embora a organização seja altamente conservadora e desumana, os grupos reificados não adotam a opressão como uma condição sua, buscando meios de rebeldia frente às injustiças impostas. Atwood, em meio a uma narrativa tão forte e impactante, não permite que os grupos oprimidos sejam imobilizados na sua busca de afirmação enquanto sujeitos portadores de humanidade. O leitor, portanto, fica esperançoso diante da possibilidade de mudança e florescimento de relações mais simétricas.

REFERÊNCIAS

ATWOOD, M. **O conto da Aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

ANDERSON, J.; HONNETH, A. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. Tradução de Nathalie Bressiani. In: **Cadernos de Filosofia Alemã**. N 17, p. 81-112, 2011.

COHEN, J. L. Repensando a privacidade: autonomia, identidade e a controvérsia sobre o aborto. Trad. de André Villalobos e revisão de Flávia Biroli. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 7. Brasília, jan-abril de 2012, p. 165-203, 2012.

GOFFMAN, E. **Relations in public: microstudies of the publicorder**. New Brunswick/London: Transaction Publishers, 2010.

DALBOSCO, C. "Reificação, reconhecimento e educação". In: **Revista Brasileira de Educação**, v.16, pp.33-49, 2011.

FRIEDAN, B. **Mística Feminina**. Tradução de Áurea B. Weissenberg. Petrópolis: Vozes, 1971.

HOOKS, B. "Mulheres negras: moldando a teoria feminista". In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210.

HONNETH, A.. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

_____. "Observações sobre a reificação". In: **Civitas**. Porto Alegre, pp.68-79. 2008 a.

_____. **Reification. A new look at an old idea**. New York: Oxford University Press, 2008 b.

_____. "Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, J.; MATTOS, P. (Orgs.). **Teoria Crítica no século XXI**. Annablume, pp. 79-94, 2007 a.

_____. "Recognition as Ideology". In: BRINK, Bert van den; OWEN, David (ed.). **Recognition and power**. Axel Honneth and the tradition of critical social theory. New York: Cambridge University Press, pp. 323-347, 2007 b.

_____. "Visibilité ET invisibilité. Sur l'épistémologie de la « reconnaissance »". In: **Revue du MAUSS**. 2004/1 no 23, p. 137-151. DOI :10.3917/rdm.023.0137, 2004.

RICOEUR, Paul. **Percursos do reconhecimento**. Trad. de Nicolás N. Campañario. São Paulo: Loyola, 2006.

SPINELLI, L.. "Amor, direito e estima social: intersubjetividade e emancipação em Axel Honneth". In: **Latidade**, Vol. 10, nº 1, pp. 84-111, 2016.

SPINELLI, L.. "Luta por reconhecimento: a contribuição de Axel Honneth para a análise dos conflitos sociais". In: **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 49, n. 2, jul./out., 2018, p. 379-417.

HOWELLS, Coral Ann. "Margaret Atwood's dystopian visions: The Handmaid's Tale and Oryx and Crake". In: HOWELLS, Coral Ann. **The Cambridge Companion to Margaret Atwood**. Nova York: Cambridge University Press. 2006, p. 161-175.

IKÄHEIMO, Heikki; LATINEN, Arto. "Analyzing Recognition: Identification, Acknowledgement, and Recognitive Attitudes towards Persons". In: BRINK, Bert van den; OWEN, David (ed.). **Recognition and power**. Axel Honneth and the tradition of critical social theory. New York: Cambridge University Press, pp.33-56, 2007.

LADEN, Anthony Simon . "Rational deliberation, constructive power, and the Struggle for Recognition". In: BRINK, Bert van den; OWEN, David (ed.). **Recognition and power**. Axel Honneth and the tradition of critical social theory. New York: Cambridge University Press, pp.270-289, 2007.

PLATÃO. **Diálogos. A república**. Tradução direta do grego por Carlos Alberto Nunes. Belém: Editoria Universitária UFPA, 1988.

SAAVEDRA, G. "Reificação versus reconhecimento. Sobre a dimensão antropológica da teoria de Axel Honneth". In: **Teoria e Cultura**. Juiz de Fora, V.2/N.1 e 2, pp. 25-38, 2008.

YOUNG, Iris Marion. Recognition of Love's Labor Considering Axel Honneth's Feminism. In: BRINK, Bert van den; OWEN, David (ed.). **Recognition and power**. Axel Honneth and the tradition of critical social theory. New York: Cambridge University Press, p. 189-212, 2007.

A LEI MARIA DA PENHA E SEU LUGAR NO TECIDO SOCIAL

Iris Fátima Alves Campos⁹⁴
Virginia Vecchioli⁹⁵

Introdução

Este capítulo tem o propósito de apresentar a complexidade que surge na aplicação da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha (doravante chamada LMP), uma vez que sua aplicação exigiu adequações institucionais, criação de novos dispositivos dentro das instituições, como é o caso da Patrulha Maria da Penha instituída pela Brigada Militar do RS e do Formulário Frida, editado pelo Conselho Nacional do Ministério Público brasileiro em parceria com instituições estrangeiras. Procura-se mostrar que a LMP se estabeleceu como diretriz de políticas públicas que se articulam e se transversalizam. A movimentação se dá com impasses, e os atores envolvidos emergem em categorias nativas e legais durante o trâmite de uma queixa (ou Boletim de Ocorrência), registrada por uma mulher que se percebe vítima da violência doméstica e familiar, até que o sistema jurídico e/

⁹⁴ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (UFSM). Docente do Curso de Psicologia e do curso de Direito, atua como supervisora de estágio curricular do curso de Psicologia da UNIJUÍ. Desenvolve trabalho junto a rede de proteção à mulher do município de Ijuí.

⁹⁵ Doutora em Antropologia Social. Professora Adjunta do Programa de Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da UFSM.

ou a própria denunciante entendam pela punição ou não do agressor. O estudo aqui apresentado é entremeado de notas de campo, tomadas no cotidiano do “juizado” Maria da Penha de uma comarca intermediária⁹⁶ do RS.

A LMP como um dispositivo estrutural

A introdução da Lei Maria da Penha (LMP) no corpo legislativo do Brasil, em 2006, impactou o arcabouço jurídico vigente ao alterar o Código de Processo Penal (de 1941), o Código Penal (de 1940) e a Lei de Execução Penal. Na consulta à íntegra da Lei (original) nota-se a presença de aproximadamente 40 atualizações (nova redação, alteração ou inclusão de artigos ou parágrafos) que estão sendo feitas desde 2015, intensificando-se no ano de 2019. Essas inclusões ou alterações acentuam a transversalidade entre a LMP e outras leis, como o Estatuto do Desarmamento, por exemplo. Versam sobre medidas protetivas — designação dos foros para as ações penais; transversaliza com a alteração no código penal de 1940 ao prever o crime de perseguição ou *stalking* e revoga o Art. 65 do Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), extinguindo a pena monetária que era prevista quando havia a “moléstia” a uma mulher; intercambia com a Lei nº 14.188, de 29 de julho de 2021, que incluiu no Código Penal o crime de violência psicológica contra mulher (nesse caso, orientando o registro e acompanhamen-

⁹⁶ Há três tipos de comarcas no RS, a saber: as iniciais (comarcas de pequeno volume de processos), intermediárias (comarcas com volume médio de processos em tramitação, exigindo a distribuição deles em mais de uma vara) e as comarcas finais (comarcas estabelecidas em municípios de maior porte, exigindo não só várias varas como também especializações maiores).

to jurídico deste tipo penal e estabelecendo o dispositivo sinal vermelho), além de outras transversalizações no campo da saúde, da habitação, da previdência, etc. Esses dados permitem perceber a penetração da violência doméstica no tecido social, bem como o peso da estrutura jurídica (patriarcal) a ser desconstruída ou adaptada para dar exequibilidade a LMP de acordo com os novos sentidos de vida da sociedade brasileira.

Em seu artigo terceiro, a LMP determina:



§1º. O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2006).



A observância dessa determinação por interesse político em dar-lhe andamento construiu a “Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”, cuja responsabilidade executiva esteve a cargo da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República — criada em 2003 — a partir da chegada ao poder de um projeto coadunado aos Direitos Humanos e a defesa da igualdade de gênero. Nessa perspectiva, são construídos os dois Plano(s) Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), elaborado com base na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres — realizada em 2004 — pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). A Política nacional se dá a partir dos seguintes Eixos Estruturantes: prevenção, com ações educativas e culturais

que interfiram nos padrões sexistas; assistência, com fortalecimento da rede de atendimento e capacitação de agentes públicos; enfrentamento e combate, com ações punitivas e cumprimento da Lei Maria da Penha; acesso e garantia de direitos, com cumprimento da legislação nacional/internacional e iniciativas para o empoderamento das mulheres.

A Política Nacional estabeleceu o conceito de trabalho em rede como a atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção (BRASIL, 2011, p. 29). A mesma política nacional compreende que a rede é composta dos seguintes serviços: Centros de Referência, que são espaços de acolhimento/atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, executando o trabalho conforme a Norma Técnica de Padronização (Centro de Referência de Atendimento à Mulher, SPM, 2006); Casas-abrigo, que são locais seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral a mulheres em risco iminente, em razão da violência doméstica; Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAMs, unidades especializadas da Polícia Civil para atendimento às mulheres em situação de violência (Norma Técnica de Padronização – DEAMs, SPM, 2006); Defensorias da Mulher, que têm a finalidade de prestar assistência jurídica, orientar e encaminhar as mulheres em situação de violência — Promotorias da Mulher ou Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos; Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher —; Central de Atendimento à Mulher – ligue 180; Ouvidorias,

um canal de acesso e comunicação direta entre a instituição e o(a) cidadão(ã); Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que desenvolvem o PAIF (Programa de Atenção Integral à Família), os serviços básicos continuados e ações de caráter preventivo; Serviço de Responsabilização e Educação do Agressor, um equipamento responsável pelo acompanhamento das penas e das decisões proferidas pelo juízo competente quanto aos agressores, conforme previsto na Lei nº 11.340/2006 e na Lei de Execução Penal. Esses serviços devem, portanto, ser necessariamente vinculados ao sistema de justiça, entendido em sentido amplo (Poder Judiciário, Secretarias de Justiça Estadual e/ou Municipal); Instituto Médico-Legal (IML): sua função é decisiva na coleta de provas necessárias ao processo judicial e condenação do agressor. É o IML que coleta ou valida as provas recolhidas e demais providências periciais do caso; Serviços de Saúde: voltados ao atendimento dos casos de violência sexual a área da saúde, por meio da Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes. Os serviços de Saúde têm prestado assistência médica, de enfermagem, psicológica e social às mulheres vítimas de violência sexual, inclusive quanto à interrupção da gravidez, prevista em lei nos casos de estupro.

Na leitura dos documentos acima relacionados, observa-se que um evoca o outro, e todos referem alinhamento à Constituição Federal do Brasil de 1988, resultado da Assembleia Nacional Constituinte que reintroduziu no Brasil o Estado Democrático de Direitos. Essa Constituição resgata

compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro que não vinham sendo efetivados pelo projeto conservador e ditatorial que estava no poder.

Esses dispositivos de proteção nem sempre estão todos presentes nos municípios onde vivem as mulheres. A depender do interesse do gestor municipal, instalam-se uns ou outros; há, contudo, espaço para articulações protagonizadas pelos ativistas da “causa da mulher” que muitas vezes trabalham paralelamente à gestão municipal, outras vezes trabalham em conjunto com o gestor municipal, a depender do quadro de forças dos grupos e do alinhamento ou não às pautas da igualdade de direitos. Na comarca onde trabalha uma das autoras, no município sede, a rede se compõe de dispositivos não governamentais: OAB, universidade comunitária, hospitais privados. Mesmo com essa estrutura, faltam alguns dos equipamentos previstos na Política Nacional, como o Centro de Referência.

Quem são os atores envolvidos nos conflitos

A Lei Maria da Penha criou um novo tipo penal, o da violência doméstica/familiar, situando seu espectro tanto nas áreas de convívio permanente das pessoas com ou sem vínculo familiar bem como na família (que é compreendida como o conjunto daqueles que são ou se consideram aparentados), e, ainda, no que tange às relações íntimas atuais ou passadas.

O texto legal traz duas categorias de atores: o agressor e a mulher em situação de violência doméstica e familiar, sendo que essa também é referida como a vítima da violência. Ocorre que cada órgão terá uma nomenclatura própria para designá-los: na polícia civil, há a denunciante e o denuncia-

do; na defensoria pública, há a defesa da assistida vítima e do assistido agressor. Assim, os termos da lei provocam um giro na linguagem: lá onde se dizia marido e mulher, agora se diz vítima e agressor, e o que até então era tido como briga de marido e mulher (se usarmos uma categoria nativa) passa a ser “violência doméstica”. A briga do casal passa a ser reconhecida como violenta, e a mulher é considerada como a vítima. A lei instala não só os potenciais algozes como também os potenciais vítimas, pois o aparelho estatal encarregado de gerir as consequências da violência também identifica/conceitua o que é violência (SARTI, 2011).

O cancionero popular registra a presença dessa violência conceitualizada no senso comum como brigas de marido e mulher. O sucesso que músicas com essa temática alcançam no *hit parade* nacional revela a ressonância que elas encontram praticamente em todos os grupos/camadas sociais. “Tapas e Beijos” (canção de Antonio Bueno e Nilton Lamas que alcança grande sucesso na voz de Leandro & Leonardo), é ícone nesse sentido, faz sucesso desde o lançamento em 1989 até os dias atuais, mas talvez sofra cancelamento em breve⁹⁷:

⁹⁷No momento da escrita deste capítulo, circula pelas redes sociais, o hábito de CANCELAR obras e pessoas consideradas não alinhadas ao que é considerado aceitável e demonstrativo de novos sentidos culturais que estão sendo dados.



Perguntaram pra mim/Se ainda gosto dela/Respon-di: tenho ódio/E morro de amor por ela
Hoje estamos juntinhos/Amanhã nem te vejo/
Separando e voltando/A gente segue andando/
Entre tapas e beijos
Eu sou dela, ela é minha/E sempre queremos mais/Se me manda ir embora
Eu saio lá fora, e ela chama pra trás.
Entre tapas e beijos/ (É ódio, é desejo)
É sonho, é ternura/ Um casal (que se ama)
(Até mesmo na cama) / (Provoca loucuras)
E assim vou vivendo/Sofrendo e querendo/Esse amor doentio
Mas se faltou pra ela/Meu mundo sem ela/Tam-bém é vazio



Observa-se que a canção acima passou a circular com sucesso no tempo paralelo ao da luta de Maria da Penha Fernandes pelo reconhecimento da situação de violência conjugal que viveu (que, por sua vez, encontrou eco nos movimentos feministas por direitos para as mulheres). Esse contraste parece mostrar que nem todos os segmentos sociais estiveram — e estão — uníssonos em torno dessa pauta, e a implantação da Lei representou a vitória do segmento feminista, que se fez escutar naquele momento. Da promulgação da lei até aqui — passados 15 anos —, o campo de disputas pela hegemonia discursiva está em constante movimento, principalmente após a vitória do projeto conservador de direita que assumiu o poder em 2019. Em próxima oportunidade, em novo texto, será analisado o momento 2019-2022.

A LMP ampliou os atores envolvidos na violência doméstica, antes restrita ao par conjugal: enquadra todos os de convívio permanente, aparentados ou considerados parentes. Estão nesse grupo os pais — filha denunciando o pai, quando antes isso seria possível? —, avós e seu netos, os irmãos, os cunhados, os sogros, os namorados, os ex-maridos, os ex-namorados, os maridos, os companheiros, os fiantes⁹⁸ de algum tempo, a “outra” do atual marido/namorado, a amante, a ex do atual marido/companheiro/ficante, a madrasta, o padrasto, até os padrinhos e os primos. Mesmo que as estatísticas indiquem que o maior número de registros seja de violência conjugal, a situação se estende às relações fraternais (entre irmãos/irmãs, primos/primas, tios/sobrinhas) e filiais (mãe e filho, enteado e madrasta, enteada e padrasto, avó/avô/netos e netas). Em 2021, a Pesquisa Data-Senado (BRASIL, 2021) sobre a violência doméstica e familiar identificou os seguintes dados:



Quanto ao vínculo do agressor com a vítima à época da agressão, 52% das mulheres que já sofreram violência doméstica ou familiar praticada por um homem afirmam que ele era marido ou companheiro; 17%, que ele era ex-marido ou ex-companheiro; 4%, que ele era namorado e 3%, que ele ex-namorado.



A LMP abrange atores com independência da orientação sexual, o que significa a previsão legal de assistir a mulher nas relações heterossexuais e também assistir a vítima

⁹⁸ Termo usado pelos jovens para designar eventuais parceiros sexuais.

na relação homoafetiva feminina, bem como as relações entre pessoas de orientação heterossexual com pessoas de orientação homossexual, como por exemplo a relação violenta entre o pai e a filha “assumida” (categoria nativa que designa a pessoa que declara a homossexualidade).

A LMP atende pessoas adultas de todas as idades, mas também envolve adolescentes e seus parceiros afetivos, como, por exemplo, a adolescente de 16 anos e seu “namorado” de 20 anos. O termo “namorado” alude a uma categoria nativa que designa a relação afetiva onde o contrato de casamento não se efetivou legalmente. A relação afetiva-sexual recebe o consentimento da família da menor de idade, que se encarrega de prover o sustento da filha e de seu “namorado” sem exigência de que trabalhem ou assumam tarefas domésticas para compensar as despesas. Quando há violência entre os casais “namorados” menores de idade — com ou sem filhos —, a escuta jurídica deve ser acompanhada pelo representante legal. É comum que compareçam nas audiências adolescentes maiores de 15 anos, às vezes com seu bebê, acompanhada de sua mãe, devido ao tratamento legal que preconiza que antes dos 16 anos casos de violência doméstica são considerados casos de maus-tratos a crianças ou adolescentes e tramitam judicialmente amparados no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Há, entretanto, limites entre as figuras aceitas pela lei como vítimas, deixando fora do escopo os pares homossexuais homens (onde são atendidos os homens agredidos pelo companheiro afetivo?), as mulheres agressoras lésbicas e as menores de 16 anos (que são atendidas por outra lei). Sarti (2009, p. 92) ressalta que:



A incidência epidemiológica, que trouxe a violência ao campo da saúde, responde a uma lógica classificatória dos fenômenos do corpo, da saúde e da doença, recortada por uma concepção de gênero que, ao mesmo tempo em que permitiu visibilizar a violência, contribuiu para esconder manifestações que não fossem identificadas com sua lógica de classificação da violência.



Cabe anunciar que a LMP inova ao prever ações educativas que visam desconstruir a situação violenta familiar e também o “perfil violento” do homem agressor. Nesse aspecto, a lei prevê ações educativas para os agressores. Com o advento da Justiça Restaurativa, surgem os grupos reflexivos de gênero que recebem os homens agressores; muitas vezes, a frequência aos grupos é parte da pena que recebem.

O juizado onde os casos de LMP tramitam

Até a promulgação da Lei Maria da Penha, as tramitações relativas aos fatos que hoje se nomeiam como violência doméstica se davam entre a Delegacia de Polícia Civil e o juizado especial criminal (JECRIM). O juizado é chamado de *Especial* devido aos princípios que o norteiam, que são a “oralidade, informalidade, economia processual e celeridade”, de acordo com o art. 62 da Lei nº 9.099/95. Desde 1995, há a possibilidade do benefício da transação penal (referida na sessão primeira deste artigo), que significa a possibilidade de, ao invés de cum-

prir pena no cárcere, indenizar a sociedade com o pagamento de cestas básicas, com prestação de serviços à comunidade ou outra modalidade que não envolve o encarceramento.

Nesse ponto, os processos que ali tramitam, em princípio, são resolvidos com brevidade pelo uso do dispositivo da conciliação. Ocorre que a conciliação foi associada à celeridade no trâmite processual e, na prática, resultou numa espécie de pressão para o acordo com a aplicação da transação penal e, comumente, a reconciliação do casal. No percurso histórico da luta das mulheres pela criminalização da violência doméstica, vê-se que essas diretrizes de celeridade, acordos conciliatórios e transação penal resultaram em uma banalização das denúncias das mulheres.

A Lei Maria da Penha (LMP) veio para reconfigurar esta situação — seu texto explicitamente interrompe a prática da transação penal:



Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (instituiu os JECRIMS e, conseqüentemente, a transação penal). (BRASIL, 2006).



A LMP determinou a criação de juizados especiais para a proteção da mulher, mas esses só se estabeleceram nas comarcas maiores, onde o montante de processos exige a designação de um juizado específico para este fim. No caso do Rio Grande do Sul, cita-se a capital do Estado e as cidades de Caxias e Pelotas. Há comarcas de vara única; quando é uma

comarca onde há JECRIM e não há possibilidade de vara especializada, esse juizado recebe a delegação de tramitar os processos desses casos.

Há momentos de estrangulamento nos serviços de atenção aos casos de violência doméstica, fazendo com que a vítima só seja recebida, no âmbito do judiciário, meses depois de ter denunciado o seu agressor. Nos casos em que houve flagrante, o agressor pode ter estado preso; se não houve flagrante, pode acontecer de a vítima ter se submetido à convivência com seu algoz durante o período que ficou sem a proteção do serviço judiciário. Para “corrigir” este estrangulamento, foi criado o Programa Nacional Justiça Pela Paz Em Casa, que no art. 5º estabelece que “deve haver esforços concentrados de julgamento e ações multidisciplinares de combate à violência contra as mulheres. O Programa é contínuo, incluindo três semanas por ano de esforço concentrado de julgamento de processos”. O Estado reconhece a necessidade de evitar que a proteção se perca em razão da morosidade do andamento de processos e expedientes dentro do sistema judiciário; ao mesmo tempo, reconhece a existência de um volume grande de ações que põem vidas e mais vidas em situação judicializada.

Vê-se aqui que, dependendo do tamanho e importância da cidade, as agências do Estado que vão participar na implementação da LMP variam. Também variam as transversalizações entre os órgãos jurídicos e assistenciais. Na comarca intermediária onde trabalha uma das autoras, costuma-se reunir a Rede de proteção à mulher uma vez ao mês, e são convidados muitos serviços da cidade como os hospitais, o

conselho tutelar e a secretaria municipal de educação. Isso mostra a amplitude das questões que se articulam sob o nome da violência doméstica.

O itinerário da denúncia: da delegacia ao fórum

O percurso de um caso da Delegacia de Polícia até a punição (ou não) do agressor envolve a atuação de uma série de profissionais e serviços especializados: Brigada Militar, Polícia Civil – Delegacia Plantão, onde é feito o boletim de ocorrência (B.O); técnicos, secretários, médicos de hospitais ou unidades de pronto atendimento 24 horas (UPAs); técnicos, secretários, médicos do Instituto Médico Legal para os exames de corpo de delito, promotor público e suas assessorias, oficiais de justiça, juízes, escrivão forense, servidores de cartório forense; agentes penitenciários, defensores públicos, advogados, assistentes sociais, psicólogos. Praticamente todos esses serviços e profissionais trabalham do acolhimento do caso até a primeira audiência forense. Depois dessa audiência, caso a mulher decida processar aquele que denunciou, outros órgãos e serviços serão acionados, como é o caso dos delegados e inspetores das delegacias especializadas (DEAMs).

Na primeira audiência, são intimados a comparecer a denunciante e o denunciado. Do ponto de vista dos operadores do Direito no âmbito forense (juiz, ministério público e defensor público e/ou advogados), a audiência de apresentação do caso significa a oportunidade de ouvir a denunciante inferindo ou comprovando a gravidade – ou não – do caso. Desde esta escuta, o magistrado pode conceder medidas protetivas ou cancelar as medidas protetivas antes determi-

nadas. O dispositivo da medida protetiva foi instituído desde o texto original da LMP e constitui o principal dispositivo de proteção à mulher agredida. No seu Art. 22, encontramos que “constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, **em conjunto ou separadamente**, as medidas protetivas” (grifo das autoras, BRASIL, 2006).

As observações resultantes da prática profissional apontam que, em relação às medidas protetivas, a mais usada é a de proibição de contato quando, inclusive, fixa-se a distância em metros para separar vítima e agressor. Na complexidade das relações, o distanciamento físico e eletrônico provoca grande tensionamento e tem alto custo social às mulheres. Os homens evocam o direito de ver as crianças, e a manifestação das mulheres é que temem deixar seus filhos longe de seus olhos. Elas alegam que os homens vivem em situação de bebedeiras, jogatinas e comportamentos sexuais não recomendados. Temem que as crianças aprendam “coisas erradas” ou sejam submetidas a maus-tratos.

A análise do elenco de possibilidades de medidas protetivas mostra o quanto a lei da violência doméstica e familiar se transversaliza com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e com o que se chama Direito de Família. Assim, a concepção do Estado sobre as vidas judicializadas — expressa nos códigos, no organograma da estrutura forense e na engenharia dos prédios — departamentaliza, divide administrativamente as vidas das famílias que transitam por essas situações de extrema vulnerabilidade e conflito. A complexidade das vidas dessas famílias é segmentada em casos e varas forenses diferenciadas, criando enorme mal-estar nas

pessoas envolvidas que se mobilizam interna e externamente para a resolução de um problema e o veem sendo tratado em partes, a cada nova intimação judicial, nova tensão emerge. Muitas vezes, essa situação perdura por anos.

A denunciante, ou seu representante legal, se manifestará dentro de três opções previstas na Lei :1) representar contra o agressor; 2) dar o caso por encerrado; 3) aguardar seis meses para decidir pela representação ou não. Os registros estatísticos apontam que a grande maioria das mulheres pede pelo fim das medidas protetivas e pela não representação judicial de seu agressor. Por essa razão, é grande a expectativa de todos os operadores dos serviços de atenção sócio-psico-jurídico que compõem a rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar, ali presentes⁹⁹, quanto a escolha que a mulher fará. Há um temor que a mulher recue da denúncia e faça a opção de encerrar o caso. Nessas situações, verificam-se dois rumos: 1) a mulher (vítima, agredida, denunciante) pode se sentir segura e voltar ao laço afetivo e/ou convívio com aquele que denunciou como seu agressor; 2) a mulher rompe o vínculo antes estabelecido com o agressor. No dizer de um dos juízes que atua na vara: “cada qual para o seu lado, segue a vida em paz”. Fica, contudo, uma inquietude para quem trabalha neste campo: a mulher está realmente se sentindo segura ou está ameaçada e por isso desiste da denúncia?

⁹⁹ No caso da comarca onde trabalha uma das autoras, as audiências são acompanhadas pelo juiz, pelo escrivão, pelo promotor público, pelos dois defensores e/ou advogados, por representantes da rede de proteção à mulher (em geral eu mesma com as estagiárias do Curso de Psicologia).

O encerramento do caso é tomado pelo senso comum como a mostra que a denúncia é “vazia” e corrobora a representação popular expressa na canção “Tapas e Beijos”, supracitada. Uma das assistidas da Defensoria Pública escutadas argumentou que, na sua condição de gestante, ela reconhecia seus altos e baixos emocionais, suas intempéries que provocavam o esposo e o “tiravam do sério”. Ao sentir-se responsável pela violência que sofreu, preferiu “deixar por isso mesmo”, assim o expediente judicial foi encerrado.

Análise final

Entende-se que, com este breve exercício, podemos situar a Lei Maria da Penha como uma nova tecnologia de governança entre as tantas que vigoram no mundo contemporâneo. Como colocam Rabinow (1996), Heath, Rapp e Taussig (2007 apud FONSECA, 2011), essa lei tem penetrado na vida íntima, modificando subjetividades e alterando a relação do cidadão com o Estado. Enquanto tecnologia da promoção dos direitos das mulheres ela nomeia atores, constrói vítimas e também não vítimas. Ressalta-se que a lei Maria da Penha é uma lei “de gênero”, criada para reconduzir as relações de gênero no ambiente doméstico em território brasileiro, alinhando-se a toda uma contextualidade internacional que condena a violência contra a mulher. Como escreve Fonseca (2011, p. 10), “não é novidade pensar a lei como instrumento de engenharia social [...], os vários estatutos brasileiros — da criança, do idoso, da mulher — gozam de grande popularidade, como se a edição de normas escritas fosse o pontapé para uma revolução de comportamentos sociais”.

Como ensina Abu-Lughod (2001, p. 116), “Apenas uma etnografia móvel pode fazer justiça à maneira como estes mundos distintos se cruzam”. Dentro desse escopo, traz-se aqui o relato de situações bastante peculiares que envolvem as mulheres “chiques”: com alto padrão de consumo, frequentadoras de ambientes requintados, proprietárias de belos apartamentos, esposas de empresários urbanos ou rurais:

Estou no salão de beleza, no mês de março, no qual se comemora o dia da mulher, estou conversando com uma mulher que mora em prédio de alto luxo na cidade. Ela conta que pretende, junto com as demais mulheres do condomínio, promover um chá alusivo ao Dia da Mulher e que gostaria que eu fosse lhes falar. Digo de pronto: posso falar sobre violência doméstica. A resposta dela foi rápida: “esse assunto não, essas mulheres que passam denunciando os maridos não têm nada a ver conosco”.

No segundo espaço, aconteceu o que se relata a seguir, verbalização obtida de Informante, servidora pública na Superintendência de Segurança Pública (SUSEPE):

*Ela me fala sobre uma cena que escutou dentro de uma das alas da prisão: o agente penitenciário chega para alojar um recém preso pela Lei da Maria Penha. Abre a cela e apresenta o recém-chegado aos que ali já estavam: “este arrumou uma mulher daquelas **boas**. Olha só onde botou ele”. Todos riem.*

Assim surgem as categorias nativas de mulheres que são organizadas pelo dispositivo legal: as que denunciam e as que não denunciam as agressões. Na expressão “este arrumou

uma mulher daquelas boas”, o homem que conduz o prisioneiro faz um deboche quando usa o termo “daquelas boas”. Ao mesmo tempo, porém, categoriza os homens: aqueles que fazem boas escolhas quanto às mulheres – boa escolha é quando a mulher não denuncia; más escolhas, quando a mulher denuncia – transformando “os tapas e beijos” em B.O policial.

Fonseca (2011) nos escreve:



Propomos mostrar que o sistema legal faz mais do que “solucionar conflitos”. Cria tensões, redefina relações e molda novas subjetividades. Entendemos a esfera legal não como simples “ordenador[a] de relações sociais”, e, sim, como uma arena de “moralidades em disputa” onde os usuários podem exercer considerável impacto, muitas vezes com sua própria agenda moral.



Entende-se que o cancionário popular possa servir como documento/registro da agenda moral que paulatinamente se estabeleceu no Brasil, desde os anos 70 do século XX até aqui, nas duas primeiras décadas do século XXI. Durante as semanas de trabalho nesta pesquisa, dois eventos marcaram a agenda midiática:

a) Chico Buarque de Holanda anuncia que não mais cantará a música “Com açúcar e com afeto” por entender que a música não faz parte dos dias de hoje. “As feministas têm razão, vou sempre dar razão às feministas, mas elas precisam compreender que naquela época não existia, não passava pela cabeça da gente que isso era uma opressão, que a mulher não precisa ser tratada assim. Elas têm razão”. Reproduzimos trecho da canção:



Quando a noite enfim lhe cansa/Você vem feito criança
Pra chorar o meu perdão/Qual o quê
Diz pra eu não ficar sentida/que vai mudar de vida
Pra agradecer meu coração/E ao lhe ver assim cansado
Maltrapilho e maltratado/Como vou me aborrecer?
Qual o quê/Logo vou esquentar seu prato
Dou um beijo em seu retrato/E abro os meus braços pra você



b) A morte de Elza Soares, mulher, negra, batalhadora e que viveu relação entre tapas e beijos e “deu a volta por cima”. Elza se notabilizou não só pela voz, mas por suas escolhas de repertório. Ressalta-se uma canção escrita por Douglas Germano, Maria da Vila Matilde, reproduzida a seguir:



Cadê meu celular? Eu vou ligar pro 180/Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço/Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço/E joga água fervendo
Se você se aventurar [...]
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim/
Cadê meu celular
E quando tua mãe ligar/Eu capricho no esculacho
Digo que é mimado/Tem nada no quengo
Deita, vira e dorme rapidinho/Você vai se arrepender de levantar a mão pra mim



Eis o quadro atual em referência às disputas no campo das relações entre homens e mulheres. Vítimas e algozes foram construídos a partir das ações coletivas, em especial quanto à defesa dos Direitos Humanos e, em especial, à defesa da igualdade de gênero e luta pelo fim da violência contra a mulher. A tecnologia legal inicial – a LMP – para ser sustentada, careceu de outros pilares que fazem transversalizações com vários e diversos campos. O direcionamento do Estado, em especial no período 2006-2018, para estabelecer a igualdade de gênero como política pública tem logrado êxito. A vida das pessoas – contudo – não se faz linear: a resignificação dos sentidos que dá ao que se vive implica em movimentações de várias ordens, pois que o ato violento por si mesmo não constrói a vítima e a demanda de reparação. Como diz Sarti (2011, p. 54), a categoria vítima se define “na dinâmica dos deslocamentos de lugares que marca as relações intersubjetivas, situadas em estruturas sociais de poder no interior das quais os conflitos são negociados”. Por essa razão, mulheres e homens vão se reposicionando, criando estratégias de ação e linguagem a bem de conviver com a presença da LPM nas suas relações.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, L. A interpretação de cultura(s) após a televisão. **Cadernos de Antropologia da Imagem**, v. 13, n. 2, p. 103-129, 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar

contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm.

BRASIL. **Pesquisa DataSenado**: violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2021/12/09/pesquisa-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher_relatorio-final.pdf.

BRASIL. **Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021**. Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na [Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006](#) (Lei Maria da Penha), e no [Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940](#) (Código Penal), em todo o território nacional; e altera o [Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940](#) (Código Penal), para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.188-de-28-de-julho-de-2021-334902612>.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>.

BUENO, A.; LAMAS, N. Tapas e beijos. In: **Leandro e Leonardo v. 3**. São Paulo: Chantecler, 1989. vinil.

FONSECA, C. Novas tecnologias legais na produção da vida familiar. **Civitas**, v. 11, p. 8-23, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/6dggwcYGjy8xNqzyHZTY5jWt/?format=pdf&lang=pt>.

GERMANO, Douglas. Maria da Vila Matilde. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/elza-soares/maria-da-vila-matilde/>.

SARTI, C. Corpo, violência e saúde: produção da vítima. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 1, p. 89-103, 2009. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludSociedad/article/view/12/127>.

SARTI, C. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH**, v. 24, n. 61, p. 51-61, jan./Abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/6SsS-n5qbWRPcryFFqv66TyO/?lang=p>

CAMINHOS QUE SE CRUZAM

Interseções entre os Estudos Surdos e os Estudos de Gênero e Sexualidade

Karine Danielle da Costa Lira¹⁰⁰
Renato Victor Lira Brito¹⁰¹
Nadine Matias Bove¹⁰²

Introdução

Os Estudos Surdos são um conjunto de estudos e pesquisas que enfatizam as questões da surdez partindo do olhar cultural sobre as diferenças (Skliar, 1998; Santos, 2015). Já os Estudos de Gênero e Sexualidade dedicam-se a estudar as identidades e as representações de gênero, bem como as orientações sexuais e o sexo interdisciplinarmente, relacionando-os com as construções sociais e analisando a interferência das relações de poder.

¹⁰⁰ Mestranda em Direitos Humanos - PPGDH/UFPE. Especialista em Letras/Libras - UNEB. Especialista em Educação, Cultura e Diversidade - UNIASSELVI. Especialista em Educação Especial e Inclusiva - UNIASSELVI.

¹⁰¹ Doutorando e Mestre em Ciência Política - PPGCP/UFPE. Especialista em Docência no Ensino Superior - UNIASSELVI. Especialista em Ciência de Dados - UNIASSELVI. MBA em Gestão Pública - UNIASSELVI.

¹⁰² Especialista em Educação, Cultura e Diversidade - UNIASSELVI. Especialista em Políticas e Gestão de Serviço Social - UNIASSELVI. Bacharela em Serviço Social - UFPE.

Segundo Strobel (2008) e Perlin (1998), através do olhar da história cultural, os sujeitos surdos são narrados como sujeitos com experiências visuais, com identidades múltiplas e multifacetadas. Dessa forma, sua educação deve considerar a diferença cultural, tendo a língua de sinais como manifestação da diferença linguística-cultural relativa aos surdos. Nesse sentido:



A história cultural é uma nova interpretação de caminhos percorridos, para a deferência do povo surdo, dando lugar à sua cultura, valores, hábitos, leis, língua de sinais, bem como à política que movimenta tais questões, e não mais a excessiva valorização da história registrada sob as visões do colonizador, uma história que dá lugar ao sujeito. Ela não interpreta o sujeito como algo fora de contexto, inventado, mas o sujeito como instrumento histórico no sentido e no significado (PERLIN, STROBEL, 2014:21).



Refletir sobre Estudos Surdos e de Gênero e Sexualidade com o propósito de encontrar uma interseção entre eles é desafiador e requer um olhar histórico-cultural, principalmente levando em consideração as condições de preconceito, conseqüentes da visão patológica da surdez, que, por vezes, acaba sendo vista como deficiência (Strobel, 2008), como também das opressões pela língua, da repressão e da subalternidade, do desrespeito e da desigualdade (Silvestre, 2014; Abreu, Silva, Zuchiwschi, 2015), as quais o sujeito surdo enfrenta durante a sua trajetória de vida. Considera-se, ainda, que esses aspectos serão ainda mais evidenciados se

observado o ser surdo sob o enfoque do gênero e da sexualidade, sobre os quais hegemonicamente incide a visão biológica do sexo, acentuando cada vez mais o olhar do outro — o ser surdo — como não igual. Dessa maneira, de acordo com Abreu, Silva e Zuchiwschi (2015):



Percebe-se que a deficiência, muitas vezes, é tomada como característica principal do sujeito, não podendo coexistir atitudes e desejos que fujam da normalidade imposta como regra. Desconsidera-se que frente à condição da deficiência, amalgamam-se outros estigmas e preconceitos como: a questão de gênero, orientação sexual, raça, classe, etc. (ABREU, SILVA, ZUCHIWSCHI, 2015, p. 609).



Tendo em vista esse contexto, essa pesquisa busca contribuir tanto no âmbito social quanto acadêmico, trazendo a questão de gênero para o olhar sobre a mulher surda, sua resistência, enfrentamento do sexismo, das violências, da sua luta pela representatividade e observando também as pessoas surdas lésbicas, gays, bissexuais, trans, *queer*, intersexuais, assexuais e as diversas possibilidades — LGBTQIA+ —, estando em constante processo de construção social e performática (Butler, 2003), discutindo as interações entre as diferenças, interseccionalidades (Piscitelli, 2012), ressaltando a influência do patriarcado nessa visão biológica, mas trazendo a ideia de que não se devem limitar as interações corporais e sociais simplesmente com o físico, o que geraria sujeição a equívocos (CONNELL, 1990). A pesquisa também

dialoga com Sedgwick (2007), abordando a homofobia e os principais pontos que levam os sujeitos surdos homossexuais a manterem-se no armário e a saírem dele.

Como problema de pesquisa, partimos da identificação de que há uma considerável quantidade de estudos sobre gênero e sexualidade produzida por pesquisadoras(es) conceituadas(os), além da também relevante quantidade de estudos surdos produzidos por pesquisadoras(es) surdas(os) e ouvintes, igualmente conceituadas(os). Porém, salvo melhor juízo, há uma lacuna na produção de pesquisas que abordam as duas temáticas em uma única obra, apresentando pontos de convergência de maneira descritiva, o que torna esta pesquisa, ao mesmo tempo, mais desafiadora e necessária.

Em observância da escassez de publicações e pesquisas que tratam, ao mesmo tempo, dos temas surdez e gênero e sexualidade em uma só obra, argumenta-se que esse contexto analisado na convergência entre esses assuntos pode caracterizar uma lacuna do conhecimento. Dessa forma, intenciona-se responder à pergunta “como o entendimento das interseções entre os Estudos Surdos, de Gênero e Sexualidade contribui para o conhecimento e o estado da arte nessas áreas?”, aproveitando, assim, a oportunidade fornecida pela referida lacuna do conhecimento na área e oferecendo novos prospectos para a agenda de pesquisa, uma vez que essa abordagem pode servir de base para as decisões dos atores políticos e dos formuladores de políticas públicas.

Nesse sentido, este trabalho apresenta duas hipóteses, que representam as principais formas, alternativas e complementares entre si, de se analisar a problemática. A primeira hipótese, ou **H1**, é de que a interseção dos Estudos Surdos e de Gênero e Sexualidade pode ser identificada a partir das con-

vergências culturais e teóricas das produções nas duas áreas. A segunda hipótese, ou **H2**, é de que a interseção dos estudos pode ser observada a partir da análise das produções acerca das questões intrínsecas aos sujeitos surdos e ao debate de gênero e sexualidade, por uma lógica mais individualizada.

As hipóteses levantadas e que conduzem essa pesquisa são, considerando o caráter descritivo do trabalho, essencialmente exploratórias, de maneira que a confirmação das mesmas não implica em comprovação de teoria, mas sim no lançamento das primeiras bases para o que pode vir a integrar a agenda de pesquisa na área.

O objetivo geral deste trabalho é analisar os pontos de interseção entre os Estudos Surdos e os Estudos de Gênero e Sexualidade, sob uma abordagem metodológica exploratória. Para tanto, intenciona-se: a) descrever os principais termos utilizados nos Estudos Surdos e de Gênero e Sexualidade; b) contextualizar o entendimento da surdez através do olhar histórico-cultural; c) observar como os Estudos Surdos e de Gênero e Sexualidade aderem-se e dialogam com a perspectiva socioantropológica; d) analisar os discursos acadêmicos produzidos nas literaturas: surda e de gênero e sexualidade; e) apresentar os pontos de convergência entre os estudos propostos e como eles dialogam entre si.

Esta obra apresenta caráter exploratório, consistindo a base do seu desenho de pesquisa na utilização de metodologia qualitativa para a análise, a partir da revisão bibliográfica, sobre os Estudos Surdos e as interseções com os Estudos de Gênero e Sexualidade. Ela é estruturada nos moldes acadêmicos, mas apresenta estilo ensaístico, com o intuito de gerar diálogo através das diversas formas de se pensar e olhar o ser surdo, o gênero e a sexualidade. Assim, o presente tra-

balho está dividido em três seções: 1) Estudos Surdos: o que são?; 2) A produção dos Estudos de Gênero e Sexualidade; e 3) Caminhos que se cruzam: interseções entre os Estudos Surdos e os Estudos de Gênero e Sexualidade.

A primeira seção traz a definição dos Estudos Surdos e a representação dos principais termos abordados por eles. Em seguida, a segunda seção apresenta a produção dos Estudos de Gênero e Sexualidade nos últimos anos, além de abordar os desafios experienciados pelas pessoas surdas LGBTQIA+ e a invisibilização das mulheres surdas. A terceira seção traz a interseção dos estudos, apresentando e analisando os pontos de convergência entre eles, bem como a discussão dos resultados encontrados na pesquisa.

Estudos Surdos: conceito e contextualização

Os Estudos Surdos são um conjunto de estudos e pesquisas que enfatizam as questões da surdez partindo do olhar cultural sobre as diferenças (SKLIAR, 1998; SANTOS, 2015). Segundo Skliar (1998, p. 30), “os Estudos Surdos problematizam justamente aquilo que em geral não é problematizado, nem na educação especial, nem em outras abordagens desta temática”. Dessa forma, eles se propõem a questionar e combater a visão patológica da surdez, a invisibilidade da pessoa surda, os padrões biológicos da normalidade, o capacitismo, além de defender o bilinguismo, reafirmar a identidade surda, a cultura surda, a comunidade surda, a memória surda e os movimentos surdos como conquistas de representatividade e reconhecimento político do povo surdo.

Para Santos (2015, p. 31), “os Estudos Surdos se estendem em diferentes campos teóricos, elaborando pesquisas investigativas que buscam acolher os aspectos culturais e políticos referentes às pessoas com surdez”. Descendentes dos Estudos Culturais, os Estudos Surdos, herdaram o olhar da alteridade, do respeito às diferenças (SANTOS, 2015; SÁ, 2002) e às múltiplas experiências culturais do ser surdo (PERLIN, MIRANDA, 2003). Além disso, como afirmam Perlin e Strobel (2014):



O desafio é construir uma nova história cultural, registrando as lutas pela identidade surda, pela construção da identidade cultural, pelo reconhecimento da língua de sinais, pela emancipação dos sujeitos surdos de todas as formas de opressão e seu livre e espontâneo desenvolvimento, bem como a pedagogia surda presente no povo surdo (PERLIN, STROBEL, 2014, p. 17).



Os Estudos Surdos reafirmam e evidenciam também a importância da Língua Brasileira de Sinais — Libras — como artefato cultural de grande relevância para a construção da identidade do ser surdo e da preservação da cultura surda (STROBEL, 2016). A Libras “é reconhecida como meio legal de comunicação” desde 24 de abril de 2002, através da Lei nº 10.436 (BRASIL, 2002) e do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), que a regulamenta. A referida lei legitima a Libras como idioma oriundo das comunidades de pessoas surdas do Brasil e reconhece também a propriedade da sua gramática.

A Libras é uma das formas de resistência das pessoas surdas e, para Sá (2002, p. 27), “a história dos Surdos é mais produto de resistência que de acomodação aos significados sociais dominantes”. Com o conhecimento da Libras e através do bilinguismo, as pessoas surdas têm a oportunidade de desenvolver a habilidade de expressar seus pensamentos, ideias, vontades, sentimentos e emoções, passando assim a entender e fazer-se entender melhor, integrar-se à sociedade, estreitar vínculos de amizade e desenvolver atividades educacionais, profissionais, burocráticas, esportivas e de lazer. Dessa forma, pode-se dizer que a Libras é uma língua bastante flexível, a qual amplia horizontes e facilita a vida dos que a utilizam e a sua convivência com a sua comunidade e com os ouvintes, mas que necessita ainda popularizar-se para estar ao alcance de todos. Abaixo, na Tabela 1, estão descritos os conceitos de alguns dos termos que, assim como a Libras, são discutidos nos Estudos Surdos:

Tabela 1 - Representação de termos abordados nos Estudos Surdos.

TERMOS	AUTORA/ ANO/PÁGINA	CONCEITO
Alteridade surda	Skliar (1999, p.24)	É a compreensão a partir da ruptura de significados referidos à deficiência auditiva e suas ramificações e rarificações discursivas, caracterizando os surdos como sujeitos visuais que vivem uma experiência visual.
Bilinguismo	Kubaski; Moraes (2009, p.3414)	É uma abordagem educacional que visa capacitar a pessoa surda para a utilização de duas línguas: a língua de sinais (primeira língua) e a língua da comunidade ouvinte, escrita (segunda língua), valorizando a cultura, a identidade e a comunidade surda.
Comunidade surda	Padden; Humphries (2000, p.5)	É um grupo de pessoas que vivem num determinado local, partilham os objetivos comuns dos seus membros, e que por diversos meios trabalham no sentido de alcançarem estes objetivos. Na comunidade surda também pode haver sujeitos surdos e ouvintes.
Cultura surda	Strobel (2016, p.18)	É o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das "almas" das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo.

Identidade surda	Perlin (2002, p.15)	A identidade surda não é estável, pois existem diferentes identidades surdas, mas para a construção dessas identidades impera sempre a identidade cultural. A experiência visual, a convivência com pessoas de identidades iguais e a língua de sinais é que tornam possível a construção da identidade surda.
Movimento surdo	Perlin (1998, p.71)	É a busca do direito do indivíduo surdo ser diferente nas questões sociais, políticas e econômicas que envolvem o mundo do trabalho, da saúde, da educação, do bem estar social.
Ouvintismo	Skliar (1998, p.15)	É um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte.
Povo surdo	Strobel (2016, p.22)	É um grupo de sujeitos surdos que usam a mesma língua, que têm histórias e tradições comuns e que mesmo não habitando no próprio lugar, mantém hábitos, costumes e interesses semelhantes.
Ser surdo	Perlin; Miranda (2003, p.217)	É considerado um ato: olhar a identidade surda dentro dos componentes que constituem as identidades essenciais com as quais se agenciam as dinâmicas de poder. É uma experiência na convivência do ser na diferença.

Sujeito surdo	Felipe; Monteiro (2001)	É aquele que participa de comunidades, associações, na sua própria cidade ou entre outras localidades, sendo fatores predominantes dessas comunidades surdas o uso da Língua de Sinais, os esportes e interações sociais.
Visão socioantropológica da surdez	Pinto (2001, p.36)	Reconhece a surdez como uma diferença, através de uma nova perspectiva que visa o reconhecimento da identidade cultural surda, opondo-se à visão estereotipada pelo imaginário social como algo deficiente, de menos valia e patológico.

Fonte: Base de referências da pesquisa. Elaboração das autoras.

Os termos apresentados pela Tabela 1 são específicos da literatura surda. Em virtude disso, foram inseridos no corpo da pesquisa para facilitar o entendimento da mesma.

A produção dos Estudos de Gênero e Sexualidade

Para Scott (1995), os Estudos de Gênero vêm, historicamente, se dedicando a pesquisar, discutir e entender desde o “caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo rejeitando o determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual” (SCOTT, 1995, p.72). Essa questão perpassa a utilização simplista do termo gênero como sinônimo de algo relativo às mulheres e também para designar as relações sociais entre os sexos, onde “seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para as diversas formas de subordinação feminina” (SCOTT, 1995, p.75), além de concepções em que o gênero passa a abordar questões de

“igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça” (SCOTT, 1995, p.93). Nas décadas compreendidas entre 1970 a 2000, as pesquisas desenvolvidas passaram a pensar as diversidades da homossexualidade masculina no país, abordando a questão da AIDS e os movimentos de prevenção e luta contra ela, além de dar ênfase à relação entre sexualidade e poder e discutir a ideia de fluidez das identidades de gênero (SIMÕES, CARRARA, 2014; FRANCH, NASCIMENTO, 2020).

A partir do ano 2000 até dias atuais, houve um aumento considerável nos Estudos de Gênero e Sexualidade no Brasil (Piscitelli, 2014), trazendo para o foco da pesquisa temas como: estudos feministas e transfeministas, lesbianidade, aborto, direitos sexuais e reprodutivos, violências de gênero, classe e etnia, interseccionalidades, heteronormatividade, sexismo, normalidade, corpo, travestilidades, transfobia, transfeminicídio, pânico moral, masculinidades, intersexualidade, performatividade e teoria queer. Assim, busca-se destituir as visões binárias tanto do masculino/feminino quanto da homossexualidade/heterossexualidade e entender os sujeitos estando em constante processo de construção social e performática, reafirmando a ideia de que não se devem limitar as interações corporais e sociais somente pela constituição física (CONNELL, 1990; BUTLER, 2003; FRANCH, NASCIMENTO, 2020; PISCITELLI, 2012).

Segundo Connell e Pearse (2015, p.25), “o gênero é uma dimensão central da vida pessoal, das relações sociais e da cultura. É uma arena em que enfrentamos questões práticas difíceis no que diz respeito à justiça, à identidade e até à sobrevivência”. Nesse sentido, para Colling (2018:22), foi “no interior do feminismo que a categoria gênero passou a ser

pensada de outra forma, como instrumento de análise para apontar as diferenças e hierarquias entre homens e mulheres e também para desnaturalizar os próprios gêneros das pessoas”.

Segundo Louro (2013, p.7), “as muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, promovidas socialmente”, encontrando no meio social terreno fértil para o reconhecimento identitário e para a apropriação da sexualidade. Louro (2013, p.7) complementa que é, ainda, socialmente que “elas são também renovadamente reguladas, condenadas ou negadas”.

É nesse ambiente de regulação, condenação e negação que atitudes conservadoras e com viés religioso encontram espaço para discursar, renovar e impor os valores ditos morais e as práticas tradicionais. Tais discursos são dignos de contestação, pois tentam marginalizar e silenciar as pessoas LGBTQIA+ — Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, *queer*, intersexuais, assexuais e as diversas possibilidades que existam —, muitas vezes utilizando o poder para disseminar a homofobia, a lesbofobia, a transfobia, a prática de estupro corretivos e os pânicos morais (LOURO, 2013; ALMEIDA, 2017).

Tabela 2 - Representação dos principais termos abordados nos Estudos de Gênero e Sexualidade, tendo como base o Glossário de Termos Inclusivos (JESUS, 2012).

TERMOS	AUTORA/ANO/PÁGINA	CONCEITO
Assexual	Jesus (2012, p.15)	Pessoa que não sente atração sexual por pessoas de qualquer gênero.
Bissexual	Jesus (2012, p.15)	Pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de qualquer gênero.
Cisgênero	Jesus (2012, p. 14)	Conceito “guarda-chuva” que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado em seu nascimento.
<i>Crossdresser</i>	Jesus (2012, p. 15)	Pessoa que frequentemente se veste, usa acessórios e/ou se maquia diferentemente do que é socialmente estabelecido para o seu gênero, sem se identificar como travesti ou transexual. Geralmente são homens heterossexuais, casados, que podem ou não ter o apoio de suas companheiras.
Expressão de gênero	Jesus (2012, p.13)	Forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero. Depende da cultura em que a pessoa vive.
Gênero	Jesus (2012, p.13)	Classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres. Orienta papéis e expressões de gênero. Independe do sexo.

Heterossexual	Jesus (2012, p. 15)	Pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero diferente daquele com o qual se identifica.
Homossexual	Jesus (2012, p. 15)	Pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero igual àquele com o qual se identifica.
Identidade de gênero	Jesus (2012, p. 14)	Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído em seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero.
Intersexual	Jesus (2012, p. 14)	Pessoa cujo corpo varia do padrão de masculino ou feminino culturalmente estabelecido, no que se refere a configurações dos cromossomos, localização dos órgãos genitais (testículos que não desceram, pênis demasiado pequeno ou clitóris muito grande, final da uretra deslocado da ponta do pênis, vagina ausente), coexistência de tecidos testiculares e de ovários.
Intersexualidade	Jesus (2012, p. 14)	A intersexualidade se refere a um conjunto amplo de variações dos corpos tidos como masculinos e femininos, que engloba, conforme a denominação médica, hermafroditas verdadeiros e pseudo- hermafroditas.
Orientação Sexual	Jesus (2012, p. 15)	Atração afetivo-sexual por alguém. Sexualidade. Diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero.

Queer ou Andrógino ou Transgênero	Jesus (2012, p. 16)	Termo ainda não consensual com o qual se denomina a pessoa que não se enquadra em nenhuma identidade ou expressão de gênero.
Sexo	Jesus (2012, p. 13)	Classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais.
Transexual	Jesus (2012, p. 15)	Termo genérico que caracteriza a pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído em seu nascimento. Evite utilizar o termo isoladamente, pois soa ofensivo para pessoas transexuais, pelo fato de essa ser uma de suas características, entre outras, e não a única. Sempre se refira à pessoa como mulher transexual ou como homem transexual, de acordo com o gênero com o qual ela se identifica.
Transfobia	Jesus (2012, p. 16)	Preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis.
Transformista ou Drag Queen/ Drag King	Jesus (2012, p.16)	Artista que se veste, de maneira estereotipada, conforme o gênero masculino ou feminino, para fins artísticos ou de entretenimento. A sua personagem não tem relação com sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Fonte: JESUS (2012). Elaborada pelas autoras.

Os desafios experienciados pelas pessoas surdas LGBTQIA+

Segundo Butler (2016, p.36), “para se ser um sujeito de fato, requer-se, primeiro, encontrar uma maneira própria de lidar com determinadas normas que regem o reconhecimento, normas que nunca escolhemos”. Reconhecer-se sujeito surdo LGBTQIA+ significa enfrentar as tais normas e transpor barreiras comunicacionais, sociais e atitudinais que são impostas a esse sujeito, a começar pela conquista do entendimento do que é ser LGBTQIA+, pois essas informações não são conversadas entre os familiares e não estão dispostas facilmente em meios de comunicação visual. Diante da opacidade do conhecimento, esses sujeitos questionam-se em seu íntimo e se mantêm em silêncio, escondidos no armário, como forma de refúgio da realidade opressora (Sedgwick, 2007), na qual ser LGBTQIA+, por alguns, é considerado doença e desvio da normalidade. O armário os protege da família e da sociedade, do medo do que possa estar acontecendo com eles e do que possa vir a acontecer, caso façam alguma pergunta sobre o que estão sentindo. Ao mesmo tempo em que o armário serve de proteção, adquire também um sentido retardatário da construção da identidade surda LGBTQIA+, pois estando nele, os surdos LGBTQIA+, podem passar por processos psicológicos dolorosos de negação.



Os surdos homossexuais vivem a condição de (dupla) subalternidade social, preferindo esconder a orientação sexual como forma de manter sua segurança e resguardar-se perante o olhar

da comunidade surda. Há um temor confesso de que a sua homossexualidade seja descoberta, o que traz prejuízos sociais e psicológicos (ABREU, SILVA, ZUCHIWSCHI, 2015, p.618).



Para o outro, o sujeito surdo é visto como deficiente, infantilizado e assexualizado, sendo portanto inconcebível o seu prazer, o seu desejo e o seu ser LGBTQIA+. Sair do armário é enfrentar o imaginário social e suas construções equivocadas, é entender-se e assumir-se em suas diferenças, afirmando sua identidade de gênero e sua orientação sexual. Porém, enfrentar o preconceito, o conservadorismo, os discursos de ódio e o pânico moral destilados pela sociedade ou até mesmo pela própria família é ainda um grande desafio.

A Invisibilização da Mulher surda como Debate de Gênero e Sexualidade

A invisibilização das mulheres dialoga com os discursos sobre o machismo estrutural, o racismo, o sexismo, os castigos sociais, a hegemonia patriarcal e as violências simbólica e institucional (SKLIAR, 1998; PINTO, 2001; LAGARDE, 2005), pois todos estão ligados ao poder e à influência que esse exerce na formação do imaginário coletivo e nas tomadas das decisões. A desigualdade sofrida pelas mulheres em relação ao poder vem sendo pauta do movimento feminista há décadas (CARNEIRO, 2003). Para Carneiro (2003, p. 129), “os efeitos do racismo e do sexismo são tão brutais que acabam por impulsionar reações capazes de recobrir todas as perdas já postas na relação de dominação”.

No caso das mulheres surdas, esse sistema opressivo e estruturalizado incide fortemente, em virtude da não oralização. Por não se comunicarem da mesma forma que o sistema hegemônico dominante, as mulheres surdas sofrem acentuadamente a influência do patriarcado, com a visão biológica (CONNELL, 1990), as consequências do preconceito, da discriminação, da exclusão, da invisibilização e das várias violências: moral, psicológica, física, doméstica, patrimonial, simbólica e institucional (PINTO, 2001). Isso ocorre, principalmente, porque os órgãos e instituições destinados a registrar as denúncias, na maioria das vezes não estão adequadamente preparados para acolher essas mulheres, que acabam encontrando barreiras não só comunicacionais, mas também sociais e atitudinais. “Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade” (CARNEIRO, 2003, p.118). Para a mulher surda e lésbica, o preconceito incide duplamente: pela surdez, que é vista como uma anomalia, e pela lesbianidade, que é vista como uma afronta aos padrões da sociedade majoritária. Dessa maneira, e de acordo com Ribeiro (2017):



A mulher negra ou lésbica, por exemplo, possui experiência diferente daquela da mulher branca ou heterossexual. A mulher surda e lésbica, portanto, carrega opressões diferentes e deve ser reconhecida e apoiada dentro de suas diferenças. Assim, é preciso que o feminismo reconheça a questão lésbica e surda; da mesma forma que o movimento surdo precisa reconhecer a luta feminista e lésbica (RIBEIRO, 2017, p.182).



Considerando essa problemática, é necessário que haja políticas públicas específicas para as mulheres surdas que, tendo em vista as suas diferenças e interseccionalidades (surdas negras, surdas indígenas, surdas lésbicas, surdas trans, entre outras), para que haja a equalização das oportunidades sociais de acesso à saúde, à educação, à segurança, ao trabalho, ao esporte, ao lazer e para o combate do preconceito, do machismo estrutural e das diversas formas de violência (CARNEIRO, 2003; PERLIN; MIRANDA, 2003; PISCITELLI, 2012).

Caminhos que se cruzam: interseções entre os Estudos Surdos e os Estudos de Gênero e Sexualidade

Analisando os Estudos Surdos e os Estudos de Gênero e Sexualidade, podemos observar que há várias interseções importantes entre eles. Através da perspectiva socioantropológica, as pessoas surdas, as pessoas LGBTQIA+ e as pessoas surdas LGBTQIA+, são vistas através das suas diferenças, observando as particularidades culturais de cada categoria de análise, de suas identidades, entendendo-as como seres sociais que estão em constante processo de construção social e performática (BUTLER, 2003; SKLIAR, 1998; PINTO, 2001). Há interseção também no pensamento da construção da identidade, pela identidade cultural e do reconhecimento das várias identidades. Tanto para os Estudos Surdos, como para os Estudos de Gênero e Sexualidade, a identidade nunca está pronta, é fragmentada, é múltipla e multifacetada, não é estável, está em constante movimento e construção (PERLIN, 2002; COLLING, 2018; SILVA, 2007; BUTLER, 2003). Segundo Silva (2007), ela:



Não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. Tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Podemos dizer que é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. É instável, contraditória, fragmentada, inconsciente, inacabada. Está ligada a sistemas de representação, tem estreitas conexões com as relações de poder (SILVA, 2000, p. 97).



Ainda com relação à identidade, um outro ponto de convergência é o reconhecimento da língua e da linguagem para a construção e o sentido da identidade. Para Perlin (2002, p.15), “a construção da identidade surda se dá à medida que a pessoa surda se apropria da língua de sinais” e para Colling (2018, p.11), “as identidades só podem adquirir sentido através da linguagem”. Além disso, de acordo com Felipe (2007):



A linguagem permite ao ser humano planejar e regular sua ação e somente por ela é possível fazer a leitura do mundo e da palavra, mesmo porque uma não acontece sem a outra. Essas formas de leitura constituem a base da linguagem que se dá pela interação social, a interação entre os sujeitos (FELIPE, 2007, p. 9).



Para além das convergências já citadas, os referidos estudos também abordam a questão do binarismo e da dicotomia, homem/mulher, hetero/homossexuais (Estudos de Gênero e Sexualidade) e surdos/ouvintes, oralismo/bilin-

guismo (Estudos Surdos), combatendo essa visão, pois, para Quadros e Perlin (2006, p. 184), “desconstruir essas relações dicotômicas permitiram o reconhecimento das diferenças e o estabelecimento das negociações”. Além disso, como afirma Witches (2017):



A surdez opera na produção de sentidos atribuídos à fronteira criada entre a presença e a ausência da audição; o gênero associa-se a um binarismo que estabelece distinções de diversas ordens entre homens e mulheres; e a sexualidade define limites para a operacionalização dos prazeres. Essas três formas históricas de subjetivação, portanto, constituem muitas das verdades que circulam sobre tipos específicos de sujeitos e que impõem uma padronização aos modos diferentes pelos quais nos identificamos como surdos, ouvintes, homens, mulheres, hetero ou homossexuais, dentre outras denominações que perpassam essas categorias (WITCHES, 2017, p. 76-77).



Há um outro fator de interseção entre os Estudos Surdos e os Estudos de Gênero e Sexualidade que são as histórias de lutas, resistências e dos seus movimentos contra as violências e a dominação das classes hegemônicas de poder, lutando contra a normatividade e os padrões de normalidade imposta por elas (FOUCAULT, 1999; SÁ, 2002; ASSIS SILVA, 2012). Além de abordar as questões religiosas que historicamente vêm as pessoas surdas e as pessoas LGBTQIA+ como pessoas doentes, castigadas por Deus, transviadas, que seguem

um caminho diferente do padrão estabelecido pela hegemonia dominante, fomentando a surdofobia, a lesbofobia, a homofobia e a LGBTfobia com uma visão higienista e corretiva.

Segundo Abreu, Silva e Zuchiwschi (2015, p. 611), “a sexualidade se manifesta em um contexto cultural e histórico. Cada sociedade estabelece conceitos de normalidade para comportamentos considerados adequados ou não, que devem ser incentivados ou reprimidos”. Para Foucault (1999, p. 67), “a sexualidade foi definida como sendo, por natureza, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização”. No que diz respeito à normalização, os Estudos Surdos e os Estudos de Gênero e Sexualidade combatem a ideia de haver um normal, um padrão preestabelecido pelos detentores do poder, que deve ser seguido pelos grupos minoritários. Para Quadros e Perlin (2006, p. 171) “a normalidade do surdo acontece quando ele, surdo, trabalha sua transformação no sentido de ser surdo, isto é, a experiência que ele está vivendo”, Perlin e Miranda (2003, p. 219) complementam dizendo que “se tivéssemos que fazer um exercício de olhar de fora a diferença de ser surdo, poderíamos dizer que o momento é próprio para se fazer inversão, problematizar a normalidade ouvinte e não a alteridade surda”.

Os Estudos Surdos e de Gênero e Sexualidade, dessa maneira, dialogam e se interseccionam em vários pontos, como os mencionados até então. A multiculturalidade é mais um deles. Para Perlin (1998, p. 57), “a identidade surda se constrói dentro de uma cultura visual, essa diferença precisa ser entendida não como uma construção isolada, mas como construção multicultural”. É importante valorizar as interações entre as diferenças e suas interseccionalidades, pois,

essas várias culturas que incidem na formação identitária do sujeito precisam ser respeitadas em suas particularidades. Assim como as pessoas surdas, as pessoas LGBTQIA+, as indígenas, as negras e suas interseccionalidades têm culturas características da história das suas comunidades e elas fazem parte da construção social e da riqueza cultural do povo brasileiro. Pinto (2001), por sua vez, ressalta que:



O multiculturalismo se expressa, como sucessão no mundo contemporâneo, para que os sujeitos sociais valorizem, expressem suas diferenças, suas culturas específicas, em busca da afirmação cultural. É um movimento social em oposição a todas as ações homogeneizadas da vida social. É uma oposição a todas as tentativas dos outros a imprimir a cultura dominante, vigente sobre uma outra cultura preexistente (PINTO, 2001, p. 38).



A partir da análise dos estudos em questão, é possível verificar que ambos valorizam a cultura e o conhecimento como forma de resistência e superação para a opressão sofrida.

Como afirmam Quadros e Perlin (2006, p. 184), “a principal chave para o surdo entrar no processo de discussão social de sua diferença, de seu ser outro é o conhecimento”. Connell e Pearse (2015, p. 26) complementam dizendo que “se as ordens emergentes se propõem a ser justas, pacíficas e humanizadas — o que não é necessariamente dado — precisamos de conhecimento bem fundamentado com uma compreensão sofisticada sobre as dinâmicas de gênero”. Sendo, portanto, através do conhecimento que tanto as pessoas surdas como as pessoas LGBTQIA+ e suas interseccionalidades

encontram o caminho para combater as diversas formas de preconceito e discriminação. Mas, para alcançar a instrução, tanto pessoas surdas e surdas LGBTQIA+, como ouvintes LGBTQIA+ enfrentam em suas trajetórias de estudo as dificuldades de letramento e de qualificação, em virtude das condições socioeconômicas, das barreiras sociais, comunicacionais e atitudinais e da evasão escolar por preconceito, discriminação e violências física, psicológica e sexual.

É importante ressaltar que, mesmo quando as pessoas surdas e surdas LGBTQIA+ conseguem se escolarizar, através do bilinguismo, e se qualificar, elas “sofrem discriminação, não apenas no ingresso e permanência no mercado de trabalho, mas também no que diz respeito à sua capacidade de exercer e ocupar função compatível com seu perfil curricular e/ou qualificação profissional” (SILVA; BORDAS, 2020, p. 5).

Através da pesquisa realizada pode-se confirmar as hipóteses **H1** e **H2** levantadas no início da pesquisa, pois a interseção entre os Estudos Surdos e os Estudos de Gênero e Sexualidade pode ser identificada tanto a partir das convergências culturais e teóricas das produções nas duas áreas, quanto a partir da análise das produções acerca das questões intrínsecas aos sujeitos surdos e ao debate de gênero e sexualidade, por uma lógica mais individualizada. Dessa forma, considera-se que o presente trabalho cumpriu com o objetivo geral que era analisar os pontos de interseção entre os estudos surdos e os estudos de gênero e sexualidade, cumprindo também com os objetivos específicos propostos e respondendo a pergunta de pesquisa através do próprio estado da arte apresentando no trabalho.

Considerações finais

Nesta pesquisa foram apresentados os principais pontos abordados tanto nos Estudos Surdos, como nos Estudos de Gênero e Sexualidade. Buscou-se, através das referências, realizar um diálogo entre os autores para encontrar a interseção entre os estudos. Pode-se perceber que os estudos propostos convergem: 1) pela perspectiva socioantropológica, na qual as pessoas são vistas através de suas diferenças; 2) no pensamento da construção da identidade, pela identidade cultural e do reconhecimento das várias identidades; 3) no reconhecimento da língua e da linguagem para a construção e o sentido da identidade; 4) ao questionar o binarismo e a dicotomia, homem/mulher, hetero/homossexuais (Estudos de Gênero e Sexualidade) e surdos/ouvintes, oralismo/bilinguismo (Estudos Surdos); 5) através das histórias de lutas, resistências e dos seus movimentos contra as diversas violências e a dominação das classes hegemônicas de poder; 6) no combate à normalização dos sujeitos; 7) na ideia de multiculturalidade; 8) na valorização da cultura e do conhecimento como forma de resistência e superação para a opressão sofrida.

Ressalta-se a necessidade de políticas públicas específicas para as mulheres surdas, abordando as questões das violências sofridas não só por mulheres surdas, mas também por pessoas surdas LGBTQIA+ e ouvintes LGBTQIA+. e da importância da equalização das oportunidades sociais de acesso à saúde, à educação, à segurança, ao trabalho, ao esporte, ao lazer e para o combate do preconceito, do machismo estrutural e das diversas formas de violência. Diante do exposto, entende-se que esse trabalho oferece novos prospectos para a agenda de pesquisa, uma vez que essa abordagem,

através da interseção dos estudos, pode vir a servir de base para as decisões dos atores políticos e dos formuladores de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Fabrício; SILVA, Daniele; ZUCHIWSCHI, José. Surdos e Homossexuais: A (Des)coberta de Trajetórias Silenciadas. **Temas em Psicologia**. v. 23, n. 3, 2014, p. 607-620.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, n. 50, 2017, p. 5-30.

ASSIS SILVA, César Augusto de. **Cultura Surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade**. São Paulo/SP: Editora Terceiro Nome, 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Ministério da Justiça, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 04 jan. 2022.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Ministério da Justiça, 2005. Disponível em <https://bit.ly/3xYxzYc>. Acesso em: 04 jan. 2022.

DA SOLIDÃO À SOLIDARIEDADE NA EXPERIÊNCIA COMPARTILHADA DA MATERNIDADE EM UMA REDE SOCIAL

Marília Fernandes Rehermann Freitas¹⁰³

Introdução

O presente estudo foi elaborado a partir de pesquisa de campo realizada para um trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais na UFSM, que emergiu de experiências em projetos relacionados à antropologia social, à realidades digitais e à cibercultura.

O grupo¹⁰⁴ do qual partiu a pesquisa tem por objetivo propiciar trocas de informações e cuidados em torno da *maternagem* e da *paternagem* conscientes, vistas aqui como formas de cuidado maternas e, também, paternas – embora o cuidado, ainda hoje, seja uma tarefa quase que exclusivamente feminina. O grupo fala em *conscientes* no sentido de que esse cuidado seja um pouco mais pensado e discutido entre os próprios cuidadores das crianças, ou, ainda, elaborado no seio familiar. Em 2018 o grupo contava com 2.646 membros.

¹⁰³ Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

¹⁰⁴ Foi criado por três mulheres que se conheceram pela experiência da maternidade e da gestação, com o intuito de amenizar as dúvidas e a solidão materna no pós-parto, e a fim de empoderar as mulheres que desejassem manter um modelo de maternidade alternativa, como elas próprias denominam.

Em relação aos cuidados éticos desta pesquisa, obteve-se o consentimento para tomar o grupo como objeto de pesquisa. Primeiramente, a permissão de pesquisa ocorreu em conversa com a administradora do grupo por meio de mensagem *off-line*. Posteriormente, foi feita uma postagem que pôde ser visualizada pelo grande grupo, e as participantes foram dando suas autorizações. Por fim, cada participante que teve seu relato utilizado como base para a pesquisa concedeu uma solicitação individual. Para garantir o anonimato, foram utilizados nomes fictícios nos relatos ao longo deste texto.

Para Gilberto Velho (1981), é importante verificar como o próprio grupo investigado percebe e define suas próprias experiências, para não cairmos na armadilha de impormos nossas próprias classificações. Sendo assim, apesar de uma das pesquisadoras também ser mãe e ter participado do grupo durante a própria gravidez, foi somente alguns meses após o parto e depois de algum distanciamento emocional que se permitiu tomar o grupo como objeto de pesquisa. Logo, também vale frisar que o consentimento para a pesquisa ocorreu quase um ano após o ingresso no grupo, período no qual se teve uma participação ativa nas discussões e postagens, o que possivelmente acarretou essa aproximação e a consequente viabilidade deste trabalho.

Nesta pesquisa, temos por objetivo compreender de que forma ocorrem as relações entre as mulheres-mães participantes num grupo secreto¹⁰⁵ no Facebook, bem como observar de que forma o processo de interação social *on-line*

¹⁰⁵No Facebook, um grupo secreto requer que o membro seja previamente convidado e adicionado por outro membro, com posterior aprovação por uma das moderadoras. A primeira autora fez parte do grupo por mais de dois anos; a segunda autora solicitou sua inclusão no grupo em duas ocasiões: quando iniciou a orientação e na fase de escrita e revisão do trabalho.

se desenvolveu e contribuiu, ou não, no âmbito *off-line*, nas suas vidas íntimas, privadas e cotidianas em relação, principalmente, ao cuidado das crianças e às suas escolhas individuais sobre a maternidade.

Considerando o processo de interação social no qual estavam envolvidas e tendo como objetivo o compartilhamento de experiências, foi importante analisar os usos que as participantes fazem de espaços emergentes de sociabilidade, como o ciberespaço e as manifestações de seus agentes e sujeitos. Em estudos de várias áreas do conhecimento, denota-se certa imposição dos saberes médicos institucionalizados em relação à maternidade e ao nascimento (Fonseca, 2010; Scavone, 2004; Tornquist, 2002). Esses novos espaços, construídos por e para mulheres, surgem como uma alternativa enquanto forma de aprendizagem da maternagem para além dos campos mais institucionalizados.

Esta pesquisa se caracteriza por ser uma etnografia virtual¹⁰⁶ na rede social Facebook, da qual se tomou especificamente um grupo criado ali como um espaço de sociabilidade. Vale apontar que o grupo objetiva a troca de experiências entre mulheres que são ou pretendem se tornar mães, conforme a própria descrição do grupo. Dessa forma, este capítulo visa à análise das relações estabelecidas entre elas e o desenrolar dessas interações, buscando compreender as

¹⁰⁶Esta consiste em um pesquisador, usando um período estendido, imergir num *campo de ação*, percebendo as relações, atividades e compreensões daqueles que estão nesse ambiente e que participam do processo, realizando a observação participante, conversas informais e entrevistas, assim como numa etnografia tradicional e presencial. Nesse encontro da etnografia tradicional e virtual, o pesquisador analisa, interpreta e observa uma comunidade, mesmo que seja no ciberespaço (Hine, 2000).

subjetividades do grupo, sua devida complexidade — por se tratar de um momento caro para todas, o nascimento —, mas também as individualidades femininas.

Reflexões sobre a maternidade

De início, antes de discutir como a maternidade é representada no grupo e vivida pelas interlocutoras de pesquisa, faz-se necessário problematizar e refletir sobre a condição feminina enquanto mãe na sociedade ocidental, sendo a maternidade percebida muitas vezes como condição *sine qua non* da mulher. Autores como Ariès (1981, p.31) e Badinter (1985, p.53), no entanto, mostram como esse papel é fruto de uma construção histórica, política, econômica e social, instaurada ao longo dos anos, principalmente após a Revolução Industrial.

Entende-se que, historicamente, a condição materna é alterada quando a criança passa a ser vista de outro modo: ela deixa de ser percebida como um adulto em miniatura e passa a ser considerada como alguém que necessita de cuidados constantes. Tal mudança se estabelece a partir da crença no valor cultural do afeto e do apego da família pela criança. Isso faz com que recaia sobre a mãe toda a expectativa de cuidado: o cuidado ao bebê passa a ser centralizado na mãe biológica, principalmente. Esse evento é denominado como o retorno do sentimento de infância, conceito trazido por Ariès (1981, p.35). Sendo a criança um ser frágil e que requer cuidados, sua cuidadora torna-se a mulher, no papel da mãe, principalmente, ou da mulher que possa exercer tal intento.

Elizabeth Badinter desfaz a ideia do amor materno como algo natural. Ao contrário, ela aponta que houve um longo investimento na construção desse sentimento que ela

chama de “mito”. Para a historiadora, a infância como um valor foi construída por meio de um longo investimento de vários saberes que se conjugam para apontar a criança como uma semente de futuro. Como efeito, e concomitante a essa lógica, surge a categoria do “instinto materno”, que existiria para cuidar desse ser em formação. Segundo a autora, recomendações para a mulher tornar-se a cuidadora pessoal e exclusiva dos filhos emergem somente após o século XVIII e, assim, o sentimento é tomado em forma de exaltação, como um valor natural e social, favorável à espécie e à sociedade (Badinter, 1985, p.145). Em que pese o grupo analisado ter como objetivo, em sua descrição, as trocas na forma de cuidado, o nome do grupo — que optamos por não informar aqui — está relacionado à ideia de abrandar ou amenizar algumas formas impostas pelo ordenamento historicamente instituído no cuidado com as crianças.

Os valores culturais em torno da maternidade e dos cuidados das crianças devem ser compreendidos como um processo dinâmico, instável e atravessado por valores morais ao longo dos anos. Diversas pesquisas vêm registrando mudanças nas formas de controle e autoridade no interior da família, nos comportamentos, nas visões de mundo. Nesse aspecto, a historiadora Eni Samara (2002) entende que a família brasileira é um misto de influências da família portuguesa ambientadas ao contexto brasileiro com seus costumes e tradições, o que criou um modelo de família com características patriarcais e tendências conservadoras. Mas mesmo na formação da família brasileira, segundo a historiadora, existem inúmeros outros arranjos concomitantes que variam conforme os diferentes níveis sociais. Todavia, embora pesquisas mostrem alguma liberdade de ação das

mulheres, desde o Brasil Colônia, essas ações são incipientes e mais restritas às classes trabalhadoras ou a grupos mais vulneráveis, já que a família tradicional patriarcal se manteve como modelo hegemônico por muitas décadas.

Dessa forma, é necessário reconhecer a contribuição do movimento feminista e dos seus pressupostos bastante caros à temática da saúde e do bem-estar corporal e psíquico para as mulheres, que se fortaleceu após segunda metade do século XX. No entanto, ainda hoje a temática da maternidade requer atenção, tendo em vista os novos “modelos de maternidade diferentes daqueles da mulher do ideário moderno, da mãe dedicada, abnegada e assexuada” (Carneiro, 2001, p.5) ou daqueles em que a mulher terceiriza o cuidado das crianças e visa ao mercado de trabalho como prioridade de vida. Observa-se, como aponta Carneiro, que “É necessário refletir sobre as mães do século XXI e possíveis novos modos de subjetivação maternos” (Carneiro, 2001, p.5). Nesse sentido, percebe-se no grupo uma nova forma de *maternar*. Assim, segundo Carneiro:



[...] depois de um expressivo declínio da maternidade, da inserção das mulheres nas universidades, mercado de trabalho e vida pública em geral, a maternidade, hoje, parece remontar a cena, quando um número cada vez maior de mulheres da geração pós-feminismo decide ter seus filhos na casa dos 30 e 40 anos, depois de terem ascendido profissionalmente e tido experiências de maior liberdade sexual. Ela, a maternidade, parece dar indícios de uma repaginação, quando essas mulheres, que não necessariamente se reconhecem como feministas, têm procurado dela

fazer um evento, um acontecimento singular, desejado, pensado e enriquecido, sem necessariamente implicar num mandato ou privação da vida erótica, profissional, familiar e social. [...]. Enfim, em minha leitura, poderíamos estar vivendo tempos de reconstrução da ideologia da maternidade, ainda que, é preciso ressaltar, isso se dê em determinadas camadas sociais e não de maneira extensiva, haja vista sabermos ser totalmente outra a realidade das mulheres brasileiras pobres e, ainda pior, a de mães adolescentes. (Carneiro, 2001, p.6).



Com relação à percepção da forma de *maternar* como uma escolha das mulheres nesse grupo, entendemos que a noção de “projeto”, delineada por Gilberto Velho (1981), pode ser útil. Para Velho, pode-se dizer que, mesmo em sociedades específicas e em função da classe social, “pode haver forte variação quanto à ênfase e preocupação que é dedicada às peculiaridades, gostos, preferências, traços particulares dos agentes empíricos”(p. 26). Tal característica, para Gilberto Velho, não só se associa a uma visão de mundo em que há um centralismo quanto à noção de biografia e:



com uma concepção de tempo bastante definida, mas também a um *ethos*, um estilo de vida, uma organização das emoções (ver Bateson, 1958 e Geertz, 1978), em que a experiência do agente empírico, sacralizada como individual, é foco e referência básica. (p. 26).



Nesse sentido, segundo o autor, não existe “um projeto individual ‘puro’, sem referência ao outro ou ao social”, uma vez que esses “projetos são construídos a partir de experiências socioculturais, de vivências e de interações interpretadas”(Velho, 1981, p.26). Dessa forma,



[...] o projeto não é um fenômeno puramente interno, subjetivo, ou seja, é formado e é elaborado diante de um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente, no que diz respeito à noção de indivíduo, bem como dos temas, das prioridades e dos paradigmas culturais existentes. (Velho, 1981, p.27).



Esse “projeto” é algo que o indivíduo exterioriza, assim como também é produto dessa exteriorização. “Sua matéria-prima é cultural, diante disso, deve ‘fazer sentido’ por si só, num processo de interação com os seus outros contemporâneos” (Velho, 1981, p.27). Ressalta-se que, nesse mundo dos projetos, devem ser considerados elementos como o dinamismo, tendo em vista que cada um de seus atores possui uma biografia, vive no tempo e no espaço (sociedade), em temporalidades e, por isso, está sujeito à ação de outros atores e às mudanças sócio históricas (idem).

Por isso, tomou-se como ponto de partida para a análise da maternidade o projeto de vida dessas mulheres, não como uma escolha por *ser mãe*, mas como uma escolha situada em termos de classe e em relação/tensão/interação aos modelos existentes na sociedade e, principalmente, feita

pelas mulheres — independentemente se forem mães não casadas, casadas ou que dividem os cuidados com o progenitor —, em relação à *forma de maternar*. Nem todas as informantes tiveram uma gravidez planejada, mas a maioria delas pôde interromper o trabalho, a faculdade e ir para a casa da família ou da sua rede de apoio para dispor desse tempo de cuidado. A maioria conta com o apoio financeiro de um terceiro ou mesmo do progenitor. Por isso, considera-se que não se trata de uma classe popular, pois todas as informantes possuem ensino superior — apenas algumas não o concluíram, mas tiveram acesso à universidade. O próprio espaço escolhido por elas, como a rede social, já delimita algumas características de classe, geração, escolaridade, assim como os modelos de maternidade a partir dos quais surgem os questionamentos e as tensões.

Algumas das mulheres com quem a primeira autora conversou estranharam muito quando ela disse que o que mais lhe fazia falta na maternidade era o trabalho e que, por isso, preferiria o trabalho a estar somente em casa, dedicando tempo à vida privada, e que, ainda assim, amava o filho. Isso gerou uma certa tensão, por sublinhar a diferença entre uma experiência própria e a emoção das participantes do grupo em sua escolha. Para várias delas, o cuidado da criança e de aspectos como higiene, aprendizagem e alimentação é visto como tarefa prioritária em suas vidas, mesmo que sintam algumas lacunas.

Quando o campo é no ciberespaço

Para Lipovetsky (2000, p.231), a mulher contemporânea, a qual ele denomina como “terceira mulher”, está conectada com a tecnologia, especificamente à internet, e pertence a “um novo modelo histórico caracterizado por uma transformação no modo de socialização e de individualização do feminino, uma generalização do princípio de livre governo de si”. No grupo estudado, trata-se de mulheres jovens, mães, utilizadoras de internet, que se encontram, associam-se, interagem e compartilham subjetividades em um ambiente de sociabilidade.

A partir do crescimento da internet e das formas de comunicação mediadas pelo computador, as comunidades virtuais são consideradas um locus de pesquisa, tendo em vista o estudo dos fenômenos da sociabilidade e dos processos de representação identitária. Essa pesquisa pode ser considerada relevante porque, de acordo com Adriana Braga (2005, p.11),



[...] O uso de tecnologias computacionais é cada vez mais presente no cotidiano doméstico e profissional das classes médias. [...] Sendo assim, o domínio das linguagens da comunicação mediada por computador (CMC) por mulheres pode ser visto como um domínio em que, pelo engajamento na atualização tecnológica, se relativiza a subordinação laboral e a dominação masculina: espaço de mulheres modernas.



Para a autora, embora tudo se transforme com maior velocidade: “nas relações das mulheres com o trabalho, a maternidade, instituição remota e fundante da própria humanidade, continua na pauta e na prática das mulheres atuais” (BRAGA, 2005, p.11).

Algumas considerações metodológicas

Um acontecimento no meio da graduação da primeira autora mudou sua trajetória pessoal e, conseqüentemente, acadêmica: ficou grávida. Foi então que decidiu ingressar e foi acolhida pelo grupo. A princípio, questionou suas formas, pesquisou, percebeu nas diferenças a própria identidade, mas o que a fascinou como pesquisadora foram as trocas, o acolhimento, os desabafos, os conflitos e como essas pessoas foram se tornando parceiras e mais próximas da sua realidade do que as pessoas que com ela convivia. Sendo assim, de algum modo, a experiência no grupo remeteu ao tipo de “afecção” mencionado por Jeanne Favret-Saada (apud Siqueira, 2005, p.155) e, assim como ela, “não pude fazer outra coisa a não ser aceitar deixar-me afetar” pelas discussões e relatos compartilhados pelo grupo. Mas com o tempo, com a comparação com outros grupos e com a distância da experiência do parto, foi possível estabelecer o distanciamento necessário para construir um olhar antropológico sobre o tema.

A proximidade com o grupo ocorreu pela identificação enquanto gestante, mãe e pelas experiências trocadas na interface do grupo. Segundo Amaral (2009), esse tipo de pesquisa no ambiente virtual, em que se compartilham experiências pessoais, seria denominado *pesquisador-insider*, muito similar ao que se denomina *autonetnografia*, que seria:



[...] uma ferramenta reflexiva que possibilita discutir os múltiplos papéis do pesquisador e de suas proximidades, subjetividades e sensibilidades na medida em que se constitui como fator de interferência nos resultados e no próprio objeto pesquisado. Essa ferramenta também é focalizada e compreendida como possibilidade de relato escrito em primeira pessoa, na qual elementos autobiográficos do pesquisador ajudam a desvelar diferentes contornos e enfrentamentos do objeto de pesquisa em um fluxo narrativo de cuja análise sujeito e objeto fazem parte. (Amaral, 2009, p.15).

Nesse ponto, ao longo da trajetória primeiramente como membro do grupo e posteriormente como pesquisadora, foi-se exercitando um distanciamento de modo a ter o afastamento necessário para objetivar a vivência etnográfica em forma de pesquisa. Lembramos aqui da técnica do estranhamento, como propõem Da Matta (1987) e Gilberto Velho (1981), para solucionar certos percalços possíveis diante da familiaridade com o tema:



[...] o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas até certo ponto, conhecido. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente. (Velho, 1981, p.126).

No grupo aqui estudado, os laços sociais decorrentes da interação *on-line* podem ser considerados fortes porque, na análise dos conteúdos compartilhados no grupo, pode-se notar a troca de assuntos íntimos e pessoais.

O grupo e suas proposições

O grupo foi criado em meados de 2015, logo após a criadora ter sua primeira gestação e do nascimento da sua filha. A mesma contou, já no contato inicial, que sentia a necessidade de um espaço para debater e conversar sobre o tipo de gestação, parto e maternidade que ela própria estava experienciando, e que não encontrava esse espaço entre suas relações *off-line*. Passados dois anos, em conversa pessoal com a criadora do grupo na cidade de Santa Maria (RS), ela reiterou a centralidade das interações estabelecidas nesse grupo por meio da internet. O grupo *on-line* proporcionou que as pessoas aderissem a essa forma já antiga de maternagem, mas atualmente pouco aceita, e o grupo serviu como uma forma de apoio às mulheres e aos poucos homens, mas também participantes, como uma forma de manter suas práticas na vida cotidiana. Em 2017, o grupo, com dois anos de existência, contava com 2.646 membros, que eram indicados pelas participantes e aprovados por alguma das três moderadoras.

Essas mães optaram por reduzir suas rotinas de trabalho e dedicarem-se ao cuidado das crianças, focando a saúde e o bem-estar como uma maneira de viver dessa família e da sua prole. O foco é o cuidado com apego, significando que essa criança receberá atenção integral ao seu ser, inclusive e principalmente aos aspectos emocionais que estão presentes na infância e que nem sempre foram visados

pelas maneiras de educar. A amamentação é colocada como ponto essencial para o bom desenvolvimento da criança nos mil primeiros dias, e o que esse grupo faz é agregar profissionais da saúde para explicar como deve ser feito o aleitamento materno e a importância dos mil primeiros dias da criança e da presença materna ou paterna junto nessa criação. Importante frisar que a maioria das mães que amamentam por mais de dois anos ouve comentários negativos e pejorativos por parte daqueles que estão ao redor; e essa é uma queixa recorrente das mulheres.

Fraldas ecológicas, que são constituídas de pano com um rolo de algodão, laváveis, são difundidas e incentivadas no grupo *on-line*, não somente para reduzir os custos em relação ao recém-nascido, mas principalmente como uma prática de consumo sustentável, que será passada como um valor familiar para a criança. A cama é compartilhada, o que significa que as crianças dormem com os pais para aproximar a família afetiva e emocionalmente, na intenção de proporcionar uma maior segurança emocional aos filhos, no futuro.

Outro principal aspecto abordado no grupo é a prática de redução do consumo desenfreado de medicamentos. Quando se chega ao consultório do pediatra, não se sabe o que esperar, pois o médico poderá optar por ministrar medicamentos somente após os dois anos da criança, mas também pode receitar um medicamento para cada sintoma e resfriado. Por isso, segundo elas, a resistência e o papel da mãe tornam-se fundamentais para que não sejam ministrados medicamentos desnecessários, assim como procedimentos médicos invasivos na criança. Uma recém-mãe sente medo pelo filho – então, ouvir uma indicação médica é sempre algo impositivo, devido à hierarquia social que esse profissional

exerce e seu lugar de poder em relação ao paciente. O grupo foca na desconstrução do discurso médico, e as integrantes são aconselhadas a optar sempre pela redução e espera desse tempo de *cura afetiva* da criança. Chama-se cura afetiva porque nem todo médico considera o aleitamento, o colo e o carinho maternos como uma forma de remédio, argumento defendido por uma cuidadora/mãe participante do grupo. Na postagem de abertura do grupo, observa-se no texto de boas-vindas às novas integrantes termos como humanização, respeito, acolhimento, experiências, diversidade/inclusão, amamentação, sling, cuidado, zero alopatria e conexão com a natureza. Esses termos revelam muito dos valores do grupo.

Além deste grupo *on-line*, as pesquisadoras participaram de outros dois grupos com vieses distintos no intuito de diferenciar e conhecer as demais visões sobre a maternidade real e feminista: ambos a favor de uma maternidade real, mas com uma ideologia feminista radical bem evidente. Por exemplo, no grupo objeto deste estudo, é expressamente proibido citar nomes de remédios comerciais, os alopáticos, assim como incitar o parto cesáreo ou desmame precoce das crianças e a utilização de fórmulas infantis como substituição. Nos dois outros grupos existem também discussões sobre parto, mas o foco está centrado na mulher, não tanto na criação e no cuidado infantil. Perceberam-se discussões claras sobre alimentação e tipos de parto, e o que é apoiado centra-se na escolha da mãe ou da cuidadora, não na prática em si; também ocorrem discussões de cunho político, como mercado de trabalho, feminismo, escolas dos filhos, etc.

No grupo, há um apoio às mães que se ajudam entre si e se apoiam mutuamente, mas a centralidade das discussões está na criança e no seu bem-estar, havendo algumas brigas entre

membros, ocasionalmente, pelas diferentes visões ou questões emocionais, como sensação de julgamento. Geralmente, nesses casos, as moderadoras ou as próprias integrantes do grupo mediam e resolvem a questão de forma conciliadora.

Ressalta-se que a centralidade recai na criança e no seu bem-estar pelas formas de maternagem e porque nem sempre é dito que é bastante difícil e penosa, principalmente para a mulher. Embora existam compensações emocionais, são noites sem dormir amamentando em livre demanda, uma vez que o bebê pode querer mamar a cada três horas, mas também pode querer ser alimentado por três horas seguidas no meio da noite. Carregar uma criança no *sling* é algo que requer uma dedicação extra também, pois são no mínimo 3 kg, sem poder realizar outra tarefa, e algumas mulheres relatam que faziam todas as tarefas domésticas nessa modalidade, ou seja, carregando o bebê amarrado em seu corpo. Deixar o trabalho, para algumas mães, nem sempre é uma opção, e percebemos que essa posição nem sempre é respeitada no grupo. No caso, levantaram-se essas questões para que se “dessem conselhos”, e nenhuma das cinco comentadoras e conselheiras indicou o retorno ao mercado de trabalho, pois ficar com a criança em casa é considerada uma tarefa para o bem-estar futuro, pois “estamos criando seres mais capazes de construir um mundo melhor”. Essa é a visão e a sensação dessas mulheres quando optam por ficar em casa com seus filhos, embora algumas percebam que o apego emocional provém de si próprias e que essa separação mãe-filho é uma tarefa difícil e pouco amparada socialmente ou pela sua rede social *off-line*.

A maternidade e a solidão: compartilhando experiências e emoções no grupo

Foi-se descobrindo as contradições e complexidades desse discurso conforme tiravam-se dúvidas com o grupo, o que aproximou bastante as pesquisadoras das mulheres que participavam ativamente dessa rede. No caso, como a autora mãe não tinha família próxima, elas se tornaram também uma rede de apoio, e descobriu-se que havia muitas outras mulheres na mesma situação. Um dado bastante relevante quanto à formação familiar atual corrobora isso: a *solidão* materna/paterna, pois, independentemente do tipo de constituição familiar, o cuidado dos filhos atualmente recai ao que denominamos *cuidador primário*, ou seja, a mãe ou o pai. As famílias estão menores atualmente, e as redes de apoio familiares diminuíram, as uniões são transitórias e não mais para a vida toda, como eram no início do século XX. As famílias passam por inúmeros rearranjos ao longo da vida, mas, atualmente, a coabitação tem diminuído, e a família extensa não tem mais laços tão estreitos e próximos. Na contemporaneidade, muitos avós possuem vida própria e não cuidam mais dos netos. Por isso, acredita-se que esse grupo tenha crescido de forma tão expressiva nos anos em que foi acompanhado, entre 2015 e 2017. Em 2015, o grupo tinha cerca de 100 participantes; hoje, conta com 2.646 membros, crescendo a cada dia.

A contribuição desta pesquisa está justamente nas emoções relacionadas a gestação/parto/puerpério e maternidade, que são socialmente estigmatizadas ou silenciadas, e que essas mulheres se permitem desabafar na internet. Quando uma das autoras encontrou Lúcia pessoalmente, percebeu que aquela mulher forte, que estimulava a todas,

também era mãe e tinha suas fragilidades, estava sofrendo com a pressão da família por ser mãe solteira e, por suas práticas, teve sua filha tirada de sua casa pela própria irmã e só conseguiu buscá-la com intervenção policial. Naquela época, ela estava indo para Salvador com sua filha, para fugir das intervenções da família na sua escolha de educação e cuidado da criança. As acusações da família, nesses casos, são de negligência materna, devido ao fato de ela seguir as proposições do grupo de que, em casos de doenças dos filhos, os tratamentos sejam inicialmente caseiros. A regra imposta pelo grupo é de só levar ao médico especializado quando for algo realmente grave, por exemplo, uma febre que perdure mais de 48 horas. Esses conhecimentos são passados entre as integrantes do grupo, sendo que, no próprio grupo, existem médicas, psicólogas, advogadas, etc. Então, quando algum membro relata uma situação de dificuldade, prontamente é auxiliado sobre a forma de proceder, e muitas vezes é indicado que se recorra a uma pediatra, no caso de doença em que a febre persiste por mais de dois dias, por exemplo.

Na experiência dessas mães, que deveria ser de afeto e cuidado, as famílias competem pelos cuidados das crianças, ao invés de apoiá-las em suas decisões, e isso se agrava se forem mães solteiras. Outra componente do grupo, Maria, disse:

Minha criação foi bastante tradicional, por isso, recém tive contato com essas práticas, mas percebo que pela falta de dinheiro e por ter que morar com minha mãe, mesmo sendo casada, não consigo ter autonomia em relação aos meus filhos. Vivo com depressão desde o nascimento do meu primeiro filho, pois não foi planejado e eu tive uma criação bastante ortodoxa e religiosa. (Maria, participante do grupo, 2017).

Ela relatou que, num dos empregos que conseguira, sua chefe perguntou: “Tu não vai engravidar de novo, vai?”. Maria ficou apenas um mês no emprego e atualmente está desempregada, cursa faculdade de Direito e perdeu sua bolsa, pois não conseguiu cumprir os requisitos necessários para a permanência na universidade (privada, no caso). Toda essa atmosfera a deixa deprimida, o que a fez optar por fazer uso de medicamentos antidepressivos e, por isso, não se considerava totalmente contra os alopáticos. Ela via necessidade de tomar o remédio, pois seu círculo de amizades também havia decrescido e se sentia mais acolhida no grupo da internet, uma vez que ali percebia não ser tão só, já que havia outras mulheres com os mesmos problemas e questões cotidianas.

Assim como ela, Lana, bióloga, engravidou da primeira filha e, após dois anos, engravidou da segunda filha. Ela se casou, e a família foi morar noutra cidade. Ela queria, na época da entrevista, contar como se parecia com a pesquisadora mãe. O que ela queria dizer é que, apesar de ter um marido e a autora ser mãe solo, sentiam as mesmas coisas:

Me sinto sozinha, estamos há cinco meses no Paraná e não tenho amigos, também sinto vontade de trabalhar, mas não gostaria de terceirizar a educação das crianças. O marido me ajuda em tudo e ainda bem que ele ganha bem! Minha família me julga muito, dizem que eu fiz como a minha mãe, por ter engravidado logo em seguida e que agora eles precisam me ajudar e ficar viajando até a cidade que moramos. Viu, somos parecidas, nos cobram para sermos as mães perfeitas, criar filhos perfeitos, dentro de padrões perfeitos! (Lana, participante, 2017).

No caso de Lana, a participação no grupo a aproximou das pesquisadoras e, ao saber da pesquisa, ela entrou em contato. Foi perguntado a ela se seu relato poderia ser usado e ela disse que sim, ainda se oferecendo para tornar-se uma rede de apoio da primeira autora. Utilizou-se sua entrevista porque existe esse apoio entre as mães; no caso, ao desabafarem ou contarem suas histórias no grupo, acabam se tornando amigas no Facebook e depois conversam entre si no bate-papo¹⁰⁷. A maioria das entrevistadas pelo bate-papo relatou a *solidão* como o maior problema da maternagem, pois existe esse silenciamento dos problemas que ocorrem na criação dos filhos, como se a mãe realmente não pudesse falar sobre seus sentimentos, dores, angústias, irritações, falta de sono, cansaço, dentre outras coisas. Essa solidão materna centra-se numa certa proibição social em demonstrar emoções negativas em relação à sua escolha em ser mãe, ao filho ou à sua condição enquanto pessoa além da criança. As mulheres entrevistadas demonstraram compreender essa situação muito bem e todas sentiam-se dessa forma em relação a estar triste, deprimida ou simplesmente cansada.

É como se fosse um segredo entre as mulheres e que todas o soubessem, mas fosse proibido falar sobre isso. Hoje, o que se pode notar é que a internet permitiu que as mulheres tivessem espaço para reclamar e desabafar sobre seus problemas familiares umas com as outras, o que parece importante em relação ao empoderamento feminino, pois as próximas gerações terão acesso a esse tipo de conhecimento sobre a realidade da maternidade. Os sofrimentos são vários, afinal: problemas conjugais com parceiros, falta de tempo

para si, falta de apoio com os cuidados da criança ou da casa, falta de lugares de sociabilidade onde sejam aceitas mães com filhos, escassez e privação de sono, culpa por qualquer coisa que *dê errado* com seu filho. Sem dúvida, são muitas as queixas que requerem um espaço de troca e amparo, principalmente devido à demanda de trabalho despendida com a criação de crianças. É como se as mães, ou cuidadoras, necessitassem de alguém que as maternasse em relação a essas questões, como na frase: “quem cuida precisa de cuidados”.

Um relato que se destacou é o de uma brasileira, que teve sua gestação no Brasil e emigrou para a Suécia, país de origem do seu marido. Ela contou que, na Suécia, não conhecia ninguém, cuidava exclusivamente da filha até a criança ter um ano e quatro meses, em casa, com o marido, e também só tinha relações sociais — além da família, marido e filha — por meio da internet. Assim, além da solidão, já considerada normal na maternidade, ainda estava num país diferente do seu, onde não falava a língua local e não tinha um trabalho ou um vínculo de sociabilidade fora do mundo *on-line*.

Outro aspecto silenciado e pouco discutido que as mulheres mais relatam não ter com quem ou não poder conversar é sobre o desejo, os relacionamentos, especificamente as relações sexuais durante a gravidez. No caso das gestantes, é um tabu ainda maior, sendo mais difícil conversar sobre o assunto com médicos, enfermeiras, família, etc. Uma das participantes pede ajuda para o grupo:

¹⁰⁷ Ferramenta disponibilizada pelo Facebook para que os integrantes conversem de modo privado; pode ser utilizada entre dois ou mais participantes.

Gurias, uma perguntinha íntima e direta hehehehehe... (carinha piscando) Estou grávida, 32 semanas de gêmeas, semana passada tive um início de trabalho de parto com contrações e estou com 1,5 de dilatação...conseguimos inibir to em casa e de repouso... massssto com uma vontade doida do meu marido (carinha sorrindo) Ontem ele saiu do banho e veio se secar no quarto e eu tive que rezar e olhar pro outro lado pra não agarrar ele... heheheheh. O médico não disse se eu posso ou não transar, fiquei na dúvida (nem que seja de levinho, com jeitinho... heheheheh) alguém me dá uma luz... por favor. (Participante, 2017).

O grupo serve, então, para essa troca de experiências (ou conselhos) e, na ausência de alguém que *materne* essa mãe num período tão delicado da vida da mulher, umas maternam as outras, principalmente angariando um amparo psíquico e emocional.

A solidão dessa fase é também cercada de tabus culturais e rica em simbolismos, como nos ensina a literatura antropológica. Por mais mudanças e avanços tecnológicos no que diz respeito à gravidez e à maternidade, ainda se percebe que a gravidez, o parto e o pós-parto são momentos ricos de significação e que podem suscitar conselhos, estratégias e percepções das mais variadas, desde as noções de pureza/impureza sobre o parto e a menstruação, até sobre as qualidades nutritivas e benéficas de se comer a placenta (assunto comentado recentemente por Bela Gil em programa de entrevistas de uma das principais redes de TV aberta do Brasil). Rodrigues (1979, p.85) aponta que, em muitas sociedades, “o parto requer uma atitude especial”, pois coloca as mulheres em estado de impureza. Para o autor:



A exemplo da menstruação, a gravidez é também, quase sempre, objeto de atitude ritual. Em Bali por exemplo, menstruação e gravidez são cerimonialmente desqualificantes: as mulheres grávidas ou puérperas não podem entrar no templo de alguns deuses, nem chegar perto de um sacerdote. (Rodrigues, 1979, p.86).



O autor remete ao fato de que a mulher, nessa situação, é vista como um ser ambíguo, dual, que é um e dois ao mesmo tempo, que gera uma nova vida, que será um novo ser no mundo e que vai, de algum modo, mudar a ordem social com o surgimento de uma nova pessoa para o convívio social. Por isso, esse momento é cercado de simbolismos, e cada sociedade cercará a gravidez e o parto de inúmeras regras, tabus, significados etc.: lembrando que, nesse caso, não é só o corpo feminino que está relacionado a essa dualidade, mas também o parto e o nascimento, o que envolve o surgimento de um novo corpo na sociedade. Rodrigues ainda trata sobre a construção de nossas capacidades e estrutura emocional constituídas em sociedade desde o momento da infância e, por isso, fica claro o motivo de alguns silenciamentos e tabus construídos e reforçados também no âmbito da socialização dos indivíduos:



Dentre as capacidades fisiológicas relativamente bem desenvolvidas em crianças de pequena idade está incluída a de reação orgânica àquilo que poderíamos chamar de “estímulos emocionais”. O fato social que deixa este ponto relativamente claro é o de que no treinamento e educação de

crianças, desde as mais tenras idades, a punição e a recompensa constituem importantes instrumentos: violência ou prêmio físicos, sentimento de segurança ou de medo, afeto ou negação de afeto. E parece que tudo o que diz respeito ao corpo está, de uma ou de outra maneira, envolvido em emoções. (Rodrigues, 1979, p.121).



A reflexão de Rodrigues aponta na direção de uma educação a partir de estímulos, recompensas ou punições emocionais, o que envolve certamente uma socialização das emoções. Estamos sempre sendo ensinados sobre o que devemos sentir, como devemos nos expressar, para quem e em que condições, que tipo de emoções, e em quais situações elas podem ser manifestadas. Na nossa sociedade, não é aceito que as mães reclamem dos efeitos da maternidade, pouco se fala socialmente sobre os problemas de falta de sono, do quanto dói o seio nas primeiras amamentações, das febres, dos choros, das cólicas e dos problemas físicos e emocionais que a mãe pode sofrer após o parto.

Apesar de o autor apontar para o fato de que as nossas emoções passam por um processo de socialização no qual aprendemos onde, como, em que circunstâncias, com que intensidade e de que forma podemos expressar nossas emoções, observou-se que o grupo pesquisado cria um espaço virtual no qual todo um conjunto de sentimentos e emoções – que não seriam socialmente permitidos, bem aceitos ou bem vistos – ali encontra abrigo e acolhida, podendo ser revelados, expostos e compartilhados. Os mais variados sentimentos e situações são expressos no grupo sem censura ou

críticas desqualificantes ou agressivas. É esse aspecto que considerou-se central nesta pesquisa e que gera a especificidade do grupo em questão: a forma como as mulheres se sentem livres para expressar questões sobre o corpo e experiências emocionais através da internet.

Entretanto, não se pode esquecer que o foco do grupo é a maternidade e que, de um modo ou de outro, todas que estão ali optaram pela maternidade, consciente ou inconscientemente. Elas estão no grupo para compartilhar o apoio mútuo, para justamente dar continuidade ao processo de criar seus filhos. Então, direta ou indiretamente, todas sofrem efeitos de um processo que Dagmar Meyer (2005) denomina “politização da maternidade”, o que não se trata apenas de mais uma categoria teórica, mas de um período ao qual estão submetidas:



Passei a usar a noção de “politização do feminino e da maternidade” inspirada por Marilyn Yalom (1997). Ela se refere à “politização do seio feminino” para descrever a emergência de um processo que, na confluência de três movimentos sociais distintos e não coincidentes no tempo (a urbanização; a instauração e o fortalecimento do sistema capitalista de produção; e a formação e consolidação dos estados nacionais que perpassam a Europa dos séculos XVII, XVIII, XIX), incorporou e posicionou a mulher como mãe, no centro das “políticas de gestão da vida” nas sociedades ocidentais modernas. (Meyer, 2005, p. 82, grifos das autoras).



Sendo assim, ao centrarem suas vidas na maternidade e no cuidado com os filhos, essas mulheres incorporam a posição de mulheres-mães das “políticas de gestão da vida”, das sociedades ocidentais modernas.

Por fim, é importante destacar que a formação do grupo ocorre em um contexto de “multiplicação de sujeitos de direito e maternidade” (Meyer, 2005, p. 93). Num cenário de conflitos e jogos de poder no campo político é que ocorre o enfrentamento com as noções e os legalismos predeterminados sobre as questões referentes à mulher, como direitos sexuais e reprodutivos, direitos relacionados ao feto etc. De certo modo, o grupo se insere em uma conjuntura de lutas específicas por direitos e é um pouco efeito desse momento social e político em que se combatem os modelos ideais de beleza, sexualidade e, nesse caso, de maternidade. Nesse espaço, mesmo que em um grupo virtual e fechado, um número significativo de mulheres jovens compartilha suas aflições e se fortalece mutuamente para a manutenção das suas convicções e escolhas de como maternar.

No grupo, um dos assuntos mais discutidos é o parto humanizado e natural. Por nem sempre conhecerem seus direitos como mães, muitas mulheres ficam à mercê da decisão médica ou de procedimentos invasivos e desnecessários. Face ao desconhecimento de muitas sobre seus direitos, a possibilidade de escolha da mulher é violada e, por isso, percebe-se a maior discussão sobre o empoderamento da mulher ser tão necessário, segundo as informantes.

Ou seja, essas mulheres percebem que os padrões instaurados e instituídos podem ser questionados, quer sejam eles legalmente aceitos ou mesmo socialmente creditados pelo senso comum, como no caso da exaltação da mater-

nidade como sendo um momento maravilhoso e de êxtase. Então, as criadoras do grupo estão cientes das mazelas que as cercam, de seus direitos em relação ao parto, da violência obstétrica que pode ser evitada e que não deve ocorrer, dos direitos trabalhistas em relação ao aleitamento do lactente etc. Por isso, o grupo permite que os direitos femininos e das crianças estejam acessíveis na forma de conhecimento para outras mulheres, bem como as encoraja na ratificação das suas escolhas, nem sempre respaldadas no meio social ou familiar que as cerca.

Então, de algum modo, o grupo fornece um apoio, um amparo e uma acolhida que muitas das mães não conseguem obter na vida real. Braga (2011) coloca que, além do aspecto da sociabilidade, também há uma importante reconfiguração da amizade na era das redes sociais:



Nas redes sociais, a mediação por excelência é a amizade. Nelas, colecionamos, adicionamos “amigos”. As qualidades desses amigos é serem “cool” (legal, boa praça) e “trusty” (confiável). No Facebook, você registra sua passagem “curtindo” o que foi visto. Interessante ressaltar aqui a vinculação desses ambientes com as dinâmicas de sociabilidade, de relação entre pares, análogas a uma relação de amizade. (Braga, 2011, p. 102).



Assim sendo, é possível observar que o grupo cria esse espaço no qual é permitido compartilhar problemas, angústias, experiências e, acima de tudo, criar cumplicidades e afetos. Isso porque todas ali estão vivenciando ou já vivenciaram aquela experiência. Trata-se quase de um grupo de autoaju-

da virtual, no qual muitas vezes se criam laços reais, experiências verdadeiras e interações importantes para a vida cotidiana no espaço virtual, extrapolando-as para a realidade.

Conclusão

Pode-se perceber que a internet e a rede social Facebook são um espaço no qual se torna mais democrática e visível a fala feminina em relação às suas próprias emoções e no qual há possibilidade de identificação entre pares na maternidade, período em que há o predomínio da solidão entre essas mulheres. A romantização da criação e do cuidado das crianças produz um silenciamento de emoções como tristeza, angústia, raiva, ódio, confusão, dúvida e todos aqueles sentimentos que podem colocar em xeque os padrões idealizados pela sociedade para a mulher-mãe.

A construção social desse papel idealizado da mãe não é um evento recente, e essas mulheres também se dão conta disso, especialmente por meio da rede social e dos textos e falas publicados na comunidade sobre maternidade. Por isso, o foco deste trabalho foi aquilo que não pode ser dito na família, entre pessoas próximas, especialmente as reclamações e queixas em relação às dificuldades enfrentadas nesse processo de *aprender a ser mãe*. Afinal, ninguém nasce sabendo como ser mãe; é algo que só se pode aprender na prática e com experiência. O silêncio da sociedade em torno das dificuldades desses primeiros meses é incrivelmente forte.

A maternidade é tratada como um paraíso, um momento especial de realização da mulher que, ao tornar-se mãe, cumpre seu mais sublime papel de gerar uma nova vida. Eventualmente, fala-se das dificuldades desses primei-

ros dias e que a vida muda completamente — mas termina aí o que é socialmente permitido falar sobre o assunto. Nesse sentido, o grupo só existe, de fato, pois se observa uma interdição social e um grande impedimento em relação às mulheres-mães de terem sofrimentos, dificuldades, falta de sono, irritação e desejos para além da criança e da maternidade em si. As mulheres-mães puérperas *não podem ser/ficar impacientes, cansadas, bravas, tristes* — de um modo geral, a nossa sociedade silencia sobre os problemas e dificuldades dessa fase —, o que as impede de expressar qualquer outro sentimento negativo frente à experiência de ser mãe junto às pessoas próximas.

O grupo estudado funciona como uma espécie de comunidade igualitária, em que todas passaram pela experiência da gravidez e maternidade e compartilham dores, angústias e sofrimentos, tendo acolhimento e afeto virtual na falta do afeto real de um companheiro e de suas famílias.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A.; NATAL, G.; VIANA, L. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Sessões do Imaginário- Cinema | Cibercultura | Tecnologias da Imagem**, Porto Alegre, v. 13, n. 20, p.34-40, 2008.

AMARAL, A. Autonetnografia e inserção online: o papel do pesquisador-insider nas práticas comunicacionais das subculturas da Web. **Fronteiras – estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 11, n. 1, p.14-24, 30 2009. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.4013/fem.2009111.02>.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRAGA, A. De Simmel aos weblogs: cultura feminina na internet. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29, 2005, São Leopoldo. **Anais...** São

Leopoldo: ANPOCS, 2005.p.1-26. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-29-encontro/gt-25/gt09-15/3696-abraga-de-simmel/file>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

BRAGA, A. Sociabilidades digitais e a reconfiguração das relações sociais. **Desigualdade & Diversidade: Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 9, p.95-104, 2011.

BRAGA, A. (Org.). **CMC, Identidades e gênero**: teoria e método. Covilhã (Portugal): Universidade da Beira Interior, 2005.

CARNEIRO, R. Feminismos e maternidades: (des)encontros e (re)significados. Subjetividades maternas e feministas em questão. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2001, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2001. p.1-14.

FONSECA, C. Algumas reflexões antropológicas sobre a maternidade hospitalar francesa. In: FLEISCHER, S.; TORNQUIST, C. S.; MEDEIROS, B. F. (Orgs.). **Saber cuidar, saber contar**: ensaios de Antropologia e a saúde popular. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2010. p. 237-278.

FORNA, A. **Mãe de todos os mitos**: como a sociedade modela e reprime as mães. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MÁXIMO, M. E. et al. A etnografia como método: vigilância semântica e metodológica nas pesquisas no ciberespaço. In: MALDONADO, A. E. et al (Orgs.). **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio do Sul: Unidavi; Natal: UFRN, 2012. p.293-319.

MEYER, D. E. E. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. **Gênero**, Niterói, v. 6, n. 1, p.81-104, 2005.

MILLER, D.; SLATER, D. Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 10, n. 21, p.41-65, 2004. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832004000100003>.

RAMOS, J. S. Subjetivação e poder no ciberespaço: Da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais. **Vivência: Revista de Antropologia**, Natal, v. 1, n. 45, p.57-76, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufm.br/vivencia/article/view/8251/5921>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

RODRIGUES, J. C. **Tabu do corpo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

SIQUEIRA, P. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo**, São Paulo: USP, v. 13, n. 13, p.155-161, 2005. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161>.

SCAVONE, L. **Dar a vida e cuidar da vida**: feminismo e ciências sociais. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

TORNQUIST, C. S. Armadilhas da Nova Era: natureza e maternidade no ideário da humanização do parto. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p.483-492, 2002. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000200016>.

VELHO, G. **Individualismo e cultura**. 2ª. ed. São Paulo: Zahar, 1981.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

apresentação do projeto “Basta: não irão nos calar” da CONTRAF-CUT¹⁰⁸

Carilo Marzari Machado¹⁰⁹

No dia primeiro de dezembro de 2021, participei da reunião do sistema diretivo da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Ramo Financeiro do Rio Grande do Sul (Fetrafi-RS), entidade que congrega 39 sindicatos federados do estado. Nessa reunião, que ocorre semestralmente, estavam presentes quase 80 representantes sindicais de todo o estado, e tinha como uma das pautas a apresentação do projeto “Basta: não irão nos calar”, encampado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT (CONTRAF-CUT).

O projeto consiste em assessoria técnica para que as entidades sindicais filiadas à CONTRAF-CUT possam implantar canais de atendimento jurídico especializado para mulheres em situação de violência doméstica e/ou familiar. O projeto prevê escuta humanizada e acolhedora; avaliação

de risco e necessidade de medidas protetivas de urgência, abrigo e serviços médicos; encaminhamento para os serviços públicos para oferta de atendimento multidisciplinar; demais ações jurídicas, como divórcio, guarda, dano moral; medidas da Convenção coletiva do trabalho (CCT); e acompanhamento.

O projeto foi apresentado por duas colegas e representantes da CONTRAF-CUT, que enfatizaram que em momento algum o projeto tem por objetivo a substituição dos canais estatais e das medidas oficiais de combate à violência doméstica e/ou familiar. Isso demonstra a importância de toda a rede que se organiza em prol do combate e prevenção à violência sofrida sobretudo pelas mulheres no ambiente doméstico, mas principalmente a essencialidade de um acolhimento humanizado e acolhedor por meio de pessoas treinadas. Essa rede é formada por atores e entidades do estado, mas fundamentalmente da sociedade civil organizada, como ONGs, projetos, partidos políticos e também sindicatos.

¹⁰⁸ Relato de experiência escrito como avaliação do módulo IV – Violências, ação coletiva e políticas de reparação e reconhecimento em direitos humanos – do Curso de capacitação para o combate a violências relacionadas a gênero, raça/etnia e sexualidade, realizado no mês de dezembro de 2021.

¹⁰⁹ Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na mesma instituição.

Figura 1 – Logo do projeto “Basta! Não irão nos calar”



Fonte: apresentação CONTRAF-CUT

É nessa perspectiva que se insere o projeto “Basta! Não irão nos calar”, em um processo de colaboração entre os agentes públicos e estatais e as organizações privadas da sociedade civil, como os organismos que compõem o movimento sindical bancário de todo o país. Ele foi pensado para adequar-se às estruturas existentes em cada base sindical com as políticas públicas desenvolvidas de combate à violência doméstica e familiar na respectiva base territorial.

O projeto é composto por cinco fases, que permitem a customização para atender a diferentes realidades dos sindicatos e federações: definição do modelo do canal – porta de entrada da demanda, horário de atendimento, quem realizará o atendimento (dirigentes, advogados da estrutura interna

ou advogados parceiros); elaboração de fluxo, protocolos de atendimento e segurança – articulação entre atendimento humanizado, medidas protetivas, medidas da CCT, encaminhamentos; formação da equipe que atuará no canal, com carga horária mínima de 30 horas; articulação com a rede de atendimento à violência – mapeamento dos serviços públicos que compõem a rede e articulação com estes equipamentos; acompanhamento dos primeiros atendimentos, para orientação técnica e ajustes dos protocolos.

Como pode ser visto, o projeto tem a preocupação em treinar e capacitar uma equipe dentro das bases sindicais para desenvolver este trabalho de acolhimento e direcionamento para as ações oficiais do estado, tendo em vista que em hipótese alguma as ações do projeto têm por objetivo substituir as responsabilidades estatais.

Uma questão que suscita esse projeto é pensar quem são as vítimas de violência doméstica. O senso comum pode acreditar que as mulheres afetadas pela violência doméstica são apenas as que estão em vulnerabilidade social e em condições socioeconômicas mais desfavorecidas. Contudo, a implantação do projeto na cidade de São Paulo tem mostrado para o movimento sindical bancário a ocorrência de muitos casos de violência entre as bancárias, que pela sua condição socioeconômica estariam retiradas, pelo senso comum, do rol de vítimas de tal violência.

Para a ciência especializada, a “vítima” é uma categoria – no sentido socioantropológico – em processo de transformação. Como categoria, não é dada como algo fixo, mas sim que está em constante construção. Neste terreno fértil, composto e complexo das relações sociais, em que o sofrimento está associado a alguma forma de dano a indivíduos

ou grupos, “a construção da pessoa como vítima no mundo contemporâneo é pensada como uma forma de conferir reconhecimento social ao sofrimento, circunscrevendo-lhe e dando-lhe inteligibilidade” (SARTI, 2011, p.54).

Além disso, outra questão que me levou a participar ativamente da reunião foi interrogar-me de quem é a responsabilidade de acolher, combater e discutir sobre as violências doméstica e familiar perpetradas contra as mulheres? Em um grupo de quase 80 dirigentes sindicais, tranquilamente mais da metade formada por homens com longa atuação e envolvimento no movimento sindical bancário do Rio Grande do Sul, após a apresentação do projeto, muitos participantes da reunião pediram a palavra para debater, elogiar e discutir a proposta. Todas elas do sexo feminino.

O silêncio dos homens, aqueles que sempre tem uma opinião formada sobre todo e qualquer assunto que se debate no sindicalismo, era constrangedor. Isso me fez pensar que esses homens não se incluíam na discussão, seja por acharem que não tem propriedade para dialogar sobre o assunto, ou até mesmo por acharem que não era assunto para homem discutir — ou pior ainda, que eles não têm nada a ver com a situação de violência e acolhimento às mulheres vítimas.

Diante daquele incômodo causado por quase uma dezena de falas de mulheres dialogando com as expositoras do projeto, eu solicitei a palavra. Com a voz meio embaraçada afirmei me causar muito constrangimento que diante de um assunto tão urgente e tão necessário de se discutir, todos os homens que participavam da reunião estivessem em silêncio. Como se o assunto fosse apenas “coisa de mulher”, ou que nós, homens, não nos sentíamos parte desse problema

social tão grave que é a violência contra as mulheres. Parecia que nós, homens, nossos amigos de futebol, de bar, e de banco, não éramos os grandes responsáveis por tais situações de violência. Deveríamos nos olhar todos os dias no espelho e refletir sobre toda essa situação e o quanto contribuímos diariamente para a perpetuação destas violências em todos os espaços que frequentamos.

Mesmo diante da minha fala, que foi agradecida por algumas dirigentes sindicais, nenhum dos outros homens se pronunciou sobre o debate que estava posto. Isto me faz crer que tal qual a categoria da vítima é construída socialmente, a categoria do algoz, ou do responsável por tal violência também o é, bem como de quem tem responsabilidade na luta pela transformação de tal situação social.

Pode-se destacar a definição de “vítima” apresentada por Cynthia Sarti (2011, p. 58), em que a violência é compreendida como relacional e contextual: “a análise da construção da vítima supõe necessariamente o agressor e o contexto da violência, que permitem entender a lógica a partir da qual ela se manifesta e é qualificada como tal”. Para a autora, as reflexões sobre a violência deveriam ser constituídas na inter-relação entre três sujeitos, formando um triângulo, a saber: o protagonista da violência (o agressor), a vítima e a coletividade concernida.

A partir do caso relatado, pode-se depreender que, para além da violência objetiva sofrida pelas mulheres, o “silêncio” de quase todos os homens no contexto de discussão de um projeto que prevê o combate a violência é mais uma forma de violência simbólica sofrida pelas mulheres. Pela definição de Cynthia Sarti (2011), as relações de violência são

construídas na inter-relação entre o agressor, a vítima e a coletividade concernida. Se essa coletividade não se posicionar ao lado do combate de tal violência, ela pode estar potencializando ou replicando a violência perpetrada pelo agressor.

REFERÊNCIAS

SARTI, C. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH** (Salvador), vol. 24, nº 61. 2011.

DIAGNÓSTICO SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE ENTRE AS EMPREGADAS DA EMATER-RS/ASCAR

Uma iniciativa do GT Gênero e Diversidade da ASAE (Associação dos Servidores da ASCAR/EMATER) pela equidade nas relações interpessoais de trabalho

Luíze Silva de Mello¹¹⁰

A prática profissional da extensão rural consiste, desde os primórdios de sua consolidação, na apreensão de técnicas que reduzam a penosidade do trabalho agropecuário, promovam integração e organização de comunidades rurais, bem como aumentem a produtividade no campo. No Rio Grande do Sul, a ASCAR — Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural —, fundada em 2 de junho de 1955, deu origem à EMATER/RS-ASCAR, associação civil de direito privado sem fins lucrativos que presta serviço ao Estado e executa os projetos governamentais de extensão rural.

¹¹⁰ Formada em Ciências Sociais pela UFRGS – 2010. Exerce o cargo de Extensionista Rural Social I – Socióloga na EMATER/RS – ASCAR desde 2014.

A organização das atribuições dos cargos nas origens da EMATER/RS-ASCAR¹¹¹ mantém a divisão sexual do trabalho do contexto de sua formação, nos anos 50¹¹². Desde o início, a extensão rural dividiu suas áreas entre *social*¹¹³ e *produtiva*. Coube à área social o trabalho de apoio à reprodução e o cuidado das tarefas domésticas das famílias rurais. Essas vagas eram exclusivamente reservadas às mulheres solteiras. Cabe ressaltar que no início era proibida a participação de mulheres casadas e até que se casassem durante a carreira. Essa estrutura foi reproduzida não apenas no Rio Grande do Sul, mas nas demais empresas de extensão rural de diversos estados brasileiros. Os profissionais contratados para a área produtiva eram homens de ensino técnico ou superior voltados à área agropecuária.

Com o passar dos anos, ocorreram mudanças como, por exemplo, a consideração da produtividade do trabalho social e o valor do trabalho reprodutivo no ambiente doméstico. Atualmente as áreas de atuação estão nomeadas de maneira diferente, como áreas “técnica social” e “técnica agropecuária”. Outra mudança foi a seleção e emprego de homens para atuação na área técnica social e de mulheres para a área técnica agropecuária, tornando as duas áreas mistas, mesmo que ainda predomine a divisão sexual realizada do início da EMATER/RS-ASCAR.

¹¹¹ EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) / ASCAR (Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural) fundada em 2 de junho e 1955.

¹¹² Para maiores informações sobre o contexto de fundação da extensão no Brasil sobre a formação da EMATER/RS – ASCAR ver: CAPORAL, Francisco Roberto. A Extensão e os Limites à Prática dos Extensionistas do Serviço Público. Dissertação de Mestrado. Prêmio SOBER – Santa Maria, UFSM, 1991.

¹¹³ Outrora denominada “área de bem-estar social – BES”

Sabe-se que as mudanças normalmente resultam da participação e da representação de trabalhadores e trabalhadoras, da escuta de suas demandas na busca perseverante por direitos e da necessidade de adequar-se ao contexto sócio-histórico. A EMATER/RS-ASCAR incentiva e colabora para a participação nas associações e sindicatos que representam sua força de trabalho.

A ASAE¹¹⁴ (Associação dos Servidores da ASCAR/EMATER) mantém-se empenhada em representar os servidores e as servidoras, bem como atua para reconhecimento das demandas na busca por direitos. Organiza-se em Grupos de Trabalho (GT) para pesquisar causas específicas, como, por exemplo, o GT Gênero e Diversidade, que em 2021 desenvolveu o “*Diagnóstico Para Reconhecimento das Questões Raciais e de Gênero entre as Empregadas da EMATER/RS - ASCAR*”. O diagnóstico consistiu em um questionário aplicado através de um formulário digital, com cerca de 60 questões fechadas e 8 questões abertas, aplicado em junho de 2021, compartilhado por meios digitais, como e-mail e mensagens instantâneas, com empregadas em exercício e aposentadas, associadas ou não da ASAE. Os resultados desse diagnóstico têm sido apresentados para a força de trabalho da empresa em *lives* e publicações na página da ASAE, com a utilização de textos e charges, divididos por temáticas trabalhadas pelo GT.

¹¹⁴ ASAE - criada em 1º de setembro de 1984.

Apesar de reconhecer os avanços obtidos por essas mudanças, o GT identificou a necessidade de trabalhar questões relativas a gênero e diversidade. A divisão sexual no trabalho verificada na organização do trabalho rural brasileiro¹¹⁵ em propriedades da agropecuária familiar mantém as mulheres como responsáveis pelo trabalho doméstico e pelos cuidados familiares. Por exemplo, na região central do Rio Grande do Sul, as mulheres rurais de descendência italiana, segundo ZANINI e KLATT 2021, executam em seu cotidiano, durante décadas, as atividades relacionadas à reprodução familiar e mantém suas produções no ambiente privado, salvo exceções — são exemplo dos estereótipos de gênero empregados nas culturas rurais do estado. Da mesma maneira, o trabalho da área técnica social é geralmente direcionado para as mulheres e, atualmente, ainda é realizado majoritariamente por mulheres, reproduzindo a divisão sexual do trabalho rural dos primórdios da extensão.

Através do diagnóstico das questões relativas a gênero e diversidade, foi possível traçar um perfil das empregadas da EMATER-RS/ASCAR. A participação no diagnóstico correspondeu a 43% do total das empregadas ativas na empresa (participaram da pesquisa 344 empregadas, do total de 788). A partir dos dados coletados pode-se dizer que, em sua maioria, elas são mulheres de idade entre 30 e 60 anos, casadas e com 2 filhos. Em relação à escolaridade, 88,4% das participantes têm ensino superior completo e pós-graduação e 41,4% possui formação superior ao nível exigido para seu

¹¹⁵ Os aspectos da divisão sexual do trabalho no Brasil, de forma geral (urbano e rural) desde os anos 80 até os dias atuais foram observados a partir das reflexões de BRUSCHINI 1998, MARCONDES 2013 e SALVARO; GALVANI; MARIANO 2016.

cargo de atuação. Todas têm pelo menos 6 anos de trabalhos prestados, mas a maioria tem entre 12 e 31 anos de experiência de trabalho na EMATER. Em relação à associação, 80% das participantes são sócias da ASAE. Dentre as participantes, há um recorte étnico-racial que revela desequilíbrio da representatividade étnica pelo pequeno número de mulheres negras entre as trabalhadoras, pois 93% delas se autodeclararam brancas.

Foi constatado através da participação que, dentre a amostra de trabalhadoras, 43,2% é com frequência designada para trabalhos e atividades secundárias e que não correspondem com suas atribuições. A maioria das participantes (53,3%) não ocupa cargo em comissão ou função gratificada. Dentre as participantes, 64,8% sofreram assédio moral/sexual enquanto realizavam atividades laborais. Apesar dos relatos de assédio, tanto nas questões fechadas como em respostas abertas, 71,5% das participantes não integra nenhum movimento social que lute pela garantia de equidade de gênero.

Antes da iniciativa do diagnóstico pelo GT Gênero e Diversidade da ASAE, outro GT dedicado a identificar as situações de assédio (GT Assédio – AESR – Associação das Extensionistas Sociais Rurais) já tinha constatado a necessidade de ações para o combate dessa má conduta. Outras iniciativas no sentido de reconhecer e combater desigualdades sofridas pelas mulheres também foram desenvolvidas pela própria EMATER, na intenção de dar orientação e suporte à equipe técnica para qualificar a assistência às mulheres rurais, tais como cursos e eventos alusivos às datas que fazem menção às conquistas de direitos das mulheres (como o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março e o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, em 25 de novembro).

Nesse contexto, pode-se afirmar que o GT Gênero e Diversidade foi pioneiro em utilizar o termo Gênero¹¹⁶ dentro da EMATER/RS - ASCAR. A adoção deste conceito pelo grupo no momento da realização do diagnóstico gerou indagações por parte da equipe se “o diagnóstico era direcionado à constatação de diferentes orientações sexuais ou identificações de gênero entre os(as) empregados(as)”. Essas indagações foram ponto de partida para dialogar com colegas, esclarecendo as distorções outrora preconcebidas ao conceito de gênero e recorrentes no senso comum, tal como as ideias relativas a uma suposta “ideologia de gênero”.

Algumas participantes, ao preencherem o formulário, expressaram contrariedade ou até mesmo insatisfação com a existência de uma pesquisa “de gênero”. Nos pontos de vista expressados nas questões abertas sobre a iniciativa, menos de 1% delas argumentou que não percebe diferença de tratamento dado às empregadas mulheres e que uma pesquisa deste tipo pode gerar divisões indesejáveis entre os sexos nas relações de trabalho. Tal posicionamento nos revela que iniciativas relacionadas a gênero podem gerar um desconforto, principalmente para mulheres que reproduzem um pensamento conservador.

A partir dos dados gerados pelo diagnóstico, sabe-se que 66,2% das empregadas percebeu falta de reconhecimento/visibilidade do trabalho que realiza e que para elas o seu pertencimento ao gênero feminino pode estar relacionado a isso. A maioria das respostas parabenizaram a realização do diagnóstico e deram depoimentos sobre a importância e a relevância da pesquisa para sua experiência profissional.

¹¹⁶CARVALHO, 2011 aborda a natureza teórica, mapeando as polêmicas e os principais autores, aproximando os leitores do debate atual sobre o conceito de gênero.

A adoção do conceito de gênero foi indispensável para reconhecimento das desvantagens da relação de dominação-exploração sobre homens e mulheres na EMATER/RS - ASCAR. No diagnóstico, quando as questões abordaram a temática do assédio, muitas colegas informaram que não fizeram uma denúncia formal pois tinham medo. Esse dado levou o grupo a reflexões sobre como se poderia encaminhar ações de combate à discriminação e ao assédio. Constatou-se que se deve não somente encontrar maneiras facilitar as denúncias dos casos de assédio sem exposição das vítimas, mas também promover medidas de educação, com impacto na cultura e na economia moral da empresa, para que agressores se sintam constrangidos e passem a evitar más condutas.

Dessa forma, a busca pela equidade de gênero pode também incluir os colegas homens participantes do GT, reconhecendo que a motivação do diagnóstico não é iniciar nem fomentar a “guerra dos sexos”, e sim reduzir os danos que podem ser consequência das expectativas dos papéis de gênero nas equipes. Ou seja, convidar à participação os colegas pela via do conhecimento das desvantagens que podem afetar o relacionamento interpessoal de trabalho, como por exemplo em como a separação entre atividades masculinas e femininas pode limitar o desempenho pelo gênero e não pela avaliação das habilidades e conhecimentos técnicos de cada pessoa. Nesse sentido, entende-se que:



[...] Uma vez que todas as instituições utilizam alguma divisão de trabalho, uma vez que as estruturas de muitas instituições se apoiam na divisão sexual do trabalho (mesmo que tais divisões excluam um ou outro sexo), uma vez que referências ao corpo com frequência legitimam as formas que as instituições assumem, gênero é, de fato, um aspecto geral da organização social. E pode ser encontrado em muitos lugares, já que os significados da diferença sexual são invocados e disputados como parte de muitos tipos de lutas pelo poder. O saber social e cultural a respeito da diferença sexual é, portanto, produzido no decorrer da maior parte dos eventos e processos estudados como história (SCOTT, 1994, p. 19-20).



A separação entre tarefas de homem e tarefas de mulher, que fazia parte da primeira forma como era organizado o trabalho na EMATER-RS, já foi superada nas normativas das atribuições dos cargos na empresa. Por exemplo, hoje temos colegas engenheiras agrônomas trabalhando na área técnica agropecuária e colegas homens atuando na área técnica social. Porém, na prática laboral, nas relações internas de trabalho, existem atribuições que ainda são designadas levando em consideração os papéis de gênero. Por exemplo, em relatos de empregadas da EMATER-RS, foi possível observar que em questões mais deliberativas costumeiramente é atribuída aos homens a incumbência do papel de liderança e tomada de decisões, mesmo quando há mulheres de uma mesma área presentes na reunião.

O papel da cultura da empresa é importante no sentido de manter ou modificar a forma como as interações acontecem. Dessa forma, a cultura empresarial¹¹⁷ pode ser entendida como o fator estruturante que encoraja ou reprime comportamentos, podendo afetar as relações no âmbito privado dos escritórios.

Transpor os limites tácitos dos papéis de gênero que foram reproduzidos durante muito tempo requer, no caso da EMATER-RS - ASCAR, desnaturalizar estas situações colocadas como meras convenções de trabalho, apurando a percepção quando elas ocorrem. O desconforto em relação a situações cotidianas é evidente nos relatos. Por exemplo, em relação a interrupção, apropriação e apagamento das ideias femininas, a maioria das participantes respondeu que passou por alguma dessas situações. Dentre as respostas fechadas, chama a atenção a seguinte resposta: “Não percebi a situação na hora do acontecido, mas agora, lendo essa descrição, me dou conta de que isso aconteceu comigo”, amplamente selecionada quando indagadas sobre qual sua reação ante a supressão de suas ideias.

O princípio da hierarquização na divisão sexual do trabalho foi superado nas normativas internas quanto às atribuições. Admite-se hoje que sem o trabalho da área técnica social (onde predomina o trabalho feminino) não haveria a filantropia, condição primeira para a manutenção da EMATER-RS - ASCAR ter sua inscrição junto ao SUAS (Sistema Único de Assistência Social), enquanto garantidora e promotora

¹¹⁷ BRITES e FONSECA 2013, assim como VECCHIOLI e REBOLLAR 2019, acrescentam reflexões importantes sobre o papel da cultura na organização de vítimas. Sobre a importância de, além de perceber a violência sofrida, identificar uma causa coletiva de luta e combater os aspectos culturais que perpetuam as violações.

de direitos sociais. O trabalho feminino junto à área técnica agropecuária também é reconhecido em todos os tipos de atividades em que ela se concentra. Porém, da mesma forma quanto ao princípio da separação, mesmo que superado nas normativas das atribuições, no cotidiano ainda há situações em que o trabalho masculino é requisitado ou referido como o trabalho “produtivo”, aquele que traz os resultados.

Nas questões do diagnóstico, a hierarquização pode ser verificada nas respostas que indicava que 40% das respondentes foram, em algum momento de suas trajetórias, subordinadas a outra mulher em nível hierárquico superior ao seu. Porém, em questão anexa, foi solicitado se essa mulher foi respeitada em seu cargo no exercício da posição de comando, e esse desrespeito à função de comando fez parte das respostas de 72,2% das respondentes. Isso aponta para a persistência do desrespeito mesmo em posição de comando, por parte dos colegas homens e até de outras mulheres.

Frente a outras situações cotidianas, 36% das respondentes afirmaram que quando não há alguém destinado a realizar a limpeza do escritório e o preparo de café, normalmente essas tarefas não são atribuídas aos colegas homens. Ainda, em relação ao trabalho de limpeza e cuidado do ambiente de trabalho, 17% declararam que apenas as mulheres do escritório são designadas para tais atividades, o que indica uma reafirmação dos papéis de gênero atribuídos informalmente às mulheres que trabalham na EMATER/RS – ASCAR.

Para melhor dialogar com as equipes, gerando reflexão sobre as questões de gênero com uma linguagem mais acessível ao público em geral, a ASAE fez a publicação de charges no seu website. Ao todo, foram duas charges até o momento, sendo a primeira sobre os relatos de situações em

que mulheres que recepcionam homens (assistidos e parceiros) nos escritórios municipais, são indagadas “*se no local não tem nenhum homem para atender*”. A segunda charge faz alusão a relatos descritivos de interrupções, apagamentos e apropriações de ideias femininas que dificultam o exercício técnico, durante a atuação das profissionais.

Figura 1 - Charge 2.



Fonte: Website ASAE

É importante ressaltar que, no contexto atual, o uso de artifícios de discriminação das mulheres, como interrupções, apagamentos e apropriações não ocorrem deliberadamente em todos os escritórios e com todas as profissionais. Mesmo assim, o GT segue interpretando e refletindo sobre os depoimentos de assédio e opressão de gênero recebidos.

O Grupo de Trabalho Gênero e Diversidade empenhou-se em organizar os dados obtidos no diagnóstico e empreendeu análises coletivas, em reuniões quinzenais entre os meses de agosto e dezembro de 2021. Os dados apresentados até aqui foram os observados e analisados em conjunto, assim como os encaminhamentos tomados a partir deles.

A observação dos 124 depoimentos em resposta à questão “30.4) *Se preferir, descreva sua reação ou a razão pela qual não reagiu ao assédio*” gerou espanto nos/nas integrantes do GT. O teor dos depoimentos incluía queixas de denúncias formais de assédio para as quais não houve nenhum encaminhamento, bem como alguns motivos (tais como ameaça ou morosidade) que impediram as denúncias.

Constatou-se que existe negligência ante denúncias de assédio moral e sexual. Também foi possível verificar que quando houve alguma denúncia formal, houve maior exposição das vítimas e consequências negativas a elas, como transferências e ameaças de demissão. O grupo também verificou a existência de danos à saúde mental e física das vítimas. Mediante às informações coletadas, foi possível saber que os medos daquelas que não denunciaram os assédios envolviam os possíveis prejuízos às suas carreiras profissionais.

Na discussão, o grupo chegou a dois encaminhamentos principais: primeiro, a necessidade de reparação e responsabilização dos culpados, ou seja, era necessário conferir segurança às vítimas e; segundo, a necessidade de debates e intervenções preventivas para a sensibilização da força de trabalho, promovendo um ambiente mais seguro, com a redução ou total eliminação das ocorrências de assédio e outras situações opressoras de gênero.

Ao longo do processo de análise do diagnóstico, identificou-se que as questões de gênero afetam o coletivo de trabalhadores e trabalhadoras. Em relação às formas de tratamento das questões relativas a gênero, pode-se acrescentar que há alguns anos a EMATER/RS - ASCAR inscreveu-se no programa “He for She” promovido pela ONU Mulheres, entretanto, as ações do programa foram descontinuadas. As primeiras interações no sentido de envolver os colegas homens na busca pela equidade de gênero trouxeram à tona a dificuldade de abordar o tema e a necessidade de criar condições para uma abordagem séria.

Nesse sentido, o diagnóstico trouxe informações confiáveis e quantitativamente representativas para legitimar as questões de gênero como interesse comum à força de trabalho e uma prioridade a ser trabalhada em relação às normas de conduta profissional. A partir do conhecimento de que as trabalhadoras afetadas pelas questões de gênero são um grupo de mulheres dispostas a relatar, mesmo que anonimamente, essas situações, sabe-se que, ao existir um espaço de abordagem da temática, percebe-se a existência de desigualdades e violências que antes não eram visíveis.

O respeito ao anonimato das participantes foi referido em alguns depoimentos como a condição que permitiu relatar, algumas pela primeira vez, o assédio sofrido durante o trabalho. A iniciativa de contribuir com a pesquisa com depoimentos pessoais foi um ato de resistência e organização política de cada uma das colegas envolvidas. Algumas colocaram o depoimento à disposição, solicitando apenas a supressão de informações que facilitariam sua identificação. Mesmo assim, o grupo ainda não encontrou uma forma se-

gura de compartilhar com o público os depoimentos. Deseja-se que estas descrições acerca do conteúdo contido nas respostas sejam, por hora, satisfatórias para a compreensão.

Considerações finais

À medida que o GT analisa as informações coletadas pelo diagnóstico, encontram-se os diferentes desafios para o enfrentamento das desigualdades e violências de gênero verificadas. O grupo sabe que a construção de mudanças efetivas na cultura empresarial depende da participação da força de trabalho, sejam ou não associados da ASAE.

As reuniões internas do GT e os espaços de discussão abertos organizados por ele estão aos poucos qualificando o grupo para apresentação das reflexões e propostas de enfrentamento. Até o presente momento, as análises reconhecem uma causa coletiva, que serve como um ponto de partida, comparado com outras iniciativas anteriores, as quais não contaram com a numerosa adesão e os depoimentos que foram coletados.

Foi possível traçar um perfil, caracterizar e quantificar as participantes, tornando ainda mais real e palpável a existência de violências que antes sequer eram mencionadas. Os dados obtidos demonstram a existência de ocorrências de opressão de gênero sofridas por mulheres. O cuidado para a “não exposição” das empregadas e de suas experiências é um esforço necessário para garantir sua participação em cada uma das etapas de construção das propostas de enfrentamento. Por enquanto, as intervenções organizadas têm por objetivo educar e permitir maior adesão e posicionamento das colegas sobre suas experiências.

A relevância do diagnóstico e de sua análise segundo as mulheres da EMATER/RS-ASCAR foi desenvolver, pela primeira vez em tais proporções, de forma documental, a coleta sigilosa de experiências indesejáveis para as colegas. Muitas declararam a ineficácia da exposição em outros espaços para a reparação das situações de opressão e violência vividas.

A confiança das mulheres e seu desejo de reparação são encarados com seriedade pelo GT, que irá promover em 2022 eventos virtuais com a participação de especialistas e informativos (em artigo e vídeo) sobre as implicações legais das violências de gênero no ambiente de trabalho. Seus integrantes¹¹⁸ apoiaram e autorizaram a presente publicação, participaram da construção dos resultados da pesquisa e elaboram em conjunto os encaminhamentos futuros desde a construção do diagnóstico. Além dos espaços reflexivos, informativos e de discussão proporcionados virtualmente pela ASAE e pelo GT, a ASAE criou um espaço próprio para denúncias de assédio em seu website. Desta maneira as trabalhadoras estarão amparadas pela associação em caso de necessidade. A representatividade ante à empresa pretende encorajar as denúncias extinguindo os danos que as vítimas de assédio sofrem ao denunciar sem o apoio da associação.

¹¹⁸ Regina Ocanha Miranda – Coordenadora do GT; Marines Rosali Bock – Presidente da ASAE (2020-2022); Luíze Silva de Mello; Guilherme Fantin Niemxeski, Manoel Felipe Macedo Demétrio, Carlos Roberto Vieira da Cunha, Evandro Scariot, entre outros que contribuíram ou contribuem de forma esporádica.

BRITES, Jurema; FONSECA, Claudia. As metamorfoses de um movimento social: Mães de vítimas de violência no Brasil. **Análise Social**, 209, XLVIII (4.º), 2013 p. 858-887.

BRUSCHINI, Cristina. **Gênero e trabalho feminino no Brasil**: novas conquistas ou persistência da discriminação? São Paulo, 1998a.

CAPORAL, Francisco Roberto. A Extensão e os Limites à Prática dos Extensionistas do Serviço Público. Dissertação de Mestrado. Prêmio SOBER – Santa Maria, **UFSM**, 1991.

CARVALHO, Marília Pinto de. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPED (1999-2009). **Revista Brasileira de Educação [online]**. v. 16, n. 46 p. 99-117, 2011.

KLATT, Luana Isabel; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Mulheres Agricultoras e Feirantes: o meio rural em interação com o meio urbano. Diversidade Sexual, Étnico-racial e de Gênero: saberes plurais e Resistências – **CINABEH** – Vol. 1 2022, Março/2022.

MACIEL, Débora Alves. Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas. O caso da Campanha da Lei Maria da Penha. **RBCS**, v.26, nº77, Outubro/2011.

MARCONDES, Mariana Mazzini. O cuidado na perspectiva da divisão sexual do trabalho: contribuições para os estudos sobre a feminização do mundo do trabalho. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (org.). **Trabalhadoras**: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações. Brasília: Editorial Abaré, 2013, p. 251-279.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; GALVANE, Fabia Alberton da Silva; MARIANO, Patrícia. Trabalho feminino, desigualdades de gênero e formas de subjetivação no setor de serviços no Brasil. **Revista EPOS**; Rio de Janeiro – RJ. Vol. 7 nº 2, jul-dez de 2016; ISSN 2178-700X; p. 85-103.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a Gender and politics of History. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 3, p. 11- 27, 1994.

VECCHIOLI, Virgínia; REBOLLAR, Alicia. “El activismo de las víctimas y sus repertorios de movilización” Laura Reyes y Jairo Antonio López (org) **Derechos Humanos y conflictos por la Justicia en América Latina**. México. Ed. Unam. 2019.

Uma experiência feminista na ilha de Cotijuba/PA

Fernanda Jaime Andrade¹²⁰

Em 2017 trabalhei na região das ilhas, em Cotijuba/Pará, a fim de apreender a experiência da educação em região de ilhas, mas, principalmente, para estar em contato com o grupo de mulheres do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB - cujo trabalho conheci a partir de bons relatos. Chegando na única escola da rede estadual da ilha, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Marta da Conceição, assumi dezessete turmas entre os ensinamentos fundamental, médio e educação de jovens e adultos (EJA).

O nome da escola faz referência a uma educadora analfabeta que, durante os anos de governo do comandante Magalhães Barata, trabalhou no educandário Nogueira de Farias, mais tarde colônia agrícola de correção de detentos e depois

¹¹⁹ A expressão é de autoria do poeta Fabrício Carpinejar, na poesia: “Não me deixe viver o que posso, que me seja permitido desaprender os limites”.

¹²⁰ Mestra em História Social da Amazônia (2016) pela Universidade Federal do Pará/UFPA.

presídio São José¹²¹, o mais violento existente no estado. Marta da Conceição era “funcionária da instituição, conhecida como Mãe Preta – roupeira do Educandário, considerada grande protetora dos internos” (QUARESMA, 2017), portanto, responsável pela rotina dos jovens que lá chegavam para serem “corrigidos” e voltarem ao convívio social. Ela não era alfabetizada, mas educava os rapazes nos afazeres do educandário, orientando-os nas atividades cotidianas, sendo mais mãe que roupeira, educava para o afeto. Essa memória violenta do lugar não é orgulho para a comunidade, apesar de ser parte do turismo que sustenta a ilha. Marta ganhou várias homenagens emprestando seu nome para a escola — ainda que não tenha frequentado uma — entre outros lugares que lhe oferecem tributos.

Ressalto a figura de Marta para marcar a forte atuação feminina na região. Nesse lugar de natureza impressionante, estive perto das mulheres do MMIB, grupo que oferecia à comunidade atividades de saúde e desenvolvimento, afastando, deste modo, o passado aterrorizante da memória da comunidade da ilha. A casa onde atuava o grupo localizava-se numa parte da estrada de terra batida, a qual nos levava à famosa praia do Vai Quem Quer, e para lá chegar era necessário se deslocar nas ruas com motocicleta ou “motorrete”, ou

¹²¹ “A ilha de Cotijuba, localizada em frente à cidade de Belém, foi, nas décadas de 50, 60 e 70 [século XX], palco de motins, fugas e assassinatos. Os autores desses delitos e desmandos foram marginais da pesada, que eram transferidos da extinta DIC – Delegacia de Investigações e Captura – em barcos, pela madrugada, para o educandário Nogueira de Faria, que serviu, por muitos anos, para depósito de presos. [...] Marginais como “Caboclo da Alzira”, “Cadeado”, “Colombiano”, “Pescoção”, “Esqueriu”, “Caboclo Enéas”, “Carcará”, “Diabo Louro”, “Nego Lucas”, “Nego Téo”, “Lourival Baixinho”, “Luciano Cara de Cachorro”, “Tenentinho”, “Narciso”, “Marino”, “Gatinho”, “Cheiro Verde”, “Dico Mijado”, “Caboquinho”, dentre outras dezenas de foras-da-lei, conheceram o “Inferno Verde da Ilha” (O LIBERAL, p. 07, 12/07/1995. IN: QUARESMA, 2017).

seja, uma charrete puxada por uma motocicleta. Era possível, durante o percurso, sentir a floresta que cerca a ilha inteira até chegar à casa ornada em cores brancas e lilás. Consistia-se em um amplo espaço onde se agrupavam biblioteca, loja de venda das biojóias, cozinha, salão de reuniões, banheiros, sala de oficinas, hortas e um jardim murando a casa toda. Ofereciam-se oficinas de elaboração de biojóias, extração de óleos vegetais, fabricação de sabonetes e atividades físicas variadas visando o bem estar da saúde das pessoas do lugar¹²².

Quando cheguei em Cotijuba, as escolas da ilha, uma estadual e outra municipal, não trabalhavam em parceria com o MMIB. Não sei explicar o porquê, pois ainda que diferentes grupos universitários, empresas de cosméticos/perfumaria, institutos educacionais, institutos de fomento a cultura frequentassem com regularidade o espaço para elaboração de pesquisas e realização de projetos sociais, as escolas do lugar não participavam de nenhuma atividade da programação do movimento. Nesse sentido, senti obrigação em levar as alunas e alunos para participarem do calendário do grupo. Portanto, elaborava meus planos de aula incluindo as atividades da escola às do MMIB, afinal, o público da escola eram filhas, filhos, netas, netos dessas mulheres de ilha. Nesse período, ofereci uma oficina cuja proposta objetivava discutir feminismos a partir de rodas de conversa, exibição de filmes/documentários e outras atividades surgidas no decor-

¹²² Utilizo os verbos no tempo passado para me referir ao período no qual estive em contato com as mulheres. Desde 2017 não visito a ilha, portanto, não sei afirmar com detalhes se as estruturas da casa e as atividades descritas aqui sobre o grupo permanecem ativas. Contudo, é possível obter informações recentes do MMIB no canal Coletivo ParáCiclo, disponível no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=dNLno5yeLlw>, ou através do site: <https://mmibcotijuba.wixsite.com/mmibcotijuba>.

rer das ações a cada quinze dias. Sendo assim, preparei uma apresentação para as mulheres coordenadoras do MMIB e agendei uma hora para explicar minhas intenções.

No dia da minha explanação, cheguei à casa onde o ambiente estava todo organizado com cadeiras dispostas em semicírculo, projetor posicionado, caixa de som ligada e público presente. Aliás, o público em questão eram as mulheres coordenadoras mais antigas do grupo. Pois bem, expliquei a proposta de oficina com rodas de conversa, ciclos de palestras, elaboração de periódicos, cujos temas variavam entre Violência contra mulher, Feminismo, Movimento De Mulheres, Saúde Mental, Empoderamento feminino e papel do homem no feminismo. Ao final da explanação, exibi um vídeo musical denominado “Triste, Louca ou Má”, lançado em 2016 pelo grupo artístico “Francisco, El Hombre”¹²³. O objetivo da música era deixar uma reflexão poética sobre tudo que havia sido falado na apresentação da proposta. Então qual foi minha surpresa, ao final da reunião, ouvindo de umas das coordenadoras confessar o impacto da música na sua autorreflexão sobre o relacionamento vivido na época com um homem que a chamava de “fêmea” em forma de vocativo, diminuindo, assim, sua autoestima.

¹²³ A poesia diz: “Triste, louca ou má/Será qualificada/Ela quem recusar/ Seguir receita tal/A receita cultural/Do marido, da família/Cuida, cuida da rotina/Só mesmo, rejeita/Bem conhecida receita/Quem não sem dores/Aceita que tudo deve mudar/Que um homem não te define/Sua casa não te define
Sua carne não te define/Você é seu próprio lar/(...) Ela desatinou, desatou nós/Vai viver só/Ela desatinou, desatou nós/Vai viver só/Eu não me vejo na palavra
Fêmea, alvo de caça/Conformada vítima/Prefiro queimar o mapa/Traçar de novo a estrada/ Ver cores nas cinzas/E a vida reinventar (...). Fonte: [LyricFind](#). Compositores: Juliana Strassacapa / Sebastián Piracés-Ugarte / Andrei Martinez Kozyreff / Mateo Piracés-Ugarte / Rafael Gomes

Em seguida, as demais mulheres agradeceram a explanação, avisaram que pensariam na proposta e me comunicariam posteriormente. E, desse jeito, sem uma resposta definitiva voltei à escola para minhas aulas. Na semana seguinte, fui saber, com a coordenadora central daquele período, sobre a realização das oficinas, recebendo resposta negativa sob a justificativa de que a agenda do movimento estava cheia até o fim do ano, logo seria mais adequado aguardar o cronograma do ano seguinte. Mas, ainda assim, eu poderia fazer “alguma coisa” com a juventude do movimento, as alunas e os alunos da escola. Frustrada, concordei e tentei por diversas reuniões agrupar os jovens da ilha para atividades no MMIB, nada obstante todas foram sem sucesso.

A vivência nesse grupo de mulheres amadureceu minhas pesquisas sobre feminismos, rede de apoio, cumplicidade e modos de fazer o saber acadêmico. Meu feminismo construído nas salas de aula da universidade não alcançava em vocabulário o fazer cotidiano feminista daquelas mulheres atuantes na militância de suas vidas, arranjando seus enfrentamentos contra a reprodução de práticas sexistas do patriarcado; praticando o feminismo em busca de irmandade sem deixar de reconhecer a exclusão e dominações racistas; fortalecendo a organização de grupos de apoio com mulheres étnica e culturalmente diferentes (GONZALÉS, 2011; GOMES, 2009).

Neste sentido, o MMIB faz pensar o quanto a resistência feminina indígena, negra e das ilhas amazônicas constituem as bases de um feminismo que a universidade não consegue traduzir. Por isso, é tão importante elaborar as formas como podemos decolonizar nossos pensamentos sem separar as questões interseccionais a respeito do lugar da mulher na liderança comunitária e não apenas na posição de subjugação

ou na posição de fêmea como uma caça (LUGONES, 2011). É importante frisar que a expressão “feminista” utilizada para a referência das ações dessas mulheres não era comum entre as falas delas, ou seja, nenhuma carregava identificação feminista, porém, seguindo esse raciocínio, essas mulheres de ilha não eram/são feministas?

Esse questionamento ressoava em meus pensamentos por longos meses, na tentativa de entender minhas limitações no discurso academicista sobre feminismos e violências contra mulheres. Por mais que o patriarcado capitalista oprima a ancestralidade dessas mulheres na tentativa da desvalorização de suas ações, a comunidade de Cotijuba reconhece e integra os feminismos dessas mulheres como ponto de luta e permanência da identidade cultural, das raízes históricas dessa ilha. Isto significa o território corpo/terra da autonomia amazônica feminista, garantindo a história original, a língua original, o projeto de gestão e produção comunitária (COLETANI, 2014).

Por este viés, é possível entender a construção do patriarcalismo padronizada a partir da estrutura eurocêntrica de colonização, proporcionando, assim, marcadores de dominação, subjugação e violências contra qualquer pessoa que não se encaixe dentro dessa estrutura. Para Heleieth Saffioti (2001), a construção patriarcal de sociedade conferiu aos homens o poder de violentar comportamentos que não se enquadrem na conduta ditada pelo patriarcalismo, fazendo com que sua imposição de regras seja um “projeto de dominação-exploração” tolerado socialmente, ao ponto de naturalizar violências para a garantia da obediência (QUIJANO, 1993. P. 118; SAFFIOTI, 2001. P. 115).

Considerando o conceito da jurista norte-americana Crenshaw (1994), a interseccionalidade reflete sobre as inter-relações entre raça e gênero que, por sua vez, estariam relacionadas à questão de classe e sexualidade. A proposta de interseccionalidade considera que a questão da identidade possui múltiplas fontes subdivididas em duas categorias: “interseccionalidade estrutural” e “interseccionalidade política”. A categoria estrutural posiciona a mulher de cor na interrelação com a raça e o gênero, denunciando a violência conjugal, o estupro e as respostas as tais violências. A categoria política abarca as políticas feministas e antirraciais que marginalizam a questão da violência às mulheres de cor. As pesquisas em torno desse conceito jurídico chegaram dentro das universidades e outras pesquisadoras debruçaram-se sobre a teoria; por sua vez, Sirma Bilge sintetizou: “A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado” (BILGE, 2009, p. 70).

Isto é, Bilge refuta a hierarquização dos eixos que tratam das diferenças sociais: sexo/gênero, classe/raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. Em outras palavras, o que a autora busca esclarecer é a necessidade em estudar a categoria da interseccionalidade tentando ver a relação de classe social como igualmente visível, da mesma forma que se faz quando se conceitua o gênero e a raça. Ou seja, não apenas as relações sociais entre classe e raça devem ser analisadas pela sua complexidade e dinâmica, sem a análise de classe concomitante aos estudos de raça, gênero e sexualidade a controvérsia não é vencida.

Segue-se assim o raciocínio de Saffioti (2001) no que tange a produção do conhecimento sobre mulher sob vários aspectos de análise, assim, é possível compreender a relutância das mulheres ao sistema de “exploração-dominação”, inclusive alcançando as relações interétnicas e de classe, ainda que nem sempre haja sucesso na resistência. Considero importante olharmos as práticas metodológicas das várias categorias de mulheres sob interpretação interseccional, porque as relações de poder não estão apenas na raça, na classe e no sexo. Por isso, a educação popular exercida pelo grupo de mulheres de Cotijuba deve ser um movimento dinâmico capaz de proporcionar o questionamento da realidade e outras perspectivas. Isso é demarcação decolonial (GONZALÉS, 2011).

A autora Sueli Carneiro designa a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro politizando as desigualdades de gênero, afirmando que o feminismo transforma as mulheres, favorecendo, assim, novas sujeitas políticas inseridas em diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo. Ainda que a identidade de gênero não se desdobre naturalmente em solidariedade racial intragênero, as diversificações das concepções e práticas políticas promove a afirmação das mulheres, em geral, com novas identidades, proporcionando o enfrentamento das contradições e desigualdades no próprio movimento feminista (CARNEIRO, 2003). O Engajamento das mulheres negras nas lutas gerais dos movimentos populares e nas empreendidas pelos movimentos negros e de mulheres contribuem para legitimar as conquistas de política nacional contra a naturalização do racismo e do sexismo midiático, que cria estereótipos e estigmas que prejudicam a afirmação da identidade racial.

Isso posto, outras mulheres em diferentes movimentos ganham força para a prática feminista em suas redes de apoio, agregando suas identidades e as fortalecendo, como é o caso das mulheres de ilhas. Sujeitas marginalizadas historicamente, sempre tiveram suas identidades marcadas pelo olhar colonizador do outro¹²⁴; movimentos feministas, por exemplo, desconstroem identidades forjadas pelo outro, pelo colonizador. Para as mulheres, isso se fez pelos homens no sistema patriarcal, o qual tentou desde sempre adequar a identidade feminina às suas próprias satisfações, de modo a se beneficiar dessas narrativas fixadas pelo patriarcalismo em detrimento às mulheres.

Nessa perspectiva, a contemporaneidade confronta os sujeitos a identidades variadas e dinâmicas com as quais se identificam; por sua vez, as mulheres que impõe suas características sem se submeter ao silenciamento social são frequentemente marginalizadas, ridicularizadas e humilhadas por meio de clichês já naturalizados, como o da loucura ou da histeria. Sendo assim, as mulheres, antes limitadas ao espaço doméstico, passam a ocupar o espaço público, começam a sustentar seu próprio trabalho, são figura cada vez mais presente nos ambientes profissionais, fora do mundo privado. Entretanto, a modernidade do século XX possibilitou mudanças nos comportamentos femininos, garantindo espaço para que mulheres pudessem escolher por seguir a vida sem companheiro ou filhos.

¹²⁴ “A emergência de novos sujeitos, novos gêneros, novas etnicidades, novas regiões, novas comunidades, até então excluídas das principais formas de representação cultural, incapazes de localizar-se, a não ser como descentrados ou subalternos, foi adquirida por meio da luta, algumas vezes de maneiras muito marginalizadas, dos meios de falar por si mesmas, pela primeira vez. E os discursos do poder em nossa sociedade, os discursos dos regimes dominantes, certamente foram ameaçados por esse poder cultural descentrado e local” (HALL, 1997, p. 34).

E isso tem seu preço, sob diversas formas de estereótipos, pois as interações íntimas e cotidianas impõem a representatividade das intimidades dos sujeitos atuantes do sistema colonial de gênero (LUGONES, 2010, P. 936; ROCHA-COUTINHO, 2004, p. 4). De acordo com Ferreira (2000), houve uma mudança significativa nas características imputadas ao padrão básico feminino, incorporando às mulheres estereótipos masculinos (FERREIRA, 2000. p. 136; ROCHA-COUTINHO, 2004, p. 5). Para Lugones, a compreensão normativa do homem o transforma num ser humano por excelência, ao passo que, a normatização das mulheres as concebe como a inversão humana dos homens, ou seja, sob esse ponto de vista, o colonialismo proporcionou um olhar às mulheres dominadas pela sujeição masculina as convertendo em “mulheres viragos” quando se impõem a esse sistema patriarcal (LUGONES, 2010. P. 937). Nesse caso, para as mulheres que se lançam às carreiras profissionais ou atuações em movimentos sociais ou redes de mulheres, as pressões sociais serão voltadas para a necessidade delas preservarem o funcionamento da estrutura familiar para, assim, serem consideradas bem sucedidas. Caso contrário, mesmo sendo excepcionais nas ações públicas onde decidiram existir, caso não sejam capazes de estabelecer e manter uma família com filhos e/ou marido, sua condição de mulher, dentro dos padrões normativos, possivelmente será questionada.

Contudo, não significa que as transformações ocorridas pelos sujeitos sociais tratados aqui tenham sido edificadas ao discurso social. Sendo um constructo histórico, visões distintas são percebidas em diferentes períodos, em diferentes discursos sociais, principalmente quando se fala de uma sociedade tão complexa como essa ocidental, moderna, na

qual vivemos. No caso do Brasil, um país colonizado por religiosos católicos, as imposições patriarcais às mulheres atravessaram séculos, impondo um perfil moralizante crônico feminino. Por este ponto de vista, ao tentar apresentar conceitos acadêmicos feministas na comunidade de Cotijuba minha proposta não foi bem entendida, pois o caráter da formação acadêmica feminista percorre os caminhos do padrão eurocêntrico tão criticado e contraposto dentro dos muros das universidades, como sequela não concebe a realidade de uma comunidade contextualmente marcada por violências e imposições culturais que negligenciam as necessidades dos hábitos e rotinas das mulheres das ilhas.

Por fim, acredito que precisamos examinar os paradigmas e as metodologias das margens, a fim de questionar: como estudar os paradigmas e metodologias da Amazônia? Quais são os paradigmas das margens dos rios, das quilombolas que aqui residem, dos povos originários da floresta? Quais as fronteiras do feminismo amazônico? Busco as respostas a cada aproximação com movimentos de mulheres, e, certamente, a vivência com as mulheres do MMIB atravessou minhas percepções, contribuindo para construir outros olhares feministas, afinal, a identidade não é fixa, não é estável, é preciso haver aliança entre os povos de fronteiras, assim desaprendem-se limites.

REFERÊNCIAS

- ANZALDÚA, Glória. Vivir en la Frontera. Tradução de Maria Luisa Peralta. Disponível em: <http://laorilladelospajaros.blogspot.com.br/2014/06/gloria-anzaldupoesia-chicana-3.html> Acesso em: 08/04/2015.
- BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogenes*, 1 (225): 70-88. 2009.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 183-91.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados* 17 (49), 2003.
- CRENSHAW, Kimberlé W. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, pp. 139-167. 1989.
- _____. (1994), Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. In: Fineman, Martha Albertson & Mykitiuk, Roxanne (orgs.). *The public nature of private violence*. Nova York, Routledge, pp. 93-118
- FERREIRA, C. (2000). Os estereótipos de gênero como constructos dinâmicos [Resumo]. Em R. S. L. Guzzo (Org.), *Anais do VIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico* (p. 136). Serra Negra, S.P.: ANPEPP.
- GARGALLO CELENTANI, Francesca. *Feminismos desde Abya Yala. Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América*. Ed. Corte y Confección, Ciudad de México, Primera edición digital, 2014. Disponible en: <http://francescagargallo.wordpress.com/>.
- GONZALÉS, Lélia. Por um Feminismo Afrolatino americano. In. *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino*. N 01. Brasil. 2011.
- _____. Lélia. Racismo e sexismo na cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244, Rio de Janeiro.
- GOMES, Nilma L. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- HALL, S. The local and the global: globalization and ethnicity.. IN: D. Anthony (Ed.), *Culture, globalization and the world aystem*. Contemporary conditions for therRepresentation of identity (pp. 18- 68). Minneapolis: University of Minnesota Press. 1997.
- HIRATA, Helena et al (Orgs). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009.
- _____. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 1 .gênero, pp. 61-73. Junho 2014.
- LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado. "Pedagogias da sexualidade"*. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva 2ª Edição Autêntica Belo Horizonte 2000.
- LUGONES, María - Hacia un feminismo descolonial. *Hypatia*, vol 25, Nº. 4 (Otoño, 2010). Traducido por Gabriela Castellanos.
- _____. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa B. (org.) *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020 [2008], pp. 52-83.
- NASCIMENTO, A. B. A busca do corpo canônico. In: **Comida: prazeres, gozos e transgressões** [online]. 2nd. ed. rev. and enl. Salvador: EDUFBA, 2007, pp. 135-153. ISBN 978-85-232-0907-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
- PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) Mulher? In: www.culturae-genero.com.br/download/praticafeminina.pdf. Campinas, 2001.
- QUARESMA, Sid Nazareno da Costa. *Memorial da ilha da redenção: o Educandário Nogueira de Faria e a ilha de Cotijuba (1932-1976) / Sid Nazareno da Costa Quaresma; Orientadora Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França*. _ Belém: [s.n.], 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Pará, 2017.
- QUIJANO, Aníbal (2005). *Colonialidad y modernidad-racionalidad*. Disponível em: . Acessado em 15 mar. 2013.
- ROCHA-COUTINHO, M. L. *Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil*. **Temas em Psicologia da SBP**, 2004, Vol. 12, no 1, 2– 17. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SAFFIOTI, Heleith I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: *Cadernos Pagu*,v. 0, n16, pp115-136. 2001.

NO CHÃO DA ESCOLA

A educação no sistema de ensino público e privado no Estado do Rio Grande do Sul em tempos de pandemia¹²⁵

Mari Cleise Sandalowski¹²⁶
Caroline Zollim Franco¹²⁷

Introdução

Debater a centralidade dos direitos humanos no contexto contemporâneo é uma tarefa de extrema relevância, principalmente em relação à sociedade brasileira. Tal importância está ligada às formas de acesso à justiça pelos diferentes grupos sociais, tendo em vista que as categorias classe, raça/etnia e gênero figuram como elementos centrais para pensar as mais diversas dinâmicas sociais, pois se constituem, em diversas situações, como obstáculos para acessar de forma efetiva os direitos.

Essas barreiras estão diretamente ligadas às diferen-

¹²⁵ Este trabalho tem sua origem nos estudos feitos na pesquisa “Educação em tempos de pandemia - Um estudo sobre as dinâmicas de transposição didático-pedagógica entre escolas públicas e privadas do Estado do Rio Grande do Sul”, de autoria de Caroline Zollim Franco e orientados pela professora Dr^a Mari Cleise Sandalowski.

¹²⁶ Professora Dr^a. do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFSM.

¹²⁷ Licenciada em Ciências Sociais pela UFSM.

tes restrições econômicas, sociais e culturais enfrentadas pelos grupos populares. Elas implicam, por consequência, no fato de que os agentes sociais mais pobres conhecem em menor grau seus direitos e, por isso, têm maior dificuldade em acionar as instâncias institucionais adequadas para a resolução de seus problemas¹²⁸.

Se os direitos humanos são um construto histórico e social, cujo objetivo é o reconhecimento da dignidade humana, é imprescindível uma reflexão sobre os impactos da pandemia desencadeada pelo coronavírus (covid-19) nas diversas instâncias da vida social, dentre elas no campo da educação.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é analisar a partir de uma perspectiva conjuntural, como as decisões dos órgãos governamentais impactaram sobre as novas dinâmicas escolares e seus reflexos no que diz respeito à transposição didático-pedagógica dos conteúdos ministrados na educação básica do Estado do Rio Grande do Sul, durante o período de 2020 e 2021.

O estudo parte de uma perspectiva teórico-metodológica ancorada na Sociologia da Educação, com ênfase na análise de políticas públicas voltadas para o setor do sistema educacional.

¹²⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

Fazendo uso da abordagem quanti-qualitativa, foram realizadas entrevistas estruturadas¹²⁹ para reunir informações sobre as dinâmicas de ensino adotadas pelos setores públicos e privados no campo da educação básica no Estado do Rio Grande do Sul. A análise documental também foi utilizada com o objetivo de compreender os impactos de decretos e decisões governamentais sobre a educação e suas consequências na reprodução das desigualdades sociais.

A educação no sistema de ensino público e privado no Estado do Rio Grande do Sul durante a pandemia

Desde 2020 os processos de produção e reprodução da vida foram profundamente alterados pela pandemia deflagrada pela covid-19. Seus reflexos puderam ser sentidos e observados nos aspectos relacionados aos processos interacionais cotidianos e também em relação àqueles relacionados às questões de ordem estrutural¹³⁰.

Responsável pelo desencadeamento da maior crise sanitária no último século, os modos de relação social, os serviços e o próprio funcionamento de algumas instituições precisaram adequar-se ao novo contexto do distanciamento social e isolamento como sendo a primeira medida de contenção do vírus, enquanto a vacina ainda não era uma realidade.

¹²⁹ A coleta de dados ocorreu de forma remota, entre agosto e novembro de 2021. O questionário foi compartilhado, através do recurso Google Formulário, com os profissionais das diversas áreas da educação, atuantes em cargos escolares administrativos ou lecionando disciplinas durante o contexto pandêmico. O recorte geográfico da pesquisa foi o Estado do Rio Grande do Sul e a coleta de dados obteve 147 respostas, provenientes das regiões Sudoeste, Sudeste, Noroeste, Nordeste, Centro-ocidental, Centro-Oriental e Metropolitana.

¹³⁰ BRANDÃO, Zaia. Dialética micro/macro na sociologia da educação. Revista eletrônica Scielo Brasil, Cadernos de Pesquisa, Julho 2001. nº 113, pp. 153-165.

O sistema escolar foi apenas uma destas instâncias afetadas; porém, fazendo parte de um aspecto fundamental da reprodução da vida, demandou novos procedimentos didático-pedagógicos, exigindo de seus profissionais novos métodos de ensino e aprendizagem.

Ao se debruçar sobre os sistemas de ensino públicos e privados vigentes no Estado do Rio Grande do Sul e as estratégias de ensino utilizadas por esses campos durante o período da pandemia, buscou-se compreender em que medida o campo escolar pode reproduzir as desigualdades sociais vigentes em nossa sociedade, a partir das diferentes formas de transposição didático-pedagógicas adotadas nesse período.

Estudos recentes têm apresentado indicadores preocupantes nesse sentido. Se problemas na alfabetização de crianças já podiam ser observados antes do período pandêmico (de cada 25 crianças no ano de 2019, 6 delas não sabiam ler e escrever, ou seja, 25,1% das crianças), eles tornam-se ainda mais dramáticos nesses dois últimos anos: em 2021, de cada 25 crianças, 10 não estavam alfabetizadas, ou seja, 40,8% das crianças que fazem parte desse grupo¹³¹. Essas consequências são sentidas especialmente na educação pública brasileira e os efeitos da pandemia são maiores em determinados grupos sociais do que em outros, quando observadas as categorias de raça/etnia e classe social.

Observando a categoria raça, a pesquisa destaca que 47,4% das crianças negras e 44,5% das crianças pardas não estão alfabetizadas. Entre as crianças brancas esse percentual atinge 35,1% do grupo.

¹³¹ Todos pela Educação. Nota técnica: impactos da pandemia na alfabetização de crianças. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wp-content/uploads/2022/02/digital-nota-tecnica-alfabetizacao-1.pdf> (acesso em: 09/02/2022).

Do mesmo modo, observa-se também os impactos da pandemia de forma distinta quando levada em consideração a classe social desse grupo. 51% das crianças que residem em domicílios mais pobres no Brasil não estavam alfabetizadas em 2021; já aquelas que residem em domicílios mais ricos perfazem um percentual de 16,6% no mesmo período.

A ausência de políticas públicas efetivas durante a pandemia, para o campo da educação, impactou negativamente nesses indicadores. A qualidade da conectividade¹³², a disponibilidade de equipamentos tecnológicos adequados, a formação de professores, além de questões de ordem didático-pedagógicas e outras são algumas das questões que colaboraram para refletir os dados acima elencados. De acordo com o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (2019), no período que antecedeu a pandemia 39% dos alunos que estudavam em escolas públicas não tinham nenhum acesso a computadores e tablets. Na iniciativa privada, esse percentual impactou 9% dos discentes. A pesquisa aponta, ainda, que o acesso à internet exclusivamente pelo telefone celular é observado entre 18% dos alunos que estudam em escolas urbanas e que são usuários de internet.

Com base nesse cenário, no ano de 2020 foram apresentados projetos de lei na Câmara dos Deputados. A PL 3.853/2020 dispunha que o Estado brasileiro implementasse a doação de tablets, materiais didáticos digitais e pacotes de dados para os estudantes da rede básica e do ensino superior, tanto do sistema público quanto privado. A proposta vi-

¹³² TIC Educação 2020: Edição COVID-19 metodologia adaptada. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_educacao_2020_coletiva_imprensa.pdf (acesso em 31/01/2022).

sava a implementação de políticas públicas que permitissem aos discentes acompanhar as atividades didáticas durante o período de calamidade pública deflagrado pela pandemia¹³³. Em 18 de março de 2021 esse projeto de lei foi vetado integralmente pelo presidente da República¹³⁴.

Os dados¹³⁵ a seguir referem-se a pesquisa quanti-qualitativa realizada com os profissionais da educação que atuam no setor público e privado de ensino. Eles foram coletados durante o segundo semestre de 2021 com dois grupos específicos: a) trabalhadores da educação que ocupam cargos administrativos nas escolas; b) docentes que ministraram aulas durante o contexto pandêmico.

A maioria das profissionais da educação que participaram deste estudo é composta por mulheres (87,1% do total de respondentes). Em relação à categoria étnico-racial 84,4% das docentes se definiram como brancas, 8,2% como pardas, 4,1% como negras e 2,7% das respondentes optou por não se declarar. No que se refere ao recorte geracional, a maioria das participantes deste estudo tem entre de 31 e 40 anos (36,7%), seguidas das profissionais que se encontram entre os 41 e 50 anos (34,7%) e, por fim, aquelas que têm entre 51 e 60 anos (15,6%).

Quando indagadas em relação ao tipo de rede escolar na qual atuam, 88,4% informaram que trabalham em escolas públicas, 4,1% trabalham em escolas privadas e 8,8% das profissionais exercem a docência tanto em escolas públicas

¹³³ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/143554> (acesso em 12/12/2021).

¹³⁴ Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/despacho-do-presidente-da-republica-309292660> (acesso em 15/10/2021).

¹³⁵ No texto serão apresentados os índices estatísticos mais recorrentes na pesquisa, sendo suprimidas as respostas com ínfimos percentuais.

quanto privadas. Em relação ao sistema de ensino público, os maiores percentuais estão relacionados às redes de ensino municipais (72%), seguidos daquelas que trabalham em escolas municipais e estaduais (18,2%). Do mesmo modo, 78,9% das entrevistadas atuam em escolas urbanas, 11,6% em escolas rurais e 14,3% trabalham tanto em escolas urbanas quanto em escolas rurais.

Dentre o total de entrevistadas, 27,21% das respondentes declarou que exerce suas atividades laborais em cargos de gestão e/ou administração escolar. Nesse grupo 39,02% ocupam cargos de direção, 21,95% realizam atividades na secretaria, 9,76% supervisão e 4,88% assessoria pedagógica¹³⁶.

As características socioeconômicas dos discentes que frequentam essas redes escolares, de acordo com a informação das entrevistadas, é composta por classes médias baixas (40,2%), comunidades consideradas de baixa renda (32,2%) e em situação de vulnerabilidade social (16,1%); houveram também outras categorias com menores percentuais.

Conforme os dados informados pelas docentes, os recursos didáticos e atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2020 foram: “somente trabalhos e atividades impressas”, “somente aulas remotas” e “somente aulas remotas somadas aos suportes didáticos como provas, trabalhos, textos, dentre outros”.

Durante os anos de 2020 e 2021 a tecnologia foi uma importante aliada no prosseguimento das atividades de ensino e na comunicação da comunidade escolar. Dentre as possibilidades existentes neste campo, as plataformas virtuais — como o Google Meet, Zoom e, ainda, chamadas de Whatsapp — foram as ferramentas mais utilizadas para dar

prosseguimento às aulas síncronas. Outro recurso bastante utilizado foi a gravação de videoaulas postadas e enviadas em grupos no Whatsapp e pastas no Google Drive, criados nas plataformas digitais. Em relação à aplicação de provas e/ou trabalhos, o Google Forms foi o mais citado; o Whatsapp e o Messenger do Facebook surgiram como espaços de trocas de áudios, fotos e vídeos, tanto para esclarecer dúvidas sobre os conteúdos passados aos alunos, como também para dar retorno em relação às atividades desenvolvidas pelos discentes. As atividades enviadas e impressas apresentavam material explicativo dos conteúdos trabalhados, além de questões pertinentes à fixação desses. Observa-se que esse suporte digital só foi utilizado em relação àqueles alunos que possuíam acesso à internet e celular, computador e/ou tablet.

Procurando compreender melhor a organização, planejamento e execução das dinâmicas didático-pedagógicas foi indagado às profissionais da educação sobre a existência ou não de consultorias/assessorias governamentais durante a pandemia em relação à retomada das atividades letivas em 2020. Educadores que trabalham no setor administrativo das escolas privadas responderam que nunca participaram de nenhum espaço de consultoria; já no setor público 56,8% das entrevistadas respondeu que não foi consultada. Já aquelas professoras que ministraram disciplinas e/ou conteúdos tanto em escolas públicas quanto privadas informaram que não houve consultas para tratar deste aspecto (100% dos casos).

Em outras palavras, as decisões provenientes dos se-

¹³⁶Foram citadas outras atividades, que representam percentuais menores.

tores governamentais que orientaram os modelos educacionais, protocolos e obrigatoriedades a serem seguidos não estabeleceram consultas com as profissionais que atuam na área da educação. Nesse sentido, para 81,8% das participantes teria sido importante algum tipo de diálogo e/ou consultoria, pois isso teria contribuído na elaboração e planejamento das questões pertinentes aos aspectos didático-pedagógicos.

A ausência de políticas públicas no período aliada às dificuldades de ordem social e econômica (perpassadas pelos critérios de classe, raça e gênero) intensificaram os problemas relacionados aos processos de ensino-aprendizagem. Para 77,5% das profissionais que atuam no campo da gestão/administração escolar a evasão escolar ocorreu no período; apenas 22,5% das entrevistadas colocaram que as escolas não sofreram com a evasão escolar. Esse dado, por sua vez, é observado de forma distinta em cada uma das redes de ensino. Enquanto nas escolas privadas esse fenômeno não foi identificado pelas informantes, a evasão escolar nas escolas públicas foi mencionada por 80,6% das professoras e por 19,4% docentes que trabalham tanto na rede pública de ensino quanto na rede privada.

O aumento nos índices de evasão escolar ocorreu principalmente no ensino fundamental (43,90%), seguido pelo ensino médio (31,71%) e, por fim, pela educação infantil (17,07%). O EJA (Ensino de Jovens e Adultos) teve o percentual de 7,32% de evasão no período analisado.

As dificuldades apontadas pelas informantes em relação ao processo de aprendizagem de discentes durante o ensino remoto são diversas e impactaram tanto a rede de ensino pública quanto a rede de ensino privada.

Professoras que atuam na rede privada destacaram

os seguintes pontos em relação aos estudantes, tendo como base suas vivências nesse contexto: dificuldade de manter o interesse e a concentração em sala de aula, não possuir aparelhos adequados para assistir e participar das aulas, não obter o retorno esperado das atividades propostas, além da não participação assídua nas aulas remotas.

Já em relação às escolas públicas, as informantes destacaram que as principais dificuldades dos discentes foram: a baixa escolaridade das famílias, que influenciou na dificuldade de os responsáveis acompanharem a resolução das atividades propostas pelos seus filhos/filhas, além da baixa adesão no retorno das atividades escolares.

Com a implementação do ensino híbrido a partir do mês de maio de 2021, no Estado do Rio Grande do Sul, também foi perguntado às docentes questões relacionadas às práticas didático-pedagógicas incorporadas neste modelo, assim como as características da dinâmica escolar no período mencionado.

Professoras que exercem suas funções laborais nas duas redes de ensino apresentaram as seguintes respostas: em 64,3% dos casos as aulas presenciais foram intercaladas com aulas remotas assíncronas e em 35,7% das situações as aulas foram síncronas, com parte dos estudantes em sala de aula e a outra parte dos discentes na modalidade remota.

Na rede pública foram observados os maiores percentuais de aulas presenciais conjugadas com aulas remotas assíncronas (65,8%); em segundo lugar aparecem as aulas remotas e presenciais síncronas (28,05%). Na rede privada apareceram as duas possibilidades, com 50% de casos para cada uma delas.

O impacto das desigualdades sociais no campo da educação durante a pandemia

Há uma série de elementos que são parâmetros determinantes na análise de desigualdades sociais. Pretende-se, aqui, compreender como esses elementos dentro da Educação se tornam um reflexo da falta ou possibilidades de acessos, sejam eles de caráter de capitais materiais, culturais ou simbólicos, classificando principalmente elementos ligados às classes sociais e às relações sócio-econômicas, nas quais estas comunidades de escolas públicas e privadas se inserem na sociedade. O campo da educação é um reflexo direto destas relações.

Por lei, é obrigatória a presença de crianças, jovens e adolescentes dos 4 aos 17 anos na escola¹³⁷. No período de pandemia, além das mudanças na produtividade no sistema capitalista, houve um aprofundamento das desigualdades sociais já existentes, além das consequências destas opressões no campo de gênero, raça/etnia e classe.

No estudo, as desigualdades sociais no campo da educação são percebidas através dos diferentes modelos incorporados nas práticas didático-pedagógicas como, por exemplo, a escolha das modalidades de ensino (remoto, híbrido ou presencial). A escolha da modalidade, entre os anos de 2020 e 2021, dependeu, principalmente, do contexto familiar socioeconômico dos discentes, ou seja, de acordo com as possibilidades de acesso à conectividade e equipamentos tecnológicos.

O acesso a tecnologia e internet se tornaram pontos chave de comunicação entre a comunidade escolar e a escola, sendo também classificados como uma via essencial para

a continuidade das atividades letivas. Nas escolas públicas no ano de 2020, os maiores índices se encontram na continuidade letiva via materiais impressos sem videoaulas, sendo justificados pela realidade de pertencimento socioeconômico das escolas em questão. O estudo identificou que as escolas privadas obtiveram performances diferentes, tendo de início as atividades letivas compostas de videoaulas somadas aos recursos didáticos de fixação de conteúdo. A partir do momento que determinadas classes sociais têm acesso e outras não, há um problema estrutural de desigualdades sociais.



[...] nas classes econômicas A e B a presença da internet beirava os 100% em 2019, nas classes D e E, o acesso caía para 50%. Em relação à posse de equipamentos, as desigualdades também eram grandes: enquanto nas classes A e B a posse de computador era um item frequente (95 e 85%, respectivamente), nas classes D e E, a presença do computador caía para 14%¹³⁸.



¹³⁷ Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.

¹³⁸ PARREIRAS, C.; MACEDO, R M. Desigualdades digitais e educação: breves inquietações pandêmicas. In: TONIOL, R.; GROSSI, M. (orgs.). Cientistas sociais e o coronavírus. Florianópolis: Tribo da Ilha Editora, 2020a. p. 485-491.

Conforme Paludo¹³⁹ e Macedo¹⁴⁰, as dinâmicas familiares de possibilidades financeiras sendo projetadas nos setores educacionais entram como um capital cultural, sendo expresso por três categorias¹⁴¹.

O capital cultural objetivado é a expressão material que influencia nas cargas de ensino e aprendizagem que um aluno recebe, como, por exemplo, livros e outras referências clássicas e modernas de cultura, geralmente aliadas com escrita, música, esculturas, acessos amplos e gerais que acarretam conhecimentos amplos. Os avanços tecnológicos, o computador e a internet têm sido grandes aliados para os estudantes, adentrando também neste campo do capital cultural objetivado, compreendido no sentido de serem objetos que possam ser transferíveis¹⁴².

Pensando em aspectos subjetivos, há o capital cultural incorporado, sendo ele os saberes cristalizados no sujeito, ou seja, é intransferível. A junção de ambos os tipos de capitais se concretiza, materialmente, nos diplomas e avanços escolares dando resultados no desempenho acadêmico desenvolvido.

¹³⁹ PALUDO, Elias. Os desafios da docência em tempos de pandemia. Revista Em Tese, Florianópolis, v.17, n. 2, p. 44-53, jul/dez., 2020.

¹⁴⁰ MACEDO, Renata. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. Revista Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol 34, nº 73, p.262-280, Maio-Agosto 2021.

¹⁴¹ BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2008.

¹⁴² ROCHA, Bruna Eduarda; FAVERO, Suelen; SOUZA, Wylana Cristina Alves De. (Des)Igualdades no acesso ao ensino remoto: uma análise acerca da aprendizagem nos meios populares durante a pandemia da covid-19. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 06, Vol. 09, pp. 83-99. Junho de 2021. ISSN: 2448-0959.

Estes aspectos vêm sendo considerados como Direitos Humanos e postos na Constituição Brasileira de 1988, Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

A ONU (Organização das Nações Unidas) já reconheceu que o acesso à internet é um Direito Humano em uma sociedade extremamente globalizada¹⁴³. Além disso, no estudo observou-se que, mediante aparelhos eletrônicos, a maioria dos discentes das escolas públicas usam apenas celulares para acompanhar as aulas remotas; e, em segundo lugar, estão aqueles alunos que não possuem nenhum aparelho eletrônico que lhes permita acompanhar essas aulas, tendo disponíveis apenas o recurso das folhas impressas entregues pelo professor. Nas escolas privadas o cenário é diferente, com o acesso a esses recursos fazendo parte do cotidiano familiar dos alunos.

Com as escolas fechadas e os relatos apresentados pelas docentes que atuam nas escolas públicas do Rio Grande do Sul, destacaram-se duas grandes dificuldades: a baixa adesão dos estudantes em relação às atividades e a falta de acesso à internet; nas escolas privadas, majoritariamente as preocupações referiam-se à adesão dos discentes às aulas.

Conforme Mészáros (2009), os sistemas público e privado de ensino possuem objetivos diferentes, pois a educação no sistema capitalista é voltada a produção e reprodução

¹⁴³ BACCIOTTI, Karina Joelma. Direitos Humanos e Novas Tecnologias da Informação e Comunicação: o acesso à internet como direito humano. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Direito, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

da vida, além de ser tratada como uma mercadoria. A partir disso, a reflexão vem no sentido de: como a educação se insere dentro do meio social? O autor aponta detalhes profundamente enraizados no modo de produção, que determina a educação como um campo de produção também cultural. A educação entra como um processo também da preparação de jovens para participarem do mercado de trabalho, recebendo discursos referentes a socialização, valores, *habitus* adquirido. Esses aspectos perpassam desde as instâncias microsociais, permeadas pelas interações cotidianas, até as práticas didático-pedagógicas em nível macrossocial¹⁴⁴.

Em 2020, a Medida Provisória 926/2020¹⁴⁵ determinou que os Governadores dos Estados e Prefeitos Municipais tomassem as medidas restritivas e sanitárias cabíveis referente ao fechamento de estabelecimentos ou continuidade dos mesmos durante o pico da covid-19.

Ao longo do ano de 2020, o Governo do Estado lançou uma série de recomendações referentes às políticas governamentais adotadas durante o covid-19, conforme o Decreto nº 55.240/2020¹⁴⁶ no campo da Educação. As escolas de todos os níveis a partir de 19 de março foram suspensas, mantendo um respaldo de quinze dias prorrogáveis. Nestes períodos de

¹⁴⁴ MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. 2ª ed, São Paulo. Ed. Boitempo Editorial, 2008.

¹⁴⁵ Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141144> (acesso em 05/01/2022).

¹⁴⁶ RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Decreto Nº 55.240/2020, DE 10 DE MAIO DE 2020. O Decreto determinado e atualizado em 2021 determina em 2020 o Ensino Remoto como sendo o padrão estabelecido e aplicado nos demais Municípios pertencentes ao Estado. Diário Oficial Nº 48 - 2ª edição. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/decreto-55-783-doe.pdf> (acesso em 10/02/2022).

incertezas, prorrogaram-se os prazos até o desenvolvimento, pela Secretaria da Educação, de um plano de ensino de acordo com as medidas preventivas existentes. Para as escolas privadas somente foram feitas recomendações, não obrigatórias; o pedido vinha no sentido de que, ao menos, fosse implementado o uso de máscaras e distanciamentos até 1,5 metros, dentre outros.

No ano de 2021, por sua vez, o retorno gradativo ao ensino presencial é autorizado, tornando-se obrigatório a partir de novembro de 2021¹⁴⁷ em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Os principais argumentos elencados pelos gestores, especialistas, etc., foi o déficit na aprendizagem de estudantes da rede básica de ensino, como consequência da pandemia. Embora o argumento seja válido e de grande importância, é preciso problematizar também que as ações por parte do Estado brasileiro foram insuficientes desde 2020 para o campo da educação. O Brasil¹⁴⁸ é um dos países que permaneceu sem aulas durante o maior período durante a pandemia. Esse fator decorreu da inexistência de ações efetivas voltadas para a criação de políticas públicas que atendessem os discentes, docentes e redes escolares na época. As consequências dessa ausência e/ou timidez do Estado foram sentidas especialmente pelos alunos de escolas públicas e que fazem parte dos grupos de maior vulnerabilidade social.

¹⁴⁷ DECRETO Nº 56.171, DE 29 DE OUTUBRO DE 2021. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//decreto-56-171-29out21.pdf> (acesso em 11/12/2021).

¹⁴⁸ OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/b35a14e5-en/index.html?itemId=/content/publication/b35a14e5-en> (acesso em 05/01/2022).

Considerações Finais

Ao longo dos anos de 2020 e 2021 as escolas públicas e privadas adotaram dinâmicas e práticas diferentes em relação aos aspectos pertinentes ao ensino e aprendizagem. Nas escolas públicas apresentou-se como hegemônico o ensino remoto e nas privadas o ensino híbrido. Em 2021 observou-se uma transição de abertura tanto para o ensino presencial quanto para a modalidade híbrida.

A partir dos dados desta pesquisa, percebe-se uma significativa desigualdade no acesso ao ensino, quando observados estudantes de escolas públicas e privadas. Essas diferenças vão desde a existência ou não de acesso à internet, recursos tecnológicos (que influenciaram a existência ou não do ensino híbrido e/ou síncrono), até a sobrecarga e precarização do trabalho docente, momento em que as instâncias privadas foram invadidas pelas demandas do campo profissional. É necessário também um estudo mais aprofundado para compreender este fenômeno que perpassou as vidas de todos, este entrelaçamento entre o público e o privado durante a pandemia e as consequências do *home-office*.

Enquanto as profissionais da educação nas escolas públicas enfatizam as questões estruturais de acessos ao ensino, nas escolas privadas sua atenção referia a baixa adesão dos estudantes no acompanhamento das aulas e atividades propostas. As perguntas que surgem diante destas evidências são referentes às consequências não só acadêmicas que se dão de forma bastante objetivas nos parâmetros gerais demonstrados aqui, mas também pelos outros aspectos propostos pela escolaridade — como a viabilidade de socialização, espaços de convivências sociais e compartilhamento

de experiências pessoais, coletivas e acadêmicas. As consequências da ausência de planejamento por parte do Estado e da ausência de políticas públicas, para o campo da educação, durante o período pandêmico serão sentidas por muito tempo, marcando de forma indelével toda uma geração, principalmente quando foram observados os marcadores de raça/etnia e classe social.

REFERÊNCIAS

BACCIOTTI, Karina Joelma. **Direitos Humanos e Novas Tecnologias da Informação e Comunicação: o acesso à internet como direito humano**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Direito, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2008.

BRANDÃO, Zaia. **Dialética micro/macro na sociologia da educação**. Revista eletrônica Scielo Brasil, Cadernos de Pesquisa, Julho 2001. nº 113, pp. 153-165.

MACEDO, Renata. **Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública**. Revista Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol 34, nº 73, p.262-280, Maio-Agosto 2021.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2ª ed, São Paulo. Ed. Boitempo Editorial, 2008.

PALUDO, Elias. **Os desafios da docência em tempos de pandemia**. Revista Em Tese, Florianópolis, v.17, n. 2, p. 44-53, jul/dez., 2020.

PARREIRAS, C.; MACEDO, R M. **Desigualdades digitais e educação: breves inquietações pandêmicas**. In: TONIOL, R.; GROSSI, M. (orgs.). Cientistas sociais e o coronavírus. Florianópolis: Tribo da Ilha Editora, 2020a. p. 485-491.

ROCHA, Bruna Eduarda; FAVERO, Suelen; SOUZA, Wylana Cristina Alves de. **(Des)Igualdades no acesso ao ensino remoto: uma análise acerca da aprendizagem nos meios populares durante a pandemia da Covid 19**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 06, Vol. 09, pp. 83-99. Junho de 2021. ISSN: 2448-0959.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade**. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

TIC EDUCAÇÃO 2020: **Edição COVID-19 metodologia adaptada**. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_educacao_2020_coletiva_imprensa.pdf

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Nota técnica: impactos da pandemia na alfabetização de crianças**. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/02/digital-nota-tecnica-alfabetizacao-1.pdf>

O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E NA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO

Fernanda Sena Fernandes¹⁴⁹
Bruna Luisa Vogt Siebeneichler¹⁵⁰
Thais Rodrigues Cortez¹⁵¹

Introdução

A pandemia de covid-19 impactou o mundo de diversas formas, mudando de maneira abrupta as relações sociais em todas as esferas da vida – emocional, social, econômica, política e cultural. No Brasil, a pandemia expôs os abismos que existem na sociedade brasileira, com altos índices de desemprego¹⁵², aumento do número de pessoas abaixo da linha

¹⁴⁹ Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria.

¹⁵⁰ Graduanda em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria.

¹⁵¹ Graduanda em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria.

¹⁵² Dados disponíveis em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2021/05/27/brasil-tem-desemprego-de-147-no-tri-ate-marco-diz-ibge.htm>

da miséria¹⁵³, número estrondoso de mortes por covid-19, especialmente entre pessoas de classes populares¹⁵⁴, e marginalização aguda de grupos já discriminados, como mulheres, pessoas negras e indígenas. Esses impactos têm sido objeto de estudo das Ciências Sociais, que ainda tentam mensurar o tamanho das transformações causadas pela pandemia, da mesma forma que tentam compreender os desdobramentos que podem ocorrer disso.

O presente estudo trata de um dos aspectos que marcaram a sociedade brasileira durante esse período: o aumento do trabalho doméstico das mulheres e seu impacto na inserção dessas no mercado de trabalho. Utilizando método bibliográfico e análise documental, bem como dados secundários, busca-se compreender de que forma a pandemia afetou as mulheres, sobretudo considerando uma já existente Divisão Sexual do Trabalho, onde homens são prioritariamente destinados à esfera pública e de tomadas de decisão enquanto às mulheres cabe o espaço privado, através do trabalho de cuidados (KERGOAT, 2003, p. 55).

Serão apresentados diálogos mediados pelas reflexões de importantes teóricas como Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez e Silvia Federici, costurando essas análises com os dados secundários fornecidos pelo IBGE através da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) e de outros institutos como o IPEA, de forma a compreender, através da série histórica apresentada, quais foram os impactos para esse

¹⁵³ Dados disponíveis em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/04/05/numero-de-brasileiros-que-vivem-na-pobreza-quase-triplicou-em-seis-meses-diz-fgv.ghtml>

¹⁵⁴ Dados disponíveis em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>

grupo e quais seus significados. Inicialmente será discutido o conceito de trabalho, de forma a incorporar aos conceitos clássicos a questão de gênero, a qual foi, de certa forma, negligenciada pela literatura da época, que ignora a produção de valor do trabalho reprodutivo. A seguir, analisa-se a partir da perspectiva teórica do feminismo marxista, a situação das mulheres no Brasil, utilizando os debates das autoras acima citadas para compreender os desdobramentos da pandemia na esfera do trabalho reprodutivo. Conclui-se que em períodos de crise econômica e social as mulheres são um dos grupos mais atingidos, seja pela sobrecarga de trabalho, seja pela precarização de sua condição de trabalhadora, com menos acesso ao mercado formal e mais propensas ao trabalho informal e/ou ao desemprego. Destaca-se também a intersecção existente entre gênero, raça e classe dentro do mundo trabalho, que é sinalizada não só pelas teorias como também pelos dados empíricos.

Gênero e trabalho: as disputas entre valores produtivos e reprodutivos

O que, afinal, conceitua-se como trabalho? Seria trabalho apenas aquele que resulta no ganho de um salário, ou no valor de algum serviço prestado ou de alguma mercadoria vendida? Ou trabalho configura-se como categoria mais ampla, abarcando atividades que de alguma forma produzem algo que não necessariamente valor de troca? É necessário, para responder essas perguntas, que se compreenda o conceito de trabalho de forma ontológica, a partir do seu papel social. Para Marx (1998, p. 10), o trabalho por si só é o que distingue os homens dos animais, é a essência da constitui-

ção humana, é o que produz sua própria existência material. Nesse sentido, o trabalho é uma extensão do homem, o que ele produz para a satisfação de suas necessidades básicas — é algo provindo do próprio homem, é também o que lhe dá condições de produzir cada vez mais e de se constituir como ser social através do que produz e das condições as quais produz. Assim, aponta que o trabalho surge a partir de uma necessidade, que será satisfeita através da produção do que lhe convém e, por consequência, dará vazão a outras inúmeras necessidades, desencadeando um trabalho social.

A questão ontológica do trabalho é fundamental para o entendimento do conceito de trabalho em Marx, justamente por dar base a todas as suas discussões posteriores sobre a exploração da mão-de-obra. Marx destaca que a transformação da matéria pelo homem difere do que ocorre com os animais, pois quando o homem transforma a matéria, ele está objetivando uma ideia em forma física, ideia da qual há um planejamento por trás, uma estruturação do passo a passo a ser realizado para concebê-la. O trabalho é, portanto, não apenas produto de dispêndio físico, mas também intelectual (MARX, 2011).

Assim, pode-se dizer que o trabalho é inerente ao ser humano e que “o que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção” (MARX, 1998, p. 11). Essa conotação dada por Marx ao trabalho é a própria síntese das relações humanas, já que sem esse dispêndio energético, seja físico ou intelectual, não existem condições materiais de vida, o que torna “trabalho” como ação necessária e ainda social, dado o fato de que quem produz nunca está isolado e de que ao produzir para si, também está produzindo coletivamente, não apenas os objetos, mas também o conhecimento da transformação do material nesse objeto (*Ibidem*, p. 18).

Dessa forma, ao produzir algo, atribui-se a esse objeto valor de uso, ou seja, há um propósito na produção desse algo, voltado à sanar alguma necessidade. No entanto, quando esse algo é produzido não para suprir uma necessidade *própria* e sim de outrem e, ao cedê-lo, negocia-se por um determinado valor, produz-se então um valor de troca, ou seja, uma forma de atribuir-lhe valor (*Ibidem*, p. 158/160).

A teoria marxista é fundamental para a compreensão de como o trabalho consiste em uma esfera essencial das relações sociais, desde sua origem ontológica, passando pelos desdobramentos sociais, econômicos e políticos. No entanto, uma das esferas do trabalho é mencionada de forma menos aprofundada por Marx: o trabalho reprodutivo. Esse debate tem sido fomentado por feministas, que apontam a cegueira de gênero que há quando conceitualiza-se trabalho, esquecendo que as relações de poder entre homens e mulheres são constituídas a partir da arena reprodutiva (CONNELL; PEARSE, 2015; SCOTT, 1995) e fazendo com que o trabalho de cuidado seja invisibilizado pela sociedade. Considerando sua naturalização a partir da construção do entendimento de que as mulheres estão destinadas ao espaço do lar e ignorando que há também nesta forma de trabalho uma transformação da matéria, planejamento e categorização de mundo para ordená-lo — portanto, demanda tempo, energia física e intelectual —, é que o trabalho doméstico e de cuidados ainda se coloca como um dos maiores obstáculos no caminho por equidade.

Federici (2017, p. 86) aponta que a questão de gênero acabou tornando-se periférica no trabalho teórico de Marx, que, dado o contexto histórico no qual viveu, também natu-

realizava esse trabalho, tendo “o trabalho industrial como forma normativa de produção” e inserindo a questão do trabalho feminino apenas na esfera fabril. A partir dessa crítica, a autora trabalha com passagens de Marx no *Capital*, tecendo comentários sobre a invisibilidade do trabalho reprodutivo na teoria marxista e apontando que o mesmo não é considerado como produtor de valor (*Ibidem*, p. 92). Nesse sentido, a pergunta de Federici ecoa: a manutenção da vida não é, de alguma forma, produtora de valor?

Na perspectiva da autora, o trabalho reprodutivo é o que proporciona ao sistema capitalista a infraestrutura possível para o processo de reprodução do trabalho e acumulação de capital, dando sustentação àqueles que empregam e à classe trabalhadora — tendo em vista que as mulheres às quais esse trabalho é destinado não foram inseridas na classe trabalhadora por meio desses serviços prestados, mesmo que as próprias mulheres reivindicuem esse reconhecimento, na luta não apenas para que se evidencie seu caráter central na manutenção da vida, como para que existam melhores condições no desempenho dos mesmos (FEDERICI, 2019, p. 49). Isso evidencia que o trabalho reprodutivo é invisível à economia e ao capital.

A invisibilidade e a separação entre trabalho produtivo (produtor de valor) e trabalho reprodutivo (produtor da vida, desprovido de valor) tornam-se questões centrais para compreendermos a divisão sexual do trabalho e a marginalização das mulheres no mercado de trabalho. Ao contrário do que aponta Marx em sua obra, o trabalho industrial não é libertador para as mulheres; ele cria, antes de tudo, um paradoxo de difícil resolução, no qual ao mesmo tempo em que uma sociedade capitalista exige que elas não apenas auxi-

liem no provimento do lar, mas muitas vezes sejam as únicas responsáveis por isso, também às cobra que os trabalhos de cuidado não sejam deixados de lado, jogando sobre seus ombros jornadas duplas e até mesmo triplas de trabalho — num constante malabarismo para serem as mães que a sociedade exige e as trabalhadoras que o capitalismo requer.

O contexto brasileiro traz ainda outras nuances ao debate, quando soma-se a isso uma economia periférica do Sul Global, onde as questões de classe e de raça se interseccionam ao gênero, produzindo abismos sociais, estruturas precárias e marginalização das mulheres, especialmente as mulheres negras. Essas questões intensificam-se com a pandemia de COVID-19, em que as mulheres compõem a maior parte da força de trabalho na área da saúde (65%)¹⁵⁵, mostrando que essa sobrecarga de trabalho adquire outras nuances, não apenas no trabalho formal voltado aos cuidados como também em relação ao enfraquecimento da economia, que as empurra à informalidade.

Exército de mão-de-obra reserva: a fragilização da mulher no mercado de trabalho em tempos de covid-19

Falar de gênero no Brasil é necessariamente falar de raça e de classe. A construção social, econômica e política do Brasil perpassa, necessariamente, relações hierárquicas fortes, que ecoam na sociedade brasileira até hoje — especialmente relacionadas à raça, com heranças ainda dolori-

¹⁵⁵ Dados disponíveis em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/mulheres-sao-maioria-na-linha-de-frente-do-combate-a-covid-19/#:~:text=Segundo%20o%20Conselho%20Nacional%20de.n%C3%ADveis%20de%20complexidade%20da%20assist%C3%Aancia>.

das da escravidão, e de gênero, com um longo histórico de exploração sexual e abandono das mulheres, especialmente as de classes mais baixas. Também é errôneo supor que o trabalho feminino só surge no século XX, pois historicamente as mulheres negras e de classes populares trabalham desde os tempos da colônia, não apenas em serviços domésticos, mas também produtivos, como as lavadeiras, as quituteiras, as costureiras (DEL PRIORE, 2009; SAFFIOTI, 2013). Ademais, a transformação em relação ao trabalho feminino por parte do Estado, advém de um momento histórico específico, em que o Nacional-desenvolvimentismo apregoado por Getúlio Vargas necessita da força de trabalho das mulheres, mas já não podendo utilizá-la de maneira informal, dada a necessidade de inserção de mão-de-obra qualificada, oriunda de uma classe média emergente (BESSE, 1999; SAFFIOTI, 2013).

Essa nova realidade foi pautada sobretudo por acordos internacionais, que cada vez mais pressionaram pela regulamentação do trabalho feminino, tais como a Convenção nº3 da Organização Internacional do Trabalho, ocorrida em 1919, mesmo ano de criação do órgão. Esta Convenção serviu como parâmetro para o advento dos direitos trabalhistas das mulheres, que no Brasil seriam adotados de forma integral somente 24 anos depois, com a Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943 (REA, 2002, p.392). Tal regulamentação, no entanto, de forma alguma é sinônimo de melhoria nas condições tanto de trabalho quanto de salário das mulheres. Apesar de prever a proteção à maternidade em seus dispositivos, a CLT nesse período tinha caráter instrumentalista, ou seja, visava muito mais um projeto de país, que necessitava que as mulheres não abandonassem seus trabalhos de cuidado em prol dos trabalhos produtivos (MARTINS, 2010, p.

111), do que propriamente uma preocupação com quaisquer debates sobre equidade de gênero. Assim, a regulamentação do trabalho feminino não veio para emancipá-las, mas para complexificar ainda mais as relações de gênero, criando um paradoxo no qual ao mesmo tempo que as mulheres são recrutadas pelo mercado de trabalho, continuam a ser as responsáveis pelos trabalhos de cuidado.

Ainda que após a constituição de 1988 esse caráter tenha abrandado, graças à intensa participação dos movimentos feministas e de mulheres — que conseguiram ampliar os direitos trabalhistas das mulheres-mães através da Carta das Mulheres à Constituinte —, o caráter paradoxal permanece. O trabalho reprodutivo segue sendo um dos principais marcadores de marginalização das mulheres, que não contam com uma estrutura estatal com creches e escolas em tempo integral onde possam deixar seus filhos, além de serem institucionalmente responsabilizadas pelo Estado pelo trabalho de cuidados, com licenças que vão de 120 a 180 dias enquanto os pais recebem apenas de 5 a 20 dias de licença paternidade.

O desinteresse do Estado na equiparação de gênero é facilmente reconhecido nas teorias de Heleieth Saffioti (2013). Ao trazer contribuições pioneiras sobre gênero e trabalho, a socióloga brasileira tece a teoria de que a marginalização das mulheres não corresponde apenas a uma questão de opressão patriarcal, mas também capitalista, sendo elas utilizadas como exército de mão-de-obra reserva. Desta forma



oferecer à mulher as condições ideais e quase ideais para que ela concilie suas atividades de reprodutora e de socializadora da geração imatura com suas atividades ocupacionais significa, para a sociedade de classes, operar contra si mesma, lançar mão de um mecanismo autodestruidor. Como o sistema de produção não pode absorver toda a força de trabalho potencial da sociedade de economia de mercado, libertar a mulher das funções que tradicionalmente vêm sendo desempenhadas por ela representa ampliar consideravelmente o número de pessoas disponíveis no mercado de trabalho, o que, além de agravar o problema social, expõe a estrutura social à observação e à crítica. (*Ibidem*, p. 510).



A teoria de Saffioti encontra eco na sociedade brasileira mais de 65 anos após sua primeira publicação e a comprovação de sua tese é facilmente detectável através de marcadores sociais produzidos pelo IBGE através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), bem como pela recente reforma trabalhista aprovada em 2017 e que impacta diretamente as mulheres, especialmente as socialmente vulneráveis: mulheres de classes populares, mulheres negras e mães.

Com desenho neoliberal, a reforma trabalhista conseguiu sua aprovação através de intenso trabalho de setores sociais que viam nos direitos trabalhistas um “inchaço” dos custos tanto do Estado como dos empresários, utilizando como argumentação diante da opinião pública que enxugar esses direitos possibilitaria a criação de mais empregos. O resultado desse intenso lobby foi a aprovação não apenas da Reforma, mas também da Lei da Terceirização, que impacta o setor de

serviços, no qual as mulheres são maioria do contingente de trabalhadores¹⁵⁶. Assim, a possibilidade de contratos intermitentes, a perda do direito de troca de posto devido à gravidez quando o trabalho realizado é insalubre, bem como a famigerada passagem que determina que haja negociação entre empregadores e empregados, apesar de prejudicarem a classe trabalhadora como um todo, acabam tendo peso ainda maior para as mulheres, especialmente as mulheres negras, já que



por arcarem com todo o ônus da discriminação racial e de gênero e da discriminação setorial regional ocupacional - mais do que homens de mesma cor e mulheres brancas —, restam às modalidades de trabalho residuais, que por mais degradantes e inseguras que sejam, constituem-se como única alternativa diante do desemprego prolongado. (MONTEIRO et al. 2020, p. 121).



Para analisar a evidência dessa afirmação, deve-se primeiramente examinar os dados produzidos pela PNAD entre 2017 e 2021, onde a taxa de mulheres empregadas no Brasil mantém pequenas variações na casa dos 43%¹⁵⁷, mesmo no período pandêmico. Há aqui dois dados importantes para serem destacados: o que o IBGE considera como ocupação e qual o impacto da covid-19 na inserção das mulheres no mercado de trabalho. Quanto ao primeiro ponto, o IBGE, em sua nota técnica, afirma que por população ocupada entende-se:

¹⁵⁶ Dados disponíveis em: <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/terceirizacao-tem-cara-e-preta-e-feminina/>

¹⁵⁷ Dados disponíveis em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2021_2tri.pdf



as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. (IBGE, 2021, p. 3).



Ou seja, encontra-se neste grupo tanto as pessoas com trabalho formal, quanto as com trabalho informal ou em atividade de produção da economia familiar, como por exemplo pequenos agricultores de subsistência. Tendo como norte a concepção ampla de ocupação do IBGE, bem como não havendo por parte do instituto um marcador específico para o trabalho informal feminino, supõe-se que entre esses cerca de 43% de mulheres ocupadas, uma boa parte esteja empregada na força de trabalho informal, em categoria de subemprego. Como afirmam Lyra e Medrado (2000), sem a categorização de certos marcadores nas pesquisas desse porte, não há possibilidade de mensurar certos fenômenos sociais, invisibilizando esses problemas e dificultando a criação de políticas públicas que possam combatê-las.

Ademais, quando sobrepõe-se ao gênero a questão da raça, o impacto é ainda maior: de acordo com a Revista Gênero e Número, publicação on-line que compila e analisa dados de diversos institutos de pesquisa, em 2020 havia 7,1 milhões de mulheres em busca de trabalho, das quais 4,4 milhões

eram mulheres negras¹⁵⁸. Ainda de acordo com pesquisa realizada pela Revista, 40% afirmaram que a pandemia colocou em risco suas fontes de renda, ameaçando o pagamento de contas básicas, como luz, água e aluguel. 55% das mulheres que responderam sobre essa ameaça eram negras.

A fragilização das mulheres negras no mercado formal de trabalho já vem sendo discutida há anos, como herança latente do sistema escravocrata brasileiro. No entanto, como aponta Lélia Gonzalez (1979, p. 6), a maioria dos teóricos que colocam em pauta essa discussão, o fazem de forma abstrata, esquecendo-se que a realidade é mais complexa. No Brasil, negros e indígenas constituem a maior parte da população, sendo, dessa forma, o Brasil intrinsecamente *povo de cor*¹⁵⁹. Lélia ainda aponta que estas teorias desconsideram fatores cruciais para o entendimento da marginalização dos negros na sociedade brasileira, não analisando, por exemplo, sua concentração demográfica em zonas subdesenvolvidas do Brasil, em locais onde a força de trabalho exigida é menos industrializada e mais pré-capitalista (*Ibidem*, p. 9).

Nesse contexto, o trabalho das mulheres negras situa-se como fundamental no pós-abolição. Tendo os homens um nível de marginalização maior, com leis que criminalizavam diversas formas de serviço ditas masculinas, foram as mulheres negras o sustentáculo da sobrevivência familiar, realizando serviços de lavadeiras, empregadas domésticas, amas de leite, quituteiras, etc (*Ibidem*, p. 13). Ocupações como essas, no entanto, não garantem nenhum tipo de segurança às mulheres, principalmente em tempos de crise, como os

¹⁵⁸ Dados disponíveis em: <https://www.generonumero.media/mulheres-trabalho/>

¹⁵⁹ Termo usado por Lélia, no texto citado.

que estão sendo abordados, em que a primeira vítima brasileira da covid-19 foi uma mulher negra que trabalhava como empregada doméstica na cidade do Rio de Janeiro.

Essa realidade permaneceu ao longo do século XX: de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2016¹⁶⁰, as mulheres negras correspondem a 55,47% do percentual de mulheres chefes de família no Brasil. Também são elas que constituem o maior número de população em idade ativa (28,3%) e de subocupação (34,6%)¹⁶¹. No contexto da pandemia de covid-19, as mulheres negras foram as mais afetadas quanto às taxas de ocupação, com queda de 13,6% em face de 11,4% de queda em relação a homens negros, 6,0% em relação às mulheres brancas e apenas 3,2% no que diz respeito a homens brancos. Dessa forma, “o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa” (GONZALEZ, 1979, p. 15).

Ademais, em relação aos impactos da Pandemia no trabalho feminino, observa-se, de acordo com dados do IPEA, que as mulheres brancas foram a maior parte do contingente de trabalhadores que entrou na modalidade de teletrabalho (56% eram mulheres e 65,6% pessoas brancas), mostrando que de novo as mulheres negras arcam com dois pesos sociais: a subocupação que não permite a segurança e estabi-

¹⁶⁰ Dados disponíveis em: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores/chefia_familia.html

¹⁶¹ Dados disponíveis em: <https://www.facamp.com.br/pesquisa/economia/npegen/mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho/boletim-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho-no-4o-trimestre-de-2020/>

lidade do trabalho formal e as baixas taxas de escolarização, considerando que 74% das pessoas que puderam usufruir dessa modalidade possuem curso superior¹⁶².

Há aqui dois componentes fundamentais, no que tange às mulheres brancas e negras: 1) é importante assinalar que as mulheres foram a maioria dentro dos chamados contratos intermitentes, representando cerca de 54% dos trabalhadores nessa modalidade, de acordo com dados do Ministério do Trabalho em 2017¹⁶³. É provável, considerando os números aqui apresentados, que este número tenha se elevado no período de pandemia. Isso, no entanto, configura-se como uma hipótese, já que o Ministério do Trabalho não têm divulgado dados mais precisos com marcadores como gênero e raça; 2) Ao mesmo tempo que são maioria dentre os precarizados, as mulheres brancas ainda gozam de determinados privilégios, como poderem exercer seu trabalho de forma remota, embora isso também configure na sobrecarga emocional ao terem de lidar com filhos, casa e trabalho de forma concomitante. No entanto, é necessário assinalar que as mulheres negras, por não poderem, em sua maioria, desfrutar dessa modalidade, também estiveram mais expostas aos riscos da covid-19, dado que é confirmado por estudos realizados pela UFPel, nos quais aponta-se que os 20% mais pobres da população tiveram o dobro de risco de contágio, sabendo-se que o maior percentual racial nas populações mais pobres corresponde a negros e pardos. Destaca-se também, nessa mesma

¹⁶² Dados disponíveis em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-07/ipea-11-dos-trabalhadores-fizeram-home-office-ao-longo-de-2020>

¹⁶³ Dados disponíveis em: <https://exame.com/economia/trabalhador-intermitente-e-mulher-e-tem-ate-29-anos/>

pesquisa, o apontamento de que os indígenas têm até 4x mais chances de infecção que pessoas brancas, negras e pardas¹⁶⁴.

As mulheres, portanto, constituem no cenário pandêmico a população mais vulnerável, sendo as mulheres negras as mais atingidas. Mesmo com o aumento dos números de ocupação feminina, demonstrado nos dados da PNAD do último trimestre de 2021, a situação das mulheres segue calamitosa, considerando-se que dentro da taxa de população ocupada encontram-se trabalhadores em regime CLT, informais e autônomos, além de pessoas em regime de contrato intermitente — o que aponta que, a partir do entendimento tanto de Saffioti como de Gonzalez, as mulheres, e especialmente as mulheres negras, seguem sendo o exército de mão-de-obra de reserva em um sistema capitalista que adquire, no Brasil, cada vez mais uma forma neoliberal.

Conclusão

Pensar trabalho é pensar além do trabalho braçal industrial. Pensar trabalho também é pensar no trabalho reprodutivo e na destinação das mulheres ao trabalho de cuidado. Federici tece críticas sobre a invisibilidade de discussões sobre o tema na teoria de Marx, onde o trabalho reprodutivo não é considerado produtor de valor. De acordo com a autora, não discutir esse tema é secundarizar a divisão sexual do trabalho e a marginalização das mulheres, sobretudo das classes mais populares e de etnias que sofrem com uma estrutura racista, como mulheres negras e indígenas. González e

¹⁶⁴ Dados disponíveis em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/09/23/mais-pobres-tem-duas-vezes-mais-chance-de-ter-covid-do-que-os-mais-ricos-aponta-pesquisa-da-ufpel.ghtml>

Saffioti, através de uma lente que destaca a situação das mulheres brasileiras, convergem na mesma conclusão, assustadoramente datada da metade do século XX e ainda latente na realidade atual. Debater gênero, raça e classe é imprescindível ao discutir trabalho, uma vez que essas categorias se entrecruzam o tempo inteiro e a compreensão da totalidade da sociedade brasileira só se dará a partir da análise conjunta dessas categorias.

Tal discussão, ainda latente, somada ao cenário de crise econômica e social e levando-se em consideração todos os aspectos levantados anteriormente a partir da exposição dos estudos das autoras, indicam que as mulheres, já submetidas à jornadas de trabalho duplas e triplas, sofreram fortemente o impacto da covid-19 em todos os níveis: seja pela sobrecarga do cuidado com os filhos que recaiu sobretudo nelas, seja pelo enfraquecimento da economia que às marginalizou ainda mais, empurrando boa parte dessas mulheres para a informalidade e/ou desemprego.

A covid-19, no entanto, não forjou tal situação, mas sim intensificou e amplificou os níveis já existentes de marginalização e de precarização do trabalho feminino, fato esse demonstrado pelos dados aqui apresentados. Quando se foca nos dados sobre o trabalho feminino, depara-se com evidente distância entre mulheres brancas e negras, onde mulheres negras não tiveram a possibilidade do trabalho remoto e foram, assim, ainda mais expostas aos riscos da covid-19, além de também serem diretamente afetadas pela crise econômica potencializada pela crise sanitária, sendo elas chefes de família ao mesmo tempo que ocupam grande percentual na população em vulnerabilidade social.

Em uma realidade onde negros e negras, bem como a população indígena, são os mais afetados por mudanças sociais, é necessário entender o que está influenciando essa mudança. Os dados apresentados, lidos com as lentes da discussão aqui proposta pautada pelas teóricas citadas, apontam que o cenário presente é criado por um sistema capitalista que se alimenta de preceitos patriarcais e se sustenta na herança escravocrata. O racismo estrutural e os papéis sociais cunhados pelas mazelas históricas da formação do Estado brasileiro, essencialmente patriarcal, formaram o terreno para que se perpetuasse a exploração da mão de obra de mulheres, especialmente de mulheres negras, ocasionando, dentro do cenário pandêmico, a elevação destes níveis desiguais — mostrando que estes dois marcadores, sobretudo quando sobrepostos, fazem com que esse grupo sofra os maiores impactos da precarização do trabalho e/ou do desemprego, empurrando cada vez mais as mulheres para a dependência financeira ou para a linha da miséria.

REFERÊNCIAS

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MARX, Karl. **O Capital**, Volume I. São Paulo: Boitempo, 2011.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: Uma perspectiva Global. São Paulo: nVersos, 2015.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.
- FEDERICI, Silvia. Notas sobre gênero em O Capital de Marx. **Cadernos Ce-marx**, n. 10, p. 83-111, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 55-63, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

RÉA, Marina Ferreira. Benefícios à mãe trabalhadora: Coquistas e recuos nas políticas públicas. In BRUSCHINI, Cristina (org). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC, 2002. p. 389 - 402.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Políticas públicas para a maternidade e a infância no Brasil na primeira metade do século XX. In: **História da saúde: olhares e veredas**. 2010. p. 99-121.

MONTEIRO, Fernando et al. A Reforma Trabalhista e a precarização dos direitos das mulheres negras no Brasil. **Sociedade em Debate**, v. 26, n. 2, p. 115-126, 2020.

LYRA, Jorge; MEDRADO, Benedito. Gênero e paternidade nas pesquisas demográficas: o viés científico. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 145, 2000.

GONZÁLEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação apresentada no 8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association. Transcrição: Rio de Janeiro: PUCRJ, 1979.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BESSE, Susan Kent. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: Edusp, 1999.

SAÚDE SAÚDE SAÚDE SAÚDE SAÚDE
SAÚDE SAÚDE SAÚDE SAÚDE SAÚDE
SAÚDE SAÚDE SAÚDE SAÚDE SAÚDE
SAÚDE SAÚDE SAÚDE SAÚDE SAÚDE
SAÚDE SAÚDE SAÚDE SAÚDE SAÚDE
SAÚDE SAÚDE SAÚDE SAÚDE SAÚDE
SAÚDE SAÚDE SAÚDE SAÚDE SAÚDE
SAÚDE SAÚDE SAÚDE SAÚDE SAÚDE
SAÚDE SAÚDE SAÚDE SAÚDE SAÚDE

UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA DO FILME “E A VIDA CONTINUA”

uma contribuição para o ensino das ciências
sociais na área da saúde

Zulmira Newlands Borges¹⁶⁵

Já se passaram mais ou menos 30 anos do surgimento da epidemia da AIDS e cerca de 20 anos do lançamento do filme “E a vida Continua” (1993). Embora isso possa parecer muito tempo numa sociedade que produz novos produtos culturais em ritmo acelerado, a análise do filme ainda pode trazer boas contribuições para o debate atual em torno da AIDS¹⁶⁶. Nesse período, ocorreram mudanças na imagem da doença e no seu enquadramento, fazendo com que a doença deixasse de ser uma sentença de morte para ser uma doença crônica e com a qual os pacientes conseguem viver razoavelmente bem, quando seguem o tratamento prescrito. Tal aumento significativo da sobrevivência dos portadores, na virada

do milênio, erigiu um novo cenário da AIDS, com a perda de parte do *estigma* que caracterizava as antigas epidemias que compõem a história da medicina¹⁶⁷.

No início, a demora da descoberta do vírus e do modo de transmissão, bem como o fato de que suas primeiras vítimas foram grupos já socialmente estigmatizados foi um contexto que muito contribuiu para que a epidemia da AIDS seguisse os rumos que seguiu e iniciasse uma grande transformação, em especial na saúde pública brasileira. Segundo Herxlich e Pierret e Pierret (2005) nenhuma outra doença recente e nem mesmo a epidemia da COVID-19 provocou tanta mobilização social e política, incitando tantas mudanças para a saúde. Para Herxlich e Pierret (2005), ela colocou em evidência de maneira inédita a articulação do biológico, do político e do social. Com a ênfase dada ao alcance público da enfermidade, o filme apresenta as repercussões na mídia, nos noticiários, nas assembleias, nos órgãos do governo, nos bancos de sangue. Enfim, não foi uma doença restrita ao hospital ou à vida privada. A AIDS tomou o espaço público e chamou às ruas a sociedade civil, que se organizou de várias formas, inclusive em passeatas, como na cena final do filme, em que se mostra uma grande marcha em solidariedade pelos doentes e para que as autoridades públicas passassem a dar mais atenção à epidemia.

¹⁶⁵ Doutora em Antropologia Social pela UFRGS. Atualmente vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSM.

¹⁶⁶ O filme foi dirigido por Roger Spottiswoode e baseado no livro de não-ficção intitulado: *And the Band Played On: Politics, People, and the AIDS Epidemic*, de Randy Shilts.

¹⁶⁷ Segundo Goffman (1981, p. 5), o termo “estigma” foi criado pelos gregos “para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso, ou traidor, uma pessoa marcada ritualmente poluída; que devia ser evitada, principalmente em lugares públicos”.

A AIDS, e especialmente os agentes (médicos, pesquisadores, doentes, familiares, dentre outros) envolvidos nas cenas deste roteiro, ao vivenciarem muitas vezes o improviso da ação em andamento, transformaram a maneira de ver a saúde e a doença e aproximaram de um modo inédito as Ciências Sociais com a área da saúde.

O filme mostra o quanto às questões sociais e culturais influem na saúde e na doença. De maneira exemplar, mostra como se disseminou muito rapidamente, o discurso suposta ameaça global, em que o risco de uma pandemia pesaria sobre toda a humanidade, criando um pânico generalizado sobre aquela doença sem cura. A cena inicial do filme, da epidemia do Ébola, na África, retrata muito bem os sentimentos de impotência dos médicos frente a uma epidemia mortal e de causa desconhecida, bem como retrata o medo generalizado do contágio. A cena inicial do filme dá o tom dos sentimentos e das representações que veremos ser construídas ao longo do filme em torno da epidemia. O medo de epidemias incontroláveis acompanhou a história da humanidade. Em uma perspectiva da construção social¹⁶⁸ da doença esse seria um dos primeiros aspectos em torno do imaginário que se construiu sobre a epidemia. O primeiro estágio de uma construção social, se é que podemos falar em estágios, seria comparar a experiência com o que se viveu antes. Nesse sentido, as cenas iniciais mostram a impotência dos médicos frente à epidemia do Ébola. A AIDS foi exemplarmente permeada por

¹⁶⁸ “O construcionismo social é um arcabouço conceitual que enfatiza os aspectos culturais e históricos de fenômenos amplamente considerados exclusivamente naturais” e “de como indivíduos e grupos contribuem para a produção da realidade social”. (CONRAD, BARKER, 2011, p. 3)

significados culturais que não derivavam diretamente da natureza da doença em si, já que demorou muito para se descobrir o vírus e suas formas de contágio. Entretanto, essas impressões iniciais e comparações com outras epidemias fatais modelaram as formas como a sociedade tratou seus enfermos e influenciou a experiência dos doentes frente à doença.

Nesse sentido, vale a pena referir Conrad e Barker (2011), que apontam três temas que embasam a construção social da doença, os quais são: 1) o significado cultural da doença; 2) a experiência da doença e; 3) o saber médico, também visto como uma construção social.

Cecil Helman (2003) ensina que na Idade Média, a desordem social provocada pelo grande número de mortes das pestes, freqüentes naquele período, remetiam a um colapso das ordens religiosa e moral. As doenças epidêmicas eram facilmente constituídas em metáforas do mal. Mas no início do século XX foi o câncer que passou a ser visto com um poder caótico e incontrolável e fruto do mundo moderno com células denominadas de “primitivas, atávicas, caóticas e energéticas que se comportam de forma descontrolada, que sempre destroem a ordem do corpo e da sociedade” (HELMAN, 2003, p. 112). Um dos efeitos desse imaginário em torno do câncer foi aumentar o sofrimento dos pacientes, trazendo “uma série de associações simbólicas que podem afetar profundamente a maneira como as vítimas percebem a sua doença e o comportamento de outras pessoas com relação às mesmas” (HELMAN, 2003, p. 112)

A filósofa Susan Sontag, em seus livros: “A doença como metáfora” (1984) e “AIDS e suas metáforas” (1989), nos ensina que todas as doenças causam um impacto nas sociedades onde elas surgem, gerando uma série de sentimentos, emo-

ções e tentativas de dar um sentido ao fenômeno que desorganiza e ameaça a ordem social. Ela analisa nessas obras as metáforas em torno da hanseníase, da tuberculose, do câncer e finalmente a AIDS. Em relação à AIDS, Sontag (1989) analisa as representações sociais constituídas em torno da doença e de seus portadores, nas primeiras décadas da epidemia.

Nesse sentido, o filme é ideal para a discussão dos diferentes aspectos sociais que concorrem para a construção de uma doença. Nas ciências sociais sabe-se que toda doença, por ser um evento transitório, cria uma ameaça de transformação da ordem social e é um evento rico em significados. O filme mostra muito bem a trajetória da AIDS, desde as primeiras “representações” sociais sobre a doença até a construção do conhecimento científico, a definição de políticas públicas de prevenção e tratamento, passando, inclusive, pelo processo de nomeação da doença (processo esse que demorou muito pra ser feito pelas autoridades). Esse “atraso” fez com que os aspectos sociais da doença ficassem muito expostos, estigmatizando sobremaneira os doentes de AIDS.

A AIDS, segundo Helman (2003) se tornou um vetor de muitos medos e foi vista e descrita nos primeiros momentos como uma praga (ou “praga gay”), como uma contaminação invisível (nesse caso, o medo do contágio era extremo, pois se imaginava que a doença estaria no ar, envolvendo o doente, como uma nuvem), foi vista como uma “punição divina” pela “falta de moralidade” de alguns grupos (aí surgem os inocentes e os culpados), foi vista também como invasora, uma inimiga numa guerra.

Esses significados sobre determinadas doenças são construídos e elaborados socialmente de acordo com valores e crenças da sociedade em questão e refletem concepções vi-

gentes em um contexto histórico específico. Segundo a Susan Sontag, Cecil Helmann, Marc Auge e outros antropólogos da área da saúde, toda doença, por ameaçar de certa forma a ordem social e por ocasionar uma transformação na ordem cotidiana, precisa de explicações. Essas explicações serão dadas a partir dos valores e crenças mais tradicionais da população. Portanto, a maneira como a doença será vista e como os doentes serão tratados, em grande parte, dependerá das “representações sociais” sobre seus portadores e sobre as formas de contágio da doença. Assim ocorreu com a AIDS. A trajetória da epidemia hoje nos serve para demonstrar que uma doença não é feita apenas por um agente etiológico – um vírus – mas se desenvolve num determinado contexto social que comporta valores, interesses políticos, econômicos e acadêmicos.

O filme sinaliza que é na disputa entre inúmeros atores sociais - como o movimento gay, os senadores, os proprietários de bancos de sangue, a mídia, os profissionais de saúde - que se definem os rumos de uma epidemia. É importante destacar que quando se fala em humanização da saúde e integralidade precisamos levar em conta essas representações sociais sobre corpo, saúde e doença. O filme retrata muito bem como elas foram se transformando ao longo da epidemia.

Hoje, apesar da disseminação de informações sobre a doença e suas formas de transmissão; apesar dos avanços no controle do vírus e de ter se tornado uma doença crônica que pode atingir diferentes grupos sociais (excluindo-se a ideia de “grupos de risco”), ainda há muito preconceito. Existem grupos de organizações não governamentais que apóiam e se solidarizam e contribuem para a garantia de direitos de pessoas vivendo com HIV/AIDS e foram implementadas muitas ações políticas de prevenção e cuidado no tema da AIDS no

Brasil. De acordo com Monteiro (2013, p. 62):



A defasagem entre o conhecimento sobre a epidemia e a persistência das representações da AIDS que relacionam atributos morais negativos aos portadores do vírus, (...) sugere a necessidade de esforços no sentido de melhor compreender a sua dinâmica de produção e reprodução, buscando contribuir para o delineamento de estratégias políticas e institucionais para a sua superação (MONTEIRO, 2013, p. 62).



Apesar do investimento internacional na prevenção e tratamento do vírus, mesmo assim, a discriminação aos pacientes ainda persiste. Apesar de tudo isso, alguns dos elementos que caracterizam o início da epidemia, apontados no filme, ainda permanecem inalterados. Desses, destaca-se a discriminação social em relação aos portadores do vírus da AIDS os interesses econômicos e comerciais que envolvem a doença, a percepção de que a AIDS atinge apenas determinados grupos ou pessoas com um comportamento anormal, as idéias conservadoras e enganosas sobre a sexualidade e a pouca atenção dada à saúde pública, todos infelizmente ainda existem na atualidade.

É justamente neste contraste entre os avanços tecnológicos em relação ao domínio do vírus e o pouco avanço das questões sociais que o filme serve como um excelente ponto de partida para discutirmos a importância das questões socioculturais na saúde e na qualidade de vida das pessoas.

Analisar hoje as respostas sociais, políticas e científicas dadas à epidemia da Aids há quase três décadas, possibilita uma visão crítica destas respostas. Hoje podemos ver com muita clareza o quanto o avanço da epidemia poderia ter sido evitado se não houvesse tanto desinteresse entre as autoridades e tanto descaso com a população atingida. Enquanto ela era vista como “câncer gay”, só alguns poucos pesquisadores estavam preocupados com ela. Na fase dos primeiros casos, as autoridades não deram a menor importância. É terrível perceber que enquanto a doença estava restrita a populações socialmente discriminadas (gays e estrangeiros- haitianos) havia um descaso total das autoridades. Nesse sentido, o filme explora de forma privilegiada como as ideias socialmente construídas em torno de uma doença são uma importante barreira ao controle de sua propagação. Primeiro, houve a lentidão do Estado, em seguida o medo e a desconfiança dentro das instituições de saúde e por parte dos profissionais de saúde no atendimento aos portadores do vírus – como na cena em que o diretor do hospital chamou o médico para pedir que parasse de aceitar pacientes com AIDS, pois eles já estavam sendo identificados como o hospital em que vai “aquela gente”. Nessa fase, havia um pânico entre os profissionais de saúde em relação ao perigo de contaminação e no atendimento dos pacientes portadores do vírus.

Vale a pena pontuar as diferenças entre EUA e França, pois o filme sempre faz esse contraponto, mostrando como na França parecia haver uma maior preocupação com os pacientes e sua saúde; enquanto nos EUA o foco das preocupações girava em torno de questões econômicas. Existem grandes diferenças no sistema de saúde francês e no sistema americano. O filme não explora isso profundamente, mas dei-

xa claro essas diferenças. O documentário “Sicko” do Michael Moore (2007) justamente aborda o contraste entre a riqueza dos Estados Unidos e as injustiças e valores abusivos em torno da assistência de saúde americana, que é totalmente baseada na lógica capitalista de manutenção dos lucros das seguradoras de saúde. No filme, Moore mostra os contrastes entre o sistema médico canadense, francês e inglês.

A AIDS, como nenhuma outra doença recente, combinou aspectos muito potentes para desencadear atitudes e comportamentos estigmatizantes. Pelo fato de ser uma doença nova, que atingiu inicialmente uma população já excluída, por ser uma doença que logo foi identificada como sexualmente transmissível, por ser uma doença que atingia com mais força e intensidade populações vulneráveis e estrangeiros; e finalmente, por ser uma doença mortal, desencadeou processos estigmatizantes que ainda ecoam nos serviços de saúde e no atendimento aos pacientes em todo o mundo. O filme retrata todos os tipos de estigmas que alguém pode sofrer. Segundo Goffman (1981), existem três tipos de estigma:



Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. Em todos

esses exemplos de estigma, entretanto, inclusive aqueles que os gregos tinham em mente, encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus (GOFFMAN, 1981, p. 7).



Um dos primeiros aspectos que o filme retrata é a estigmatização dos gays e a exclusão social através da proposta de fechamento das saunas. Mas outra situação retratada no filme expõe a dificuldade dos familiares em revelar a causa de morte de seus parentes – mesmo quando isto poderia evitar que outras pessoas também fossem infectadas (o caso do sangue contaminado dos bancos de sangue) – pois consideravam que esta revelaria também a orientação sexual do portador e isso poderia macular a imagem do doente falecido e da família. As famílias das pessoas infectadas pelo HIV sofrem pela perda do seu familiar, mas também sofrem efeitos do que Goffman (1981) chamaria de estigma tribal, já que a família é indiretamente atingida pelo estigma de ter um parente que morreu de AIDS, o que colocaria em suspeita a moralidade do doente e de toda a família. A partir dos diagnósticos e dúvidas que surgiam em torno da sexualidade e do comportamento do doente, pairava também sobre as pessoas próximas e os familiares as mesmas suspeitas. O medo do contágio ia além

da doença física e atingia o campo de um pânico moral¹⁶⁹. O pânico moral se constitui geralmente através de “processos de exagero e distorção (aumentando e sensacionalizando o problema), de predição (projectando no futuro a sua provável recorrência) e de simbolização (através de palavras, frases ou imagens que o representam de forma estereotipada, dramatizada e exagerada)” (MACHADO, 2004, p. 61)

De fato, em termos de AIDS, vemos confluír todos os tipos de estigmas analisados por Goffman (1981), pois a AIDS nos seus primeiros momentos deixava marcas físicas em seus portadores, com o emagrecimento rápido e as doenças oportunistas que muitas vezes marcavam o corpo e a pele de seus portadores. Em relação a esses pacientes fragilizados, sofridos e muitas vezes moribundos, pesava, além da dor da própria doença, a discriminação das pessoas, dos funcionários dos hospitais, dos familiares e quase sempre antes da morte física havia o calvário da exclusão e da morte social. Mas talvez o tipo de estigma que mais tenha marcado o doente de AIDS seja a culpa de caráter individual pelo seu “comportamento suspeito”, seja por que pairavam dúvidas sobre a sua sexualidade ou sobre o uso de drogas injetáveis. O diagnóstico quase sempre

¹⁶⁹ “Cohen define o problema como fenômenos recorrentes aos quais as sociedades parecem periodicamente estar sujeitas, no sentido em que ‘uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas emerge para ser definido como uma ameaça aos valores e interesses sociais, a sua natureza é apresentada de uma maneira estilizada e estereotípica pelos mass media; barricadas morais são fortalecidas [...]; peritos socialmente acreditados pronunciam os seus diagnósticos e soluções; modos de coping são desenvolvidos ou (mais frequentemente) é procurado refúgio nos já existentes; a condição desaparece, submerge ou deteriora-se e torna-se menos visível’ (1972/1987: 9). Na análise do ‘ciclo vital’ deste processo, Cohen propõe uma analogia com as fases da reacção social às catástrofes naturais. Assim, distingue uma fase de inventário do problema, uma fase de significação e uma fase de acção”. (MACHADO, 2004, p 61).

implicava em uma suspeita sobre a moralidade do doente.

Nesse sentido, é interessante pensarmos sobre o quanto a estigmatização dos primeiros momentos da epidemia e, que ainda ecoa em muitos lugares, e em especial no atendimento aos doentes, reforça a vulnerabilidade de quem necessita de auxílio. Nesse sentido, Ayres et al (2003) apontam as contribuições e a importância do conceito de vulnerabilidade para analisarmos a epidemia da AIDS, que o filme retrata de maneira exemplar. A vulnerabilidade se apresenta a partir de três eixos interligados: 1) Aspecto individual (que gira em torno da história do indivíduo, sua formação escolar e suas capacidades psíquicas, emocionais e cognitivas de enfrentar determinadas situações de doenças e de enfrentar e suportar os problemas que envolvem a doença, no caso o HIV positivo); 2) O segundo aspecto é o componente social (que se refere aos aspectos relativos à inclusão social e à cidadania); e 3) o aspecto programático (que se refere aos esforços do Estado, das políticas públicas e de órgãos do governo para tratar, combater ou amenizar os efeitos da epidemia).

O filme retrata, nas primeiras cenas, o descaso do Estado americano e a ausência de preocupação com a doença, pois inicialmente foi identificada como uma doença de um grupo específico, como se uma doença ou o vírus tivesse capacidade de agência sobre quem ele deve ou não atacar. Os órgãos governamentais mundiais foram muito lentos para reagir à epidemia. Essa ausência de uma política de Estado eficiente, voltada para combater a epidemia, gerou uma vulnerabilidade programática (Ayres, 2003), que é o tipo de vulnerabilidade que decorre das ações do Estado e do governo, que inicialmente in-

vestiu em políticas discriminatórias e preconceituosas e pouco eficazes como a proposta de fechamento das saunas. Atitude que só reforçou pré-conceitos e discriminações aumentando a vulnerabilidade de uma população que já era excluída.

O filme mostra, ainda, o temor da população em relação aos doentes, os quais estavam sozinhos ou contando com o apoio de amigos e voluntários. Esse podemos dizer que é o aspecto social da vulnerabilidade, em que o sujeito está vulnerável ao modo como socialmente foi construída a percepção da doença e as representações sociais sobre a doença e o doente. A vulnerabilidade social perpassa a vida dos pacientes durante todo o filme, pois o diagnóstico de portador de HIV+ ou de doente de AIDS, além de significar nos primeiros anos uma ameaça de morte era uma sentença de exclusão social. É preciso ponderar que os 3 tipos de vulnerabilidade se entrelaçam, se sobrepõem e criam mais ou menos sofrimentos aos doentes, dependendo de outros fatores como estado civil, geração, escolaridade, raça/etnia ou classe.

O filme incita uma reflexão sobre os dias atuais, a doença e a forma de vermos como os pacientes soropositivos mudaram e têm mudado bastante, mas ainda existem muitas discriminações e sofrimentos em torno da AIDS. O que Susan Sontag (1984; 1989) nos ensina é que os pacientes além de sofrerem com a doença sofrem grandemente com a exclusão e a discriminação por serem identificados como portadores que tiveram comportamento promíscuo, que não se cuidaram ou que “procuraram a doença”. Uma das estudiosas da epidemia da AIDS, Knauth et all (1998) descreve que entre mulheres casadas surgiu a noção de que existem alguns que são vítimas da doença e de que existem outros que procuraram a doença e que adquiriram o vírus em função de seus compor-

tamentos desviantes, promíscuos, infieis ou fora da norma. Nesta pesquisa de Knauth et all (1998), as mulheres faziam essa distinção pois eram mulheres monogâmicas que se contaminaram através de seus maridos. Os maridos por sua vez “procuraram” a doença por seu comportamento sexual (infiel e não monogâmico). Essas concepções a cerca da doença trazem efeitos emocionais e físicos para os portadores. Aceitação ou abandono da família e dos amigos e mesmo do trabalho. Na mesma pesquisa, Knauth et all (1998) mostra que em algumas regiões da cidade a AIDS se tornou uma doença tão comum que “todos” têm e que portanto, não há muito como evitá-la. Nessa comunidade, a AIDS acabou sendo banalizada e vista como algo que qualquer um pode ter, como uma gripe, que não tem muito como evitar. Sendo assim, as pessoas não são discriminadas pelos vizinhos por serem portadoras mas elas também não sentem necessidade de tomar algum cuidado por que elas já acreditam que não têm como evitar.

Consideramos importante pontuar algumas questões relativas aos direitos dos pacientes e à noção de direitos sexuais como um direito humano. Primeiro, podemos refletir sobre os limites entre os direitos individuais e os direitos da coletividade. Uma das questões trazidas pelo filme, especialmente a partir da discussão sobre o fechamento das saunas gays (em função das evidências de que estas seriam *locus* importantes de contaminação), é a relação entre saúde pública e liberdade individual. Em nome do “bem comum”, da proteção da saúde pública, seria aceitável restringir o direito dos indivíduos de frequentar determinados espaços sociais? As saunas da cidade de São Francisco, graças à mobilização do movimento gay, resistiram ao fechamento, pois estes espaços são ícones da liberdade de expressão. Por outro lado, os Es-

tados Unidos durante vários anos adotaram uma política de cerceamento da liberdade individual, ao restringirem o acesso de estrangeiros portadores do vírus da Aids ao país, sob a alegação de evitar a expansão da epidemia. Da mesma forma não é ético pedir que as pessoas digam a sua orientação sexual no momento da doação de sangue. O que importa é se o sujeito pode estar contaminado ou não; esse questionamento esconde uma hipótese traiçoeira de que os heterossexuais não realizam práticas sexuais que possam ser consideradas promíscuas ou que não podem ser portadores de HIV.

Outro aspecto do campo da ética é a transparência na divulgação científica e o controle dessa divulgação pelo Estado, algo que o filme também retrata. É eticamente aceitável que os órgãos de saúde pública não divulguem à população as informações disponíveis sobre as formas de infecção e prevenção das doenças? Como o filme aponta, a falta de clareza e transparência em relação às informações pode gerar uma série de pressuposições que, por sua vez, acabam aumentando o medo e causando pânico, mesmo entre os profissionais da saúde.

Outro aspecto que consideramos relevante de ser discutido é a tentativa do Estado em gerenciar a intimidade através de políticas que orientam e estimulam as populações a determinadas práticas. Desde a história da sexualidade, escrita por Michel Foucault (1988), sabemos que a nossa civilização ocidental desenvolveu uma *scientia sexualis* ao invés de uma *ars erótica*, em que:



A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subter-

rânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder (FOUCAULT, 1988, p. 100).



Nesse sentido, o ocidente desenvolveu todo um conjunto de saberes e classificações em torno do sexo e da sexualidade, investindo em categorizações, nomeações, normatizações e criando um conjunto infinito de perversões, onde se enquadram todos àqueles que não se encaixam nesse sistema de classificatório. Foucault (1988) mostra que o Ocidente se esmerou em controlar a sexualidade muito mais do que reprimi-la. Apesar de alguma repressão, que ele não nega que possa ter existido especialmente pela Igreja, o que é mais importante e foi mais eficiente foi a popularização da “confissão” e do fazer falar sobre a sexualidade, que propiciou a constituição lenta e gradual do que ele chama de “dispositivo da sexualidade”, que inclui uma série de saberes e discursos que confluem para o controle, higienização e normatização da sexualidade da população.

Os Estados Unidos, apesar de todo o avanço do conhecimento científico sobre a Aids, adotam nas primeiras décadas, como principal estratégia de prevenção do HIV/Aids, o **método ABC**¹⁷⁰, que preconiza que a melhor forma de prevenção é a abstinência sexual, seguida da fidelidade e, somente no caso de nenhum dos dois itens anteriores serem seguidos,

¹⁷⁰ Abstinence/delay of sexual debut, Being faithful/partner reduction, and Condom use.

o uso consistente do preservativo. Em Girard (2005), podemos analisar todas as políticas do governo Bush, nos Estados Unidos, no campo da sexualidade e Aids. Estas estratégias implicavam em não fornecer aos adolescentes e jovens informações claras e completas sobre as formas de prevenção do HIV/Aids. Esta prática contraria as evidências científicas que indicam que a disponibilização de informação aos jovens sobre sexualidade, DSTs e Aids seria uma das estratégias mais eficazes na adoção de medidas de proteção.

Por fim, mas não menos importante, em relação aos aspectos éticos que envolveram a epidemia no seu surgimento foi o argumento em relação ao *paciente zero*, como é chamado o comissário de bordo^a. Apesar de ter sido fundamental na comprovação da tese sobre a transmissão sexual do vírus, reforça a ideia do senso comum sobre o comportamento promíscuo dos homossexuais. Em relação ao paciente zero também é possível destacar a importância da equipe multidisciplinar e da pesquisa qualitativa. O sociólogo do centro de controle de doenças deu uma importante contribuição conseguindo comprovar a hipótese de transmissão sexual a partir da técnica de rede de relações. É a partir deste caso que foram feitas as primeiras projeções sobre a epidemia que, como pudemos constatar no início do século XXI, não se mostraram corretas. Isto indica que a grande diversidade de parceria sexual do *paciente zero* não é o padrão do comportamento dos homossexuais e heterossexuais. Este é apenas mais um preconceito que a epidemia da Aids coloca em xeque.

A disputa em torno da descoberta do vírus é outro ponto forte do filme. Ao explorar os bastidores da pesquisa científica, o filme apresenta ao público um pouco do processo de produção do conhecimento. Mostra como um conjunto de

conhecimentos já produzidos sobre outras doenças fornece a base para novas descobertas. Indica também como o meio acadêmico pode ser movido por interesses alheios à produção do conhecimento e de que forma estes interesses podem ter consequências diretas sobre a saúde da população. Na atualidade, estes interesses encontram-se estreitamente relacionados aos interesses da indústria farmacêutica, como tem sido denunciado por vários pesquisadores.

Embora o tema não ter sido tratado no filme, a indústria farmacêutica tem um papel fundamental na epidemia da Aids. Um tema atual relacionado a esta discussão é a questão das patentes dos medicamentos. A política brasileira de Aids tem encabeçado a discussão internacional para a revisão no acordo sobre patentes, relacionando esta questão ao referencial dos Direitos Humanos, na medida em que se trata do direito à saúde.

Por fim, consideramos que novas doenças retomam velhos traumas e medos da humanidade trazendo a tona os mais profundos valores culturais de um povo. A covid-19, por exemplo, trouxe novamente para a cena pública o profundo medo do desconhecido e os preconceitos contra os estrangeiros. Vimos aparecer inúmeras notícias sobre os gostos culinários exóticos em outros países quase sempre culpabilizando aquele “outro” distante pela origem e disseminação do vírus em decorrência de suas práticas culturais pouco civilizadas ou higiênicas. É no contexto desta grande pandemia da Covid-19 que a análise deste filme se mostra ainda mais atual para ser usada em sala de aula na conscientização e combate de idéias superficiais e preconceituosas contra ou-

tros comportamentos ou práticas culturais. É nesse sentido que o filme e a discussão que ele traz sobre outra pandemia (a da AIDS) se mostram muito atuais e pertinentes para serem usados como material didático em sala de aula.

REFERÊNCIAS

AYRES, José R. et al. "O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios". In: CZERESNIA Dina (Org.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro (RJ): Fiocruz, 2003. p.117-139.

CONRAD, P.; BARKER, K. A construção social da doença: insights-chave e implicações para políticas de saúde. **Idéias - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. UNICAMP/SP,2011.

FOUCAULT, MICHEL. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Ed. Graal. 1988.

GIRARD, Françoise. **O Kamasutra de Bush: muitas posições sobre o sexo**. Editora. ABIA, Edição 3 de Coleção ABIA. Políticas públicas, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC – 2008.

HELMAN, C. **Cultura Saúde e Doença**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

HERXLIICH E PIERRET, C. e PIERRET, J. Uma doença no espaço público. A Aids em seis jornais franceses. **Physis**, 15 (supl.): p. 71-101, 2005.

KNAUTH, D.R.; VICTORA, C.E; LEAL, O.F. A Banalização da Aids. **Horizontes Antropológicos**, n.9, out. 1998, p. 171-202.

MACHADO, Carla. Pânico Moral: para uma revisão do conceito. **Interações**, nº 7, p. 60-80, 2004.

MONTEIRO S, VILELLA W. (orgs.). **Estigma e saúde: uma relação vital em debate**. Rio de Janeiro: Editora, 2013.

MOORE, Michael. SICKO - SOS Saude – legendado. Youtube. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=VoBleMNAwUg>. 2007. Acesso em 17 mar. 2022. 2007

SONTAG, Susan. **Aids e suas Metáforas**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

SONTAG, Susan. **A Doença como Metáfora**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

GÊNERO E POLÍTICAS DE SAÚDE

o câncer do colo do útero e suas especificidades no estado de Pernambuco

Renato Victor Lira Brito¹⁷¹

Denise Cristina de Oliveira Melo¹⁷²

Nadine Matias Bovet¹⁷³

Karine Danielle da Costa Lira¹⁷⁴

Introdução

A partir da transição democrática, iniciada na década de 1980, houve uma expansão em relação às discussões sobre as políticas públicas no Brasil. Segundo o cientista político Marcus André Melo (1999), essa expansão ocorreu por três razões: o deslocamento da agenda pública, a continuidade de obstáculos às políticas sociais e o *boom* do debate internacional acerca da reforma do Estado.

¹⁷¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

¹⁷² Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

¹⁷³ Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

¹⁷⁴ Mestranda em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco – PPGDH/UFPE.

Até então, a discussão sobre a agenda pública no Brasil versava mais sobre os impactos na redistribuição da ação do governo e sobre a modernização do regime ditatorial e a suposta racionalidade que norteava esse processo. Em seu lugar, estabeleceu-se no período pós-ditadura uma perspectiva da agenda pública com maior ênfase na descentralização e em pesquisas das políticas municipais.

Para tanto, houve a necessidade da ampliação da *expertise* em Políticas Públicas nos quadros municipais, de maneira a viabilizar a referida descentralização, atendendo a um padrão de eficiência localmente. As Políticas Públicas, nesse ínterim, em consonância com a pesquisadora da área, Celina Souza (2006), podem ser definidas como:



O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, 'colocar o governo em ação' e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (Souza, 2006, p.26).



No entanto, deve ser considerado também, em se tratando da perspectiva eleitoral das políticas públicas em democracias, o fato de haver um *trade-off* no cotidiano dos atores políticos, já que às vezes as políticas necessárias não têm apelo eleitoral, o que as tornam indesejáveis por parte dos formuladores, que, em síntese, desenvolvem-nas objeti-

vando ampliar ou manter o seu reduto eleitoral. Uma parte considerável dessas políticas essenciais encontra dificuldade para sair do papel e ser implementada. Nesse sentido, vale salientar a importância das políticas de saúde e do debate sobre gênero na agenda política como um contraponto ao dilema que os formuladores de políticas públicas enfrentam, considerando que, nas últimas décadas, em geral, as pautas feministas têm sido reivindicadas eleitoralmente.

Em 1975, data declarada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como ano internacional da mulher, houve uma mudança significativa de paradigmas para os movimentos feministas em todo o mundo. Essa aproximação da ONU em relação às lutas feministas e às reivindicações de gênero, pensando as questões também como problemas sociais, resultou numa unificação dos mais diferentes movimentos nacionais e mundiais que, até então, resguardavam-se nos confins da formalidade. Dessa forma, esses grupos puderam garantir a sua representação e conquistar os espaços político-decisórios necessários para ganhar visibilidade (Sarti, 2004).

No Brasil, através do Sistema Único de Saúde (SUS), o debate sobre a saúde da mulher obteve maior espaço e centralidade, mesmo havendo ainda uma grande necessidade de transformar esses espaços em oportunidades de estabelecimento da ideia de integralidade em saúde como pilar e do diálogo entre essas pautas. Os movimentos sociais condizentes com as lutas feministas já haviam conquistado, através das suas mobilizações, a inserção da integralidade na saúde por parte do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAISM), em 1983, cinco anos antes da criação do SUS, ocorrida em 1988. A pesquisado-

ra em Saúde Coletiva Rita Barradas Barata (2009), em *Como e Por Que as Desigualdades Sociais Fazem Mal à Saúde*, sobre a necessidade histórica da conceituação de gênero, afirma que:



O centro do debate feminista nesta questão estava na indagação sobre os motivos ou as explicações para essa diferença: elas eram todas derivadas de diferenças inatas ligadas ao sexo ou poderiam ser atribuídas a convenções culturais construídas socialmente no processo de educação e aculturação dos homens e das mulheres, que acabavam por moldar não apenas as características masculinas e femininas, mas também determinavam os padrões de relação estabelecidos entre homens e mulheres? Para diferenciar este último aspecto foi proposto o conceito de gênero (Barata, 2009, p.74).



Ainda de acordo com Barata (2009), para compreender o conceito de gênero em sua totalidade, faz-se mister observar as dimensões abarcadas pelo mesmo, a saber: macrosocial, intermediária e microsocial. Na primeira, podemos citar as relações político-econômicas, as crenças e o seu aspecto cultural. Em seguida, na dimensão intermediária, são identificados os padrões comportamentais. Por último, são referidos os constituintes mais individuais da identidade. Abordando as desigualdades de gênero em relação ao modo de uso dos serviços e ao estado de saúde, a referida autora argumenta que as mesmas são oriundas da “ação complexa de diversos determinantes que incluem desde a dimensão biológica, com a carga de problemas relacionados à função reprodutiva, até a dimensão política relacionada à divisão do poder na sociedade” (Barata, 2009, p.94).

A socióloga Marta Ferreira Santos Farah, na obra *Gênero e Políticas Públicas* (2004), analisou diversos programas e políticas tanto estaduais quanto municipais inscritos no Gestão Pública e Cidadania que incluíam inteira ou parcialmente a dimensão gênero entre os anos de 1996 e 1997, chegando ao quantitativo de 25 programas específicos para as mulheres e 18 programas que abordavam de alguma forma gênero, mesmo que não enfatizassem as mulheres. No primeiro grupo, os programas avaliados como pertencentes à dimensão gênero representaram entre 2,3% e 2,9% das iniciativas participantes entre os anos 1996 e 1997, respectivamente. No segundo grupo, constituído pelos 100 programas premiados de cada ano observado, a autora encontrou dados mais expressivos, uma vez que, no ano de 1996, 23% das iniciativas incorporaram a dimensão de gênero, e no ano de 1997 houve um aumento significativo: 34% dos programas abarcavam gênero de alguma forma. O crescimento do percentual das iniciativas abordando parcial ou inteiramente gênero converge com o debate teórico como resultante das lutas feministas e dos movimentos sociais (Farah, 2004, p.58-59).

As pesquisadoras em Serviço Social Denise Cristina de Oliveira Melo e Nadine Matias Bovet, na obra *A Saúde Pública Brasileira no Cenário de Contrarreforma: sob análise de programas e políticas referentes ao câncer do colo de útero* (2019), apresentaram a realidade brasileira no tocante ao fenômeno do câncer do colo do útero, considerando o contexto socioeconômico e político de contrarreformas, principalmente, na saúde pública do país.

Como as autoras ressaltam, no Brasil, o câncer do colo do útero ocupa o terceiro lugar em incidência de cânceres em mulheres, e o segundo lugar em incidência em mulhe-

res na região Nordeste, o que alarde para a necessidade de estudos mais aprofundados e políticas públicas direcionadas para essa questão (Melo; Bovet, 2019, p.56).

Nesse âmbito, este estudo intenciona, a nível de objetivo geral, apresentar o debate sobre gênero e políticas públicas de saúde no tocante ao fenômeno do câncer do colo do útero no Estado de Pernambuco. Como objetivos específicos, busca-se: 1) Descrever o cenário de interseção entre a discussão na literatura sobre gênero e as políticas públicas de saúde no Brasil, com enfoque no Estado de Pernambuco; 2) Identificar as políticas relacionadas com o fenômeno do câncer do colo do útero no Brasil, destacando o Estado de Pernambuco; e 3) Apresentar os principais dados oficiais sobre a questão de gênero e saúde, bem como das políticas públicas inerentes ao debate.

Metodologia

No presente trabalho, considerando a natureza das informações e do fenômeno estudado, o câncer do colo do útero, utilizou-se metodologia qualitativa para abordar devidamente a questão, de maneira que a pesquisa possui teor descritivo, empenhando-se em apresentar as principais características do câncer do colo do útero, as áreas que envolvem o objeto estudado, como políticas públicas de saúde e os estudos sobre gênero, e as especificidades do fenômeno estudado sob a perspectiva do Estado de Pernambuco. Diante disso, a coleta de dados consiste na revisão de documentos oficiais e também na análise documental e de conteúdo. Analisou-se

os dados reunidos em convergência com a expectativa teórica e em observância das especificidades do fenômeno analisado na delimitação do Estado de Pernambuco (Bardin, 2009).

Resultados e Discussão

O Brasil, país de proporções continentais e com uma das maiores populações do mundo, tem como característica indissociável ao sistema político o federalismo, assim como a heterogeneidade socioeconômica entre as suas mais diversas regiões. O Presidente do Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (Ibross), Renilson Rehem de Souza, em *O Sistema Público de Saúde Brasileiro*, elucida que:



O Brasil se organiza em um sistema político federativo constituído por três esferas de governo – União, estados e municípios –, todas consideradas pela Constituição da República de 1988 como entes com autonomia administrativa e sem vinculação hierárquica. São 26 estados e o Distrito Federal e 5.560 municípios. Estados que vão desde Roraima, com apenas 279 mil habitantes, até São Paulo, com mais de 36 milhões de habitantes. Municípios com pouco mais de mil habitantes até o município de São Paulo com mais de 10 milhões de habitantes. O sistema federativo seria, em linhas gerais, adequado para países marcados pela diversidade e heterogeneidade, por favorecer o respeito aos valores democráticos em situações de acentuada diferenciação política, econômica, cultural, religiosa ou social (Souza, 2002, p.9).



Dessa forma, é válido ressaltar a importância do conhecimento das especificidades do país para a descrição ou análise das políticas públicas implementadas no mesmo. No que concerne à compreensão do SUS e de como ele se relaciona com a estrutura político-institucional brasileira, Souza (2002) afirma que, para a formulação de políticas e o planejamento, as funções gestoras do SUS são divididas respeitando os três níveis: nacional, estadual e municipal. No nível federal, são identificadas como atribuições: 1) identificação de problemas e definição de prioridades no âmbito nacional; 2) o papel estratégico e normativo; 3) a necessidade de manter a unicidade, respeitando a diversidade; 4) a busca da equidade; 5) o apoio e incentivo para o fortalecimento institucional e as práticas inovadoras de gestão estadual e municipal.

No nível estadual, ressalta-se as atribuições: 1) identificação de problemas e definição de prioridades no âmbito estadual; 2) promoção da regionalização; 3) estímulo à programação integrada; 4) apoio e incentivo ao fortalecimento institucional das Secretarias Municipais de Saúde. As atribuições das funções gestoras no nível municipal são: 1) identificação de problemas e definição de prioridades no âmbito municipal; 2) planejamento de ações e serviços necessários; 3) organização da oferta de serviços públicos e contratação de privados (Souza, 2002). Nesse sentido, é impreterível que as políticas sociais brasileiras, em especial as políticas de saúde que abrangem a dimensão gênero, estejam interligadas com a realidade do país, respeitando as divisões estruturais, dentre elas a das funções gestoras dos três níveis (nacional, estadual e municipal), para propiciar maior chance de efetividade das mesmas e também o aumento da capilaridade social e do controle sobre a política.

Em 2004, houve a aprovação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) que significou uma conquista considerável por parte da sociedade no tocante à discussão, formulação e implementação de políticas com ênfase na saúde da mulher, uma vez que frisou:



[...] a criação e o fortalecimento de mecanismos institucionais que ampliem a participação popular e o controle social. Alguns exemplos desses mecanismos são: as conferências, os conselhos de direitos das mulheres, os processos de orçamento participativo que garantam a participação das mulheres, contemplando a representação de mulheres índias, negras, lésbicas, idosas, jovens, com deficiência, ciganas, profissionais do sexo, rurais, urbanas, entre outras (Brasil, 2004, p.32).



Dessa maneira, o PNAISM não só expandiu os horizontes do que havia sobre a saúde sexual e reprodutiva como também inseriu em seu conteúdo o debate sobre a diversidade dos grupos sociais abrangidos, bem como o aprofundamento do entendimento das necessidades desses grupos e a atenção às demandas específicas dos mesmos. A partir dessas conquistas, ampliou-se também o campo de discussão acerca das mais específicas problemáticas referentes à saúde sexual e reprodutiva da mulher, destacando-se o fenômeno da ocorrência do câncer do colo do útero. Alinhadas a esse debate, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) relataram que no ano de 2012 houve 528.000 novos casos de câncer do

colo do útero diagnosticados em todo o mundo, e aproximadamente 85% dos acometimentos ocorreram em países em desenvolvimento.

No mesmo ano, 266.000 mulheres morreram por causa da doença no planeta, onde 231.000 delas eram de países de média ou baixa renda (OPAS, 2016).

A desproporção da distribuição da doença em todo o mundo, em média, deve-se à ausência de programas e ações efetivas para prevenção e detecção precoce do câncer do colo do útero em países considerados periféricos, como também à falta de acesso a um sistema de saúde universal.

Sem as devidas intervenções, a taxa de mortalidade é alta, uma vez que a descoberta do câncer do colo do útero se dá em estágio avançado e o tratamento dificilmente possibilita a reversão do caso, devido à sua agressividade (Arbyn et al., 2020). De acordo com a OMS e a OPAS (2016):



Nos últimos 30 anos, a taxa de incidência de câncer do colo do útero e a taxa de mortalidade por esse tipo de câncer caíram nos países em que houve melhora da situação social e econômica. Essa mudança se deve, em grande parte, à implementação de esforços de prevenção secundária como rastreamento organizado, diagnóstico precoce e tratamento das lesões precursoras e do câncer em estágio inicial. [...] as estatísticas apresentadas aqui refletem uma alarmante negligência em relação às mulheres de países de baixa e média renda, o que determina a necessidade urgente de instituir serviços de saúde efetivos e de acesso universal (OPAS, 2016, p.30).



O Brasil integra esse quadro, sendo classificado como país periférico, onde, segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA), são estimados 16.590 novos casos¹⁷⁵ de câncer do colo do útero para o ano de 2020. Para o Estado de Pernambuco, estipula-se uma taxa bruta de cerca de 15 acometimentos por 100 mil habitantes. No Município de Recife, com uma população estimada de 1.633.697 habitantes no ano de 2017, dos quais 53,34% são mulheres, essa taxa aumenta, atingindo o valor de em torno de 22 acometimentos a cada 100 mil habitantes. Esse tipo de câncer é comumente causado pela infecção decorrente de alguns tipos de papilomavírus humano (HPV).

Os fatores de risco que estão associados à incidência do referido câncer são: o início precoce da atividade sexual, o tabagismo e o uso prolongado de pílulas anticoncepcionais. De acordo com o INCA, o câncer do colo do útero é o terceiro tumor maligno mais frequente nas mulheres e a quarta maior causa de morte de mulheres por câncer no Brasil. A doença é caracterizada, em termos gerais, por um desenvolvimento lento associado à ausência de sintomas na fase inicial. A evolução do processo cancerígeno pode apresentar sintomas como sangramento vaginal com oscilações no pós-término do ato sexual, secreção vaginal anormal, dores na região abdominal e também nas regiões intestinais e uterinas.

O diagnóstico do câncer do colo do útero é realizado através de exames preventivos, especificamente colposcopia e citologia, popularmente conhecidos como Papanicolau, e a recuperação, desde que identificado precocemente, chega a ser total em alguns casos. Logo, torna-se fundamental a realização anual dos exames.

¹⁷⁵ Disponível em: <<https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/tipos/colo-do-uterio>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

O diagnóstico do câncer do colo do útero é realizado através de exames preventivos, especificamente colposcopia e citologia, popularmente conhecidos como Papanicolau, e a recuperação, desde que identificado precocemente, chega a ser total em alguns casos. Logo, torna-se fundamental a realização anual dos exames.

Conforme mencionado, a detecção precoce da doença aumenta a possibilidade de tratamento, uma vez que:



Quando diagnosticado na fase inicial, as chances de cura do câncer cervical são de 100%. A doença é silenciosa em seu início e os sinais e sintomas como sangramento vaginal, corrimento e dor aparecem em fases mais avançadas da doença.¹⁷⁶



A prevenção do câncer do colo do útero está relacionada também à redução do contágio pelo HPV. Desse modo, a utilização de preservativo durante a relação sexual ainda é o método mais eficiente contra o papilomavírus humano. A partir do ano de 2017, o Ministério da Saúde passou a realizar a vacinação contra o HPV em meninas de 9 a 14 anos e em meninos de 11 a 14 anos (Brasil, 2011). Nesse sentido, o INCA ressalta a importância das medidas preventivas associadas entre si:

¹⁷⁶ Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-do-colo-do-uterio>>. Acesso em: 24 jul. 2021.



A vacinação e a realização do exame preventivo (Papanicolau) se complementam como ações de prevenção desse tipo de câncer. Mesmo as mulheres vacinadas, quando alcançarem a idade preconizada (a partir dos 25 anos), deverão fazer o exame preventivo periodicamente, pois a vacina não protege contra todos os tipos oncogênicos do HPV. [...] Sua realização periódica [Papanicolau] permite reduzir a ocorrência e a mortalidade pela doença.¹⁷⁷



A OPAS (2016) destacou a importância do monitoramento das mulheres acometidas pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) e também pelo HPV, já que ambos os grupos são de risco, e a associação das duas condições afeta diretamente o sistema imunológico. Nesse ínterim, a OPAS salienta que a prevalência de HPV é maior em mulheres acometidas pela imunossupressão:



[...] Esse aumento da suscetibilidade à infecção pelo HPV acarreta: maior risco de lesão precursora e câncer nas mulheres mais jovens, que aumenta com o grau de imunossupressão; aumento do risco de desenvolver doença invasiva até 10 anos mais cedo que as mulheres não infectadas pelo HIV; e maior frequência de doença avançada por ocasião do diagnóstico, com menor chance de sobrevivência em cinco anos. (OPAS, 2016, p.46)



¹⁷⁷ Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-do-colo-do-uterio>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

Os formuladores de políticas públicas de saúde, no entendimento de que a infecção por HPV é o principal fator associado ao desenvolvimento do câncer do colo do útero, precisam considerar as medidas preventivas referentes ao papilomavírus humano também como formas de combate ao câncer do colo do útero. A OPAS apresenta algumas ideias de melhores práticas para a garantia da eficiência na prevenção e no controle da doença:



1) vacinação de meninas de 9 a 13 anos (ou com a idade prevista nas diretrizes nacionais) antes do início da atividade sexual; 2) educação de meninos e meninas sobre sexualidade saudável, adaptada segundo a idade e a cultura, com a finalidade de reduzir o risco de transmissão do HPV (e também de outras infecções sexualmente transmissíveis, inclusive do HIV); as mensagens essenciais devem incluir o adiamento da iniciação sexual e a redução de comportamentos sexuais de alto risco; 3) promoção ou distribuição de preservativos para as meninas e os meninos sexualmente ativos; 4) circuncisão masculina quando pertinente e apropriada. (OPAS, 2016, p.55)



A pesquisadora em Saúde Pública Kamila Matos de Albuquerque e os seus co-autores, em Cobertura do teste de Papanicolau e fatores associados à não-realização: um olhar sobre o Programa de Prevenção do Câncer do Colo do Útero em Pernambuco (2009), realizaram no ano de 2006, uma avaliação sobre a cobertura do Papanicolau em Pernambuco, apontando as variáveis e fatores explicativos associados à não-realização do exame nos três anos que antecederam

a pesquisa. O estudo indicou que, para o grupo das mulheres abaixo dos 25 anos, bem como para o grupo das que estavam acima dos 60 anos, a taxa de realização do exame ginecológico atingiu número inferior a 40%.

No entanto, para os grupos das mulheres maiores de 25 anos até 59 anos, a taxa de realização do teste foi de cerca de 80%. As autoras indicam que a despreocupação em relação à não-realização do exame Papanicolau se torna ainda mais latente em mulheres que nunca tiveram filhos ou que não são sexualmente ativas, uma vez que a população em geral associa a necessidade preventiva à vida sexual ativa. A apuração das autoras ainda aponta para o fato de que a condição socioeconômica, assim como o acesso à educação, renda e etnia das mulheres pernambucanas têm sido alguns dos fatores de risco para o desenvolvimento da doença, na medida em que revelam:



[...] o maior percentual de realização de exame preventivo entre as mulheres com ensino fundamental completo (71%) e o menor entre as com ensino elementar incompleto (60%). A proporção de realização do exame preventivo foi também mais elevada entre as participantes com maior número de bens (6 ou mais) e entre as que auto-referiram como brancas, apesar de as diferenças não terem sido estatisticamente significativas no nível de 5%. (Albuquerque et al., 2009, p.304)



Os especialistas em Oncologia Nenad Markovic e Olivera Markovic, em *What Every Woman Should Know about Cervical Cancer*, realizaram um *survey* entre os anos de 2001 e 2005 na área metropolitana da Cidade de Washington, D. C., a capital dos Estados Unidos da América (EUA), com mais de 2.000 casos analisados.

Eles reuniram informações semelhantes às apresentadas na pesquisa de Albuquerque et al. (2009), de maneira que há uma convergência dos estudos em geral apontando para a relutância por parte da população ao que corresponde à realização do Papanicolau, o que ressalta numa certa indiferença no que concerne às consequências possíveis advindas da não-realização do exame (Markovic; Markovic, 2008, p.184-188).

A partir desse cenário, os autores conduziram um novo *survey*, entre os anos de 2006 e 2007, para entender os motivos de não-realização do Papanicolau. A pesquisa abrangeu 500 entrevistadas. Em termos gerais, os autores identificaram que, embora 93% das mulheres soubessem da existência do exame, 22% dos casos afirmaram nunca ter realizado o mesmo. As principais justificativas para a relutância acerca do Papanicolau foram: 1) disseram estar bem e não acharam, portanto, necessário realizar o teste (28,84%); 2) o exame é desconfortável e deve ser evitado (15,38%); 3) afirmaram ter medo do teste (11,53%); 4) consideraram o papanicolau caro¹⁷⁸ (21,15%); 5) apresentaram razões diversas que não alcançaram 5% dos casos sozinhas (13,46%). Dessa maneira, quando

¹⁷⁸ Comparando essa informação com a realidade brasileira, na qual as mulheres podem realizar o exame preventivo através do SUS, o fato do papanicolau ser considerado caro não afeta diretamente na não-realização, mas sim na disponibilidade dos exames e no tempo médio entre o agendamento e a realização, o que pode, indiretamente, influenciar na não-realização do mesmo.

perguntadas sobre a propensão a utilizar tipos de exames alternativos ao Papanicolau, semelhantes ao modelo dos testes de urina e de gravidez que podem ser realizados em casa, 94% das mulheres confirmaram a predileção por opções alternativas (Markovic; Markovic, 2008, p.184-188).

De acordo com o estabelecido nacional e internacionalmente, a Prefeitura do Recife tem intensificado, no decorrer dos últimos anos, as ações de prevenção, diagnóstico, tratamento e monitoramento da doença para fortalecer o controle do câncer do colo do útero, e, em consonância com o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher no Estado de Pernambuco,¹⁷⁹ estabeleceu como metas a serem implementadas:



Realizar o estudo sobre prevalência e rede de atenção ao câncer do útero com diagnóstico sobre razão, prevalência, desagregado por demografia, condições sociais, raça/cor que perceba e identifique as barreiras de acesso; atingir 80% de cobertura da vacina para o HPV na 2ª dose, em ambos os sexos até 2022; razão de exame citopatológico acima de 0,7 em 2022; atingir 100% da necessidade de exames de colposcopia com diagnóstico prévio citopatológico positivo ofertado até 2022, entre outras.¹⁸⁰



As metas da Prefeitura do Recife, no que tange ao fenômeno do câncer do colo do útero, estão alinhadas à expectativa teórica porque representam um incentivo à realização de pesquisas para o mapeamento da prevalência da doença na região, o que implicará em um maior conhecimento sobre o cenário do adoecimento no Município de Recife e possibilitará o desenvolvimento de políticas públicas cada vez mais adequadas à realidade local. Além disso, a ampliação da cobertura das vacinas e exames significa também o aumento da eficiência e do impacto das políticas vigentes, pois, como argumentado por Cândido et al. (2017), uma parte considerável das mulheres com predisposição ao desenvolvimento de lesões cervicais que podem acarretar no câncer do colo do útero não apresenta sintomas de infecção por HPV.

As pesquisadoras em Saúde Coletiva Santos et al. (2012), em *Desafios para organização do rastreamento do câncer no colo uterino em um município da região metropolitana do Recife*, realizaram um estudo de caso dentro do Estado de Pernambuco, especificamente no Município do Jaboatão dos Guararapes, o segundo mais populoso da região, e encontraram as mais diversas dificuldades no que tange à definição e à delimitação das competências e dos serviços para atender essa demanda. As autoras ressaltaram que:

¹⁷⁹ Disponível em: <<http://portal.saude.pe.gov.br/programa/secretaria-executiva-de-atencao-saude/saude-da-mulher>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

¹⁸⁰ Disponível em: <<http://portal.saude.pe.gov.br/noticias/secretaria/saude-da-mulher-ses-e-opas-atuam-no-modelo-de-atencao>>. Acesso em: 24 mar. 2020.



Aproximadamente 10% das lesões histologicamente classificadas como NIC 1 grau 1 (NIC 1) podem evoluir para NIC 2 ou 3; estima-se que 22% dos casos não tratados de NIC 2, por sua vez, possam evoluir para NIC 3. As mulheres com NIC 3, que inclui o carcinoma *in situ*, apresentam risco substancial para o câncer cervical invasivo. (Santos et al., 2012, p.49)



Embora estudos de caso apresentem certas limitações acerca da possibilidade de generalizações, a pesquisa de Santos et al. (2012) é salutar, já que, considerando os dados levantados, torna nítida a necessidade de melhor delimitação das políticas públicas de saúde com enfoque no rastreamento do câncer do colo do útero e também elenca os desafios estabelecidos para os formuladores de políticas públicas na região, que podem ser semelhantes aos enfrentados em todo o Estado de Pernambuco.

A especialista em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde Glaucimar Luzia Brasil (2012), em *Projeto de Intervenção para Redução do Índice Baixo de Coleta do Exame Citológico nas USF's do Município de Paudalho - PE*, elaborou um plano de ações visando propiciar o aumento do índice de coleta do exame citológico nas Unidades de Saúde da Família (USFs) do Município de Paudalho, no Estado de Pernambuco. Dentre as ações elencadas pela autora, vale ressaltar: 1) a capacitação de profissionais da saúde; 2) o cadastramento das mulheres atendidas pelas unidades de saúde da família que não aderiram ao

exame citológico; 3) o desenvolvimento de ações de conscientização voltadas de maneira específica para as mulheres que não aderiram ao exame citológico (Brasil, 2012, p.23-24).

Para a avaliação da eficiência dessa política, a pesquisadora sugeriu a criação de indicadores com base na porcentagem de profissionais e agentes de saúde que realizaram o curso de capacitação e também uma comparação entre o quantitativo de mulheres que aderiram ao exame citológico antes e depois da implementação da intervenção. A partir desses indicadores, o efeito da política pública em questão poderá ser avaliado (Brasil, 2012, p.24). Em consonância com as práticas sugeridas até então, Souza e Costa (2015) ressaltam a importância dos profissionais de enfermagem na orientação das mulheres durante a consulta acerca do exame preventivo do câncer do colo do útero.

No tocante aos desafios inerentes à realidade brasileira, que podem ser observados também no Estado de Pernambuco, em *Avaliação da Qualidade dos Laboratórios de Citopatologia do Colo do Útero no Brasil*, Bortolon et al. (2012) consideram grave o risco de emissão de falsos negativos em laboratórios, devido a vários fatores que afetam tanto a qualidade das amostras como também na realização dos procedimentos de análise. As autoras alertam que:



A baixa positividade, comparada com a dos países que tiveram sucesso no programa de rastreio do câncer do colo do útero, pode ser um indicativo de que muitas amostras positivas não foram identificadas, sendo um dos fatores que apontam para a ocorrência de laudos falsos negativos. Estudos nacionais ajudariam a estipular parâmetros que fossem condizentes com a realidade brasileira. (Bortolon et al., 2012, p.440)



As políticas de saúde com enfoque na prevenção contra o câncer do colo do útero devem não apenas projetar maior abrangência de realização dos exames preventivos, mas também enfatizar a necessidade da busca rigorosa pela qualidade na execução dos procedimentos, correndo o risco de, na inobservância dessa realidade, mesmo ampliando a população, subestimar as amostras de laudos positivos pela ausência do rigor básico. Nessa perspectiva, as autoras salientam a importância que novos estudos na área podem ter, desde que atentem para a comparabilidade entre a realização dos exames preventivos e as suas análises em todo o Brasil.

Paralelamente a esse debate, Silva et al. (2016), realizaram um estudo de caso em redes de atenção oncológica nos municípios de Recife, Caruaru e Garanhuns, no Estado de Pernambuco, para analisar a continuidade assistencial das mulheres com câncer do colo do útero. As autoras ressaltaram que “nas três redes, há descontinuidade na informação que se processa, em geral, através de mecanismos informais de transmissão. Mecanismos normatizados, como guias de referência e resumos de alta, em alguns casos, inexistem ou são subutilizados” (Silva et al., 2016, p.116).

De acordo com essas informações, faz-se mister a ampliação da pesquisa para o aprofundamento da discussão e a possível resolução das problemáticas a partir de políticas específicas, tendo em vista também a continuidade assistencial às mulheres com câncer no colo do útero no Estado de Pernambuco.

Conclusões

A interseção possível entre a discussão na expectativa teórica sobre gênero e as políticas públicas de saúde em Pernambuco dá-se através de uma descrição do cenário estadual, abordando o fenômeno do câncer do colo do útero.

Nessa perspectiva, esta pesquisa, de teor qualitativo, buscou identificar as políticas relacionadas com o câncer do colo do útero e apresentar os principais dados oficiais sobre a questão de gênero e saúde, bem como das políticas públicas inerentes ao debate.

Para tanto, foram analisados e discutidos estudos referentes a políticas de saúde enfatizando gênero, de acordo com o arcabouço teórico-metodológico envolvendo as mais diversas áreas, com o exemplo de Ciência Política, Saúde Pública, Serviço Social, Enfermagem e Oncologia. As pesquisas reunidas abordaram desde os fatores associados à não-realização dos exames preventivos em Pernambuco, em comparação com dados mundiais, até as políticas de rastreamento do câncer do colo do útero e estudos de caso sobre como a qualidade dos laboratórios responsáveis pelos procedimentos afeta os resultados dos exames.

Ressalta-se a prevalência da detecção precoce e da utilização de preservativos nas relações sexuais como formas de prevenção contra a doença. Além disso, a literatura aborda a importância da assumpção da possibilidade de investigação de métodos alternativos ao Papanicolau, vigente até então, considerando que uma parcela relevante das mulheres não realiza os exames com a regularidade devida por causa do caráter invasivo desses.

Em termos gerais, a expectativa teórica sinaliza para a premência da sistematização das iniciativas e programas em Pernambuco, bem como de uma uniformização mínima dentro da fronteira da autonomia dos formuladores de políticas públicas locais, tendo em vista a comparabilidade das políticas adotadas em todo o Estado.

Essa ampliação de forma sistêmica poderá proporcionar dados relevantes para pesquisas posteriores da agenda de políticas públicas de saúde e de gênero, de maneira a significar um ganho considerável quantitativo-qualitativo no que concerne à riqueza e ao detalhamento das informações, que consequentemente, poderão aumentar a precisão das avaliações das políticas públicas de saúde com enfoque no fenômeno do câncer do colo do útero. A realidade descrita a partir deste trabalho, portanto, apresenta validade na medida em que o mesmo dialoga com o arcabouço teórico, traçando parâmetros entre as mais variadas pesquisas realizadas sob perspectivas múltiplas de campos do conhecimento distintos, oferecendo como resultado um panorama do Estado de Pernambuco.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Kamila Matos de; FRIAS, Paulo Germano; ANDRADE, Carla Lourenço Tavares de; AQUINO, Estela; MENEZES, Greice; SZWARC-WALD, Célia Landmann. Cobertura do teste de Papanicolaou e fatores associados à não-realização: um olhar sobre o Programa de Prevenção do Câncer do Colo do Útero em Pernambuco, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 25.

ARBYN, Marc; WEIDERPASS, Elisabete; BRUNI, Laia; SANJOSE, Silvia de; SARAIYA, Mona; FERLAY, Jacques; BRAY, Freddie. **Estimates of incidence and mortality of cervical cancer in 2018: a worldwide analysis**. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70. 2009.

BARATA, Rita Barradas. **Como e Por Que as Desigualdades Sociais Fazem Mal à Saúde**. Rita Barradas Barata. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. p. 120.

BORTOLON, Paula Chagas; SILVA, Marcos André Felix da; CORRÊA, Flávia de Miranda; DIAS, Maria Beatriz Kneipp; KNUPP, Virginia Maria de Azevedo Oliveira; ASSIS, Mônica de; CLARO, Itamar Bento. Avaliação da Qualidade dos Laboratórios de Citopatologia do Colo do Útero no Brasil. **Revista Brasileira de Cancerologia**, 2012. p. 435-444.

BRASIL, Glauçimar Luzia. **Projeto de Intervenção para Redução do Índice Baixo de Coleta do Exame Citológico nas USF's do Município de Paudalho - PE**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer (INCA). **Pernambuco e Recife** - Estimativa dos casos novos. Publicado em: 05 Fev 2020. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/estimativa/estado-capital/pernambuco-recife>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

_____. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Instituto Nacional de Câncer (INCA). **Tipos de câncer:** câncer do colo do útero. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-do-colo-do-utero>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

_____. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022.** Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

CÂNDIDO, Samantha Amorim; DUARTE, Elaine Bandeira Cavalcanti; SANTOS, Erinaldo Ubirajara Damasceno dos; LIMA, Géssica Dayanne Cordeiro de; COSTA, Micheline Oliveira Lobo Pereira da; SOUZA, Paulo Roberto Eleutério de; DINIZ, Maria de Mascena Maia. Infecção por Papilomavírus Humano de alto risco Oncogênico em mulheres atendidas no Programa de Saúde da Família da Cidade de Serra Talhada, Pernambuco. **Revista Medicina Veterinária (UFRPE)**, Recife, v. 11, n. 4, p. 270-278, out/dez. 2017.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, jan/abr. 2004.

MARKOVIC, Nenad; MARKOVIC, Olivera. **What Every Woman Should Know about Cervical Cancer.** Springer Publishing. 2008.

MELO, Denise Cristina de Oliveira; BOVET, Nadine Matias. **A Saúde Pública Brasileira no Cenário de Contrarreforma:** sob análise de programas e políticas referentes ao câncer do colo de útero. Recife, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social), Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco.

MELO, Marcus André. **Estado, governo e políticas públicas.** In: MICELI, Sérgio (Org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). São Paulo: Sumaré, 1999. v. 3, p. 59-100.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA

DE SAÚDE (OPAS). **Controle integral do câncer do colo do útero:** guia de práticas essenciais. Washington, DC : OPAS, 2016.

SANTOS, Erlene Roberta Ribeiro dos; SILVA, Karolina de Cássia Lima da; BEZERRA, Adriana Falangola Benjamin. Desafios para organização do rastreamento do câncer no colo uterino em um município da região metropolitana do Recife. **Rev. Ciência Méd.**, Campinas, 21(1-6): 45-54, jan/dez. 2012.

SARTI, Cynthia Andersen. O Feminismo Brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2): 264, mai/ago. 2004.

SILVA, Maria Rejane Ferreira da; BRAGA, João Paulo Reis; MOURA, José Fernando do Prado; LIMA, Jurema Telles de Oliveira. Continuidade Assistencial a mulheres com câncer de colo de útero em redes de atenção à saúde: estudo de caso, Pernambuco. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 110, p. 107-119. 2016.

SOUZA, Aline Ferreira de Souza; COSTA, Lúcia Helena Rodrigues. Conhecimento de Mulheres sobre HPV e Câncer do Colo do Útero após Consulta de Enfermagem. **Revista Brasileira de Cancerologia**, p. 343-350. 2015.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas:** uma revisão da literatura. *Sociologias* [online]. n. 16, p. 20-45. 2006.

SOUZA, Renilson Rehem de. **O Sistema Público de Saúde Brasileiro.** Seminário Internacional Tendências e Desafios dos Sistemas de Saúde nas Américas. São Paulo, Brasil. 2002.

ABORDAGEM INTERSECCIONAL EM UMA ENFERMARIA FEMININA DE SAÚDE MENTAL

Reflexões iniciais sobre o processo de (des)construção de olhares e práticas

Magda da Silva Figueiroa¹⁸¹
Jorge Lyra¹⁸²

A Carne - Elza Soares

A carne mais barata do mercado
É a carne negra
Tá ligado que não é fácil, né, mano?
Se liga aí
(...)
Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
E vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos

¹⁸¹ Doutoranda em Psicologia – UFPE; Mestre em Avaliação em Saúde (IMIP/PE). Membro do Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (Gema/UFPE) e do Grupo de Estudos Sobre Álcool e Outras Drogas-Gead/UFPE.

¹⁸² Doutor em Saúde Pública - FIOCRUZ (PE). Docente do Departamento de Psicologia da UFPE.

A carne mais barata do mercado é a carne negra
Dizem por aí
A carne mais barata do mercado é a carne negra
(...)
Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yktrUMoc1Xw>>. Acesso em: 21/01/2022.

Este ensaio apresenta reflexões iniciais sobre o processo de (des)construção de olhares e práticas profissionais no cuidado em saúde mental a partir da minha experiência como psicóloga na equipe de articulação da enfermaria feminina Adail Santos¹⁸³, no Hospital Psiquiátrico Ulisses Pernambucano. Ele se propõe a dividir inquietações sobre o que nomeamos como a ideia de um sujeito universal e genérico no campo da saúde mental e como torna-se necessário, cada vez mais, revisitarmos essa perspectiva e passarmos a considerar o/a sujeito/a da saúde mental a partir de uma abordagem engendradora, interseccional, que olha para as diferenças e as desigualdades.

Entendemos a Interseccionalidade, segundo Kimberlé Crenshaw (1989), como a compreensão de que diferentes grupos sociais estão em posições vulneráveis e sofrem múltiplas e simultâneas opressões (gênero, raça/etnia, classe, sexualidade, orientação sexual, identidade de gênero, geração/idade, nacionalidade, etc). Para a autora, a interseccionalidade oferece a compreensão das consequências da sobreposi-

¹⁸³ Adail Santos foi uma Assistente Social, trabalhadora do hospital, exerceu a coordenação do serviço social e atendia na enfermaria feminina. É lembrada pelos funcionários antigos como defensora dos direitos e do cuidado humanizado aos atendidos pelo Hospital Ulisses Pernambucano. Faleceu de câncer há vinte anos. Na reforma e reestruturação do hospital, sua dedicação foi reconhecida com a homenagem de ter o seu nome na nova enfermaria feminina.

ção entre duas ou mais formas de subordinação, tais como por exemplo, sexismo, racismo e o patriarcado (CRENSHAW, 1989, p. 139-140).

Ressalto minhas considerações a partir do meu lugar de fala. Sou psicóloga, funcionária pública. Iniciei minha vida profissional como estagiária deste hospital em 1989. Na época, contava com quase 700 pessoas internadas em suas várias enfermarias, e a reforma psiquiátrica estava sendo gestada em discussões e movimentações de profissionais, familiares e usuários, e membros da sociedade civil (LUCENA, 2020; MELO, 2017). Com a graduação e concurso público, durante a implantação e implementação da reforma, percorri espaços de cuidado em saúde mental, e, em especial, os voltados para a assistência de pessoas com problemas com o uso de álcool e outras drogas (UCHOA, 2011; FIGUEIROA, REIS, CABRAL, 2015).

O cenário é um hospital público, de gestão estadual, que tem como missão acolher os casos de crise e grave sofrimento em saúde mental em situação de urgência. Por ser a única emergência em saúde mental do estado de Pernambuco, atende pessoas de várias regiões do Estado, compondo a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) estadual.

O trabalho da equipe de articulação atua no sentido de promover a “junção, conexão” entre o hospital, o usuário e os pontos de atenção da RAPS e intersetoriais, família e redes de apoio, construindo espaços para a construção do cuidado após a alta hospitalar no seu território. Assim, coloca a atenção hospitalar para além dos muros, não se limitando a apenas “tratar” a sintomatologia e sofrimento causado pela crise psíquica, dinamizando os nós das redes de saúde e intersetoriais (SILVA; NUNES, 2021).

Desde a formação, percebo as dificuldades de exercer uma clínica psicossocial considerando a subjetividade e também realidades sociais marcadas pela desigualdade, violência e preconceito. Pontua-se que as questões de gênero, racismo, classes sociais, e outras, são debates subestimados na formação acadêmica, ainda feita por e voltada para pessoas de classe média e alta, brancas e heterossexuais.

Na trajetória profissional no Sistema Único de Saúde (SUS), essas questões, embora muitas vezes não reconhecidas nos discursos e escutas, são intensas. Como os gritos mudos naturalizados, que antes vinham das senzalas, e agora vêm das favelas. Ou dos espaços privados, das famílias, lares, residências, e hoje se apresentam em delegacias ou conselhos tutelares e emergências de saúde. Assim como escutar o sofrimento mental e emocional sem considerar estas dores e ferimentos.

O SUS como política pública, apesar de ter a universalidade como princípio, tem como seu principal foco as populações mais vulneráveis, pela equidade — que, em realidade, tem cor, gênero, sexualidades e classe social predominantes. Assim, faz-se necessária a reflexão e reinvenção de estratégias e práticas que reconheçam que essas pessoas são alvo, mas também são sujeitos de sua história, levando os e as profissionais a repensar o foco de sua atuação, com um olhar voltado para a subjetividade — que se estrutura também por meio de relações de violência e de exclusões (SILVA; CAVALHAES, 2016).

O Hospital Psiquiátrico Ulisses Pernambucano compõe a Rede de Atenção Psicossocial como referência estadual para o acolhimento de casos de urgências em saúde mental, apesar da reforma psiquiátrica propor a extinção de hospi-

tais psiquiátricos e a substituição de sua atenção por serviços comunitários e abertos. Aponta-se que as políticas públicas têm sofrido constantes ataques e desmontes promovidos pelos últimos governos federais (CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020), o que tem limitado e atingido esses serviços no exercício de sua missão, demandando ao HUP as situações de crise que não conseguiram ser acolhidas em seus territórios. Dentre elas, casos de pessoas provenientes de via pública e as de cidades do interior do estado.

Diante dos caminhos profissionais, retorno ao ponto onde iniciei, como técnica de articulação da enfermagem feminina. Essa enfermagem oferece 30 leitos para mulheres adultas em situação de crise. Vale ressaltar que questões de gênero já permeiam as práticas das equipes, considerando gênero não só as diferenças biológicas da cisnormatividade, mas também compondo as relações sociais e uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1990). Quanto ao perfil do público atendido, em sua maioria, são mulheres negras, solteiras, pobres, com vínculos familiares frágeis, sem vida profissional estabelecida, muitas com histórias de violências físicas, psicológicas e sexuais, e de abandono, algumas com comorbidades, como dependência química, entre outras.

Nessa realidade, o olhar interseccional é necessário para a escuta e articulação dos casos. Ao adotarmos a perspectiva interseccional para repensar olhares e práticas, vamos pouco a pouco complexificando nossa prática profissional. Como mencionei anteriormente, incorporamos o olhar de gênero em nosso trabalho, mas ainda ficavam de fora outros marcadores sociais (LYRA, 2009), entre eles o de raça, para pensar a saúde mental (BARROS et al, 2014; SILVA, 2001).

Bibiana Terras (2020, p. 58) afirma que as questões das mulheres negras foram em grande parte negligenciadas, dado a invisibilidade da categoria raça como marcador social (TERRAS, 2020). A interseccionalidade é fundamental para evitar interpretações reducionistas e/ou essencialistas e para reconhecer outras formas de opressão, permitindo ressaltar as múltiplas formas de “ser mulher” sem reduzi-las a um modelo unificador comum, a um modelo universal de mulher (AKOTIRENE, 2019, p. 34-35).

Não é possível apagar a realidade de que as mulheres negras sofrem a opressão por seu gênero e por sua raça (TRILES, 2021), o que atinge seu lugar na vida social, sua estética, seu espaço no campo de poder. Soma-se, ainda, ao adoecimento mental e às consequências do uso problemático das drogas, colocando essas mulheres no enfrentamento dos lugares sociais a elas impostos como “aceitáveis” e “naturais”.

Também quanto à sexualidade, o olhar tende a ressaltar a patologia, já que se apresenta ora reprimida e repleta de culpa, ora livre e exibida, liberta em seu desejo. O padrão da normalidade e adequação é rompido pela bipolaridade. Essa manifestação da sexualidade, que muitas vezes a sociedade aponta com repressão, abusos e violências, apresenta-se nos relatos e histórias de vida.

Como serviço destinado ao cuidado do sofrimento mental em situação de crise, é importante que estas opressões não sejam reproduzidas nas práticas de cuidado e nos processos de trabalho. Assim, é preciso debater e reconhecer essas questões, pois são marcadores estruturais das práticas de saúde em muitos contextos, como de todas as práticas sociais no Brasil (MARTINS; SILVEIRA, 2021).

As discussões sobre essas intersecções podem minimizar as dificuldades ao lidar com as demandas femininas por contaminação pelos estigmas sociais. Organizam-se, assim, as suas práticas de cuidados para ofertar uma atenção que considere as singularidades de gênero, de orientação sexual e de identidade de gênero (PIERRY et al, 2021).

Nesse sentido, urgente se faz a proposta de construir práticas, percepções, escutas e intervenções que incluam esses marcadores sociais. É preciso reconhecer que muitas vezes reproduzir registros de “cabelos em desalinho”, “vestes inadequadas”, “comportamento rebelde” e a disforia de gênero (ALBERTIN; SILVA, 2020) como sintomas psicopatológicos, ou indicar cultos e crenças de religiões de matrizes africanas e indígenas como “delírios místicos religiosos”, são muitas vezes reproduções das violências e subjugações que a interseccionalidade aponta.

As concepções de sujeitos conduzem as construções de projetos terapêuticos e impactam no processo de articulação dos casos com as famílias e instituições. É importante considerar esses olhares e conceitos permeando as psicopatologias, diagnósticos e sintomas (BARROS et al, 2014; SILVA, 2001) para que a leitura do que indica a normalidade não reproduza a exclusão e o espaço do tratamento psicossocial seja de cuidado, resistência, e, momento de produção e visibilidade de configurações plurais de existência.

REFERÊNCIAS

Alberti, S.; Silva, H. Questões da Disforia de Gênero na Infância: Entre Psicanálise e Medicina. **Revista Subjetividades**, 20 (Esp 2. O Contemporâneo à Luz da Psicanálise), 2020.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén Livros, 2019.

BARROS, S.; BATISTA, L.E.; DELLOSI, M; et al. Censo psicossocial dos moradores em hospitais psiquiátricos do estado de São Paulo: um olhar sob a perspectiva racial. **Saúde soc.** [internet]. 2014. [acesso em 2022 jan 23]; 23(4):1235-1247. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/nF4PdVb-QJz3thK9sPThVkwP/?lang=pt>.

CRENSHAW, K. **A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

CRUZ, N. F. O.; GONÇALVES, R. W.; DELGADO, P.G.G. Retrocesso da Reforma Psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, 2020.

FIGUEIROA, M.; REIS, Y; CABRAL, J. E.. Apoio Matricial do CAPS ad na Cidade do Recife: Avaliação de Implantação. In: SAMICO, Isabela et al. (Org.). **FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AVALIAÇÃO EM SAÚDE**. 201ed. RIO DE JANEIRO: MED BOOK, 2015, v. 01, p. 141-155.

LUCENA, M. A. S. **Construindo-se: entre os efeitos da institucionalização e as repercussões da desinstitucionalização**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2020.

LYRA, J. Gênero, saúde e análise de políticas: caminhos e (des)caminhos. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(4):1007-1017, 2009.

MARTINS, R.; SILVEIRA, L. Juventude pobre e negra na mira: bio-necropolítica em saúde mental. **Ayvu: Revista de Psicologia**, v. 08, 2021.

Melo, T. M. A. G. **Memórias sobre a política de saúde mental em Recife: entre passos, descompasso e controvérsias**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2017.

PIERRY, L et al: Gênero e assistência psicossocial: perspectiva de usuárias sobre o Caps-AD. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 16(1), São João del-Rei, janeiro-março de 2021.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educ. Real**, v.16, n.2, p.5-22, 1990.

SILVA, R. B.; CARVALHAES, F. F. Psicologia e Políticas públicas: impasses e reinvenções. **Psicologia & Sociedade**, 28(2), 247-256. (2016).


SILVA, S. S.; NUNES, J. R.. (Des)Institucionalização: Teorias e Práticas dos Profissionais da RAPS. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 13, n. 3, p. 19-34, 17 nov. 2021.

SILVA, M. L.; MIRANDA, D.. **Saúde mental e racismo**. In: 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL; 11-15 dez. 2001. Brasília, DF; 2001. (Não publicado).

SOARES, Elza. **A carne**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yktrUMoc1Xw>>. Acesso em: 21/01/2022.

TERRA, B. **Pensar gênero, raça e classe: por um feminismo que seja interseccional**. Anais [recurso eletrônico] in: **I MOSTRA INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS DE GÊNERO E FEMINISMOS 2020** / Organizadores: Nariel Diotto... [et al.]. – Cruz.

TRILES, B. N. Corpos femininos: por uma subversão. **Revista Peri**. Florianópolis/ SC. 2021.
UCHÔA, R.; CARVALHO, J L L (Org.) . Estudos Universitários - Revista de Cultura UFPE - **Dossiê sobre drogas**. 28. ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011. v.1000. 371p.



Com este livro nos propomos contribuir para a compreensão da importância e do valor do respeito aos direitos humanos, especialmente entre aqueles que têm responsabilidades profissionais nas áreas de educação, saúde e segurança, que foram o escopo original do curso. Para isso, discutimos os diversos e complexos caminhos através dos quais os movimentos contra a violência conseguiram fazer reconhecer as suas demandas pelo Estado. A partir dos desafios envolvidos na tradução das demandas em políticas de Estado, identificamos a fortaleza da ação coletiva para a conquista de direitos.

ISBN: 978-65-00-59522-2



CPL

9 786500 595222